

A photograph of a woman from the back, wearing a white corset with red laces and a long red skirt. She is holding a red string that loops across the cover. The background is a light cream color.

Mary del Priore

**Histórias
e Conversas
de Mulher**

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.

Mary del Priore

Histórias e Conversas de Mulher

 Planeta

Copyright© 2013, Mary del Priore.

Preparação e revisão: Alessandra Miranda de Sá.

Projeto gráfico e diagramação: José Rodolfo Arantes.

Capa: Ana Dobón.

Imagem de capa: Getty Images/ Zachary Scott.

2ª revisão: Clim Editorial

Conversão em epub: {kolekto}

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

D375c

Del Priore, Mary, 1952-

Conversas e histórias de mulher / Mary del Priore.

- 1. ed. - São Paulo : Planeta, 2013.

312 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-422-0239-7

1. Mulheres - História. 2. Mulheres - Condições sociais. I. Título.

13-02067 CDD: 305.4

CDU: 316.346.2-055.2

2013

Todos os direitos desta edição reservados à

Editora Planeta do Brasil Ltda.

Avenida Francisco Matarazzo, 1500 – 3º andar – conj. 32B

Edifício New York

05001-100 – São Paulo – SP

www.editoraplaneta.com.br

atendimento@editoraplaneta.com.br

Sumário

Introdução

Da mulher na família à família da mulher

Mães – as boas, as más e as outras

Corpo feminino: paisagens e passagens

Bibliografia

Agradecimentos

Caderno de imagens

Introdução

O século XXI será das mulheres! Quem avisa são os filósofos. De fato, elas estão em toda a parte, cada vez mais visíveis e atuantes. Saíram de casa, ganharam a rua e a vida. Hoje trabalham, sustentam a família, vêm e vão, cuidam da alma e do corpo, ganham e gastam, amam e odeiam. Quebraram tabus e tradições. Não é pouco para quem há cinquenta anos só tinha um objetivo na vida: casar e ter filhos. Ser feliz? Ao arrumar uma aliança no dedo, a felicidade vinha junto.

Antigamente, no tempo das avós, era ainda mais complicado. Nem se escolhia o marido; a família decidia pela noiva. Tampouco as mulheres saíam de casa; o trabalho era doméstico. Ao passar de senhorita à senhora, a mulher se tornava uma matrona respeitosa. Tinha de se comportar como uma santa. Os constrangimentos para ganhar dinheiro – coisa de homem – eram enormes. A rua? Lugar de mulher “fácil”.

Com tantas mudanças, como passamos de um mundo ao outro? A tecnologia e a educação ajudaram, mas não acompanharam mentes nem corações. A aceleração do tempo, diversa nas diferentes partes do país, conservou traços do passado no presente.

Por isso, vale a pena conhecer os caminhos que as mulheres trilharam, pois, para que o século XXI seja delas, de todas elas, é preciso compreender os passos dados, corrigir rotas, sair de si próprio e pensar no coletivo. Conhecer a história de sua mãe e de sua avó já é um bom começo.

Para começar, lembre-se de que, não importa a forma como as culturas se organizaram, a diferença entre masculino e feminino sempre foi hierarquizada, sobretudo depois de concebido o

sacramento do matrimônio. Mas, apesar de Adão ter sido criado antes de Eva, a situação das mulheres mudou. Mudanças lentas, sem dúvida. Os anos 1970 e 1980 foram emblemáticos: elas entraram no mercado de trabalho, tomaram pílula e queimaram sutiãs. A revolução não ficou sem resposta. O nível de violência contra mulheres aumentou e houve até quem matasse a sua, por usar biquíni, fumar ou assistir *Malu Mulher*, série de televisão sobre uma médica divorciada e emancipada. Contra as mudanças, o que foi considerado um “castigo de pecados” caiu dos céus como um raio. A tranquilidade sexual que vinha sendo conquistada sumiu, pois a aids desembarcou no Brasil! Constatados os “equivocos da liberação sexual”, muitas delas voltaram rápido ao tradicional casamento, ainda uma das melhores opções em termos afetivos, econômicos e sociais. Velho como Matusalém, ele continua inspirando o imaginário de muitas brasileiras.

Recentemente, uma pesquisa questionou a vinte casais da classe média carioca: *O que é casamento?* A resposta de 95% das entrevistadas foi: *Uma relação de amor*. A de 100% dos homens: *A constituição de uma família*. São visões diferentes e frustrações, idem. Mulheres encaram a separação como consequência do fim do amor. Já para grande parte dos homens, o fato de a relação não ser um mar de rosas não justifica um rompimento. Bem ou mal, eles têm uma família.

A mola mestra da maioria das separações é antiga e, no entanto, atualíssima: a constatação de que o sexo oposto é exatamente isto: oposto. Oposto e desigual. Apesar da proclamada igualdade entre mulheres e homens – elegemos até uma presidenta! –, vivemos uma longa tradição machista. E, de modo curioso, somos nós que a alimentamos. Estudiosos de revistas femininas, letras de músicas e imagens publicitárias demonstram que “uma mulher livre” não é,

absolutamente, aquela que faz escolhas, e sim a que se conforma aos modelos da mídia; que só se enxerga através da visão do homem. Ou seja, as leis mudam, mas o essencial continua intocado: mulheres continuam a educar seus filhos e tratar os maridos, reforçando a ideia de superioridade do sexo masculino. Filhos não lavam louça. Maridos não fazem a cama. Em casa, elas devem agradá-los. Só gostam de ser chamadas do que for comestível, tipo "gostosa" e "docinho". Mulher inteligente? "É sapatona!" Mulher fruta? "Linda" – as outras querem ser iguais a ela. Palavrões e pancadas? Algumas acham que tal forma de demonstrar zelo e ciúmes "é boa"; que, quando Nelson Rodrigues afirmou que "mulher gosta é de apanhar", estava certo.

A conhecida jornalista Carmen da Silva dizia que esse conformismo era uma maneira de enganar a si mesma; que a brasileira abrigava em seu íntimo um conflito de identidade que brigava com a realidade. Queria ser boazinha ou não, conforme as circunstâncias; doce ou áspera segundo o impulso do momento; forte ou fraca, dependendo da situação; bonita ou desleixada de acordo com o ânimo. Na verdade, sim: ela gostaria de se livrar de rótulos e imagens da "mulher perfeita", ou seja, da submissa, para começar a "ser"...

As mulheres do século XXI são feitas de rupturas e permanências. As rupturas empurram-nas para a frente e as ajudam a expandir todas as possibilidades, a se fortalecer e a conquistar. As permanências, por outro lado, apontam fragilidades. Criadas em um mundo patriarcal e machista, não conseguem se enxergar fora do foco masculino. Vivem pelo olhar do homem, do "outro". Independentes, querem uma única coisa: encontrar um príncipe encantado. Têm filhos, mas se sentem culpadas por deixá-los em casa. Em casa, querem sair para trabalhar. Se cheinhas, querem

emagrecer. Se magras, desejam seios, nádegas e o que mais tiverem direito... em silicone. Desejam o real e o sonho, de mãos dadas. São várias mulheres em uma. Buscar o próprio rosto entre tantos outros é o desafio. Mas o maior desafio mesmo é mostrar que elas podem ter um rosto só.

I

Da mulher na família à família da mulher

Mulheres, casamentos e famílias

Casamento hoje em dia? “Até que a vida os separe”, responde o psicanalista. As estatísticas não o deixam mentir. Desde a década de 1980, o número de casamentos vem declinando e o de divórcios, aumentando. Quem contabiliza é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Golpes e mais golpes fustigam a família. Menos sensível a sanções religiosas e tradições, ela já é chamada de “família pós-familiar”. Segundo alguns, só continua a existir na imaginação ou na memória.

A culpa? É do casamento, que não resistiu às mudanças. A Amélia – que se encarregava de lavar e passar para o marido – foi substituída pelo micro-ondas. A pílula e a emancipação da mulher alteraram em definitivo as relações dentro da família. Como se não bastasse, envolvimento extraconjugais fascinam uns e outros, enquanto cresce o número de pessoas que querem viver sozinhas.

A felicidade própria vem na frente dos cuidados entre os cônjuges e os voltados para os membros da família. Hoje é assim: *eu*, depois o *tu* e, bem mais longe, *eles*. Enfim, a modernidade parece querer dispensar o casamento e a família de sua função histórica: garantir nossa sobrevivência. Porém, como diz a escritora Lya Luft, a família é “o chão sobre o qual caminharemos pelo resto de nossas vidas”. Ela é o lugar em que valores tradicionais e rupturas

operam, tendo as mulheres como grandes gestoras das transformações ou transmissoras de velhos preconceitos e paradigmas. O machismo é um deles. Talvez, o pior...

Mas comecemos pelo óbvio. Todo mundo tem família, e ela é a mais velha instituição das sociedades humanas. Valorizada, temida ou inquietante, a família sempre existiu! No Ocidente cristão, ela sobreviveu ao controle da Igreja católica, que a queria encerrada na imagem da Sagrada Família. Sobreviveu também aos anarquistas, que, em maio de 1968, decretaram sua morte. Hoje, a família pode ser monoparental ou recomposta, constituída por casais mistos casados, não casados, homossexuais, feita de filhos de vários leitos, adotados e "fabricados", filhos cuja parentela biológica não corresponde, nem remotamente, à parentela doméstica. A Constituição de 1988 a resumiu: é a união estável entre homem e mulher ou qualquer dos pais e seus descendentes.

Ao examinar a história do Brasil, vemos que, longe da ideia de uma família ideal, sempre convivemos com a pluralidade: vivemos em famílias. Isso porque, em nossa terra, diferentes tipos de família se constituíram entre o século XVI e meados do século XIX. Apesar das variadas condições que modelaram nossos antepassados, conservamos deles permanências que hoje consideraríamos extremamente modernas. A mais curiosa delas é o fato de que as pessoas viviam em grupos estáveis – porém, em grupos nos quais se admitia, também, a chegada de um novo companheiro ou companheira. E, com eles, em muitos casos, de filhos de outras uniões.

Laços e nós

No seio da família, um nó: o casamento. No passado, ele foi o grande divisor entre a casa e a rua, os que casavam perante a Igreja e os que viviam amasiados. Ou entre esposas e as "outras". O colonizador europeu trouxe para o Novo Mundo uma maneira particular de organizar a família. Esse modelo, constituído por pai e mãe "casados perante a Igreja", correspondia aos ideais definidos pela Igreja católica no Concílio de Trento, em 1545. Ele serviu como instrumento na luta contra a Reforma protestante e em favor da difusão do catolicismo no Novo Mundo. Apenas dentro desse tipo de família – a sacramentada pelo matrimônio – seria possível educar os filhos segundo os preceitos cristãos, movimentando uma correia de transmissão pela qual passariam, de geração em geração, as normas e os valores da Igreja católica.

A Igreja católica procurava assim universalizar suas normas para o casamento e a família. A mulher, nesse projeto, era fundamental. Cabia-lhe ensinar aos filhos a educação do espírito: rezar, pronunciar o santo nome de Deus, confessar-se com regularidade, participar de missas e festas religiosas.

Desde a chegada dos portugueses à costa brasileira, a instalação das plantações de cana-de-açúcar e a importação de milhões de escravos africanos para trabalhar nos engenhos que se espalharam pelo litoral, a mulher no papel de companheira, mãe ou filha se destacou. No início, não se tratava exatamente da mulher branca. Caramuru, na Bahia, unido a Paraguaçu, e João Ramalho, fundador de Santo André da Borda do Campo, casado com *Mbici* ou Bartira, deram o exemplo. A escassez de europeias e a presença de indígenas favoreceram a miscigenação e os concubinatos. Padre Nóbrega chegou a pedir que enviassem de Portugal órfãs e prostitutas para povoar a nova terra.

A dispersão dos núcleos de povoação reforçou as funções da família, no interior da qual a mulher era mantida enclausurada. Ela era herdeira das leis ibéricas que a tinham na conta de *imbecilitas sexus*: incapaz, como as crianças ou os doentes. Só podia sair de casa para ser batizada, enterrada ou se casar. Sua honra tinha de ser mantida a qualquer custo. O casamento, quando havia bens a se preservar, era organizado para manter a paz entre vizinhos e parentes, estes últimos sendo os escolhidos com mais frequência como maridos.

Pobre ou rica, a mulher possuía, porém, um papel: fazer o trabalho de base para todo o edifício familiar – educar os filhos segundo os preceitos cristãos, ensinar-lhes as primeiras letras e atividades, cuidar do sustento e da saúde física e espiritual deles, obedecer e ajudar o marido. Ser, enfim, a “santa mãezinha”. Se não o fizesse, seria confundida com um “diabo doméstico”. Afinal, sermões difundiam a ideia de que a mulher podia ser perigosa, mentirosa e falsa como uma serpente. Pois ela não havia conversado com uma no paraíso? O modelo ideal era Nossa Senhora. Modelo de pudor, severidade e castidade.

A soma dessa tradição portuguesa com a colonização agrária e escravista resultou no chamado patriarcalismo brasileiro. Era ele que garantia a união entre parentes, a obediência dos escravos e a influência política de um grupo familiar sobre os demais. Tratava-se de uma grande família reunida em torno de um chefe, pai e senhor forte e temido, que impunha sua lei e ordem nos domínios que lhe pertenciam. Sob essa lei, a mulher tinha de se curvar.

Instalada geralmente em engenhos, plantações ou fazendas, grandes famílias se concentraram na área rural até o século XVIII. O chefe cuidava dos negócios e possuía absoluta autoridade sobre a esposa, os filhos, os escravos, empregados e agregados. Sua

influência era enorme e se estendia, muitas vezes, a famílias semelhantes, localizadas em regiões próximas. A família patriarcal foi assim resumida: “pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados”.

A singularidade da família patriarcal é que ela não se restringia ao trio mencionado. Pai, mãe e filhos constituíam apenas o núcleo central. A família incluía também os parentes, os filhos ilegítimos ou de criação, afilhados, empregados e amigos com quem se nutria uma relação de compadrio – isto é, padrinhos ou madrinhas –, além de agregados e escravos. Laços de dependência e solidariedade uniam seus membros.

A Igreja católica explorou as relações de dominação que presidiam o encontro de homem e mulher dentro de casa, incentivando a última a ser exemplarmente submissa. A relação de poder já implícita na escravidão se reproduzia nas relações mais íntimas entre marido e mulher, condenando esta a ser uma escrava doméstica, cuja existência se justificasse em cuidar da casa, cozinhar, lavar a roupa, servir ao chefe de família com sexo, dando-lhe filhos que assegurassem sua descendência e servindo como modelo para a sociedade com que sonhava a Igreja.

O dia a dia das famílias senhoriais transcorria em meio a grande número de pessoas. As mulheres pouco saíam de casa, empregando o tempo em bordados e costuras, ou no preparo de doces, bolos e frutas em conserva. Sentadas em esteiras no chão, as pernas cruzadas, vestidas simplesmente com camisolões e chinelos, passavam as horas em trabalhos manuais. À sua volta, crianças brancas e escravas engatinhavam e brincavam juntas.

Embora se reconheça a importância desse modelo, outros tipos de família se multiplicaram na mesma época: pequenas; de solteiros e viúvos; de mães e filhos que viviam sem companheiros nem pais; de escravos. Ou seja, também no passado, a noção de família variou

de acordo com os diferentes grupos sociais e as diversas regiões do país. Os escravos, homens forros ou livres, viviam de um jeito; os poderosos da elite senhorial viviam de outro. Igual mesmo só o hábito de integrarem, muitas vezes, amigos e parentes à família: os agregados.

União à moda da terra

Entre a maior parte da população, a mulher raramente possuía dote ou condições para se casar. A luta pelo sustento era sua tarefa principal. mestiças, mulatas e negras sofriam privações, careciam de educação e tinham a mobilidade controlada. Não podiam ir de um lado para outro quando quisessem, embora muitas fossem beneficiadas nos testamentos de seus senhores com liberdade e bens materiais. Mesmo assim, escravas ou libertas, eram reconhecidas nos registros oficiais pela falta de sobrenome. Os filhos, bastardos ou legítimos, também podiam herdar a liberdade, a alforria e propriedades – tudo dependia da boa vontade do pai. Muitos legavam dotes às filhas para que elas pudessem se casar oficialmente, ganhando com isso um lugar de respeito na sociedade.

Sim: só a mulher casada era mulher respeitada. A escolha do cônjuge obedecia a critérios práticos. Sem dote e, portanto, sem escolha, as mulheres pobres se amasiavam para ter proteção. Tais “uniões à moda da terra” originaram famílias de mestiços e mulatos. Da mesma maneira que as uniões de brancos com índias, as de brancos, mulatos e negros não pressupunham casamento na Igreja. As pessoas se escolhiam porque se gostavam e passavam a trabalhar juntas e a ter filhos. Muitas delas só recorriam à Igreja para se casar no final da vida, pois temiam ir para o inferno. Então

chamavam um padre, pediam a extrema-unção e confessavam os pecados, entre eles o de ter vivido com alguém “fora do sagrado matrimônio”. Entre brancos pobres, a situação não era diferente.

Havia outros motivos para a multiplicação de “uniões”. O fato de as cidades serem distantes umas das outras fazia com que a maioria das pessoas morasse “pelos matos”. As que viviam longe das igrejas sentiam dificuldade em cumprir os preceitos da religião. Vinham às cidades no dia da festa do padroeiro para assistir à quermesse e rezar na procissão, mas casar na Igreja era raro. Na maioria, homens e mulheres viviam amigados antes de se casar. Viver junto antes do casamento equivalia, na linguagem da época, aos chamados “desponsórios de futuro”, isto é, uma união tendo em mente um futuro casamento.

Viver em uma família em que faltava a bênção do padre, porém, não significava em absoluto viver na precariedade. As “uniões” podiam ser, e eram, muito estáveis. Havia consenso entre os companheiros, bem como divisão de papéis e partilha de tarefas. Precária, na verdade, era a situação material dessas famílias – muitos homens tinham de abandonar as mulheres para ganhar a vida em outras localidades. A estima, o respeito e a solidariedade, no entanto, eram características encontradas tanto em um tipo de família quanto no outro. Assim como as tensões ou a violência, presentes em ambas também.

Para alguns homens, sobretudo os moradores de áreas rurais, engravidar a companheira era importante, uma vez que permitia avaliar se ela lhe daria muitos filhos ou não. Como a maioria vivia nas roças, os filhos ajudavam na lavoura, pois os pais não tinham condições de comprar escravos – os filhos eram a “riqueza do pobre”. Se eventualmente não se importavam com a virgindade, os homens prezavam bastante a fidelidade da companheira. Quando se

sentiam traídos, era comum ameaçarem e espancarem a mulher. No entanto, elas davam o troco. Abandonadas, não hesitavam em tentar envenená-los ou pedir ajuda a irmãos ou parentes para que lhes aplicassem uma boa surra.

A inexistência de anticoncepcionais eficientes acabava por dar lugar a muitos filhos. Nem todos sobreviviam, já que as condições de vida eram duras e a falta de higiene e as doenças matavam muitas crianças antes do primeiro ano de vida. Os inúmeros bastardos, por sua vez, eram absorvidos pela sociedade. Muitos substituíram o trabalho escravo nas pequenas propriedades de exploração familiar. Outros, deixados na companhia da mãe, serviam-lhe de arrimo. Estes começavam a trabalhar desde cedo, entre cinco e sete anos. Eram mais um braço para ajudar no sustento da família.

Concubinatos multiplicados

A expansão territorial dos séculos XVII e XVIII em direção ao interior da colônia foi motivada pela descoberta das minas de ouro e pelo crescimento da pecuária – nessas áreas, o número de homens era superior ao de mulheres, e os concubinatos, disseminados. A partir de meados do século XVIII, teve início a urbanização da colônia. Esse conjunto de situações promoveu enormes ondas migratórias, que obrigavam os colonizadores a se locomover da costa para o interior da colônia em busca de trabalho e ocupação. Tais deslocamentos alteraram a estrutura demográfica das populações e incentivaram o aparecimento de formas diferentes de família.

A existência de mulheres sozinhas nas cidades coloniais, por exemplo, dava uma característica especial às famílias, que se constituíam, muitas vezes, apenas de mãe, filhos e avós. Como hoje, multiplicavam-se os lares monoparentais com chefia feminina. Algumas dessas famílias incluíam escravos e escravas. Outras, parentes ou compadres e comadres “agregados”. Frágeis? Não. Tais arranjos familiares permitiam às matriarcas elaborar agendas extremamente positivas para os seus: casavam filhos e filhas interferindo na escolha do cônjuge; controlavam o dinheiro com que cada membro colaborava no domicílio; punham em funcionamento redes de solidariedade; agiam, sós ou em grupo, quando deparavam com interesses contrariados.

Havia também as tradições africanas, vindas do Reino do Congo ou de Angola, regiões onde as etnias matrilineares ajudavam a consolidar o padrão da família monoparental, com mulheres na chefia do domicílio. As exigências de um cotidiano difícil moldaram as funções da mulher na vida do casal. Muitas tiveram que tomar a frente dos negócios quando da ausência do parceiro, de sua morte ou partida. Em muitos casos, a casa e o lugar de comércio ou de produção de gêneros se confundiam.

Os filhos das uniões não sacramentadas eram considerados ilegítimos pela Igreja. Para se ter uma ideia de como os índices de ilegitimidade eram elevados, em Salvador, na Bahia, entre 1830 e 1874, quatro quintos das crianças negras e mulatas eram ilegítimas, e, em São Paulo, entre 1745 e 1845, elas perfaziam 39% dos nascimentos. Em Vila Rica, Minas Gerais, em 1804, os ilegítimos eram, em mais de 98%, crianças escravas.

Ao juntar o jornal – espécie de comissão que recebiam por trabalhos cotidianos –, as escravas conseguiam, muitas vezes, comprar a liberdade do companheiro com o qual se casavam. Casais

assim formados sobreviviam razoavelmente. Alugavam um quarto em um cortiço ou casinha nos arredores da cidade e criavam os filhos. Para não atrapalhar o trabalho dos pais, as crianças podiam ser educadas por amigos ou parentes, em cujas casas cresciam e aprendiam os primeiros ofícios. Deixar a educação dos filhos a cargo de outras pessoas prenunciava hábitos ainda hoje presentes entre mães pobres. Apesar das medidas legais e do preconceito contra concubinatos, estes predominavam.

Esboço dos papéis femininos

Ao longo do século XIX, o Império mudou. Com a vinda da família real portuguesa, o processo de independência, o crescimento da economia cafeeira e a ampliação de cidades, as mulheres começaram a ganhar maior visibilidade. Emergia a noção de privacidade, importada da Europa. Não importava se as famílias eram nucleares, extensas ou múltiplas, mas sim um tipo de sentimento que impelia os parentes à coabitação. Difundia-se a mística da vida comum – partilhar espaços, gestos, tradições e sentimentos com os “seus” constituiu-se na tônica da família. A casa humilde ou o sobrado elegante modificaram os espaços. É evidente que os segundos se alteram em maior proporção. O mobiliário da época e os utensílios domésticos refletem essas modificações, e se sofisticam. As fronteiras entre o público e o privado ficam mais nítidas, favorecendo que os papéis exercidos nesses espaços também ganhassem maior visibilidade.

A Igreja e o Estado apostavam no sucesso do papel feminino. Dentro de casa, a mulher poderia comandar alianças, poderes informais e estratégias. Mas apenas dentro de casa. Na rua, era

outra coisa. O risco da perda da honra crescia; conversas com homens eram inadmissíveis. Estar fora depois das Ave-Marias era sinônimo de se prostituir. A diferença entre as mulheres de casa, em geral casadas, e as da rua, trabalhadoras concubinadas ou sós, acentuava-se.

A maior parte das meninas não aprendia a ler. Passavam a meninice entre o oratório e a esteira. Ensinavam-lhes a fazer rendas, bordado e costura. Esperava-se que fossem incultas, piedosas, prisioneiras da casa. Amélia Beviláqua, escritora piauiense do século XIX, assim as retratou: "A menina era um corpo cansado, sempre encurvado na almofada. Não distraía o espírito, nem brincava porque era menina e devia estar sempre quieta".

Sair? Só para ir à missa. As procissões eram acompanhadas das janelas para proteção da própria virtude. Namoros sem consequência, baseados em troca de olhares, suspiros e beliscões, eram a distração até o casamento arranjado. Maridos eram escolhidos pelo pai, segundo critérios econômicos e sociais, ou encomendados de Portugal. Para muitas, o matrimônio era um drama penoso: "À medida que o padre falava, sua voz se tornava fúnebre e as palavras ressoavam no salão como se ele abençoasse uma sepultura que ia se fechar [...] quando ele uniu as mãos do casal, a noiva parecia quase desfalecer, seu rosto traduzia uma terna submissão diante da fatalidade das coisas", descreve Amélia Beviláqua.

Se a esposa adoecesse, o marido é que a examinava, supervisionado pelo médico. A obstetrícia, baseada em conselhos de mães, ficava a cargo de parteiras, aparadeiras e comadres, pois preconceitos impediam os homens de exercê-la. O amor era considerado uma doença e havia emulsões de castidade para

combatê-lo. As adúlteras estavam sujeitas a surras ou mesmo à morte.

A partir da segunda metade do século XIX, em nome da “civilização e da modernidade”, “pobres e desfavorecidos” passaram a ser alvo do Estado imperial. Queria-se adaptá-los aos padrões culturais europeus. Enquanto as cidades eram reurbanizadas, a população passou a ser disciplinada, reeducada. Daí a preocupação com a conduta moral, a saúde, a vida sexual dos casais e, como veremos mais à frente, dos solteiros.

Tanto a Igreja quanto o Estado reclamavam a necessidade de o “amor” do casal estar vinculado à sexualidade e à procriação. O Estado acreditava que do bom desempenho sexual dos cônjuges “dependia a saúde dos filhos, a moralidade da família e, sobretudo, o progresso populacional da nação”. A Igreja católica, por sua vez, continuava a reafirmar o ideal de família cristã: evitar filhos era considerado desobediência e, portanto, pecado.

Tal família era inteiramente subordinada à figura do pai. Rei em casa, ali ele representava o Estado e a Igreja. Da mulher, além de submissão, esperava-se que exercesse plenamente a função de procriar e transmitir aos filhos valores morais e éticos; dos filhos, que aceitassem todas as regras, tanto afetivas quanto disciplinares, sem procurar questioná-las.

Se por um lado as diversas formas de família iriam conviver ao longo de mais de 350 anos, por outro, o casamento seguiria sendo a chave para distinguir diferenças – as diferenças entre as mulheres. Uma política comum uniu Igreja e Estado no combate às ligações ou “tratos ilícitos”. O concubinato era vivido como algo que se fazia “na rua”. A adoção do modelo imposto pela Igreja ajudou a construir os papéis femininos no imaginário social. Esposas: mulheres corretas.

Concubinas, imorais, que viviam “meretrizmente”, cúmplices de “tratos ilícitos”: as erradas.

“O que Deus uniu...”

E os príncipes se casaram, tiveram muitos filhos e foram felizes para sempre? Não, necessariamente. Em nossa história, a sonhada harmonia depois do casório, só nos contos de fada. A começar pela escolha do príncipe, digo, do parceiro. Quem casava com quem? Desde o século XVII, manuais de casamento – livros em que se prescreviam as melhores regras para consumir o matrimônio com sucesso – procuravam fornecer orientação na hora da escolha matrimonial. O importante era casar com um “igual”. Daí serem comuns as núpcias entre parentes próximos, primos e até meios-irmãos.

Graças aos casamentos endogâmicos, as famílias senhoriais aumentavam a área de influência, aumentando também o patrimônio: terras, escravos e bens. O casamento com “gente igual” era altamente recomendável, e poucos eram os jovens que rompiam com essa tradição. O autor de um desses manuais (o *Guia de casados*), dom Francisco Manoel de Melo, recomendava em 1747: “uma das coisas que mais podem assegurar a futura felicidade dos casados é a proporção do casamento. A desigualdade causa contradição, discórdia. [...] Perde-se a paz e a vida é um inferno. Para a proporção dos pais, convém muito a proporção do sangue; para o proveito dos filhos, a da fazenda; para o gosto dos casados, a das idades”.

O *Guia* queria dizer que as pessoas não podiam ter origens sociais ou religiosas diferentes; casamentos de pobre com rico, de

branco com negro ou de católico com judeus ou muçulmanos eram severamente criticados, por isso se falava tanto em “proporção”, isto é, em harmonia, igualdade. A igualdade da “fazenda”, ou seja, dos bens possuídos, era fundamental para assegurar que os filhos continuassem tão ricos quanto os pais. A diferença de idades era combatida, pois se um velho rico se casava com uma mulher bem mais moça havia o risco de esta, depois de enviudar, gastar o dinheiro com outro homem mais moço.

É em virtude dessa mentalidade que tantos ditados populares, até hoje, condenam esse tipo de matrimônio: *Velho apaixonado, com pouco está cansado; Velho com amor, morte em redor*. Além, é claro, dos ditados que recomendam o que seria “certo”: *Casar com os de sua igualha; Casa tua filha com o filho de teu vizinho; Casar e comprar, cada um com o seu igual!*

Outro ponto importante? Os predicados morais da mulher, segundo o *Guia*: “seja, pois, a mulher que se procura para esposa formosa ou feia, nobre ou mecânica – trabalhadora braçal –, rica ou pobre; porém não deixe de ser virtuosa, honesta, honrada e discreta”. E mais: “a mulher não tem autoridade sobre o seu próprio corpo – é o marido que a tem”. A submissão feminina fazia parte do contrato.

Outra dificuldade, além de achar o parceiro certo, era o preço da cerimônia. Casar, no Brasil colonial, custava uma fortuna, além de ser uma trabalhadora para conseguir todos os papéis exigidos pela Igreja. Foi o que ocorreu, por exemplo, com certo João Romão. Nascido em um vilarejo da Serra da Estrela em Portugal, decidiu conhecer a famosa Terra de Santa Cruz. Chegando ao Rio de Janeiro em 1703, partiu logo para Minas em busca de ouro. Em São Paulo, conheceu certa Gertrudes, com quem resolveu se casar. Só que os papéis de que João precisava para realizar a união tinham ficado lá

na "terrinha". O mais importante deles era o atestado de batismo, que comprovava ser ele católico, apostólico e romano. Nessa época, os navios demoravam de 40 a 45 dias para trazer e levar informações, isso sem contar o tempo de ir ao interior de Portugal, subir a serra para chegar à pequena aldeia e procurar os ditos papéis.

O próximo passo eram as "provisões". Esse documento determinava uma investigação cuidadosa na vida dos noivos para examinar se haviam se casado antes, se moravam naquela paróquia há muito tempo ou se tinham algum laço de parentesco. Aos viúvos, exigia-se o atestado de óbito do primeiro cônjuge. A investigação era fundamental, pois não foram poucos os homens como João Romão, que deixavam as legítimas esposas em Portugal. Quando chegavam à terra ensolarada do Brasil, enrabichavam-se por uma bela mulata e passavam a viver amancebados. Depois de muitos anos de vida e alguns filhos, decidiam casar-se. Alegando não ter papéis, presumindo viuvez, contraíam matrimônio, mas, na realidade, eram bigamos.

Houve outros casos em que os noivos se aproveitavam do casamento para enriquecer. Saíam pobretões de Portugal, vindo para cá em busca de ouro nas Minas Gerais. Como não achavam o metal dourado, passavam a procurar uma rica herdeira que quisesse se casar com um homem branco chegado do Reino. As razões para a bigamia foram várias, a maior parte delas decorrente da aventura colonial: falta de notícias da esposa, vontade ou necessidade de se casar outra vez, pressão da família, gratidão, amor ou miséria.

Havia ainda outro documento necessário para o casamento: os "banhos". Este deveria ser lido na missa que antecedia a cerimônia, fornecendo o nome dos pais e dos noivos. Se alguém tivesse alguma objeção ao casamento, poderia se pronunciar.

O preço dessa burocracia toda era tão elevado, que os próprios governadores reclamavam. Em São Paulo, chegou a ocorrer até briga entre o bispo e o governador. O primeiro, querendo cobrar uma fortuna pelas "provisões". O segundo dizendo que, pelo preço – na época, 2,4 mil-réis –, ninguém conseguiria se casar, só os muito ricos! O pior é que as pessoas eram perseguidas quando não contraíam matrimônio na frente de um padre. Por isso, vários casais pobres pediam licença às autoridades para esmolar. O governador da capitania, na época, ficou horrorizado com essa situação, e chegou a pedir ao bispo que dispensasse os pobres dessa despesa por considerá-la humilhante. Porém, o bispo não lhe deu ouvidos. E continuou a cobrar...

Pelas leis da Igreja, os rapazes podiam se casar aos catorze anos, e as meninas, aos doze. Mas essa não era a regra. A maior parte dos jovens casava-se aos 21 anos, enquanto as parceiras teriam por volta de vinte. Na elite ocorriam, também, casamentos de meninas com homens bem mais velhos. Às vezes, as esposas eram tão jovens, tendo recém-completado treze ou catorze anos, que o casal precisava esperar algum tempo para começar a ter relações sexuais.

Não foram poucas as mulheres que se entregaram aos noivos esperando, com esse gesto, casar-se mais rápido. Mas o tiro, às vezes, saía pela culatra: grávidas, elas eram abandonadas. Vingativas e furiosas, iam se queixar ao bispo. Vem dessa situação, aliás, a expressão: "Vá se queixar ao bispo!". Havia punições rigorosas para os homens que engravidassem as moças à força. Eles eram obrigados a se casar ou a indenizar a "virgindade perdida". Casos inversos também eram comuns: aproveitando-se de jovens ricos, moças pobres provocavam a gravidez para lhes arrancar uma boa soma de dinheiro que permitisse, mais tarde, casarem-se com quem quisessem.

Pequena ajuda do Alto...

As moças que desejavam muito se casar, mas que encontravam dificuldades, costumavam rezar para os “santos casamenteiros”: são Gonçalo e santo Antônio. Nos casos de decepção amorosa, por exemplo, algumas, mais desesperadas, chegavam a esconder o Menino Jesus que o santo trazia nos braços até que ele lhes restituísse o namorado fujão. Quadrinhas de época mostram que já se recorria ao milagroso santinho para conseguir um noivo ou uma noiva:

*Meu santo Antônio faceiro
santo dos mais adorados
que, sendo um santo solteiro,
cresces o rol dos casados.*

A Igreja católica não só permitia como defendia o direito dos escravos de se casarem, até mesmo com pessoas livres. Os senhores mais ricos costumavam casar os escravos no mesmo dia em que batizavam as crianças nascidas no engenho. Assim, chamava-se um padre, que realizava as duas cerimônias, havendo depois uma “função”. A função era uma festa ao som de batuques, violas e atabaques, em que se comia rapadura e havia distribuição de cachaça. Alguns escravos endividavam-se com os senhores para poder oferecer uma festa pelo casamento dos filhos. Depois teriam de trabalhar dobrado para pagar a dívida. A defesa do direito dos escravos de se casar e levar uma vida conjugal como qualquer outra pessoa era uma das prioridades da Igreja, que colocava a necessidade do casamento acima de tudo.

Sabe-se também que as pessoas tinham várias crenças em relação ao dia do casamento. Não se devia casar em dia de Sant'Ana, pois a noiva podia morrer de parto. Durante a manhã que antecedia o casamento, a noiva não podia ajudar na cozinha – na qual se matavam e preparavam animais e outras comidas – nem sair de casa, exceto para ir à igreja, sem olhar para trás no caminho. Ao voltar para casa, após a cerimônia, o casal era recebido com foguetório e cantos de alegria. Uma grande comilança encerrava as bodas.

“Onde há galo, não canta galinha” – o ditado popular não deixava dúvidas. Em uma sociedade machista, cabia à mulher e aos filhos obedecer às ordens do chefe da família. Manter-se em casa, evitar os perigos e as oportunidades que podiam surgir na rua eram normas que deveriam ser cumpridas: “o homem na praça e a mulher em casa”. A mulher devia ao marido “fidelidade, paciência e obediência”. Os maridos deviam às mulheres e aos filhos assistência alimentar e respeito. Os filhos ilegítimos tinham de receber assistência paterna obrigatória até os sete anos.

O amor entre homem e mulher, era evidente, seguia os costumes da época. O amor feminino deveria ser respeitoso e recatado; e o masculino, certo tipo de ternura inspirada pela “fragilidade” do sexo feminino. Tal ordem podia ser quebrada: bastava o marido morrer ou ser obrigado a trabalhar fora da região onde vivia a família para a mulher assumir o papel de “chefe do lar”. Muitas delas se insurgiram contra a ditadura do fogão e do berço, resistindo às vontades do marido cotidianamente: salgavam a comida, deixavam de lavar a roupa ou passavam os dias na igreja – um dos poucos lugares de encontro social – a conversar com as amigas.

Para essas mulheres que não queriam passar os dias “presas” em casa, a Igreja católica reservava uma série de sermões “educativos”

e proibições: não podiam usar “unguentos enganosos [perfumes e loções] e outros mil embelecões e embustes [joias ou maquilagem] para chamar a atenção dos homens”. Não podiam “mostrar os arrelhos dos pés”, pois isso “espicaçava os agulhões da carne”, sendo também considerado um pecado grave. E pecado gravíssimo era mostrar “a nudez dos peitos” ou aceitar “as desculpas” daquelas que diziam “cobri-los com gazes e panos transparentes, provocando mais atenção”, rugia o pregador!

A Igreja temia pela perda da honra das mulheres casadas, como revela o livro *Armas da castidade*, escrito pelo padre Manuel Bernardes. No capítulo intitulado “Como se portará uma mulher casada para não cair em adultério ou já caída nele”, o padre recomendava a essas mulheres que treinassem a abstinência sexual para enfrentar a solidão nas viagens dos maridos. As visitas masculinas deviam ser recebidas pelas mulheres da família – mãe e filhas casadas ou solteiras – “com decoro e sob os estribos da sudez”!

Era preciso, ainda, controlar os escravos domésticos, para que estes não “alcovitassem”, isto é, não levassem recados amorosos das donzelas da família aos namorados. Os escravos também não podiam ajudar os namorados em encontros proibidos pela família. “Pode haver maior descuido do que deixar uma mãe sair uma filha só em companhia de uma escrava desonesta?”, perguntava-se, escandalizado, o cronista colonial Nuno Marques Pereira.

Mesmo para ir à igreja devia haver controle, pois no caminho as mulheres podiam encontrar mais pecados. No período colonial, a igreja era o lugar preferido para encontros amorosos. Nos dias de missa e festas religiosas, ou quando estavam vazias, eram ideais para a troca de beliscões, pisadelas e beijos furtivos por trás de colunas e altares.

Carnes frias

Todas essas exigências transformavam as mulheres em seres recatados e sisudos que, no casamento e na família, tinham função específica: a de “servir e obedecer como fazem as boas, virtuosas e bem procedidas mulheres”, como explicou uma delas, ao responder, em 1761, a um processo de divórcio. O companheirismo, baseado na concórdia mútua, era o sentimento aconselhado aos esposos. O amor e a paixão dentro do casamento deviam ser minimizados, pois o amor-paixão era sempre visto como algo irracional. Segundo os pregadores, era “o oceano em que naufragam as más paixões”, arriscando levar, nesse naufrágio, os bens, a honra e o patrimônio familiar.

Antigos provérbios populares mostram, no entanto, como era difícil, já naquela época, a realização do casamento ideal: *Casa de pombos, casa de tombos; Casados, separados.*

E o sexo dentro do casamento? Vejamos o que dizia a Igreja sobre o assunto: “A luxúria é vício da lama que inclina a querer deleite desordenado de cópula carnal...”. A luxúria é o mesmo que sensualidade. Inclinar é predispor. Deleite é prazer. Desordenado, aqui, significa desmedido, incontrolável. Cópula carnal é cópula mesmo! Agora, já não fica tão difícil entender esse preceito moral estabelecido pelas autoridades da Igreja católica.

Poucos sabem que, sob influência do cristianismo, uma nova ética sexual se impôs dentro do sacramento. A regra era recusar o prazer. Só o espírito tinha valor. A “carne”, como dizia são João, “não servia para nada”; e o desejo e a luxúria eram coisas de Satã, que, aliás, já havia enganado Eva no paraíso. A saída era fazer do sexo um

remédio contra a concupiscência, voltado exclusivamente para a procriação. “Crescei e multiplicai-vos”, eis a ordem – que deveria ser executada com muita decência.

Além disso, os casais tinham de seguir o calendário religioso para fazer amor: não era permitido em domingos e dias santos, nos dias dos santos padroeiros e durante a Quaresma. Proibia-se também sexo às mulheres grávidas, pois se temiam os abortos; às mulheres menstruadas, pois se acreditava que elas, nesses dias, geravam filhos leprosos; e às mulheres que estivessem amamentando, por medo de contaminar o leite com esperma!

A hostilidade da Igreja ao sexo transparecia também na perseguição aos chamados “tocamentos torpes”, toques ou beijos, que visavam apenas o gozo, sem a finalidade de procriação. Gestos de afeto, como o beijo por “deleitação carnal e sensitiva”, eram considerados “indecentes e perigosos”. Além disso, as esposas deviam estar em guarda contra os chamados “tatos venéreos sensuais e carnis”, ou seja, todo toque sobre parte do corpo tida por macia e aveludada... Ainda segundo um sisudo padre confessor do século XVIII, seriam também pecados graves “apertar a mão de uma mulher, beliscá-la, pisar-lhe o pé”.

Os casais eram severamente perseguidos quando tentavam evitar filhos. Na época, vale lembrar, não existia nem “camisinha”, nem pílula anticoncepcional. Na maior parte das vezes, usava-se uma técnica bastante difundida na Europa: o coito interrompido, que a Igreja católica condenava, como revela o trecho de um diálogo entre um confessando e o padre no confessionário: “Padre, várias vezes retraí-me, impedindo a concepção”. E a resposta ríspida do padre: “Pois saiba Vossa Mercê que peca mortalmente cada vez que fizer isto; e, se sua mulher consentiu nisto, fez o mesmo e é ré do mesmo pecado!”.

Além do cerceamento do sexo dentro do casamento, a Igreja reduzia ao mínimo o lazer erótico e qualquer situação de prazer. Um manual de confissão do século XVII, por exemplo, dizia ser “muito sujo e perigoso o passatempo de porem-se as mulheres a ver nadar os homens... e mui dignos de repressão os que sendo de um sexo se põem a ver os do outro quando se banham, quando se desnudam ou quando dormem”.

A vida sexual dos casais era bastante reprimida pela Igreja, o que não significava, entretanto, que todos seguissem essas regras. Documentos existentes nos arquivos luso-brasileiros mostram que os casais tinham uma vida sexual livre e que várias pessoas, sobretudo os homossexuais, buscavam viver o prazer como bem quisessem. A Igreja, porém, esteve sempre por perto, ameaçando, punindo e chegando mesmo a queimar em fogueiras os que insistissem em pecar.

Vários historiadores comprovaram a valorização do casamento desde os primeiros séculos da colonização. Ele era indício de respeitabilidade, ascensão social e segurança. “Mulheres que não tinham marido”, como as designam documentos antigos, viviam à deriva, nos limites da desclassificação social, almejando uma vida minimamente alicerçada segundo os costumes sociais e a ética oficial. Na sociedade tradicional, a mulher não possuía estatuto fora do casamento; ele era a única instituição que lhe permitia se realizar como ser social. Tornar-se uma “santa esposa e mãe” – como queria a Igreja católica – davam o respeito, a mobilidade social e a segurança tão almejadas pelas populações femininas.

Ciúmes e zelo

Documentos do período colonial revelam que os sentimentos estavam aprisionados em dois padrões de sexualidade então vigentes: o amor casto e respeitoso das esposas e o amor voluptuoso, fora do casamento, com “a outra”. Em testamentos de esposas, registram-se demonstrações de “estima, dedicação e gratidão” em relação ao cônjuge; carinho e amor eram aspectos do casamento dos mais pobres. Por isso, talvez, se desfizessem com facilidade as uniões entre pessoas de poucas posses. Os padrões de moralidade eram mais flexíveis e havia pouco a se dividir em uma vida simples.

Amores produzidos “no apetite e na desordem”, amores feitos de paixão, eram também eivados de ciúme. O convívio familiar apresentava traços que oscilavam entre dois extremos – a excessiva violência ou o excessivo amor se confundiam. Na convivência entre homens e mulheres das comunidades mineiras, no século XVIII, por exemplo, ficavam evidentes condutas firmadas em um cotidiano do qual os padrões da Igreja pouco participavam. Nesse sentido, tais condutas revelariam uma ordem familiar em que ocorriam conflitos às vezes violentos, nos quais as mulheres não se mostravam passivas e em que havia atitudes contrárias à ordem escravista bem como comprovações extremadas de afeto. Trata-se de atos cujo exemplo serve para iniciar a complicada tarefa de estudar sentimentos e atitudes condenados aos olhos da Igreja.

Consumido de ciúme da crioula Perpétua de Miranda, Manuel Borges “arrombou a parede do quintal dela e se foi por cima do telhado para entrar na casa dela por suspeitar que ela não lhe abrisse a porta por ter alguém entrado em casa e depois [...] lhe deu muita pancada”, segundo relato de 1743, em Minas Gerais. Em Vila do Príncipe, na comarca de Serro Frio, o padre Manuel de Amorim Pereira tentava garantir seu relacionamento dando

“pancadas noutro homem por respeito de uma negra”, sua amásia. O reverendo Simão Peixoto, por sua vez, não aceitava o fim da relação com a parda forra de apelido “Rabu”. Quanto mais o reverendo insistia na reconciliação, mais a mulher resistia. As “descomposturas indecentes a seu estado”, mediante xingamentos e discussões em público, eram frequentes, até chegar à luta física. Após muitas brigas entre o casal, “de que resultou quebrar-lhe a cabeça”, a mulher, “vendo-se ferida correu atrás dele com um espeto na mão”. Esses são exemplos de atitudes públicas nas quais transpareciam não só a existência de um comportamento amoroso, mas os conflitos, a paixão e o afeto que lhe estavam subjacentes.

A relação entre zelo e violência era a chave do discurso que aparece em vários documentos. Hoje, “zelo” tem a acepção de cuidado, desvelo, pontualidade e, com menos frequência, pode até significar afeição íntima ou ciúme. Em sua acepção original, contudo, *zeluz* significa ciúme e tem a ver com cultivar o ardor fora do casamento e dedicá-lo à mulher, e não a Deus. Nesse caso, a acusação de zelo parece sintetizar a solução para a condenação da paixão e do afeto extraconjugais.

Falas proferidas perante tribunais eclesiásticos revelam sentimentos de dedicação entre amantes. Por exemplo: na São Paulo de 1796, Ana Francisca de Paula se queixa ao juiz eclesiástico de que o marido “dizia claramente que queria ficar com sua concubina Escolástica, mulher parda, por ser esta a que mais lhe agradava e servia”.

Embora classificados como ilegítimos pela Igreja, os relacionamentos consensuais confirmavam, em muitas partes da colônia, a existência da estabilidade tão desejada nos matrimônios oficiais – mas também de sentimentos que ficavam distantes do espírito religioso. Vivendo publicamente com as parceiras,

indiferentes à sua condição, comparecendo à casa de Deus com elas para cultivarem o espírito religioso ou tratando-as com zelo exagerado, o convívio familiar de grupos populares mesclava certa mistura efervescente de valores tradicionais e transgressão.

Paixão e violência feminina

Concubinatos e “uniões” não eram apenas o doce e protetor nicho de estabilidade. Espaço de amantes, lugar de confrontação dos corpos, era também aquele de todos os incêndios, prestando-se a batalhas pessoais às quais não faltavam consequências. Certo de que o Estado interferia em alguns casos de desavenças, apelar ao governador de plantão era recurso habitual de mulheres que não hesitavam em abrir processo de divórcio ou separação de corpos no tribunal eclesiástico. Em São Paulo, certa dona Antônia de Almeida acusa o marido de ultrajá-la com “cartas torpíssimas escrevendo palavras impudicas, [...] tirando-lhe violentamente os bens”. Gertrudes Maria de Godoy, moradora no termo da Vila de Bragança, casada há mais de trinta anos com o alferes José Ortiz de Camargo, queixava-se de que o marido se separara dela há cinco anos, “embriagado no amor de suas concubinas”. E havia ainda as maltratadas: mulheres que apanhavam, eram amarradas ao pé da cama ou em cercas fora de casa, deixadas ao relento, sem alimento – enfim, mulheres que sofriam toda forma de violência física.

Já havia, sim, separações, e muito mais. Morte natural do marido, por exemplo? Nem sempre. Misturar vidro moído e sangue menstrual – considerado poderoso veneno – à comida era uma das maneiras de eliminar o cônjuge. Em 1795, quatro mulheres foram presas na cadeia do Rio de Janeiro por terem assassinado os seus. No

Maranhão, presa na cadeia da Casa de Suplicação, dona Maria da Conceição teria mandado matar, ou melhor, assistido à “morte aleivosa” do consorte. Ela vivia em “pública e adúlterina devassidão” com o corrêu do crime, o sobrinho do companheiro, “com que se ajustara a casar por morte deste”.

E havia o troco: a morte da mulher. Indivíduos de condição social elevada obtinham com relativa facilidade “seguro real” para poderem cuidar da própria causa em liberdade. José Galvão Freire matara em Guaratinguetá sua esposa, dona Maria Eufrásia de Loyola, e ferira o estudante Manuel de Moura, por “achá-los em adultério”. O delito era, para os desembargadores, “desculpável pela paixão e arrebatamento com que foi cometido”, e assim permitiram que o uxoricida cuidasse de sua defesa em liberdade.

Na legislação lusa e na sociedade colonial, a punição do assassinio do cônjuge por adultério era desigual. Enquanto para as mulheres não se colocava sequer a possibilidade de serem desculpadas por matarem maridos adúlteros, aos homens a defesa da honra perante o adultério feminino comprovado encontrava apoio nas leis. O marido traído que matasse a adúltera não sofria nenhuma punição. Diziam as Ordenações Filipinas: “Achando o homem casado sua mulher em adultério, licitamente poderá matar assim a ela, como o adúltero, salvo se o marido for peão, e o adúltero, fidalgo, desembargador, ou pessoa de maior qualidade”. Assim, enquanto a condição social do parceiro do adultério era levada em conta, a condição social da adúltera não se revestia da menor importância; tanto podia ser morta pelo marido a plebeia como a nobre. Outra punição para as adúlteras era o confinamento em um convento.

Em 1771, Bento Esteves de Araújo, suspeitando da traição da mulher, Ana da Cruz, confinou-lhe no convento de N. Sra. da Ajuda, no Rio de Janeiro. Mas a paixão devia ser grande, pois lhe escrevia:

“não tenho tempo de narrar o que tenho sentido a seu respeito... olha fiquei tão fora de mim que cheguei em casa todo molhado [...] Infinitas vezes tenho de noite acordado todo elevado, e querendo completar toda a vontade não acho o que tenho no sentido, pois cada dia, são mais de mil lembranças destas [...]”. E, avisando à esposa de que iria visitá-la às escondidas, rabiscava: “Estando o prego fora avise que lá irei dizer-lhe um adeus, ouviu. Rasgue logo esta. Seu marido”.

Mesmo conscientes de que o castigo do adultério feminino era bem mais rigoroso do que o do masculino, as mulheres da colônia não deixavam de cometer esse pecado – do ponto de vista da Igreja – ou crime – do ponto de vista do Estado. Não era fácil para elas manter relações adúlteras, a não ser na ausência do marido, por separação decretada por Tribunal Eclesiástico ou por contato frequente com clérigos.

Um exemplo: senhor de engenho no Recôncavo, Jacinto Tomé de Faria se ausentava com frequência da cidade para visitar suas terras. A mulher, Ana Maria Joaquina da Purificação, nunca o acompanhava. Isso porque de noite ela recebia seu amante, o cônego da Sé da Bahia, José da Silva Freire. Este entrava clandestinamente na residência, e, para melhor consegui-lo, “mandara roçar o mato que ficava na parte do quintal e por esse insólito caminho adentrava a casa, fechado em sua cadeira de arruar” ou envolto em um espesso capote. O cônego tinha as chaves de “uma porta que ficava do lado do quintal, da qual passava, por uma série de alçapões construídos por seus escravos, para um quarto do sobrado onde Ana o aguardava”. Pego em flagrante, o cônego foi processado e pagou trezentos mil-réis ao senhor do engenho, além de ter sido degradedado por um ano para Ilhéus.

Violência e racismo

Temperadas por violência real ou simbólica, as relações eram vincadas por maus-tratos de todo tipo, como se veem nos processos de divórcio. Acrescente-se à rudeza atribuída aos homens o tradicional racismo, que campeou por toda parte: estudos comprovam que os gestos mais diretos e a linguagem mais chula eram reservados a negras escravas e forras ou mulatas; às brancas se direcionavam galanteios e palavras amorosas. Os convites diretos para fornicção eram feitos predominantemente às negras e pardas, fossem escravas ou forras. Afinal, a misoginia – ódio das mulheres – racista da sociedade colonial as classificava como fáceis, alvos naturais de investidas sexuais, com quem se podia ir direto ao assunto sem causar melindres. O ditado popular parecia se confirmar: “Branca para casar, mulata para foder e negra para trabalhar”.

Degradadas e desejadas ao mesmo tempo, explica o historiador Ronaldo Vainfas, as negras da terra seriam o mesmo que as prostitutas de Lisboa no imaginário dos colonos brasileiros: mulheres “aptas à fornicção” em troca de alguma paga. E, na falta de mulheres brancas, fossem para casar ou fornicar, caberia mesmo às mulheres de cor o papel de meretrizes de ofício ou amantes solteiras na história inteira da colonização. Nos séculos seguintes, a degradação das índias, bem como seu consumo como objetos sexuais, se somaria à das mulatas, africanas, ladinas e cabochas – todas inferiorizadas pela condição feminina, racial e servil do imaginário colonial. Mais desonradas que as solteiras do Reino, pois, além de “putas”, eram de cor, nem por isso ficaram as cabrochas do Trópico sem a homenagem do poeta.

No século XVII, Gregório de Matos dedicaria vários de seus poemas a certas mulatas da Bahia, em geral prostitutas. "Córdula da minha vida, mulatinha de minha alma", folgava o Boca do Inferno. Matos endeusou o corpo e os encantos da mulata, que, como a índia do século XVI, tornou-se objeto sexual dos portugueses. Mas o mesmo poeta não ousou brincar com a honra das brancas, às quais só descrevia em tom cortês, ao passo que às negras d'África ou às ladinas referia-se com especial desprezo: "anca de vaca", "peito derribado", "horrível odre", "vaso atroz", "puta canalha". À fornicação e, eu acrescentaria, aos amores tropicais não faltaram pontadas de racismo e desprezo à mulher.

"Vamos deitar-nos..."

Graças ao trabalho de inúmeros historiadores, sabe-se hoje que, tal como outros grupos formadores da sociedade brasileira, os afrodescendentes e africanos também souberam organizar famílias, zelar pela prole, honrar os velhos, tomar conta dos lares e da linhagem e, como disse o historiador Robert Slenes, "cultivar na senzala uma flor". Casamentos e uniões dentro das mesmas etnias acotovelavam-se com os que reuniam africanos de origem diferente. Nem sempre era possível se casar com alguém da mesma procedência, pois os senhores se encarregavam de misturar, nas propriedades, escravos de origem diversa. Temiam revoltas. Porém, de qualquer jeito, o casamento proposto pela Igreja católica era conveniente aos cativos, pois evitava a separação dos casais; afinal, o deus dos católicos não aprovava a separação de cônjuges. O casamento de cativos também convinha aos senhores: os casais

tinham menos motivos de queixas sob essas circunstâncias, promovendo – pelo menos na aparência – a paz nas senzalas.

A formação das famílias afrodescendentes por meio de concubinatos e matrimônios variou muito. Nas áreas de mineração, por exemplo, a escassez de mulheres e a instabilidade e insegurança das comunidades tornavam as relações estáveis incomuns. Nas áreas de *plantation*, relações dentro de um mesmo grupo, em uma mesma fazenda, em um mesmo engenho ou com eleitos escolhidos na vizinhança tornavam os encontros mais fáceis. Era também mais provável que o escravo encontrasse a parceira em grandes fazendas e latifúndios monocultores do que em pequenas roças. Em fazendas e engenhos, o acesso aos padres era relativamente garantido; fora desses lugares, os padres eram presença rara e cara. Portanto, afrodescendentes se casavam mais em fazendas e engenhos que nas pequenas roças. De qualquer forma, centenas de pesquisas demonstram que o concubinato e as ligações consensuais estáveis e de longa duração constituíam-se em uma realidade comum entre escravos, assim como entre pessoas livres, especialmente roceiros pobres; o casamento legal, “de papel passado”, interessava em particular as famílias proprietárias, preocupadas com a transmissão do patrimônio, logo, dos escravos que dele faziam parte.

Casar-se com uma mulher mulata livre melhorava a condição social dos filhos, assim como atenuava o grau de pigmentação – um dos fatores de sucesso na luta pela ascensão, fora dos grilhões do escravismo. Homens negros escolhiam mulatas para se casar, e mulatos escolhiam brancas. A escolha dos parceiros também podia ser presidida por um critério seletivo no que concernia à naturalidade. A comprová-lo um diálogo que o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire manteve com um escravo. Indagado sobre se era casado, respondeu que não, “mas vou me casar dentro de

pouco tempo; quando se fica sempre só, o coração não fica satisfeito. Meu senhor me ofereceu primeiro uma crioula; mas não a quero mais. As crioulas desprezam os negros da costa. Vou me casar com outra mulher que a minha senhora acaba de comprar; essa é da minha terra e fala minha língua”.

Quando aumentava a importação de africanos, os crioulos se fechavam entre si. A entrada de novos homens era sentida como ameaça. Apenas um entre cinco casamentos reunia pessoas de etnias diferentes. Esse padrão vigorou no Rio de Janeiro e no Recôncavo baiano. Mas o aumento do tráfico no século XIX acabou por rompê-lo, uma vez que chegavam aqui cada vez mais indivíduos vindos de diferentes origens. Havia diferença de idade entre os cônjuges; homens velhos se casavam com moças – como, aliás, fazia-se no Golfo do Benin –, e moços, com mulheres décadas mais velhas. Os mais velhos, prestigiados na tradição africana, dominavam o mercado de mulheres férteis; os cativos jovens, excluídos do acesso a estas, acabavam com mulheres em idade bem superior.

Existiam diferenças entre casamentos de pessoas livres e de escravos. As primeiras podiam se casar quando quisessem ou pudessem. O fenômeno sofria interferência de sistemas de religiosidade popular, mitos e crenças, assim como do calendário agrícola ou litúrgico. O chamado “tempo proibido”, ou tempo de penitência, quando a Igreja desaconselhava toda manifestação de alegria e qualquer tipo de festividade coletiva, era observado em nossa população, sobretudo em áreas agrícolas: no Advento e na Quaresma, casamentos caíam quase a zero. Evitavam-se alguns dias para celebração das núpcias: sexta-feira, por exemplo, era tido por nefasto, desde os tempos medievais; o dia da Paixão e Morte do Cristo, considerado de mau agouro, pois trazia dores.

Já os escravos das *plantations* estavam sujeitos às atividades de semeadura e colheita. O calendário agrícola tinha grande influência na realização de rituais religiosos. Roças de alimentos com poucos escravos, por exemplo, demandavam ocupação de toda a família, inclusive de filhos e filhas casadoiros, fato que podia atrasar ou antecipar casamentos. A escravaria se casava na capela das fazendas em cerimônias seguidas de comezaina, batuques e uma “função” musical. A cerimônia seria frequente? Um observador, o viajante suíço J. J. von Tschudi, em 1860, responde:

É muito raro haver entre os negros casamentos celebrados na igreja, mas o fazendeiro permite que os pares que se unem segundo oportunidade ou sorte, vivam juntos, sendo que o pronunciamento do fazendeiro basta para que eles se considerem esposo e esposa, numa união que raras vezes irá perdurar a vida inteira. As pretas em geral possuem filhos de dois ou três homens diferentes.

Para além do preconceito manifesto, Tschudi certamente desconhecia as tradições africanas: muitas mulheres e muitos filhos, no continente de origem, eram considerados sinal de riqueza, fecundidade e felicidade. Todos, juntos, trabalhavam a terra do patriarca da família. A virilidade era atributo fundamental de honra de um homem. Já a fecundidade das mulheres, louvada nas mais variadas manifestações de arte: escultura, dança, pintura. A esterilidade feminina era vivida como uma maldição. *Sem filhos, estás nu*, dizia um antigo provérbio iorubá. Os homens lutavam pela esposa mais fecunda. O casamento, na África atlântica, por exemplo, podia tomar várias formas – do rapto da parceira por um indivíduo mais audacioso ao pagamento de dotes como indenização à linhagem familiar da mulher. Tal sistema permitia aos ricos e poderosos aumentar consideravelmente o número de esposas,

fazendo da poligamia um privilégio. O grande número de esposas, por sua vez, permitia aos maridos respeitar o tabu da abstinência sexual, ligado à amamentação dos pequenos, quando de um nascimento.

É muito provável que tais tradições, profundamente arraigadas, tivessem se transferido para a colônia, incentivando um tipo de família diversa da que possuíam os portugueses. Ou, apesar dos casamentos de escravos com festa e batuque, diferente da que desejava a Igreja. A possibilidade de recriar hábitos em terra estrangeira foi característica de nossos avós africanos. De qualquer modo, casamentos que não duravam e filhos de pais variados não eram, absolutamente, características dos grupos afrodescendentes, mas da sociedade como um todo.

Não há dúvidas, por outro lado, de que os afrodescendentes tivessem seus rituais de sedução e enamoramento, receita certa extraída de falares africanos. É a linguista Yeda Pessoa de Castro quem reconstituiu um diálogo de “abordagem sexual, sedução e negociação amorosa”, em língua mina-jêje, a partir de um manuscrito mineiro do século XVIII. Vale a pena conhecê-lo:

- UHÁMIHIMELAMHI. Vamos nos deitar.
- NHIMÁDOMHÃ. Eu não vou lá.
- GUIDÁSUCAM. Tu tens amigos (machos)?
- HUMDÁSUCAM. Eu tenho amigo (macho).
- NHIMÁCÓHINHÍNUM. Eu ainda não sei dos seus negócios.
- NHITIMCAM. Eu tenho hímen,
- SÓHÁ MÁDÉNAUHE. Dê cá que eu to tirarei,
- GUIGÉROUME. Tu me queres?
- GUITIM A SITÓH. Vosmicê tem sua amiga (mulher),
- GUI HINHÓGAMPÈ GUÀSUHÉ. Tu és mais formosa do que ela (minha mulher).

A mesma pesquisadora repertoria uma série de palavras de origem banto e iorubá com sentido amoroso, sendo a mais conhecida e ainda viva em nosso vocabulário o termo *xodó*, que quer dizer, em banto, namorado, amante, paixão. Além desta, há: nozdo – amor e desejo; naborodô – fazer amor; caxuxa – termo afetuoso para mulher jovem; enxodozado – apaixonado; indumba – mulher sem marido, adultério; kukungola – jovem solteira que perdeu a virgindade; dengue, candongo e kandonga – bem-querer, benzinho, amor; binga – homem chifrudo; huhádumi – venha me comer/foder.

Câmara Cascudo acrescenta a essa gramática amorosa o verbo *kutenda*: pensar em alguém, sentir saudades. Sobre o *cafuné*, conta-nos o etnógrafo, trata-se de hábito africano trazido de ancestrais angolanos: “Catar alguém é um dever afetuoso e demonstração de bem-querer”. “Eu só quero mulher/que faça café/não ronque dormindo/e dê cafuné”, cantam os antigos. Manuel Querino lembra, dentre as práticas amorosas, a especificidade da magia, que empregava folhas para produzir infelicidades ou para fins libidinosos, tomadas em potagens ou em forma de remédios tópicos. Graças ao feitiço, ou *ebó*, colocado em lugar previamente escolhido, chamava-se o nome da pessoa a quem se queria atingir.

No campo da violência entre casais, a historiadora Sílvia Lara recuperou histórias de escravos que matavam senhores ou homens livres da vizinhança por “afronta que estes lhe faziam andando amancebados com suas mulheres”. Não faltavam agressões por ciúme, uma vez que havia menos mulheres nos quilombos e plantéis. Inúmeros processos-crime registram agressões de forros ou libertos que reagiam às “velhacarias” das companheiras. Esses Otelos não perdoavam.

O caso de Miguel Moçambique é emblemático das tensões que atravessavam os amores de então: Miguel já cumpria pena, trabalhando para o Arsenal da Marinha, quando conheceu a preta Justina, que visitava com frequência Ilha Grande para vender alfinetes, agulhas e outras miudezas, além de se encontrar com ele. O sentenciado explicou no interrogatório a que respondeu que ajudava muito a dita escrava. Disse que mesmo os jornais que recebia da Marinha pelos serviços de carpinteiro, bem como o dinheiro recebido pela venda de chapéus de palha, que fazia em momentos de folga, gastava-os com Justina. Dava-lhe vestidos, saldava suas dívidas, e ainda, vez por outra, pagava os jornais que esta devia à senhora dela. Mas soubera que Justina o traía com um marinheiro “que a tinha sempre que queria”. Certa tarde, tendo sido levado ao porto, acorrentado a um outro preso, para trabalhar, Miguel pediu ao sentinela para falar com a escrava. Discutiram. Uma testemunha só o viu puxando pelas pernas de Justina enquanto a cobria de facadas. Aos 36 anos, foi condenado às galés para sempre.

Por certo que não era um mundo cor-de-rosa este em que se movimentavam nossos avós de origem africana. O sistema era cruel. Ele separava famílias, amigos e amantes, esposa e marido. Multiplicava violências. Mas não só. Os arquivos demonstram, com documentos, que casais houve para contrariar a regra – companheiros no cativo e no casamento que, longe da equivocada “licenciosidade das senzalas”, comprovam o sentimento no interior dessas uniões.

Quem quer casar com Dona Baratinha

Durante o século XIX, as moças viviam reclusas sob o poder dos pais até o momento de passar, ainda adolescentes, às mãos do marido. Aos olhos dos estrangeiros, elas se interessavam prematuramente pelo sexo oposto: "Antes de cumprir dez anos, uma menina conhece perfeitamente bem o valor dos homens como maridos e o que é o flerte; gracejará com suas irmãs a respeito deste ou daquele rapaz e se dará conta muito bem de que seu próprio objetivo na vida é assegurar-se um homem", diria a inglesa May Frances em 1890. Não havia liberdade para escolher de acordo com o coração, e os arranjos promovidos pela família prevaleciam: "Minha filha, este é o teu futuro esposo", sublinhava o missionário norte-americano Daniel Kidder, que, em 1837, via os pais entregarem as filhas aos amigos. A virgindade era severamente controlada, e moças não saíam sozinhas com rapazes. As oportunidades de comunicação também eram raras.

Por muito tempo, o casamento foi um "negócio", não só porque envolvia duas pessoas, mas porque se tratava de um mecanismo presidido pelos pais. Certa angústia os perseguia quando a filha atingia a idade de casar, ocasião em que era bom ter uma rede de relações para, então, descobrir um candidato aceitável. Em missas e festas, as mães inspecionavam os candidatos com o olhar, analisando as cifras das fortunas familiares. Um vocabulário próprio às estratégias matrimoniais era colocado em ação: aliança, fortuna, salvar as aparências, nome. Havia grande preocupação com o que se dissesse sobre a futura união, por isso toda a parentela se mobilizava para achar o animal raro: tios, tias, sobrinhos, padres, amigos, além das casamenteiras, que faziam convergir para os pais informações o mais precisas possível. Porém, perigo: algumas jovens tinham "caprichos". Nesse caso, o problema passava a ser outro: evitar que ela "caísse", que cometesse uma "falta". Perder a

virgindade antes do casamento era grave, mas engravidar, pior ainda: era gravíssimo. Tudo girava em torno do dote e da “fama” da moça.

O culto à Virgem e a influência da Igreja católica eliminavam a possibilidade de “perder a honra”. Até mesmo as viúvas deviam se conservar castas em respeito à memória do marido. O crime de sedução ocupava espaço no noticiário diário. Nele, a mulher era defendida quando vítima da violência masculina, e culpada quando cedia à fraqueza do próprio sexo. A barreira criada pela perda da honra era tão grande que, muitas vezes, levava ao suicídio.

A mulher procurava aperfeiçoar os dotes artísticos e físicos para valer mais no mercado matrimonial. O dote contava muito, e a ausência dele fazia ruir alianças. Agências matrimoniais se ocupavam de encontrar o par perfeito: ela, rica; ele, pobre, mas trabalhador. A falta de maridos e esposas endinheirados promoveu casamentos entre brancas e mulatos. Arranjos matrimoniais de órfãs com rapazes católicos de boa conduta eram estabelecidos por administradores de asilos. As moças que recebiam educação conveniente na Santa Casa de Misericórdia, por exemplo, onde aprendiam a ler, escrever e costurar, levavam de dote entre duzentos e quatrocentos mil-réis; as que não tinham dote nem marido, tal como no Brasil colonial, continuavam chefiando lares monoparentais.

Receita de casamento

Entre 1820 e 1840, o médico baiano José Lino Coutinho aconselhava a filha, Cora, por meio da correspondência que mantinha com ela. Segundo ele, que a preparava para o amor e o casamento, o homem e a mulher se constituíam em “metades de um

todo” que procuravam se completar a fim de que não se tornassem “absolutamente inúteis”. Existia o amor físico – mero estímulo interno. E o amor-amizade, regulado pelas afeições racionais, em que posteriormente se convertia o primeiro: “O essencial do maior consiste na esperança de gozar, mas este mesmo seu fim, uma vez conseguido, é a origem da sua morte, ou, para melhor dizer, de sua transformação em amizade conjugal, quando se dá entre casados motivos para ele não morrer de todo como são a boa índole, as virtudes e a mútua condescendência de se desculparem de parte a parte”.

A escolha do cônjuge, segundo Coutinho, carecia de conselhos, pois a tal “igualdade de condições”, há séculos, continuava a perdurar. Afinal, era “melindroso negócio”, repetia! A filha deveria se preocupar com o matrimônio, pois “a fraqueza de seus órgãos, e mesmo por certo grau de insuficiência para poder viver por si só e independente, necessita mais desta união e deve procurar casar-se, não tanto para satisfazer o apetite da natureza como para ter um amigo e protetor”. Ou seja, a mulher, ser menor e frágil, só existia amparada pelo homem.

Segundo o médico, o marido ideal devia ser visto sob vários ângulos. Em termos físicos: “Vosso marido deverá ser um indivíduo sadio e esbelto segundo o melhor tipo do seu sexo; de um semblante e porte antes varonil que feminino; porque um ente mesquinho e doentio não só vos incomodará muito com suas continuadas enfermidades e impertinências, mas ainda vos dará filhos caquéticos e fracos, que não vingarão de certo”. Em termos etários: “de dezoito até os vinte e cinco anos, porque antes não terá o devido assento e reflexão para ser bom companheiro e desvelado pai de família e mais tarde, já tendo perdido algum tempo para educar os filhos”. Em termos morais: “procurai saber se foi bom filho

e amigo". Intelectuais: "suposto que não seja ele um sábio, tenha pelo menos um espírito ilustrado". Econômicos: "não vos falo aqui dos bens da fortuna, como talvez se esperasse, porque vale mais, minha filha, um homem de juízo e probo, sem riqueza do que um crasso, estonteado e imoral".

Quanto à infidelidade do marido: "o homem por sua vida mais livre, vivendo quase sempre fora de casa e mesmo por sua educação é mais facilmente tentado a cometer uma infidelidade conjugal, sem que nela ninguém reflita e sem que por isso grande nódoa se lhe segue". Quanto à feminina: "o mundo olha com indulgência a traição cometida pelo homem, quando não desculpa de maneira alguma aquela da mulher".

Enfim, a mulher precisava de um protetor. Para isso, devia casar-se. O amor não era essencial para as uniões matrimoniais. Machado de Assis, no romance *Iaiá Garcia*, resume bem o sentimento que ligava os protagonistas Estela e Luís Garcia. O casamento deles era baseado na estima: "nada de alegrias inefáveis ou de ilusões juvenis. Era um ato simples e grave".

A dupla moral e as santinhas de pau-oco

Durante o século XIX, continuaram sem punição as infidelidades descontínuas e transitórias por parte de homens casados, bem como se toleravam concubinatos de escravas com os senhores. As regras do celibato eram abertamente desrespeitadas, e não faltaram registros como o do viajante inglês Gardner, que se chocou ao conhecer o filho de um padre, ele próprio possuidor de um título eclesiástico, além de ser senador do Império, que "veio visitar o pai trazendo consigo sua amante, que era sua prima, com oito filhos dos

dez que ela lhe dera, tendo, além disso, cinco filhos com outra mulher, que falecera ao dar à luz o sexto". Do ponto de vista dos estrangeiros que nessa época chegaram ao Brasil, ligações entre brancos e negros ou mulatos desaguavam sempre no rebaixamento moral dos primeiros e em repercussões insidiosas sobre a vida social, sendo a mais dramática delas o grande número de filhos naturais.

Embora não haja estatísticas sobre o assunto, é de imaginar que as relações extraconjugais fossem correntes depois do casamento – o adultério se perpetuava como sobrevivência de doutrinas morais tradicionais. Fazia-se amor com a esposa quando se queria descendência; o resto do tempo era com "a outra". A fidelidade conjugal era sempre tarefa feminina; a falta de fidelidade masculina, vista como um mal inevitável que se havia de suportar. É sobre a honra e a fidelidade da esposa que repousava a perenidade do casal. Ela era a responsável pela felicidade dos cônjuges.

Mas seriam elas tão santinhas assim? Os amores adúlteros custavam caro para as mulheres de elite. Em 1809, certo João Galvão Freire se achou preso, no Rio de Janeiro, por ter confessadamente matado a mulher, dona Maria Eufrásia de Loyola. Alegando legítima "defesa da honra", encaminhou ao Desembargo do Paço uma petição que solicitava "seguro real para solto tratar de seu livramento". A resposta dos desembargadores não deixa dúvidas sobre a tolerância que rodeava tais tipos de crimes: "a ocasião em que este [o marido] entrou em casa, os achou ambos, esposa e amante, deitados numa rede, o que era bastante suspeitar a perfídia e o adultério e acender a cólera do suplicante que levado de honra e brio cometeu aquela morta em desafronta sua, julgando-se ofendido". Cometido por "paixão e arrebatamento", o crime era desculpável! Não havia castigo maior do que a pecha de corno, que

pairava sobre homens públicos casados quando se queria atingi-los na sua probidade.

Já entre mulheres de camadas desfavorecidas, a solução era a separação. Cada qual seguia para seu lado. Algumas, mais corajosas ou tementes a Deus, declararam, em testamento, que, “por fragilidade humana”, tiveram cópula ilícita durante o matrimônio. Assim, em 1858, uma mulher casada declarava que tinha três filhos legítimos e sete ilegítimos, dois desses nascidos durante o casamento e cinco já na viuvez, conforme depoimento de próprio punho: “Declaro que por fragilidade humana tive na constância do matrimônio dois filhos, que são [...] e depois da morte do meu marido tive cinco filhos que são [...] e todos estes foram havidos com homem solteiro e desimpedido, com quem podia casar-se e por isso são verdadeiramente naturais”.

Comportamentos arrojados não faltavam. Nos registros de certo memorialista, a lembrança de algumas senhoras, “mulheres de altos personagens”, marcadas por certa desenvoltura, não escapou; e ele explicava: pois, “não se querendo dar nunca por velhas”, tomavam por “afilhados distintos mancebos provincianos a quem faziam a fortuna”. Houve sinhás famosas por essa espécie de prestígio: o de namorar jovens. E ao médico Pires de Almeida, o de inventariar as traições: “A Marquesa de A... com o Dr. A”; “A Marquesa de O... com seus próprios cocheiros”.

Reações à situação da mulher no casamento também se encontram na literatura da republicana e abolicionista Nísia Floresta, que não hesitava em criticar:

Se cada homem, em particular fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós somos próprias, se não para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles,

homens [...] Entretanto, eu não posso considerar esse raciocínio senão como grandes palavras, expressões ridículas e empoladas, que é mais fácil dizer do que provar.

O panorama é explicável em função do padrão duplo de moralidade que regulava as relações entre sexos e grupos sociais. Circunscritas à vida familiar, as mulheres de posses alimentavam aspirações ao casamento e a filhos; passavam da tutela do pai para a do marido, ficando menos expostas às ocasiões de traição, e desempenhavam, com aptidão, um papel tradicional. Aquelas das camadas mais pobres, mestiças, negras e brancas de condição precária, viviam menos protegidas e mais sujeitas à exploração sexual.

Não faltaram, tampouco, explicações como a de Madame Toussaint-Samson, em visita ao Rio de Janeiro, que esclareciam ser os passos em falso de senhoras e moças expiados no Convento da Ajuda, vasto edifício que continha mais de seiscentas freiras e pensionistas, na maioria vítimas das próprias paixões. “É singular”, acrescenta um viajante alemão, “como neste país o amor leva ao crime, geralmente cometido por mulheres. Os homens contentam-se em aferrolhá-las, quando não confiam mais em sua fidelidade”.

Elas bem que encontravam maneiras e espertezas capazes de provê-las de outras relações. Relações mais discretas, mas igualmente poderosas. Por trás da dominação masculina, muitas faziam o que queriam. É o caso, por exemplo, que ilustra o comentário do ministro e senador João Alfredo Correia de Oliveira sobre a baronesa de Goiana: “estava todo este período – o do casamento – a baronesa com seus ares de passividade e obediência, fez o que quis; e o barão, com toda a sua autoridade e mando, com o poder que teve de imprimir a sua feição em quantos o cercavam, fez mais do que comprazer aos sentimentos de religião e caridade

em que comungava com ela; submeteu-se aos hábitos que o contrariavam”.

Coches e cocheiros, assim como alcoviteiros, passaram a ter papel significativo na vida amorosa das cidades. Sinhás de sobrado não se furtavam a aventuras galantes dentro de vitórias ou carruagens com lanternas douradas, forros em damasco de seda e caixilhos de roda em prata. Escravos cocheiros se encarregavam de alcovitar amores proibidos, porém não eram os únicos. Vendedores de flores e doceiras, com entrada franca nos sobrados imponentes das cidades levavam e traziam mensagens. Segundo conta, em 1825, o viajante E. Belman:

[...] as mulheres até casarem quase nunca saem de casa, a não ser quando sob a vigilância da mãe e vão à missa; companhia de homens lhes é absolutamente proibida, e este rigor as leva frequentemente a se entregarem a uma negra de sua confiança, que por caridade cristã assume o honrado papel de alcoviteira, com o que é satisfeita a natural inclinação das brasileiras para a aventura, de modo que até as filhas das famílias melhores, mais cultas, apesar de severamente vigiadas, quase sempre encontram oportunidade para desafiar a vigilância dos pais.

Barrigas de amores ilícitos eram resolvidas, desde sempre, por conhecidas comadres. Métodos para interromper a gravidez eram, todavia, bem divulgados, conforme reconheciam os doutores da Academia Imperial de Medicina, em 1885: chá de alfazema adoçado com mel, ou, quando necessário, coisa mais forte: feijão-preto com sal ingerido com o estômago vazio. Se nada funcionasse, as Santas Casas de Misericórdia atraíam os bebês indesejados. A do Rio de Janeiro, para ficar apenas em um exemplo, recebeu 17 mil crianças entre 1859 e 1908.

“A dissolução dos costumes parece ter sido uma das notas predominantes do Primeiro reinado”, assinala o autor do *Estudo histórico sobre a polícia da capital federal de 1808 a 1831*, que acrescenta terem os “desregramentos de vida do primeiro imperador, seu proceder altamente censurável com a marquesa de Santos, os fatos escandalosos sucedidos na corte, na alta sociedade e no próprio clero” invadido todas as classes sociais, levando “a desmoralização ao lar doméstico com o afrouxamento dos laços de mútuo respeito e estima, que esposos, pais e filhos deviam entre si”. Eram os grandes dando mau exemplo aos pequenos; sobrados promíscuos contagiando os mocambos; era a dissolução dos costumes até nos jornais:

Tendo chegado ao conhecimento do público que certas senhoras casadas se querem intitular virgens !! sem o já poderem ser, de que é bem constante nesta Corte do Rio de Janeiro [...], mas no caso de quererem ainda parecer ou fingirem que o sejam para certas pessoas, que sejam fáceis de se capacitarem de tais coisas se lhes aplica um novo remédio de cuja aplicação resulta um novo hímen sendo o seu preço, medíocre e o seu uso fácilimo, o qual é composto de um emoliente [...]

E por aí vai.

Amar? Talvez...

No final do século, pequenas mudanças! Por força de práticas sociais, certa ideia de casamento que fosse além do rasteiro negócio ou da proteção começou a circular. Podemos observá-la em pequenos artigos, como o publicado no *Jornal do Comércio* em 1888. O título: *Os dez mandamentos da mulher* – “1º Amar a vosso

marido sobre todas as coisas... 2º Não lhes jureis falso... 3º Preparai-lhe dias de festa... 4º Amai-o mais do que a vosso pai e mãe... 9º Não desejeis mais do que um próximo e que esse seja teu marido...”.

Não faltavam conselhos na imprensa. O mais repetido? A mulher devia ser uma boa dona de casa. Devia aplicar esforços no bom comando de escravos e empregados, e na excelente educação dos filhos, além de conhecer e praticar todos os pontos de bordado. Entre as elites, também cantar e tocar piano. Ela devia ser reservada no comportamento, evitando tanto o riso demasiado quanto os bocejos de tédio. Devia-se, ainda, evitar a entrada de qualquer homem dentro de um quarto de mulher, com exceção de padres e médicos, que não eram considerados homens. Sendo o casamento indissolúvel, devia-se evitar contato com divorciadas e separadas, consideradas maus exemplos. Reforçava-se o medo das “perdidas”: *Há coisas que, uma vez perdidas, nunca mais se recuperam: na mulher, a inocência, e, no homem, a confiança nela*, martelavam ditados.

A fidelidade feminina era a “grande” virtude exigida das mulheres, pois elas tendiam a ser traiçoeiras, como dizia uma quadrinha publicada em outro jornal, em 1892:

Deus criou o homem e ficou satisfeito
Então criou a mulher e sentiu-se remordido na sua santa consciência
E então disse:
A mulher será vaidosa, inconstante e pérfida
Enganará o homem e o homem será infeliz
Então criou o cão.

Quadrinhas e piadas em jornais preveniam sobre os perigos femininos. No contexto de repressão, não era de surpreender que a

duplicidade feminina tenha se tornado um grande tema literário. O século XIX parecia obcecado pela versatilidade dessa criatura complexa, capaz de reunir o melhor e o pior, exatamente como *Capitu*, a protagonista de Machado de Assis: criaturas que eram anjo e demônio ao mesmo tempo.

Mas era de pequenino que se torcia o pepino, bem dizia, em 1885, dona Ana Ribeiro de Góis Bettencourt, colaboradora do *Almanaque de lembranças luso-brasileiro*, alarmada com as tendências românticas das novas gerações – principalmente quanto ao fato de meninas fugirem de casa com os namorados –, esclarecendo que convinha aos pais evitar as más influências: o mau teatro; os maus romances; as más leituras – sobretudo os com “certas cenas um pouco desnudadas” e “certos perfis de mulheres altivas e caprichosas [...] que podem seduzir a uma jovem inexperiente, levando-a a querer imitar esses tipos inconvenientes na vida real”.

Embora todos os esforços da educação de uma jovem implicassem banir a influência romântica em prol dos bons costumes, e mirassem exclusivamente a união consagrada pela sociedade e a Igreja, o casamento, porém, não era para todas. As moças de classe média, como *Capitu*, viram-se diante de um mercado matrimonial restrito em finais do século XIX, devido à crise econômica e política. Para as ricas herdeiras, contudo, havia sempre tantos pretendentes quanto as próprias posses.

Quanto à vigilância da comunidade sobre a honra da mulher, esta era permanente. Muitas foram denunciadas por cartas anônimas: “Sua ausência tem contribuído para sua desonra. Sua mulher se acha fora de casa. Esteve no hotel Paineiras e agora está na travessa do Paço, número 22, em casa de um açougueiro do mercado. O

amante de sua mulher é tal Luiz. É um rapaz moço, magro, baixo, de bigode preto e fino”.

A esposa era a responsável pela felicidade dos cônjuges. E felicidade despida de sensações consideradas desonrosas e inexplicáveis! Afinal, a esposa era um anjo!

Que o diga o ilustre republicano Rui Barbosa, em carta à noiva Maria Augusta: “Agora, quem me dera um olhar teu, aquela meiguice do teu sorriso, a doçura da tua submissão aos meus desejos, a afetuosa severidade tão cheia de amor e pureza com que corriges meus erros, aquela bondade angélica em emendar, com um perdão carinhoso e risonho, as minhas faltas?”.

Perante a vontade do pai e do marido, qualquer ideia ou gesto diferente era visto como indisciplina e rebeldia. Cair ou se perder?! Havia uma obsessão pelo hímen. O Código Civil distinguia as que o tinham, “as honestas”, das “desonestas”: “umas dignas da proteção das leis e da severidade do juiz. Tímidas, ingênuas, incautas foram vítimas de atentados contra a sua honra. Mas há outras, corrompidas e ambiciosas que procuram fazer chantagem, especular com a fortuna ou com a posição social do homem, atribuindo-lhe a responsabilidade de uma sedução que não existiu, porque elas propositadamente a provocaram ou uma suposta violência, imaginária, fictícia”, admoestava o grande jurista Viveiros de Castro.

O Código Penal de 1890 previa a anulação do casamento se o homem constatasse que a mulher já não era mais virgem. As relações sexuais eram consideradas um “direito conjugal” e, por isso, o marido poderia usar de violência para realizá-las. A esposa não poderia se queixar de “estupro”. Só de “sodomia”, crime que equivalia ao de atentado ao pudor. Afinal, as “porcarias” tinham de ser buscadas fora de casa. Na rua.

A, B, C do sim...

Festas? Sempre. O cortejo de noivos, familiares e convidados seguia, de casa à igreja. Roupas ofuscantes, joias, enfeites e colos decotados enchiam a nave. O órgão soava, o incenso se elevava do altar em espirais aromáticas e, da galeria, a nuvem de pétalas de rosa derramava-se sobre os noivos – foi assim que a cerimônia foi descrita por Virginie Leontine, viajante francesa, em 1857.

Pouca gente sabe que o sacramento do matrimônio não é tão antigo quanto o cristianismo. Trata-se de uma invenção medieval, que só se consolidou a partir do século XIII. Antes disso, para um grande número de cristãos, o casamento não era nem indissolúvel, nem monógamo, tampouco baseado no consentimento recíproco de duas pessoas.

Já o rito era feito de gestos que atravessaram os séculos.

A união das mãos: simboliza o socorro mútuo e o laço de fidelidade entre os esposos.

Anel de noivado: a troca de anéis entre prometidos existe desde a Antiguidade. Na época, era um anel de ferro. A diferença entre o anel de noivado e o de casamento apareceu na Idade Média. No século XV, o primeiro passou a ostentar uma pedra preciosa para se diferenciar do segundo, sóbrio e discreto. O hábito de usá-lo no anular da mão esquerda, correspondia a uma crença egípcia segundo a qual um nervo ligava esse dedo diretamente ao coração. A aliança, promessa de fidelidade, simboliza o compromisso mútuo entre esposos. A troca de alianças como signo exterior de responsabilidade conjugal é uma tradição inglesa do século XIX adotada depois no resto do mundo.

Acordo de casamento: é termo nascido no Renascimento para designar a permissão dos pais aos jovens nubentes e a reunião na qual se assinava o contrato de casamento.

Coroa de flores na cabeça da noiva: a tradição é bizantina e tem por função atrair proteção divina. As flores brancas, em particular as de laranjeira, símbolo de virgindade e fecundidade, eram obrigatórias no passado. A França exportou a moda para o Brasil no século XIX.

Dote: conjunto de bens doados pelo pai à filha por ocasião do casamento, doação destinada a compensar a herança dos irmãos. Ele podia compreender mobiliário, louça, roupa de cama e mesa, e joias. No Brasil, entravam no dote escravos, terras e animais de criação. Entre noivas pobres, até mesmo sacos de mantimentos e galinhas o poderiam compor. Teoricamente, as mulheres podiam manipulá-lo, mas cabiam ao marido a gestão e o dever de restituí-lo à família em caso de divórcio. Não foram poucas as esposas que entraram na justiça contra o mau uso que os consortes faziam de sua fortuna.

Lua de mel: tradição adotada no século XIX. É uma tradução de *honey moon*, expressão de origem *viking*: o hidromel, bebida fermentada feita de água e mel, era bebido durante a semana nupcial.

Sair à francesa: expressão que designava a retirada discreta do casal de nubentes para a lua de mel, sem que ninguém percebesse.

Jogar arroz sobre os noivos: acontecia na saída da igreja e tinha o intuito de dar sorte ao casal. Esse costume já existia na China antiga – é a ressurgência da tradição de lançar frutas secas, símbolo de fecundidade, sobre os nubentes.

Enxoval: dado pelos pais da noiva, era composto de *lingerie* pessoal e roupa de cama e mesa. Trata-se de um costume antigo.

No século XIX, era chamado *trousseau*.

Corbeille: a palavra refere-se à tradição, popularizada no século XIX, de o noivo oferecer presentes à noiva: rendas finas, lenços bordados e raros xales da Índia, em geral de caxemira; luvas de pele e, sobretudo, joias pequenas e grandes. A ideia era seduzir a jovem senhorita pela opulência. A *corbeille* era também uma demonstração do poder financeiro do noivo perante o dote da futura esposa, além de um prêmio pela virgindade dessa última. Os presentes podiam ser ofertados em baú, caixa ou pequena cômoda, onde tais pertences eram guardados. Os presentes ficavam expostos, às vésperas do casamento, para deleite e críticas da família e dos amigos. Na vitrina das lojas, ofereciam-se *corbeilles* completas. No Brasil, os presentes dados aos noivos passaram a ser expostos não necessariamente sobre a cama, mas com destaque para demonstrar, como na França oitocentista, o poder financeiro da família dos contraentes.

O branco no casamento: a moda do branco foi introduzida por Amélia de Leuchtenberg, segunda esposa de dom Pedro I. Ela adotou o costume que vinha da época do Consulado napoleônico: o vestido de casamento longo, branco e acompanhado de véu de renda, como o que usou Carolina Bonaparte para esposar o general Murat. A seguir, dona Francisca, irmã de dom Pedro II, casou-se com o príncipe de Joinville também vestida de branco, em meio às damas de amarelo e verde. A princesa Isabel, ao trocar alianças com o conde d'Eu, também vestiria filó branco, véu de rendas de Bruxelas, grinalda de flores de laranjeiras e ramos destas no lado esquerdo do vestido.

Traje da noiva: eis um exemplo de "*toilette* de noiva" publicado em setembro de 1859, no jornal feminino *O Espelho*: "um saíote aberto na frente, cercado de fofos, mas mangas muito largas

cercadas de fofos como os do saiote, o corpinho é fechado com cabeção que vem até o cinto onde se prende por um laço de fitas, cujas pontas prendem ao comprido do vestido. O véu preso à cabeça pela coroa de noivas cai pelos ombros”.

Mudanças sutis

No dia 24 de janeiro de 1890, foi aprovado o Decreto no 181, que estabeleceu o casamento civil no Brasil. O debate era antigo e opunha os defensores da Igreja contra os liberais, que prometiam progresso ao país. A Igreja católica entendia que casar no civil era um atestado de maus costumes, “uma mancebia legalizada”, uma “lei iníqua”, e atacava as práticas liberais que queriam “desterrar Deus da família”. Muitas jovens piedosas, para demonstrar seu “pudor de donzela cristã”, negavam-se a se casar no civil. E as discussões familiares giravam em torno do assunto: é pecado ou não casar no civil? Em paralelo, a Igreja começou a combater as mancebias. Casamentos passaram a ser celebrados sem pregão, e a campanha pelas ruas ganhou o nome de “Ou casa, ou separa”. Apesar desses esforços, a partir de 1889, o juiz de paz já realizava mais casamentos do que o padre.

Nessa época, também, sutis mudanças: o modelo do amor romântico começava a se espalhar. Diferentemente da Europa, o modelo vinha “de baixo para cima”. Não eram as elites inspiradas no romance sentimental que iriam disseminá-lo, e sim os imigrantes e migrantes, as camadas populares, para quem o afeto substituíra o dinheiro. Apesar da moda, a família seguia como grande conselheira, tentando associar seus interesses coletivos aos interesses pessoais dos noivos. Os novos valores seguiam convivendo com os

tradicionais – sentimentos e negócios tinham de dar bom resultado. Mas já se admitia que a relação de confiança e respeito mútuo pudesse, sim, ser regada por laços amorosos.

Esse era o assunto que interessava às mulheres. Revistas femininas, na virada do século XIX para o XX, previam que casamentos sem amor eram “agentes de divórcios”. Suas páginas multiplicavam as fórmulas impressas sobre “como garantir a felicidade para sempre”. A novidade era o conceito de “lar” associado ao casamento: casa limpa, bem cuidada, sem luxo nem muitas despesas. Famosa, a *Revista Feminina* publicava uma coluna intitulada “o cardápio do meu marido”, e em certo artigo admoestava as casadas para que não se tornassem “baleias”. Concluía o articulista: “E se quiserdes completar a vossa felicidade, o ciúme, varrei-o para sempre das vossas casas, dando de quando em vez, ao vosso marido, um dedinho de liberdade”.

Graças a tantos discursos e esforços da Igreja e do Estado, a instituição que servia para separar as esposas das concubinas, no período colonial, ganhou músculos na virada do século. Mais: o matrimônio teria, de agora em diante, a supervisão da medicina.

Coração versus cérebro

O matrimônio se tornou uma barreira contra a imoralidade. Era garantia de manutenção da ordem social. Teses de medicina eram publicadas, demonstrando tal preocupação: “Dos casamentos do ponto de vista higiênico”, de Frederico Augusto dos Santos Xavier, em 1876, foi uma delas. Paixões e vícios se refletiam na saúde dos filhos. Se o casal não se gostasse, a cópula podia resultar em crianças com distúrbios mentais, dizia o autor. Melhor consultar

antes um médico, em vez de um banqueiro, para conhecer o dote da noiva, pois casamentos por interesse faziam mal!

A reprodução estava na ordem do dia. O Brasil precisava de braços para trabalhar, crescer e progredir. Daí a indicação do coito higienizado: "É da máxima utilidade o casamento, ainda, porque é de imperiosa necessidade para o organismo a aproximação dos sexos, a cópula, como uma necessidade da natureza".

Se havia mudança na maneira de ver o sexo, quanto à mulher, nada havia se modificado. A fraqueza inata dos órgãos femininos fazia a mulher inferior ao homem, continuavam a ecoar os médicos. Doenças nervosas, como anorexia, neurastenia ou histeria, resultariam de seus desmedidos desejos. Suas virtudes, ou seja, doçura, passividade e submissão, obrigavam-na a se colocar sob proteção de um homem forte e viril, e a ele ligar-se como "a trepadeira à árvore". Criaturas opostas, homens e mulheres deveriam se unir por uma razão: constituir família. Ela focada no papel de mãe e esposa. Ele, exercendo poder sobre a mulher e fiscalizando os filhos.

Nos setores populares, em que a mulher tinha maior autonomia e menos controle familiar, a sexualidade era menos reprimida. O tabu da virgindade, violado. O contato físico não era ocultado. Casais se abraçavam e se beijavam pelas ruas. Na casa das famílias tradicionais, contudo, a intimidade física era proibida. Nas cartas, noivos se despediam com um "beijo-te, com muito respeito, as mãos". Tais comportamentos aumentavam a distância entre umas e outras.

A intervenção do Estado na regulamentação do casamento pode ser observada na legislação civil e penal introduzida pelo regime republicano. A lei do casamento civil de 1890 exigia autorização do responsável pelo cidadão que desejasse se casar, mas não obrigava

mais o pai a averiguar o caráter dos pretendentes estrangeiros. Bastava um atestado de que o candidato não possuía doenças infectocontagiosas. O Código Civil de 1916 aboliu essa prerrogativa; manteve-se apenas a necessidade de consentimento para menores de 21 anos.

Segundo o Código, a mulher casada era considerada incapaz, devendo sua representação legal ser assessorada pelo marido. Ou seja, ela não poderia, sem autorização prévia do esposo, litigar em juízo civil ou comercial, exercer profissão, aceitar mandato, aceitar herança ou contrair obrigações. Além de permitir ou não as atitudes de sua mulher, cabia ao homem, ainda, tomar decisões sobre a administração dos bens comuns – e dos bens particulares da mulher – e a fixação do domicílio familiar.

A preocupação do Estado e da medicina com a constituição de famílias levou-os a se preocupar também com a presença da mãe em casa. Trabalho? Não! Quem cuidaria dos filhos, esses futuros cidadãos que dependiam dela? Estudos como o de João Passos, em 1913, *Da escravidão da mulher pelo industrialismo e do conseqüente malefício para a espécie*, provavam que só havia malefícios em afastar a mulher da família. As razões: o período menstrual, a gestação e a lactação exigiam “máxima atividade fisiológica”, e sobrecarregar o físico com esforços obrigatórios era “positivamente um crime”, cravava o doutor. Afinal, elas eram tão fracas... E para concluir: “não precisamos sair do simples domínio biológico para verificarmos o quanto é monstruosa a moderna organização social, em que a Mulher vai sendo cada vez mais sacrificada à criminosa cobiça do regime industrialista”.

Ao sair de casa para trabalhar ou assumir negócios que lhe coubessem por dote ou herança, a mulher assumiria um comportamento visto como masculino. Inaceitável! Por quê? É José

de Alencar quem explica, por meio da personagem Aurélia, no romance *Senhora*: “o princípio vital da mulher abandonava seu foco natural, o coração, para concentrar-se no cérebro onde residem as faculdades especulativas do homem” – ou seja: lucidez, conhecimento, facilidade nas operações aritméticas, frieza.

Para muitos, a mulher não passava de um grande e compassivo coração. Cérebro? Nem pensar...

Suspiros românticos e nudez proibida

Tempo de desejos contidos, de desejos frustrados, o século XIX se abriu com um suspiro romântico e se fechou com o higienismo frio de confessores e médicos. Século hipócrita que reprimiu o sexo, mas foi por ele obcecado. Vigia a nudez, mas espiava pelos buracos da fechadura. Impunha regras ao casal, mas liberava os bordéis.

É verdade que um novo código amoroso se elaborou, sobretudo a partir da segunda metade do século, com a onipresença do amor romântico nos romances e em outras formas de escrita e leitura. Mulheres meditavam sobre o amor. Pequenos cadernos de anotações, como o de Maria Werneck, no tempo dos barões fluminenses, ou de dona Sinhá, num engenho de Sergipe, comprovam-no. As memórias íntimas desta última, que atendia por Aurélia Dias Mello, nascida em Vaza Barris, em 1863, registrava ternamente sobre o marido: “Gonçalinho sempre muito delicado e afetuoso”. Sem mais, esta era uma união muito feliz!

A despeito do discurso romântico, o casamento era organizado como uma verdadeira camisa de força social: a cerimônia tinha lugar após curtos noivados, nos quais a discricção e o afastamento dos

corpos prenunciavam, na maioria dos casos, os futuros comportamentos conjugais. Distinguiam-se dois tipos de mulher: a respeitável, feita para o casamento, que não se amava, forçosamente, mas em quem se faziam filhos; e a prostituta, com quem tudo era permitido e se dividia as alegrias eróticas vedadas, por educação, às esposas.

Interditos sexuais, ditos e não ditos regiam a vida de milhares de mulheres. Casadas, elas passavam a pertencer ao marido, e só a ele. Deixava-se de lado todo assunto ligado a sexo. O sistema se autoalimentava: a mãe instruía a filha nesse espírito e depois a entregava a um homem. Para a jovem, uma boa união de interesses era a apoteose da boa educação e a entrada no mundo adulto. Discrição, delicadeza, amabilidade – tais princípios ditavam a vida da mulher em sociedade. Centralizava-se o imaginário feminino na questão do pudor: as mulheres não deviam se olhar no espelho, nem mesmo na água das banheiras. Em compensação, espelhos forravam as paredes dos bordéis. As mulheres conheciam mal o próprio corpo, e toda evocação de feminilidade – nas roupas íntimas, por exemplo – era malvista. Na cama, usavam-se camisolas fechadas com uma abertura na altura da vagina. Bordado em torno do furo, a mensagem: “Deus abençoe essa casa”! O corpo era coberto, protegido por laços, nós, botões. O pudor obsessivo, a complicação das roupas, tudo isso possuía efeitos perversos: fixava o olhar masculino nos ombros, no couro das botinas, na fineza dos pés, nos cabelos longos.

De um século a outro

No início do século XX, o país viveu um momento de ascensão da classe média. Nas cidades, ampliavam-se, sobretudo para mulheres, as possibilidades de acesso a informação, lazer e consumo. Os homens temiam pela “emancipação”, e em revistas como *Careta* a ironia se tornou uma forma de queixa. Caricaturas mostravam a inversão de papéis: um homem dando a mamadeira, pois a mulher se demorara na modista. Ou outro que não acertara a sopa e o assado do jantar, e o diálogo:

- Também você para nada presta.
- Mas Milu, se eu nunca aprendi a fazer isso...
- E o que foi que aprendeu? O senhor é um imprestável...
- Mas Milu...
- Cale-se, homem, cale-se... Molenga! Banana! Pastelão!

Fora dos papéis tradicionais, a mulher era uma promessa de flagelo. As inteligentes, consideradas perigosas. O médico italiano Cesare Lombroso afirmava que aquelas dotadas de grande capacidade intelectual eram criminosas natas. Seriam incapazes do altruísmo, da abnegação e da paciência que caracterizavam a maternidade. Mulheres honestas que quisessem se educar corriam o risco de se tornar prostitutas ou suicidas, porque homens comuns jamais se casariam com elas – o conhecimento lhes causava “repugnância”.

Porém, nada deteve a modernidade. O carro se popularizou, assim como a piscina de clubes, o cinema, excursões e viagens. Jovens podiam passar mais tempo juntos, e a guarda dos pais baixou. Filmes norte-americanos seduziam brasileiros, e não foram poucos os que aprenderam a beijar vendo Humphrey Bogart e Lauren Bacall, casal de amantes na vida real. Ao final dos anos 30 e 40, a urbanização e a industrialização traziam mais novidades. Em

1932, o voto feminino para alfabetizadas e maiores de 21 anos entrou na pauta das eleições.

Elas se aproximaram deles. Nas cidades, as consequências imediatas foram vistas nas novas formas de recreação e namoro, com moças e rapazes em contato direto, tanto entre gente comum quanto na burguesia. O hábito de ir a danças, ao cinema e o *footing* – passeios a pé – asfixiavam a organização tradicional do namoro com bilhetes, palavras bonitas, serenatas, e, ainda mais importante, enfraqueciam as iniciativas casamenteiras da família. Agora, eram as partes interessadas que decidiam.

O matrimônio, porém, continuava em alta. O presidente Vargas, em um decreto assinado em abril de 1941, insistia em que a educação feminina deveria formar mulheres “*afeiçoadas* ao casamento, *desejosas* da maternidade, *competentes* para a criação dos filhos e *capazes* na administração da casa”.

As revistas tinham então um papel modelar no que dizia respeito à vida familiar. *Querida*, *Vida Doméstica*, *Você*, *Jornal das Moças* ou seções femininas de *O Cruzeiro* impactavam como formadoras de opinião. E o que elas diziam? Que ser mãe e dona de casa era o destino natural das mulheres, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade.

Não importavam os desejos ou a vontade de agir espontaneamente; o que contavam eram as aparências e as regras, pois, segundo conselho das tais revistas, “mesmo se ele se divertir, não gostará que você fuja dos padrões, julgará você leviana e fará fofoca a seu respeito na roda de amigos”. Durante os chamados Anos Dourados, aquelas que permitissem liberdades “que jamais deveriam ser consentidas por alguém que se preze em sua

dignidade” acabavam sendo dispensadas e esquecidas, pois “o rapaz não se lembrará da moça a não ser pelas liberdades concedidas”.

Mantendo a velha regra da submissão feminina, eram os homens que escolhiam e, com certeza, preferiam as recatadas, capazes de se enquadrar nos padrões da “boa moral” e da “boa família”. Fora desses padrões havia os “párias”, que teriam optado pelo desquite. Este era coisa recente. Foi introduzido no Código Civil em 1942, estabelecendo a separação sem dissolução do vínculo matrimonial. E o desquite só admitia processo quando havia indicações constrangedoras, do tipo: adultério; tentativa de morte; sevícia ou injúria grave; abandono voluntário do lar por mínimos dois anos contínuos. Ou por mútuo consentimento, se fossem casados há mais de dois anos. “Ser uma desquitada” equivalia a um palavrão – significava ter falhado na tarefa de constituir e manter a família. Um ano depois, a legislação concedeu permissão para a mulher casada trabalhar fora de casa, “sem autorização expressa do marido”.

Recato era sinônimo de distinção. Moça de elite “não tomava iniciativa em procurar o rapaz... quem se declarava era sempre ele”. Só mulheres de reputação duvidosa tomavam iniciativas ostensivas e em público. Quanto às centenas de milhares de relações vividas fora do casamento, estas passaram a ser consideradas “imorais”. Membros das camadas mais baixas da população, como ex-escravos, operários, imigrantes pobres, negros e mulatos, que vivessem em amancebamentos, concubinatos ou ligações consensuais eram acusados de “conduta indecente”. Em 1913, a obra anônima *O problema sexual* esclarecia que “no concubinato dissipam-se sensações de que temos necessidade para o casamento, para as grandes ações de nossa existência, para reacender a chama da vida”, em razão de que “todas as forças das nossas faculdades amatoriais” devem ser reservadas para “aquele amor”, pois é muito

longa a vida “para ser suportada com um amor valetudinário”, ou seja, enfermo, débil.

Esposa ideal

A casa e a rua continuavam a delimitar as representações sobre as mulheres: “costurar para fora” era expressão pejorativa que designava a mulher que se prostituía. Não faltava preconceito contra as que punham um fim ao matrimônio. O divórcio, segundo a *Revista Feminina* de abril de 1929, era “porta aberta para os que não se entendem, a verdadeira infelicidade”. Era um “desmoronar da sociedade”! A culpa? A baixa idade com que se casava. Em vez de estudar, as jovens preferiam “o encanto de fazer o enxoval, de receber as prendas, de vestir o vestido branco”. E prossegue o articulista: “O noivo é um dos rapazes com quem dançam e jogam o tênis, e muitas vezes pouco se lhes dá que seja aquele ou outro; o que lhes deslumbra é a parte fútil desse ato tão sério na vida de uma mulher. É a culpa das raparigas esta maneira de ver as coisas? Não. A culpa é das mães que não sabem educar as raparigas para sua verdadeira função na vida”.

Sem estudo, a maior parte das jovens investia nas “prendas domésticas”. A “moça de família” manteve-se como modelo e seus limites eram bem conhecidos, embora atitudes condenáveis variassem desde cidades grandes até pequenas, em diferentes grupos e camadas sociais. O bem-estar do marido era a medida da felicidade conjugal, e esta adviria em consequência de um marido satisfeito. E, para tal bem-estar, qual era a fórmula? A mulher conquistava pelo coração e prendia pelo estômago.

Outro quesito: a reputação de boa esposa e de mulher ideal. Quem era esta? A que não criticava, que evitava comentários desfavoráveis, a que se vestisse sobriamente, a que limitasse passeios quando o marido estivesse ausente, a que não fosse muito vaidosa nem provocasse ciúme no marido. Era fundamental que ela cuidasse em manter boa aparência, pois se embelezar era uma obrigação: *A caça já foi feita, é preciso tê-la presa* ou *Um homem que tem uma esposa atraente em casa esquece a mulher que admirou na rua* eram ditados correntes. Jamais se deveria discutir por questões de dinheiro; aliás, o melhor era não discutir por nada. A boa companheira integrava-se às opiniões do marido, agradando-o sempre: "Acompanhe-o nas suas opiniões [...] quanto mais você for gentil na arte de pensar, tanto maior será o seu espírito no conceito dele. Esteja sempre ao seu lado, cuidando dele, animando-o [...] reconhecendo seus gostos e desejos", aconselhava o *Jornal das Moças* em outubro de 1955. "A mulher tem uma missão a cumprir no mundo: a de completar o homem. Ele é o empreendedor, o forte, o imaginoso. Mas precisa de uma fonte de energia [...] a mulher o inspira, o anima, o conforta [...] a arte de ser mulher exige muita perspicácia, muita bondade. Um permanente sentido de prontidão e alerta para satisfazer às necessidades dos entes queridos".

Brigas entre o casal? A razão era sempre do homem. Mas, se razões houvesse, melhor para as mulheres resignarem-se em nome da tal felicidade conjugal. A melhor maneira de fazer valer sua vontade era a esposa usar o "jeitinho" – assim, o marido cedia, sem o saber. E, ainda mais importante, sem zangar-se. Nada de enfrentamentos, conversa entre iguais ou franqueza excessiva. Se quisesse comprar um vestido, realizar uma viagem ou recuperar o marido depois de um *affair* extraconjugal, que usasse o jeitinho. Nada de ser "exigente ou dominadora"; o melhor era sempre colocar

o marido em primeiro lugar, agindo de maneira “essencialmente feminina”. O “temperamento poligâmico” dos homens justificava tudo: “mantenha-se no seu lugar, evitando a todo o custo cenas desagradáveis que só servirão para exacerbar a paixão de seu marido pela outra [...] esforce-se para não sucumbir moralmente, levando tanto quanto possível uma vida normal, sem descuidar do aspecto físico”.

No casamento, a afinidade sexual era um fator menos importante no ideal de felicidade, mesmo porque a mulher não tinha nem deveria ter conhecimentos sobre a matéria. Casais iam para cama de camisola e pijama, e luz apagada. Revistas femininas ainda usavam eufemismos para tratar da questão: “ajustamento sexual para união feliz”.

Marcado pela eleição direta e o suicídio de Getúlio Vargas, entre 1950 e 1954, o Brasil viveu um período de ascensão da classe média. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o país assistiu, otimista e esperançoso, ao crescimento urbano e à industrialização sem precedentes, que conduziram ao aumento das possibilidades educacionais e profissionais para as mulheres.

Mas as mudanças não tinham atingido as mentalidades. Distinções entre papéis femininos e masculinos continuavam nítidas; a moral sexual diferenciada permanecia forte; e o trabalho da mulher, ainda que cada vez mais comum, era cercado de preconceitos e visto como subsidiário ao trabalho do “chefe da casa”. Na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas, enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional. O “temperamento poligâmico do homem justificava sua necessidade de liberdade”! Importante para a esposa: manter-se sempre no mesmo lugar, pois, segundo as conselheiras sentimentais, o marido “sempre volta”...

A moça de família

Nesse cenário, moviam-se moças de família. “Dar-se ao respeito” era a palavra de ordem. Não casar era sinônimo de fracasso e interromper carreira, na chegada do primeiro filho, considerado normal. A opinião do grupo e da família contava muito; poucas se casavam contra a vontade da família. O sonho era casar na igreja de véu e grinalda, símbolo da pureza. Razões para fazê-lo? O juízo, nunca a paixão, considerada passageira. Filmes e revistas inspirados em “fatos reais” contavam o triste desenlace dos que queriam romper com a norma. O avesso da moça bem-comportada para casar era a “galinha, a maçaneta, a piranha ou vassourinha”.

Os homens continuavam presos aos tradicionais esquemas: aqueles que achavam muita facilidade por parte das escolhidas se desencantavam. No século da velocidade, as mulheres muito “dadas”, “pensando que a dar muito, muito agrada”, acabavam sem atrativos nem mistérios. A longa espera, as dificuldades, a recusa em nome da pureza eram os ingredientes que atraíam o sexo masculino. Cabia especialmente à jovem refrear as tentativas desesperadas do rapaz, conservando-se virgem para entrar de branco na igreja: “Evite a todo custo ficar com seu noivo [...] a sós quando deixam-se levar pela onda dos instintos para lastimarem mais tarde, pela vida toda [...] vocês cometem o crime de roubar ao casamento sensações que lhe pertencem, correndo o risco de frustrar a vida matrimonial”, sublinhava *O Cruzeiro*. Nada de “cair” ou “proceder mal” – eufemismos para o ato sexual –, quer por confiar no noivo, quer por temer que ele fosse se “satisfazer nos braços de mercenárias”. O

resultado era sempre ruim: “do romance tão auspiciosamente começado restarão pessoas desiludidas e infelizes”.

Como se vê, foram séculos de modelagem. Na forma, a figura da esposa. Não a real, mas a ideal. Submissa, obediente, discreta. A mulher certa. Apenas ela merecia ser a mãe dos filhos, a santa no altar doméstico. Vivia cercada de produtos para ajudá-la a se manter em casa: geladeiras, televisões, sabões que lavavam mais branco e chocolates solúveis. A maior parte delas, entre 18 e 24 anos, leitoras de revistas femininas e pertencentes à classe média, eram casadas ou desejavam se casar, segundo uma jornalista da época, “aceitando com masoquismo uniões claramente destinadas ao fracasso total”.

Mas a serpente voltava ao paraíso. A modernidade introduzira um leque de frustrações entre as mulheres. Na revista *Claudia*, nas bancas de jornal desde 1961, a jornalista Carmen da Silva, na seção “A arte de ser mulher”, tomava a temperatura:

Não é necessária muita perspicácia para perceber sintomas de insatisfação nas mulheres de hoje. Casadas e solteiras, ociosas e trabalhadoras, estudantes e profissionais, artistas e donas de casa todas elas em algum momento deixam transparecer resquícios de frustração, um desejo ora nostálgico ora invejoso, de outra existência diferente, outro caminho distinto ao que escolheram – como se a felicidade estivesse lá.

E Eva mordeu a maçã, de novo. Até os anos 1960, a sexualidade devia se realizar por meio do casamento, e a mulher que se entregasse a um homem fora dele era dada como perdida. Conta a escritora e psicanalista Betty Milan:

A virgindade era sagrada. Na prática, isso significava sexo vetado para os namorados ou noivos e obrigatório para os cônjuges. Tratava-se de uma dupla condenação. Na vida de solteiro, sexo limitado aos prolegômenos.

Na vida de casado, o sexo regido pela obrigação. Não existia liberdade, e foi contra isso que a revolução dos anos 1960 se fez. Ela foi condicionada por duas descobertas médicas: a penicilina, que nos liberou do medo da sífilis; e a pílula, que nos liberou do medo da gravidez. O que caracterizou esse movimento foi a sua amplitude. Era uma reivindicação aberta, divulgada com estardalhaço na imprensa, cujo papel foi fundamental.

O movimento libertário, que teve o seu apogeu em maio de 1968, nas ruas de Paris, dividiu as águas em relação ao casamento. De um lado estavam os tradicionalistas; de outro, os ditos "revolucionários", que apostavam na conquista da liberdade e relegavam a união a dois a um plano inferior. Para nós, revolucionários, grupo evidentemente minoritário, o vestido de noiva era um arcaísmo e a meta de se casar e constituir família, secundária. O nosso imaginário era totalmente diferente do imaginário dos nossos pais, que sacralizava a instituição do casamento, favorecendo os amores clandestinos. O que nós queríamos, à diferença deles, era o amor livre, cuja trombeta soprávamos com disposição inigualável. O sexo primava sobre o amor, e a hipocrisia implícita no modelo anterior do casamento era desqualificada. Questionávamos de várias maneiras a fidelidade e pregávamos com fervor a lealdade. Em outras palavras, apostamos tudo no gozo, sem desconfiar que este poderia nos escravizar. Na verdade, escapamos à repressão imposta às gerações anteriores, mas nos tornamos vítimas do nosso ideário. O homem era forçado a ter uma atividade sexual intensa, e a mulher, para demonstrar liberdade, precisava dizer sim a todas as propostas masculinas. Insensivelmente, passamos do sexo proibido ao sexo obrigatório.

Passos adiante

De fato, nessa história, um novo ato se abriu com o desembarque da pílula anticoncepcional no Brasil. Livres da sífilis e, ainda, longe da aids, as jovens podiam provar de tudo. O *rock and roll*, feito

sobre e para adolescentes, introduzia a agenda dos tempos: férias, escola, carros, velocidade e, o mais importante: amor! A batida pesada, a sonoridade e as letras indicavam a rebeldia frente aos valores e a autoridade do mundo adulto. Um desejo sem limite de experimentar a vida hippie e os cabelos compridos se estabelecia entre nós. As músicas de Bob Dylan e Joan Baez exportavam, mundo afora, a ideia de paz, sexo livre, drogas como libertação da mente e, mais uma vez, amor. Os países protestantes – Estados Unidos, Inglaterra e Holanda – consolidavam uma desenvoltura erótica, antes desconhecida. Tudo isso junto não causou exatamente um milagre, mas, somado a outras transformações econômicas e políticas, ajudou a empurrar algumas barreiras.

Insisto, só algumas... Nas capitais e nos meios estudantis, os jovens iam escapando às malhas apertadas das redes familiares. Encontros em torno de festas, festivais de música, atividades esportivas, escolas e universidades, cinemas, a multiplicação de boates e clubes noturnos deixam moças e rapazes cada vez mais soltos. Saber dançar tornou-se passaporte para o amor. *Banho de lua* e *Estúpido Cupido*, na voz de Celly Campello, representavam tentativas de adaptação desse mundo, um universo novo e rebelde.

A moral sexual flexibilizava-se, e casais não casados eram cada vez mais aceitos, já podendo circular socialmente. A sexualidade ainda era vivida como um pecado aos olhos da Igreja, mas um número crescente de católicos – e, em 1950, 93,5% da população declarava-se apostólica romana – começava a acreditar que amor e prazer podiam andar juntos. O Concílio Vaticano II e a encíclica *Gaudium et Spes* convidavam a olhar o mundo com simpatia e compreensão. Falava-se em paternidade responsável, em planificação familiar por meio de métodos naturais e muito importantes, em amor conjugal: o amor entre esposos como um

bem incalculável para os filhos, a interação entre amor físico e espiritual e a renovação contínua do amor – uma agenda, sem dúvida, revolucionária e generosa para seu tempo.

Por influência dos meios de comunicação e, sobretudo, da televisão, o vocabulário para expressar o amor passa a evitar eufemismos. Embora nos anos 1960 ainda se utilizasse uma linguagem neutra e distante para falar de sexo – mencionavam-se, entredentes, “relações” e “genitais” –, aos poucos, caminhou-se para dizer “coito”, “orgasmo” e companhia. Os adolescentes ainda eram “poupados”, pelos adultos, de informações mais diretas. As relações no cotidiano dos casais começaram a mudar. Ficava longe o tempo em que os maridos davam ordens às esposas, como se fossem donos. Um marido violento não era mais dono de ninguém, apenas um homem bruto.

Carícias se generalizavam, e o beijo mais profundo – o beijo de língua, ou *french kiss* –, antes escandaloso e considerado até um atentado ao pudor, passava a ser sinônimo de paixão. Na cama, novidades. A sexualidade, graças aos avanços da higiene íntima, estende-se da boca a outras partes do corpo. As preliminares ficam mais longas. A limpeza do corpo e certo hedonismo já latente alimentavam carinhos antes inexistentes. Todo corpo a corpo amoroso tornou-se possível. No quarto, a maior parte das pessoas ficava nua, embora no escuro – amar ainda não era se abandonar. É bom não esquecer que os adultos dos anos 1960 foram educados por pais extremamente conservadores; regras de pudor muito estritas lhes haviam sido inculcadas. Na moda, a minissaia começava a despir os corpos. Lia-se William Reich, segundo quem o nazismo e o stalinismo teriam nascido da falta de orgasmos. A ideia de que os casais, além de amar, deviam ser sexualmente equilibrados começa a ser discutida por alguns “modernos”. Era o início do direito ao

prazer para todos, sem que as mulheres fossem penalizadas ao manifestar seu interesse por alguém. Era o início do fim de amores que tinham de se deter no último estágio: “quero me casar virgem”! Deixava-se para trás a “meia virgem”, aquela em cujo corpo as carícias sexuais acabavam “na portinha”. As mulheres começavam a poder escolher entre obedecer ou não às normas sociais, parentais e familiares.

Uma vez acabado o amor, muitos casais buscavam a separação; outros agiam com mais simplicidade: tinham um “caso”. E, desse ponto de vista, o adultério feminino era uma saída possível para quem não ousasse romper com o uso da aliança. Muitos “casos”, sobretudo nas elites, sustentavam casamentos burgueses e sólidos. Maridos e mulheres, com vidas paralelas, encontravam em *garçonnières* – apartamentos secretos para encontros amorosos – espaço para relações afetivo-sexuais que já não existiam dentro do matrimônio. Na maior civilidade, “tinha-se um caso” com o melhor amigo do marido ou com a melhor amiga da esposa – o importante era não dividir os patrimônios: nem o material, nem o simbólico, este último bem representado em nomes de família tradicional, em posições profissionais de projeção, em carreiras públicas, enfim, no *status* que seguia impoluto, sem a mancha do divórcio, do lar desfeito ou da consciência pesada.

Nem tudo eram as flores e a liberdade prometidas pelo movimento de maio de 1968. Embora autorizasse a mulher a trabalhar sem prévio consentimento do marido, o Código Civil o mantinha na chefia da família, com todos os direitos assegurados. Ora, onde havia quem mandasse, havia quem obedecesse. As coisas não mudaram. Apesar do surgimento do Conselho Nacional das Mulheres do Brasil, chefiado por Romy Medeiros da Fonseca, que se

destacou na luta para promover a posição socioprofissional da brasileira, o diagnóstico era de alterações lentas.

Rose Marie Muraro, em um clássico, *A mulher na construção do mundo futuro*, demonstrava que a brasileira andava em dois ritmos, o mais acelerado sendo o das grandes cidades. O problema, acusava, era o padrão de dupla moral. Ele não havia mudado. Não eram poucas as que ainda: "educam as filhas e os filhos com duas medidas diferentes, uma para a menina e outra para o menino. Depois, sua posição confortável de 'dona de casa', com o sustento garantido, e de 'rainha do lar' levam-na a fazer vista grossa aos 'pulos de cerca' do marido, em vez de exigir um diálogo franco e profundo".

Os resultados? A revista *Manchete*, em janeiro de 1974, publicou uma pesquisa de opinião depois de consultar cem mulheres no país todo. Elas diziam preferir ser objetos dos homens a sujeitos da história. Não estavam interessadas em política nem em igualdade de salários. Davam maior importância à maternidade e à família. Contra o aborto, eram favoráveis à contracepção.

E quanto aos avanços? A imprensa da época revelou mudanças e permanências. A revista *Ele & Ela* abordava assuntos de interesse para o "casal moderno". Editoriais indicavam a necessidade de a mulher conhecer a si mesma. E aos homens. Afinal, ela já estava "cansada das angústias que a marcaram por tanto tempo". Mas os questionamentos influenciados por discussões em pauta nos Estados Unidos e na Europa eram relidos à brasileira quanto à "dificuldade de ser fiel". Eis a conclusão de um jornalista: "Ora, a imagem da mulher emancipada não suprime a imagem da mulher essencialmente pura, basicamente fiel".

Quanto ao homem, sua infidelidade seguia intocável. Mesma ambiguidade em relação ao feminismo: se a mulher deixara de

“baixar a cabeça” para dizer “eu quero, eu posso, eu vou fazer”, os primeiros sinais de repulsa ao movimento não tardaram. Choviam depoimentos sobre feministas arrependidas, vistas como “mal amadas e masculinas”. E não faltavam conselhos antigos: “A mulher deve ser fêmea e assumir esta condição. Deve ser bonita, desejável e ser mãe. Deve cuidar da casa e dos filhos e esperar o marido de volta do trabalho bem-disposta e arrumada”.

“O anel que tu me deste era vidro e se quebrou...”

A família dos anos 1970 foi resultado desse cenário de mudanças. A participação da mulher em escritórios, serviços, fábricas, lojas deu nova dimensão ao casamento. Com métodos contraceptivos mais eficientes e segurança profissional, as mulheres se “reinventaram” dentro da casa e da família. As relações verticais passaram a ser questionadas. Rompia-se, muito lentamente, o ciclo de dependência e subordinação ao marido. A imprensa feminina continuou a investir na figura da mãe e da dona de casa – agora, angustiada. Ameaçada pelas mais jovens, seu horror era “ser trocada por duas de vinte”! Multiplicavam-se as colunas do tipo: “Como salvei meu casamento”. Para a liberada que aderisse à revolução da pílula não faltavam informações para “entrar no fechadíssimo clube das cabeças que pensam e decidem”. Só que, para entrar no tal clube, era preciso ter cabelos esvoaçantes e corpo sedutor; ser “uma pantera”.

O casal continuava a ser o ponto de referência. E, como antes, o homem era o juiz que avaliava a mulher; era seu objetivo e razão de ser. E, como antigamente, o “medo de se amarrar” continuava o mesmo. Brotavam argumentos científicos para ilustrar as diferenças:

“Ele tem, biologicamente, o instinto da conquista desde os tempos pré-históricos [...] a maternidade dotou a mulher de uma estrutura emocional passiva”. E a quem cabia a dupla moral masculina, velha como Matusalém? A ela, é claro: as mais livres e “sempre prontas a responder aos convites mais ousados” estimulavam a “tendência masculina ao não comprometimento”.

Mas, nessa época, as mulheres também tiveram de enfrentar o fim do mito da “rainha do lar”. Questionadas pelos filhos, desmoralizadas pela beleza das mais jovens, ansiosas por verem mais e mais mulheres ganharem independência, elas investiam em receitas para “salvar o casamento”. Quanto a eles, começavam a passar por momentos delicados: a dupla jornada de trabalho da mulher, a relutância masculina em participar das tarefas do lar, conflitos em torno da criação dos filhos. O que antes tinha de ser varrido para baixo do tapete, de preferência pelas mãos da esposa, agora ficava óbvio. Como diria o poeta Vinícius de Moraes, assim como o amor, o casamento passava a ser “infinito enquanto dure”. A lei do divórcio foi aprovada em 1977, e descobria-se a incompatibilidade de gênios!

Se as mudanças abalavam o mito da “rainha do lar”, também não prometiam sucesso absoluto. A nova imagem da “mulher que decidia”, que se sustentava e se cuidava apresentava rachaduras. Ela não decidia porque gostava ou achava importante tais mudanças em sua vida, mas sim porque o homem queria assim... E mais: a identificação entre esposa e mãe continuava. Que o diga Tônia Carreiro, prima-dona do teatro, que, em entrevista, então afirmava: “o truque de prender o homem não é nem beleza nem juventude. É uma coisa tão besta que dá raiva: é parecer com a mãe”. Revistas femininas seguiam repletas de fórmulas para agarrar maridos.

E Carmen da Silva, atenta às mudanças em curso, desejosa de conscientizar as mulheres, não se cansava de fustigar:

Com tudo isso, o papel da mulher ante o homem reduz-se a: atrair, seduzir, incitar, envolver, obter o que se deseja mediante a simulação hipócrita ou o “nhem-nhem-nhem” de criança [...] pagar com fidelidade a infidelidade do marido e procurar reconquistá-lo mediante recursos de cosmética, indumentária, culinária, doçura, habilidade, astúcia, submissão [...] Na qualidade de boneca de carne, exorbita a importância de seu aspecto físico, escraviza-se à moda, sofre por não manter o padrão que desejaria e repete, convicta, consoladores axiomas publicitários: “Hoje em dia não há mulheres feias”, enquanto se examina angustiadamente no espelho [...] Em resumo, nossas mulheres, ao mesmo tempo em que acham maravilhoso ser mulher, assim em teoria, estão descontentes com a sua sorte no que tange à realização de sua própria feminilidade; ao mesmo tempo em que afirmam as doces prerrogativas de seu sexo, admitem que seu destino biológico é doar-se em compensações, amar e sofrer por amor!

O sinal de alerta começava a piscar.

Anos 1980: primeiros resultados

Em setembro de 1980, a revista *Veja* publicou o resultado de uma pesquisa. Nem Amélia nem ativista, a brasileira dos anos 1980 era conservadora e tímida, mas sabia que sua filha precisava conquistar independência. Passou a comprar roupas feitas e esqueceu a máquina de costura. O ferro elétrico foi pelo mesmo caminho, pois, de tudo o que fazia em casa, passar roupa era o mais detestado. Em sua opinião, mulher devia trabalhar fora; podia

romper um casamento e iniciar outro. Quanto à vida sexual livre para solteiras e legislação do aborto, não tinha certezas. Quanto ao homossexualismo, era contra. Dividida entre valores novos e tradicionais, rejeitava a ideia da submissão da mulher. Ao mesmo tempo, na prática, deixava ao homem a maior responsabilidade pelo sustento da casa. Sua mãe achava que política e economia eram assuntos de exclusiva alçada masculina. Ela não. Culpava o governo pelo aumento no custo de vida, e apontava a criminalidade como seu grande pavor. Televisão? Ótimo. Achava até que as crianças aprendiam muito na telinha.

Era o retrato da “nova mulher brasileira”, moradora dos grandes centros, Rio de Janeiro e São Paulo. A pesquisa mostrou que vários mitos tinham caído por terra, enquanto verdades insuspeitadas vieram à tona. Ela guardava um pouco da Amélia, aquela que “não tinha a menor vaidade” e “achava bonito não ter o que comer”. Pouco vaidosa, acreditava nas virtudes da meiguice e, sempre colocando a culpa do custo de vida no governo, ainda repetia ao marido: “O que há de se fazer?”. Pensava menos em luxo e riqueza, e, sem querer ser campeã de consumo, sonhava apenas com mais tempo de lazer para si e a família. E, se lhe fosse dado algo a pedir, queria menos inflação, mais segurança nas grandes cidades e menos poluição.

Em comparação com a avó, ou mesmo com a mãe, a dona de casa enfrentava, nos anos 1980, uma realidade extremamente mutável. Há poucas décadas, atrás das grandes mulheres profissionalizadas, escondiam-se não raro maus provedores masculinos. Agora, nenhuma mulher teria vergonha de trabalhar para contribuir no orçamento doméstico. Das mulheres ouvidas, a absoluta maioria aprovaria o trabalho feminino, embora apenas 25% estivessem no mercado de trabalho.

Espremida entre uma educação antiquada e os ventos de um feminismo que ainda não entendera, a mulher casada brasileira rompeu um ciclo – fora educada pela mãe de modo muito semelhante ao que já ensinara a avó, no entanto dava à filha conselhos que construiriam gerações de mulheres diferentes. Era a última geração de donas de casa nas grandes cidades do país e, sobretudo, no Rio de Janeiro e em São Paulo. As velhas expressões “prendas do lar” e “doméstica” começavam a cair em desuso. Elas educavam as filhas para serem mulheres preferencialmente casadas, mas independentes. “Minha mãe era uma carcaça do que queriam que ela fosse”, disse uma das entrevistadas, enquanto outra acrescentava: “Minha filha tem de estudar para trabalhar. Trabalhar primeiro, acima de tudo”.

Caiu, na década de 1980, o número de casamentos legalizados, assentados nos cartórios, assim como as cerimônias religiosas. Gente casando menos? Não. “Juntando mais.” O reconhecimento da “união estável” foi o próximo passo, e a expressão substituiu, em 1988, o velho e conhecido termo “concubinato” na Constituição da República. Mas, uma vez acabado o amor, casais se separavam. Preocupações? Sim: como dividir o patrimônio material e simbólico. Assistiu-se a volta à coabitação, tão conhecida até fins do século XIX – espécie de rito preliminar ao casamento, sem formalização legal, ela passou a ganhar mais visibilidade graças ao aumento da liberdade sexual entre jovens.

O crescimento de mulheres no mercado de trabalho, o progresso científico e a contracepção, a liberalização dos costumes, bem como o divórcio, mudaram definitivamente a face do casamento e da família. Os valores também se transformaram. Acabara-se o tempo em que cada um dos membros da família endossava um papel social definido, fixo: esfera pública para o marido, chefe de família e

encarregado de prover o casal; esfera privada para a mulher, ocupando-se de tarefas domésticas, da educação dos filhos e da submissão destes à autoridade parental.

As mulheres e as FCM...

Quinze anos depois da pesquisa publicada por *Veja*, a imprensa anunciava: uma em cada cinco famílias brasileiras era chefiada por mulher, que acumulava o trabalho fora de casa com a educação dos filhos. Em 1995, ela assumia a função de pai e mãe dentro do lar. Coisa antiga, não? Só que, antes, o hábito não era contabilizado. Segundo *Veja*, as FCM – sigla patenteada nos meios acadêmicos para designar as Famílias Chefiadas por Mulheres – estavam em toda parte, fosse na Aldeota, bairro de classe média de Fortaleza, ou no Morro Santa Marta, no Rio de Janeiro; fosse no Lago Sul, em Brasília, ou na avenida Paulista, em São Paulo. Desde a profissional de *tailleur* azul-marinho à empregada doméstica, a maior variação ficava por conta da geografia. No Rio de Janeiro, a porcentagem de mulheres chefes de família era maior do que a média nacional: 25% das residências – estatística semelhante à que se observava, à época, nos Estados Unidos. Ainda assim, sua presença era cada vez mais comum no Brasil inteiro. Em 1970, por exemplo, totalizava 13%.

Reações variadas entre elas: havia as mais e as menos satisfeitas com a situação. Em entrevista à revista *Veja*, uma gerente de banco, mãe de uma criança de seis anos e divorciada, afirmava: “às vezes eu tenho vontade de sumir”. Outra, advogada, divorciada duas vezes e avó aos quarenta anos, acusava: “O casamento mata a sedução. Quando me separei, parecia uma senhora clássica, com saia e blusa

excessivamente comportadas. Tinha deixado de ser sedutora". "Se não fosse pelo meu trabalho, estaria frita", explicava uma dentista, 38 anos, mãe de um menino de nove que sustentava com os clientes do consultório. O pai do menino, industrial bem-sucedido, colaborava com uma pensão e a mensalidade da escola.

Sociólogos, antropólogos e historiadores constatavam a mais espetacular modificação na forma de estruturação da vida privada desde a Idade Média, quando se consolidaram os pilares da família atual no Ocidente: monogâmica, nuclear. As FCM confirmavam: mulheres não se conformavam mais com as misérias e os sofrimentos de um casamento que não deu certo; punham um fim e seguiam em frente, no esforço de encontrar a própria felicidade.

"Há 25 anos, a mulher separada era considerada uma prostituta pela sociedade, e os filhos, apontados como crianças necessariamente problemáticas na escola. Muitas mulheres se mantinham casadas só para evitar o estigma da separação", sublinhou o advogado paulista Sérgio Cruz Filho.

A realidade desmentia até mesmo a lenda de que filhos longe do pai teriam desempenho escolar ruim. Uma pesquisa feita na região metropolitana de São Paulo mostrou que os filhos de FCM de classe média tinham desempenho até melhor do que o das crianças com pai em casa. As mães seriam mais exigentes consigo mesmas e com a prole. Segundo dados do IBGE, em 1985, houve 76 mil separações judiciais e a homologação de 36 mil divórcios. Considerando que, no Brasil, cada casal tinha em média quatro filhos, estima-se que, só naquele ano, o número de filhos de pais separados tenha alcançado o número de 440 mil crianças.

Os anos 1980 assistiram ao declínio da nupcialidade, ao aumento das uniões informais e à formalização das separações. Demógrafos lembram que a crise econômica, então, interferiu no comportamento

dos casais. A nova Constituição de 1988 passou a facilitar os divórcios; não mais se exigia que as pessoas permanecessem juntas depois de ter acabado o amor. Também era cada vez mais raro evitar uma separação pelo temor de que era preciso pensar nos filhos, não só porque todas as crianças, sem exceção e desde o primeiro ano de idade, tinham pelo menos um amiguinho cujos pais já haviam se separado, o que as poupava de se sentirem segregadas, mas também porque era difícil acreditar que ser criado no interior de um inferno conjugal pudesse fazer bem a uma criança.

As taxas de divórcio, que marcaram o desfecho dos casamentos, provavam que cada vez menos religião ou tradições familiares tinham o poder de interferir na vida pessoal das brasileiras. Uma conclusão parecia inevitável: sinônimo de maior liberdade, a metamorfose da família podia ser contabilizada na coluna dos ganhos sociais. E isso era recente, em um país onde o divórcio só foi aprovado em 1977. Outra mudança notável: deixara de ser vergonha e, ao contrário, tornou-se quase uma exigência que a mulher tivesse seu lugar ao sol no mercado de trabalho. Ambas as mudanças – aumento do divórcio e participação da mulher no universo profissional – estavam muito relacionadas.

“Nas famílias latinas, que marcam nossa cultura, o pai é o defensor da honra da mulher. Na ausência dele, é o irmão. Na hora de brigar no condomínio, na oficina mecânica, de alugar um apartamento, uma mulher descasada tinha, até há bem pouco tempo, dificuldades imensas”, explicou a cientista social Maria Coleta Oliveira, do Núcleo de Estudos de População da Universidade de Campinas (Unicamp). “Hoje, isso está mudando nos grandes centros urbanos. As mulheres estão se inteirando de que podem conquistar espaços que não existiam antes.”

Às conquistas sobrevieram descobertas nem sempre agradáveis. A de que existia um mercado do segundo matrimônio – e de que ele era, em geral, favorável a ex-maridos, não a ex-esposas – foi uma delas. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE mostraram que, em média, os homens divorciados possuíam quatro vezes mais chances de se casar de novo que as mulheres em igual condição. Os demógrafos chamaram o fenômeno de poligamia sequencial. Ao longo da vida, eles teriam várias esposas, cada vez mais jovens. No primeiro casamento, a diferença de idade costumava ser de quatro anos, em média, chegando a quase oito nas uniões seguintes. Poucas mulheres de mais de cinquenta anos lograram casar com rapazes de menos de 25.

Segundo reportagem da revista *Veja*, alimentado e bem servido, o marido costumava ir embora quando fazia um bom progresso na carreira. Por coincidência, era quase sempre nesse ponto que ele concluía ser um tédio o seu casamento e resolvia se interessar por mulheres mais jovens. Na esmagadora maioria dos casos, informaram os advogados especializados em apartar casais em litígio, uma separação começava quando ele arrumava uma amante. Como ganhava pouco – ou não ganhava nada, pois cuidar da ninhada e pilotar o fogão sempre fora sua tarefa sagrada –, a esposa, já envelhecida, precisava arranjar um trabalho. Doravante, não teria ajuda nem para trocar uma lâmpada. Entre mamadeiras e lição de casa, a babá que não vinha e o almoço que não ficou pronto, era bem mais difícil encontrar um segundo marido. Mesmo porque a urgência, agora, era arrumar um emprego. Enquanto isso, o marido, mesmo barrigudo e careca, muito menos vigoroso, estaria livre, desimpedido e com algum dinheiro no bolso para encontrar alguém capaz de chamá-lo de “gato”.

“O homem não esquentava lugar no mundo dos solitários”, afirmou a demógrafa Elza Berquó, pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Para elas, contudo, tão delicado quanto a separação era o ritual que levava uma mãe a apresentar o novo namorado a seus filhos. O cuidado se explicava pelo temor de que o novo marido obrigasse a mulher a diminuir a atenção que prestava às crianças, que já não podiam contar com a presença do pai. Havia ainda o receio de que um segundo casamento não desse certo, quando então, vencidas as barreiras iniciais, os filhos teriam de passar por uma segunda perda afetiva.

Nessa época, um abismo separava a condição de ex-casados. Não se condenava, e até se estimulava, que o ex-marido competisse em festas para levar uma medalha de dom-juan para casa. A ex-mulher que fizesse fama como caçadora, entretanto, seria apedrejada pela vizinhança. Graças às separações, os custos subiam e o padrão de vida caía. Segundo uma pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)/USP, quando o marido saía de casa e ia morar sozinho, todos se tornavam 25% mais pobres. Caso o marido tivesse outra mulher para sustentar, a queda chegaria a 35%. Se houvesse outros filhos, o arrocho seria de 50%. Quem tinha de correr atrás do prejuízo era a mulher. Se não trabalhava, iria procurar emprego. Se fizesse meio período, teria de cumprir uma jornada inteira. Mesmo que o marido lhe pagasse uma pensão de 50% sobre seus vencimentos, o que era raro, na pura matemática do supermercado e da mensalidade escolar seria ele o menos prejudicado.

Bem mais dramática era a situação das mulheres chefes de família que se encontravam do lado de baixo da pirâmide social brasileira. Ali também se operava a mesma mudança nos costumes que agitava as camadas altas, porém com uma diferença: não foram

os costumes liberais que colocaram o Nordeste como primeira região do país em número de mulheres chefes de família; foi a miséria, que empurrou os maridos para longe, em grandes fluxos migratórios, para onde partiram sozinhos, deixando mulheres e filhos para trás. Tal como no passado, mulheres pobres sempre se ajudaram: umas com mantimentos, outras com vestuário, outras ainda com o bujão de gás. Esse matriarcado na pobreza não supriu todas as necessidades, mas sem ele a degradação seria maior.

Trabalho de mulher e mulher no trabalho

Há centenas de anos, a mulher brasileira trabalha. Nos primórdios da colonização, elas foram fazendeiras, comerciantes, lavadeiras, escravas. Nas primeiras décadas do século XX, grande parte do proletariado era formado por mulheres: espanholas, italianas, polonesas, sírias constituíam 67,62% da mão de obra. As mulheres negras, após a Abolição, continuaram, por sua vez, trabalhando nos setores mais desqualificados e recebendo salários baixíssimos. Nos anos 1970, a participação de mulheres em grupos comunitários resultou na participação também em comissões jurídicas e políticas, que passaram a atuar no sentido de ampliar e melhorar suas condições de vida nas grandes cidades. Elas participaram, ainda, do processo de elaboração da Constituição de 1988, quando vários direitos relativos à vida e ao trabalho feminino foram definidos e aprimorados.

Apesar de subsistirem problemas – segregação ocupacional por preconceito racial, disparidades salariais, menor participação feminina em associações de categorias profissionais, entre outros –, as mulheres obtiveram igualdade, se não de direitos, de

reconhecimento com os homens. A conquista da autonomia profissional, a evolução dos modelos familiares, o controle da procriação transformaram sua imagem e situação social. A presença feminina afirmou-se notadamente no mundo do trabalho e, desde os anos 1980, o crescimento da população ativa deve muito às mulheres. Tudo indica, aliás, que essa progressão se conserva, apesar do desemprego. Estudos demonstram, contudo, a persistência de profundas desigualdades entre os dois sexos: econômica, política ou de acesso aos postos de poder. Entre casais, a partilha de tarefas ainda é uma doce utopia; as mulheres consagram-se três vezes mais que os companheiros às atividades domésticas.

Nos anos 1990, as trabalhadoras começaram a substituir a temática das desigualdades em benefício da temática das identidades. A construção de si e o desenvolvimento pessoal tornaram-se prioridade no final do século XX. Elas começaram a recusar identidades importadas, preferindo investir na própria diferença. O padrão da supermulher dos anos 1980, tipo "executiva norte-americana de Wall Street", calcado sobre um modelo masculino competitivo, não serviu por aqui. A novidade foi o início da utilização de novas lógicas baseadas na sensibilidade e nos valores femininos. Mais do que se identificar aos valores masculinos, elas ressaltaram o que tinham de diferente. Que o digam Chieko Aoki, primeira-dama da hotelaria; Luiza Trajano, dona do Magazine Luiza, maior loja de varejo de roupas femininas; Telma Polo, na área de sapataria; além de outras empresárias que preferiram colocar intuição e amor no trabalho.

A negociação, a mediação como modos de resolução de conflitos tornaram-se preferíveis ao autoritarismo. A cooperação e a solidariedade, a assistência ao outro esvaziaram o espírito de

competição e egoísmo. A educação tomou o lugar das antigas manifestações repressivas de disciplina. A preocupação com o meio ambiente substituiu a relação predatória com a natureza – não foi por acaso que a indústria cosmética Natura nasceu nessa época. Nas sociedades ocidentais, tal processo de feminização começou a aparecer tanto na organização do trabalho quanto no modo de vida, nas formas de consumo ou comunicação. Um dos efeitos foi ver em propagandas a imagem de “homens voltados para a vida privada”, desejosos de se apropriar do que era considerado um atributo das mulheres.

Não há dúvida de que aquelas que o filósofo Edgard Morin descreveu como “agentes secretas da modernidade” tornaram-se as principais personagens de mudanças em nossa sociedade. Ao feminizar o trabalho, as mulheres mudaram as regras que as queriam como um “homem de saias”. E, hoje, elas querem, ao mesmo tempo, ser mães, trabalhadoras, cidadãs e sujeitos de seu lazer e prazer. Difícil? Sim, mas inevitável.

Tribulações da tribo

Para o psicanalista Sérvulo Augusto Figueira, o estudo das chamadas “famílias pós-divórcio” levou a uma constatação curiosa: “a de que a modernização das estruturas familiares no Brasil tem um pé fortemente calcado no passado”, isto é, após a desorganização provocada na família tradicional, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a pílula anticoncepcional e toda a sorte de transgressões dos anos 1960 e 1970, o novo tipo de família que surgiu – “em que se juntam filhos de casamentos anteriores, em que

ex-cônjuges se dão bem” – buscou se estruturar de maneira semelhante às famílias de antigamente:

A antiga família patriarcal, com muitos filhos legítimos e ilegítimos, irmãos, sobrinhos, primos, tios e agregados, voltou a emergir na sociedade, só que com uma roupagem adaptada. A opção pela convivência com ex-membros da família é uma saída social inteligente e criativa, que vai de encontro dos tempos do Brasil Colônia, com suas famílias extensas. Elas são hoje um exemplo do Brasil arcaico e do moderno se completando.

Os álbuns de família ganharam atores. Surgiu a “família mosaico”, que junta vários pedacinhos: padrastos, madrastas, meios-irmãos e filhos de produção independente. Filhos homossexuais saíram do armário: *Pai, mãe, sou gay...* Para homens, a aceitação familiar foi mais fácil; as mulheres seguiram mais discretas sobre sua condição. Em 1995, a então deputada Marta Suplicy lançava no Congresso Nacional o Projeto de Lei no 1.151, que permitiria “parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo” – embora, ainda que várias tentativas de colocá-lo em pauta tenham sido efetuadas até o momento, o projeto nunca chegou a ser votado em plenário.

Mesmo sem marido ou o pai dos filhos sob o mesmo teto, as mulheres também tiveram de lidar com as transformações da paternidade. Três fenômenos contemporâneos deram conta de novos conceitos que passaram a caracterizá-la: modificação nas formas de casamento e nos tipos de família; mudanças no Direito de família e dos filhos; e os rápidos progressos das ciências biomédicas.

De “patriarcal”, a família tornou-se conjugal, limitada ao pai, à mãe e aos filhos. Se no início o pai detinha todos os poderes paternos e conjugais, pico de uma pirâmide da qual filhos e mães constituíam a base, as posições mudaram. Hoje, no alto do triângulo encontram-se os filhos. Numa das laterais, encontram-se os pais, e,

na outra, o mediador entre pais e filhos: o Estado. Os “direitos” paternos foram substituídos por “deveres”. As mulheres não estão em uma sociedade sem pais, mas sim em uma que reorganiza as funções paternas. Em 2012, 6% dos casais divorciados praticaram a “guarda compartilhada”. Ela elimina a queixa de muitas mulheres de que a condição de mãe é exasperante e exigente demais.

O desfazimento da imagem autoritária do pai teve início a partir dos anos 1970 ou 1980. A laicização das classes mais altas; a baixa demográfica, que reduziu o tamanho das famílias; a modificação profunda das formas de casamento ou de trabalho na cidade e no campo; os triunfos de técnicas de biologia (inseminação artificial e outras maneiras de concepção); a reivindicação de liberdades novas na família; o intervencionismo do Estado, que, por meio de leis, destituiu o poder do velho e feroz patriarca – tudo isso colaborou para o fim de modelos tradicionais, embora muito do *pater familiae* subsista, ao lado da figura do pai divorciado, homossexual, viúvo, migrante, adotivo, ausente, enfim, as novas realidades para uma nova ordem social. A identidade dos pais passou a ser uma conquista a ser feita todos os dias, e se assiste à multiplicidade de papéis de pai entre vários homens: aquele selado pelo casamento, o biológico e o afetivo. O desafio para ex-companheiras e companheiras é entender, aceitar e adotar esse novo comportamento.

“Me dê motivo...”

Pesquisas recentes demonstram que pessoas se separam não porque o casamento não seja importante, mas porque sua importância é tão grande que os cônjuges não aceitam a não

correspondência às próprias expectativas. Segundo o Instituto Brasileiro de Direito da Família, as razões mais frequentes para o fim do matrimônio são a traição – amplificadas pelas redes sociais, inclusive a internet; o dinheiro – há quem se separe por causa dele ou por falta dele; a criação dos filhos – antes, só o marido ditava regras; a violência doméstica; a falta de “evolução” do parceiro; dificuldades de relacionamento com a família do cônjuge; a velha e conhecida “incompatibilidade de gênios”; a “outra”.

Desde julho de 2010, quando foi promulgada a nova lei do divórcio, as pessoas podem se casar num dia e se divorciar no seguinte. Antes, a separação só era permitida um ano depois do casamento. A nova lei também acabou com a obrigatoriedade da separação judicial, processo que antecedia o divórcio e deixava tudo mais demorado. Antes, para poder se casar novamente, era preciso comprovar um ano de separação; hoje, pede-se o divórcio de uma única vez. Se for consensual e o casal estiver de acordo com a divisão de bens, não há necessidade nem de advogado, e dá para realizar o ato até em cartório. O aumento recente do número de separações é fruto dessa legislação. Muitos casais apenas regularizam a situação que já acontecia de fato, informam os advogados. A facilidade do trâmite legal aumentou em 37% o número de divórcios em 2012. Os casamentos duram uma média de dezesseis anos, segundo estatísticas do Registro Civil divulgadas pelo IBGE.

Porém, embora o número de divórcios tenha crescido, ainda hoje a valorização do casamento é enorme. Nas classes mais modestas imita-se, até com sacrifícios, a solenidade e o brilho dos casamentos burgueses, tanto no vestuário da noiva, de madrinhas e damas quanto no clássico nervosismo do noivo e na ornamentação da igreja. Seguem os gestos votivos: chuva de arroz, lançamento de

pétalas e até voo de borboletas. Nos últimos quatro anos, o mercado do “dia especial” cresceu 40%. Na moda, caíram os chapéus, usados até os anos 1970, e a cascata de champanhe sobre uma pirâmide de taças. Hoje, a festa não é mais para os amigos dos pais dos noivos, mas para os amigos do jovem casal. E o chá de panela, símbolo da domesticidade, foi substituído pelo chá de *lingerie*, símbolo da sexualidade.

“Um homem pra chamar de seu”

Pesquisas da socióloga Miriam Goldenberg revelam que na hierarquia de valores da mulher brasileira a melhor posição é a de esposa, de preferência com marido fiel, seguida da outra com amante fiel, depois da mulher que está só e, por fim, da casada enganada. A pior posição é a da casada sem vida sexual, voltada exclusivamente para cuidar dos filhos e da casa – ou seja, um resquício de tempos passados.

Ter um marido é uma verdadeira riqueza, especialmente em um mercado em que homens disponíveis para o casamento são escassos. As casadas se sentem poderosas, diz a socióloga, pois, além de terem um marido, acreditam que são mais fortes e independentes do que eles, pois lhes são imprescindíveis, e também por acreditar que eles lhes são fiéis. O que as brasileiras mais valorizaram nos depoimentos é o fato de terem um casamento sólido e satisfatório, de muitos anos. A existência desse tipo de casamento foi apontada como principal motivo de felicidade; já sua ausência motivou infindáveis queixas e lamúrias.

Em um dos grupos realizados para a pesquisa, uma mulher magra, bonita e de aparência muito jovem disse sentir inveja de

outra pesquisada por ela ter um casamento estável e feliz. O interessante é que a invejada era gorda e de aparência muito mais velha do que a "invejosa". A magra disse: "Eu tive e tenho muitos namorados, mas não consigo ter um companheiro, um marido. Senti inveja quando você falou do seu casamento de trinta, porque eu nunca consegui ter isso. E nunca mais vou conseguir ter". Bem, levando em conta que essas mulheres passam a juventude e a idade adulta sendo bombardeadas com mensagens sobre como é fundamental ter um "marido" para serem consideradas "vitoriosas", além de ler dezenas de matérias em revistas femininas sobre como ter dez orgasmos por semana, subir na carreira e criar os filhos para esculpir o modelo de personalidade, não é de estranhar que cheguem à maturidade com essa sensação.

Hoje, porém, a baixa dos índices de natalidade e fecundidade, o aumento de casais e de nascimentos fora do casamento, o aumento do número de divórcios apontam modificações. A maior delas, contudo, é a simbólica. Com variações regionais, está havendo uma brutal individualização da família. Nesse processo, assistimos à passagem do coletivo ao singular; do grupo ao indivíduo. E este se constitui em célula-base da sociedade, enquanto a família deixa de ser um grupo predefinido para se transformar numa rede desenhada por trocas individuais, cada vez mais autônomas e eletivas. O surgimento de uma família caracterizada pelo apagamento das diferenças de sexo e de idade comprova a individualização das relações familiares.

A constatação gera duas correntes: uma dos que dizem que a família vem recuando como instituição, como instância de socialização e de integração social, resultado de uma cultura fundada na defesa de interesses pessoais e do egoísmo vigente; e outra que defende a capacidade do individualismo em valorizar as

escolhas eletivas, estas capazes de fazer do outro uma fonte de realização de si. Essa nova ordem sentimental repousa menos sobre valores coletivos e mais na aspiração profundamente individual de construir uma identidade. A fidelidade incondicional de outrora é aí trocada pela fidelidade enquanto se ama; de juramento solene, passa à consciência do provisório.

Na comparação com o ano 2000, os dados do IBGE comprovam que houve aumento na nupcialidade, nos dois sexos. Mais brasileiros vêm se casando de novo, ou até pela primeira vez, na terceira idade. O contingente cada vez maior de divorciados acaba contribuindo para elevar a estatística dos casamentos, que aumentou 5% de 2009 em relação a 2010. A proporção de uniões formais em que há pelo menos um viúvo ou divorciado foi de 12% a 18% na década passada.

Unidos para todo o sempre, com véu, grinalda e buquê, as brasileiras continuam gostando de se casar. Entre 1998 e 2008, a porcentagem de casamentos aumentou 34,8%. Casar-se, na verdade, foi e é o sonho de muitas mulheres. Para alguns pesquisadores, ainda hoje o casamento oferece às brasileiras um papel que as realiza. E mais: continua a lhes dar uma função social. Segundo uma conhecida socióloga: "Elas precisam do olhar masculino para se sentirem aprovadas e achar que podem ser a única coisa especial na vida dos caras. Por isso, quando traídas, desmoronam".

A importância do casamento também alimenta a informação e o questionamento, coisas que não existiam há cem anos. Perguntas do tipo *Por que é tão difícil ser feliz a dois? Por que os relacionamentos naufragam ou se tornam burocráticos, sem prazer nem sabor? Por que a atração sexual diminui drasticamente ou acaba durante o casamento? Por que homens e mulheres, casados ou solteiros,*

parecem tão infelizes e insatisfeitos com a vida amorosa? são comuns hoje em dia. A expressão “fracasso conjugal” leva muitas ao divã, quando não ao alcoolismo e à depressão. Não há dúvida de que o tema é importantíssimo.

Em uma sociedade na qual a mídia se encarrega de sexualizar o menor dos gestos, a obsessão pela realização sexual dentro do casamento também se tornou quase obrigatória. Velhos casais se sentem “obrigados” a se sentir atraídos fisicamente, como se fossem recém-casados. Bombardeados pela propaganda, cada membro começa a se questionar: ser feliz seria gozar indefinidamente? A excessiva fantasia alimenta a sensação de infelicidade e vazio, nutrindo, também, a insatisfação com a qualidade da relação.

Negociação e invenção de novas possibilidades

Trabalhos de psicanalistas revelam que, ao fim da primeira década do século XXI, jovens não incluem necessariamente o casamento nos planos de futuro, tampouco mencionam o sexo de maneira espontânea como dimensão importante do laço conjugal. O lugar que o casamento ocupa nos projetos dos jovens está relacionado ao modo pelo qual se apropriam da herança familiar. Que o digam os Titãs, quando cantam:

Família! Família!

Papai, mamãe, titia

Família! Família!

Almoça junto todo dia

Nunca perde essa mania...

Na clínica de casais, aumentam os problemas decorrentes do excesso de demandas exigidas pela conjugalidade, muitas delas paradoxais, pois o ideal de relação enfatiza mais a satisfação de cada cônjuge do que os laços de dependência entre eles. Apesar dos obstáculos, muitos autores constataam que os casais se esforçam para manter e melhorar a qualidade da relação; o casamento ainda é considerado um aspecto importante na vida das pessoas. A vivência da sexualidade também sofreu transformações, iniciando-se muito cedo.

Do trio clássico – pai, mãe e filho – baseado na reprodução heterossexual, hoje a família se declina no plural: para fazer um filho, pode haver mais de dois; quem engendra não é necessariamente quem cria a criança. O casamento perdeu seu papel de organizador global da vida sexuada e familiar; novas regras vão se construindo.

E amanhã? A família continuará a existir? Historiadores dizem que a modernização das sociedades não é feita contra a família, mas com a família. Ora local de residência, ora rede de solidariedades, a família é um ponto de apoio para todos os indivíduos. É também uma maneira de resposta da instituição familiar às novas condições econômicas e sociais. As crises matrimoniais poderiam representar um risco para as famílias? Ao contrário, parecem reforçar os laços de parentesco que unem avós e netos, sobrinhos e tios em torno de mães ou pais que tenham de criar, sozinhos, os filhos. Se a família, hoje, funda-se sobre escolhas eletivas e temporárias, e o desejo dos indivíduos é seu fundamento, ela não pode, todavia, ser separada da sociedade, da qual é ao mesmo tempo produto e suporte. O que vemos é a combinação de dois modelos: de um lado, o que se baseia na liberdade do indivíduo; do outro, o que se norteia pela integração e tradição.

Todas as sociedades, inclusive a nossa, exprimem preocupação em assegurar a própria perpetuação. A busca de continuidade eterna é um dos grandes desafios da humanidade, e cada homem, ou cada mulher, possui o mesmo desejo de garantir sua descendência. Eis por que, em todas as sociedades, existe sempre um sistema de alianças para organizar a procriação de filhos. Assim, a família permanece, comprovando riqueza de continuidade no seio de uma cultura que privilegia a transformação.

O amor, sempre ele

Hoje, com ou sem marido, com ou sem família, um único assunto ocupa as mulheres: o amor. Sinônimo de felicidade, esse sentimento é a principal razão pela qual elas ocupam os divãs. Mulheres querem ser amadas. Como bem diz Bernardo Jablonski, vigora a máxima soberana: *Só o amor constrói*. Ele diz também que vivemos em meio a uma cultura que valoriza extremamente a importância do amor e da paixão, envoltos em uma visão “hollywoodiana” da afetividade. O que as jovens aprendem por meio de maciça doutrinação – via cinema, novelas, músicas, jornais e anúncios publicitários – é que o amor é a chave que abre as portas do paraíso na terra.

Faz parte desse pacote a ideia de que um dia as mulheres encontrarão um príncipe encantado com todas as qualidades da alma gêmea. Então viverão felizes para sempre, imunes a *icebergs* como os que afundaram o *Titanic*! E nada de sapo, que é preciso beijar para transformar em príncipe, mas um prontinho: o príncipe *prêt-à-porter*.

Segundo psicanalistas, a sociedade passou a criar uma expectativa difícil de ser alcançada. O casamento não é um mar de

rosas e há um problema demográfico: mais princesas do que príncipes – o IBGE revela desníveis enormes entre o número de mulheres e o de homens. Eles se tornaram coisa rara, mesmo os sapos. Pesquisas revelam que, embora considerado prioritário para manter os casamentos, ao longo do tempo, o sentimento amoroso é substituído entre os mais jovens por “companheirismo, confiança, sexo, comprometimento, comunhão de ideias e sorte”. Acima de sessenta anos privilegiam-se “estabilidade e segurança financeira”.

Apesar das crises, existe atualmente um movimento com tendência a observar que o sucesso da união não cai do céu. Ele decorre da valorização de um compromisso em longo prazo; de uma expressão que, segundo Jablonski, entrou na moda por intermédio de revistas e reportagens: “investimento na relação”. Uma relação satisfatória resultaria do exercício cotidiano de pequenos gestos, surpresas, respeito mútuo e amizade.

Detalhe: acabou? “Não é que não tenha dado certo. Deu certo enquanto durou”. Ora, no século XXI, o amor parece cumprir a receita dada, cinquenta anos atrás, pelo poeta Vinícius de Moraes: “que não seja eterno posto que é chama, mas que seja infinito enquanto dure”. Não é mais obrigatório engolir sapos para “não perder seu homem”. Nem príncipes!

Psicanalistas observaram também que, no início do século XXI, a questão da sexualidade entre homens e mulheres mudou, mas não tanto. Muita coisa continuou como dantes no quartel de Abrantes, ou seja, como antes da revolução sexual dos anos 1980. Sim, os homens passaram a se preocupar com a satisfação das parceiras, com maior liberdade de carícias e posições. Passaram a aceitar também que a busca do prazer é algo desejável, e o orgasmo feminino passou a existir.

Porém, traços do passado, as permanências, subsistem. Exemplos: em 2011, à pergunta *Você se casou virgem?*, 98% dos homens diziam não. As respostas femininas caem para 42,5%. O tabu da virgindade perde força, mas está longe de acabar. Outra questão: *Você manteve relações sexuais fora do casamento?* Entre os homens, o nível de traições é de 50% contra 13% das casadas. A dupla moral masculina ainda sobrevive. Um terço das entrevistadas declarou não ter orgasmo nem desejo sexual. No item *Frequência das relações sexuais*, homens demonstraram ter mais do que mulheres. Filhos seguem como importante barreira para o fim do matrimônio; casais que não os têm se separaram mais. *Falta de coragem*, entre elas, e *sentimento de culpa*, entre eles, são explicações para ficar juntos. Resultado? Frustrações, rancor, desânimo, autoestima baixa e... insatisfação.

Miriam Goldenberg concorda. Homens e mulheres estariam falando linguagens diferentes – como se homens falassem a de Marte, e as mulheres, a de Vênus. O desentendimento, contudo, leva a conclusões apressadas. Se tudo parece não ter mudado em nada, ao contrário, encontramos-nos em uma fase de transição – o que talvez explique por que as pessoas continuam se casando, sem temer as crises conjugais.

Mas eis que a linguagem feminina se impõe: elas querem viver o amor-paixão. Se algumas décadas atrás o amor não era importante, ou visto como algo a ser desenvolvido, o que se pretende hoje é o casamento apoiado num sentimento abrasado, idealizado e, na maior parte das vezes... efêmero.

"Ai de mim que sou romântica..."

Muitas mulheres se casam esperando que o amor lhes traga felicidade. Mas a felicidade não é outorgada a ninguém em bandeja de prata, prevenia Carmen da Silva. O mundo não é um mar de rosas, nem um campo de batalha, mas uma planície onde cada uma há de construir o edifício de suas aspirações. Dentro dessa orientação, dizia a cronista de *Claudia*, o amor não nos brinda gratuitamente com felicidade; ele oferece, sim, uma oportunidade de ser feliz. “Se não participamos, de modo consciente e generoso do jogo mútuo de dar e receber, a oportunidade há de se frustrar.” E incentivava: “Perder um bem é fatal para quem o recebeu como dádiva, mas quem o construiu por seus próprios meios, sabe que pode repetir a proeza, se as circunstâncias assim o exigirem”.

Tudo indica que os conselhos ainda são válidos, sobretudo quando se distribuem pelos muros da cidade os anúncios: *Trago seu amor em cinco dias!* Ou se multiplicam os livros de autoajuda, prometendo receitas infalíveis para se ter amor eterno. “Eu te amo” é declaração que existe em todas as línguas. E que se diz com a língua. Tornou-se um clichê mundializado o *I love you*. Filósofos discutem em longos tratados: o amor se tornou um estratagema banal? Ou é uma maneira de dizer “muito obrigado” à vida? Para Platão, a frase queria dizer: “Eu te quero, você me faz falta”. Para Aristóteles: “Você é a causa de meu júbilo e isso me alegra”. Há quem declare que a quem se ama não precisa dizê-lo. Ou como disse um poeta: “Eu te amo, para sempre, essa noite”. Para outros, amar é uma tarefa infinita. Para outros, ainda, uma utopia. Para a fenomenologia cristã, trata-se de um apelo a uma resposta que só Deus pode dar. Para os céticos, ele substituiu a religião. Para os anticapitalistas, é um meio de resistir à obrigação de gozar egoisticamente de tudo o que nos oferece a sociedade de mercado. Em suma, o amor é tudo e mais um pouco.

Por isso mesmo, quando o amor deixa de existir, os laços também se desfazem, para se refazerem com outrem. A diferença é que, no século XXI, passou-se do casal fusional ($1 + 1 = 1$) ao casal fissional (de fissão), ancorado em nova equação: $1 + 1 = 3$, pois cada qual guarda metade de sua independência. O casal torna-se um terceiro “lugar”, no qual se faz junto o que se gosta de fazer junto. Hoje, ser casal significa, para a maioria das zonas urbanas, “ser livre juntos”, numa parceria em que Direito, na forma de contratos e pactos, tem cada vez mais o que dizer. As crianças também se beneficiaram dessa democratização. Mesmo que relações hierárquicas ainda prevaleçam, a valorização da infância e o respeito à singularidade dos filhos são uma constante entre os pais. E é muito provável que, entre os que transformam o amor conjugal em investimento de curto ou médio prazo, o longo prazo se transfira para os filhos.

Em toda a história do amor, o casamento e a sexualidade estiveram sob controle: da Igreja, da família, da comunidade. Só o sentimento, apesar de todos os constrangimentos, continuava livre. Podia-se obrigar indivíduos a viver com alguém, a se deitar com alguém, mas não a amar alguém. Hoje, as coisas mudaram. Apesar dos riscos da aids, a sexualidade foi desembaraçada das mãos da Igreja, separada da procriação, graças aos progressos médicos, e mais: foi não só desculpabilizada como exaltada pela psicanálise. Atualmente, a grande ausência de desejo é que é culpada. O casamento, fundado sobre o amor, escapa às estratégias religiosas ou familiares; o divórcio não é mais vergonhoso, e os casais têm o mesmo tratamento perante a lei. A realização pessoal se coloca acima de tudo: recusamos a frustração e a culpabilização.

Essas questões são novas para a mulher brasileira. Suas avós sequer se preocupavam em gozar, palavra que só começou a frequentar o vocabulário corrente nos anos 1980, pois, no passado

escravagista e patriarcal, cujas permanências encontramos até os dias atuais, mulher não perguntava. Obedecia. Primeiro aos pais, depois ao marido ou companheiro. O silêncio era lei: sobre sexualidade, afetos ou problemas familiares. Nos últimos cinquenta anos, entretanto, assistimos a grandes mudanças. A chegada da pílula anticoncepcional e a entrada da mulher no mercado de trabalho deram-lhe autonomia financeira e física. Essa autonomia, por seu lado, acelerou as transformações no casamento e nas relações entre os sexos. Se antes os papéis eram delimitados – homem na rua, mulher em casa; esposa *versus* marido; homem provedor e mulher submissa –, hoje multiplicam-se os arranjos familiares e os papéis dentro deles.

"Sexo é escolha, amor é sorte"

Se o amor se quer eterno, o sexo é errático. A novidade é que, hoje, as mulheres pensam assim. Antes, não. Num livro notável, *A cabeça do brasileiro*, Alberto Almeida definiu o que mudou e para quem. A desigualdade de mentalidade em relação ao sexo refere-se às diferenças de geração, mas também à escolaridade. Há cinquenta anos, os homens começavam a vida sexual com prostitutas, pois a virgindade da futura esposa era o que havia de mais importante, para ele e para ela. Hoje, uma moça de vinte anos ainda virgem tende a ser ridicularizada pelos colegas. A idade da primeira relação sexual para mulheres despencou de 22 anos, em 1995, para 15 anos atualmente. Quanto ao sexo oral em mulheres, 88% dos homens entre 45 e 60 anos são contra. Entre os jovens, 50%, de 18 a 24 anos, são a favor. Em relação à masturbação feminina, no primeiro grupo, 81% são contra; no segundo, 51% são a favor. O

homossexualismo feminino ainda incomoda: entre os mais velhos, 93% são contra e, entre os jovens, 84%.

Tudo indica, porém, que o século XXI será um grande laboratório amoroso. O desafio será fazer o amor durar e, com ele, o desejo. As experiências poliamorosas revelam que somos capazes de amar mais do que uma pessoa ao longo da vida. A vida privada vai tomando espaço à vida pública e nos ensinando a cultivar sensibilidades novas. E, na fragilidade do efêmero, somos convidados a elaborar nossas respostas.

Enquanto elas não vêm, as brasileiras oscilam entre vários modelos, embora um modelo binário se destaque: o que separa santas e diabas, liberadas e tradicionalistas, belas e feras. Sim: "Mulher adora sexo!". A revista *TPM* resolveu quebrar o tabu e contar histórias: "eu gosto de variedade mesmo", afirma uma entrevistada. Mais e mais, mulheres se envolvem, sem culpa, com mais de um parceiro. Fisgadas pelos *sex shops*, elas são 65% da clientela de brinquedinhos eróticos e companhia, além de 50% de assinantes do canal de conteúdo erótico *Sexy Hot*, em 2011. Em um blog anônimo, o 100 Homens, a jornalista Nádia Lapa resolveu contar suas "transas": "O número redondo e o trocadilho chamam a atenção, mas nunca me obriguei a transar só para atualizar o blog", explica-se.

Parece o paraíso, mas não é. Se não ficar firme com alguém, vira "biscate". O blog de Nádia recebeu tantos comentários agressivos que ela desistiu do projeto e entrou em depressão. Figuras públicas que falam muito sobre sexo são malvistas, sobretudo se forem mães. Entrevistas revelam que "mulher que transa no primeiro encontro ainda sofre julgamento": "Ela é muito fácil, deve ser galinha!". Há dificuldades em diferenciar vulgaridade de liberdade.

Em cultos nada ortodoxos, pastoras evangélicas como Sarah Sheeva procuram converter as “cachorras” em “princesas”, “num complô contra o espírito da cachorrice”. Filha de Baby Consuelo e Pepeu Gomes, ex-ninfomaníaca, Sarah Sheeva prega a castidade e o controle dos desejos carnis entre evangélicas. A “missionária da abstinência” ataca o estilo vulgar das periguetes, cachorras e companhia. Ao dizer “não” ao sexo precoce, ao beijo na boca, à roupa colante, a pregadora oferece uma contrapartida para aquelas que não aderiram à coisificação. A ideia é transformar as mulheres em princesas, garantindo o respeito e a dignidade. E, como prêmio, terão o amor. Com a fórmula, o conto de fadas do “felizes para sempre” parece passível de se concretizar, com sucesso estrondoso e frases do tipo:

Príncipe não quer mulher fácil. Se der para o cara, dá atestado de cachorra para ele [...] O homem testa a mulher para saber se é cachorra ou princesa. Para saber se o homem é príncipe, tem de fazer o teste dos seis meses: sem beijar nem pegar na mão [...] Quem é casada já tem um peru para chamar de seu. Quem ainda não tem, reza para ter, mas não fica de olho grande não, senão vem o tamanho errado e você acaba não podendo aproveitar direito. Porque Deus sabe a medida exata do encaixe e se você for princesa, seu príncipe vai ser seu tamanho”.

Depois, o grito de vitória: “Fora cachorrada!!!”.

O que está por trás disso? “Dando ou não dando”, a brasileira continua a construir a identidade através do olhar do homem: do macho ou do príncipe. É ele quem escolhe a liberta ou a libertina. As que transformam o corpo apenas num mecanismo de proezas sexuais têm de lidar com consequências, nem sempre desejadas: gravidez, DSTs, solidão quando o corpo não é mais tão jovem. Na outra ponta, como demonstra Sarah Sheeva, a tradição não é

opressiva. Para muitas, a liberdade sexual é um fardo, e elas têm nostalgia da velha linguagem do amor, feita de prudência, tal como vivenciaram os avós. A pergunta que fica é: quando vamos ser nós mesmas, sem pensar em como ou quanto os homens nos desejam? Sem ter de escolher entre ser santa ou p...?

Num de seus artigos para *Claudia*, Carmen da Silva lembrava com humor que, nos anos 1960, quando uma mulher honesta falava em prazer, já se sabia: só podia estar falando de satisfações espirituais, como arte, literatura, contemplação da paisagem. E, perante a obsessão de gozar, explorada com exagero pela mídia, ela alertava: "A ideia de que deve ter orgasmo é um dos maiores estorvos à sexualidade feminina. Atenta ao 'vem ou não vem', tentando forçar com a vontade o que da vontade não depende, cobrando-se e temendo a cobrança do parceiro, a mulher vive o ato sexual com ansiedade e tensão, o que só serve para prejudicar sua resposta corporal".

Mas será que o famoso "relaxa e goza" deveria funcionar só porque as mulheres se "liberaram" desde os anos 1980, leram William Reich e aprenderam a se masturbar? Pesquisas de Miriam Goldenberg revelam que não. Ela entrevistou muitas e... decepção! Elas preferem fingir que gozam para poder dormir ou fazer as coisas que querem. A lista de compras do supermercado, talvez? Muitas confessam se sentir oprimidas com a obrigação de gozar cem por cento das vezes.

As queixas masculinas, por outro lado, desabam. Um sociólogo de 49 anos abriu-se com a socióloga: "Se minha mulher quisesse, eu transava com ela todos os dias. Só que ela não quer. Eu preciso muito mais de sexo do que ela. Por isso tenho duas amantes. Não vou transar só quando ela quer". E um jovem jornalista, de trinta, revelou: "Depois que tivemos nosso filho, minha mulher não quer

mais transar. Está sempre ligada no bebê, na casa, no trabalho. Diz que está exausta, que é uma fase e que não estou sendo compreensivo. Só que estou há mais de seis meses sem transar. Que homem aguenta?!".

Conclusão: agora elas têm de transar e gozar, senão eles voltam ao antigo modelo de "uma em casa e outra na rua"? Cachorras ou princesas? Homens e mulheres andam em velocidades diferentes, sem dúvida. Prova disso é a imprecisão das respostas. Quando questionados sobre o número de parceiras que tiveram, 28% deles responde: "mais de dez" ou "perdi a conta". Já as mulheres sabem exatamente com quantos se deitaram, como se cada um fosse significativo. Em novembro de 2011, a pesquisa DataFolha revelou que os homens têm em média 20,3 parceiras. As mulheres ficaram nos 3,9 parceiros.

II

Mães – as boas, as más e as outras

Ter ou não ter...

Se filhos suscitam questionamentos, polêmicas e atitudes, o fato de querer ou não tê-los nunca foi percebido da mesma maneira. Na Antiguidade, a posição era natalista. Por exemplo, Aristóteles, no seu *Política*, registrou que a família foi a primeira comunidade humana, mas que o homem, além do fato biológico e do instinto, tinha necessidade de motivos para procriar. O “seguro velhice” seria um deles. Pais poderiam esperar que o tratamento dado à progenitura lhes fosse retribuído quando necessário. Desde a Antiguidade, a continuidade do nome, a semelhança física e a herança são elementos que permitem ao efêmero indivíduo aproximar-se do ciclo eterno e imaginar que uma parte dele há de lhe sobreviver.

Durante a Idade Média, a ideia era procriar para Deus. Duas vias de realização se apresentavam para os cristãos: fundar uma família sob as bênçãos do sacramento do matrimônio e, nela, ser férteis, multiplicando-se. A devoção ao Menino Jesus, em expansão nesse período graças a São Francisco de Assis, contribuiu para sacralizar a família. Ou para renunciar à vida familiar. Os que se colocavam a serviço de Deus adoravam o Menino, na mais absoluta abstinência sexual.

Na Idade Moderna, a laicização mudou o debate. A questão não era mais o Menino Jesus salvar os pecadores, mas a criança salvar a

humanidade. Por sua fragilidade, ela suscitaria compaixão, primeiro sinal de moral e signo distintivo da humanidade, explicava o filósofo Jean-Jacques Rousseau. Graças à educação, devia-se reformar não o presente, mas o futuro, representado na infância. Os filhos poderiam regenerar o mundo. A reboque desse argumento, várias políticas natalistas foram implantadas na Europa. Acreditava-se que da juventude de uma população dependia o poder da nação.

Hoje, o sentido da maternidade assumiu outras formas. Para muitas mulheres, ela é uma maneira de realização pessoal. A fecundação *in vitro* é prova disso, refletindo o "direito de ser mãe". Porém, alertam especialistas, o filho desejado a qualquer preço pode se tornar uma muleta narcísica, uma espécie de cosmético existencial, se a visão egoísta da descendência consistir em fechá-lo no exclusivo desejo de realização da mãe.

Uma outra forma é considerar a maternidade uma etapa para ingressar na idade adulta, na medida em que ela incentiva o descentramento, convidando a mulher a ser "responsável por outrem". Porém, nossa época tem, também, uma visão antinatalista – pode-se recusar toda a descendência em nome da realização de si mesmo. Foi assim que a ideologia "*no kid*" (sem filhos) tornou-se militante, notadamente na Alemanha. Na era do individualismo, filhos podem significar um triplo obstáculo: à libertação da mulher, a uma vida de casal plena e à realização pessoal.

Mas, e no Brasil, como, ao longo de nossa história, a questão da maternidade foi construída? Sofreu influência da Igreja, do Estado e da medicina? Como reagiam as mulheres frente ao parto, ao aborto ou à esterilidade? O que significou e significa ser mãe?

"Crescei e multiplicai-vos"

No passado, uma grande família era sinônimo de solidariedade e perpetuação. Dela dependia o que se produzia para comer, a defesa de interesses e do território. “Crescei e multiplicai-vos” era ordem obedecida, pois se acreditava que Deus ajudaria a criar os filhos, essa “riqueza do pobre”. Desde o século XVII, circulavam na Europa manuais de bons procriadores, do tipo *A arte de fazer filhos*. Neles se ensinava como tê-los saudáveis, perguntava-se se as mulheres mais belas eram mais fecundas ou se o sono favorecia a geração de meninos. Os autores indagavam, surpresos: “Por que, entre os animais, só as mulheres, no tempo da gestação, admitem e têm apetite por congresso [sexual]?”.

Para as mulheres, a gravidez era um impressionante estado de poder. Se por um lado ela reproduzia a maldição lançada sobre Eva – dar à luz em sofrimento –, por outro, tornava-se, como mãe, sinônimo de abundância e riqueza. Ela dava os frutos da vida, fonte de uma linhagem, e ainda mais importante: a gravidez permitia romper com a dependência do homem, este excluído do processo de gestação.

Nos já mencionados manuais de casamento, filhos eram vistos como resultado de práticas “virtuosas”. Só o “amor honesto”, e não a “satisfação de deleites”, justificava “a bênção do Senhor”, como insistia frei Luís de Granada, pois os coitos “desordenados” podiam gerar “monstros” e seres imperfeitos. Bastardos eram percebidos como “imperfeições da cristandade e aleijados da natureza”. Apenas o amor dos “perfeitos casados” trazia “a consolação e o gosto dos filhos”, esses “doces bens”.

Associada à difusão do casamento, durante o período colonial, a procriação se constituía no dever da boa esposa. Ao casar-se e cumprir sua função reprodutiva, a mulher se via elevada ao papel de

mãe, esvanecendo qualquer outro. Mas cumprir tal dever não se fazia sem cuidados.

Até o século XVIII, com base em Aristóteles, a maioria dos médicos acreditava que as mulheres não geravam filhos; apenas alimentavam ou faziam amadurecer o fruto. "A mulher é um animal imperfeito e passivo, sem princípio e vigor eficientes, razão por que os bárbaros lhe chamam animal acessório", resumia o médico português Francisco da Fonseca Henriques. Para outro médico, o mineiro dos Setecentos, Francisco de Melo Franco, o útero era uma "máquina" que, ativa, produzia "ternura e carinho materno". Devia estar sempre "trabalhando" ou gestando para evitar doenças mais sérias, e dependia exclusivamente da "matéria seminal viril" para ser fecundado.

A inferioridade da mulher, já sublinhada pela obrigação de obediência e servidão no casamento, era respaldada pela visão dos médicos. Por ter ossos, cartilagens, ligamentos e fibras mais frágeis, a mãe apenas carregava "o ovo com que o sexo fêmeo concorre para a propagação, assim como sucede com os ovíparos". Para o filósofo Voltaire, por exemplo, a mulher "não passava de uma galinha branca na Europa e preta, na África". Foi preciso aguardar a evolução da embriologia e dos trabalhos de médicos como Prévost, Dumas e Von Bauer, no século XIX, para compreender a diferença entre ovo e óvulo.

Parir com dor

Uma das obrigações da mulher era redimir o erro cometido por Eva: "devem sofrer com paciência as incomodidades da prenhez e as dores do parto, como pena do pecado", explicava o padre Arceniaga

no século XVIII. E esse sofrimento era tanto individual quanto coletivo, pois esses eram tempos em que um nascimento mobilizava toda uma comunidade. A vizinhança, a família e as comadres cercavam a parturiente para encorajá-la, ajudá-la e sossegá-la. Quase não havia médicos na colônia, e o parto era “coisa de mulheres”; homens não podiam ver-lhes o corpo nu. Os maus partos se anunciavam por sinais: “dor aguda na cabeça, falta de vista, vacilação de juízo ou ligeiro delírio”. Se a parturiente apresentasse pulso acelerado, suores frios e desmaios, era sinal de “morte certa”. Os bons partos anunciavam-se pela “bulição da criatura no ventre”.

Mães viviam o momento do parto imersas em insegurança material e afetiva, sem proteção para as dificuldades. Nada de remédios nem de anestésicos. Para bem parir, tomavam-se caldos de galinha com lascas de canela. Devidamente alimentada e em repouso, a parturiente esperava “lançar umidades”. Havia duas boas posições: de pé, com as pernas afastadas e curvadas, apoiada num móvel, ou de joelhos, no chão. Nada de gesticular ou caminhar para não desperdiçar forças. Quando deitadas ou sentadas, exaustas por causa do esforço, podiam ser socorridas por comadres e parteiras. A posição horizontal significava a ajuda mútua que cercava a mulher caso estivesse acompanhada. Já o agachamento seria a posição ideal para as gestantes que estivessem sozinhas. Quantas mulheres, trabalhando no campo ou percorrendo caminhos, se acharam na posição instintiva em que podiam ao mesmo tempo controlar o períneo e receber os filhos, ajudando a empurrá-los para fora?

A comadre, as mãos embebidas em azeite de amêndoas ou gordura de galinha, ia “governando a criança”. Ela tinha cuidados psicológicos: ministrava bebidas à parturiente, além de palavras agradáveis, prometendo-lhe o “feliz e venturoso nascimento de um varão”! Era eficiente na ajuda mecânica da prensa abdominal, e de

fricções e pressões exercidas no baixo-ventre com a finalidade de favorecer a expulsão do feto.

Se o quadro se complicasse, recitavam-se orações a Nossa Senhora do Bom Parto. Retalhos bentos e escapulários eram passados sobre a barriga. Por vezes, as mulheres eram colocadas em grandes lençóis e sacudidas no ar. A ideia era fazer o fruto desprender-se. Remédios para minorar a dor? Os tradicionais: "esterco de cobra", untar a sola dos pés com cebolas cruas ou mastigá-las, amarrar na coxa direita um fígado fresco de galinha, soprar numa garrafa e invocar santa Margarida, ingerir chá de barba-lavada ou leite de cadela.

Períneos rasgados pela manipulação excessiva empreendida pela parteira, excesso de óleos, uma posição fetal mais complicada podiam alterar o ambiente. O maior perigo era o de retenção da placenta no útero: "apodrece e é causa de muitos acidentes", queixava-se um médico. Para evitar: "meter a mulher em cama quente e quarto abrigado... o cordão umbilical se atará à curva da perna e à roda deste se enrolarão panos molhados em cozimento de alecrim, manjerona e poejos, arte que por si a placenta se extrairá", recomendava o doutor Afonso e Melo no século XVIII.

No joelho esquerdo da parturiente era amarrada uma pedra chamada de "mombaza", encontrada em Minas Gerais, cuja função mágico-religiosa era a de atrair a criança para fora da barriga da mãe. Preces endereçadas a são Mamede, são Francisco e santa Margarida eram murmuradas, baixinho, a fim de afugentar qualquer perigo que pusesse em risco a vida do nascituro. Os gritos de "força, fulana, força", acompanhados de vigorosa massagem abdominal, incentivavam a expulsão. A criança vinha ao mundo entre preces, gritos de dor e alegria.

A parteira, além de “aparar crianças”, era benzedeira: recitava palavras mágicas para ajudar a mãe, fazia abortos, era cúmplice de infanticídios, facilitava o abandono de crianças ou as encaminhava para famílias, que as absorviam. Era uma figura poderosa na comunidade feminina, vivendo na fronteira entre a vida e a morte.

Grandes riscos corriam as parturientes, muitas delas vítimas de sangrias que se realizavam habitualmente durante o trabalho de parto. Sangramentos somados a hemorragias uterinas eram o risco mais imprevisível pelo qual passavam as mulheres, levando-as ao esgotamento e mesmo à morte. Marcada por síncope, entrecortada por convulsões e gritos de sofrimento, essa forma de morrer, esvaindo-se em sangue, lembrava uma espécie de rito sacrificial em que a mãe dava a vida pelo filho.

O parto marcava-se pela imagem de sofrimento da mãe – era preciso sofrer para dar à luz. Inaugurava-se um processo de créditos do qual o filho seria o eterno devedor, fadado a pagar com trabalho e afeto o nascimento entre dores. A Igreja encontrava nessas imagens a justificativa mesma do pecado original.

Quanto aos médicos, não se incomodavam de revelar o mais absoluto desconhecimento sobre a matéria. Um deles, o já citado Francisco de Melo Franco, explicava: “Chegado o nono mês, entra o útero a contrair-se; seguem-se as dores e por uma força mecânica, a criança, rompendo as membranas que a encerram, é expelida do ventre materno... Querer indagar a causa por que só no fim deste tempo a natureza promove o parto é perder tempo em coisa de nenhuma utilidade, na certeza de que, no fim, estaremos mais longe da verdade do que no começo”.

Os primeiros cuidados...

A socialização do nascimento fazia-se através de cartas trocadas entre parentes ou da notícia boca a boca: "Seja-nos uma e mil vezes parabéns o feliz nascimento de meu querido neto e o bom sucesso de minha querida filha", escrevia, em 1771, um esfuziante marquês de Lavradio, vice-rei da capitania do Rio de Janeiro, ao filho em Portugal! O nascimento significava, desde a noite dos tempos, uma vitória contra a morte.

Os primeiros cuidados com o recém-nascido eram antigos. O corpinho molengo era banhado em vinho ou cachaça, limpo com manteiga e outras substâncias oleaginosas, e firmemente enfaixado. A cabeça era modelada com massagens e o umbigo recebia óleo de rícino com pimenta, para fins de cicatrização. Coroando os primeiros cuidados, era fundamental o uso da estopada: "cataplasma confeccionado com a mistura de um ovo com vinho", aplicado a uma estopa que, por sua vez, era presa por um lencinho à cabecinha do pequeno para "fortificá-la". As mães indígenas preferiam banhar-se no rio com os rebentos. As africanas costumavam esmagar o narizinho dos pequenos, dando-lhes uma forma que lhes parecia mais estética. Os descendentes de nagôs eram enrolados em panos embebidos em uma infusão de folhas, antes ingerida pela parturiente. O umbigo recebia as mesmas folhas maceradas e, num rito de iniciação ao mundo dos vivos, imergia-se a criança três vezes na água.

Pouco a pouco, os manuais de medicina ensinavam às mães a envolver os filhinhos em "mantilhas suaves e folgadas" em vez de apertá-los em faixas capazes de estropiar os tenros membros. Sugeriam, ainda, que se substituíssem as massagens com óleos por "água e sabão", e que a estopada fosse trocada por "barretinho ou touca de pano branco", como aconselhava Francisco de Melo Franco.

Os médicos já davam grande ênfase ao asseio corporal, mas as mães, por sua vez, cuidavam para preservar a função simbólica da sujeira do corpo infantil como um modo de proteção contra o mau-olhado. Partes como o umbigo ou as unhas, que poderiam ser utilizadas para bruxarias contra os filhinhos, eram cautelosamente enterradas no quintal. Já a urina e os primeiros excrementos, considerados santos remédios e poderoso exorcismo, eram usados com cuidado para curar manchas ou infecções de adultos.

Doutores vigiavam com atenção o cardápio servido à pequena infância. A ênfase no leite era total, não só por ser “mais saudável”, mas porque “para qualquer doença é extremado remédio a mama da mãe”, como já explicava Alexandre de Gusmão em 1685. As mães, para garantir o leite, portavam, por sua vez, “contas de leite”: contas de louça em branco leitoso que, por aproximação, garantiam a fartura do leite de peito. Tudo indica que o hábito indígena do aleitamento até tarde tenha incentivado a amamentação na colônia, pois o viajante francês Jean de Léry notara, em 1578, que as mulheres americanas amamentavam diferentemente das europeias, pois estas, “embora nada as impeça de amamentar os filhos, cometem a desumanidade de entregá-los a pessoas estranhas, mandando-as para longe, onde muitas vezes morrem sem que o saibam as mães”.

Além do leite, era comum darem-se às crianças “alimentos engrossados com farinha”, o que, segundo Melo Franco, causava “azedumes, lombrigas, obstruções do mesentério, opilação do estômago, inchações do ventre inferior, ventosidades, numa palavra, todos os sintomas convulsivos”. A lista devia bastar para que se desencorajasse essa dieta, considerada inadequada aos pequeninos. Porém, as crianças eram cevadas desde cedo com toda a sorte de

papinhas, por uma única razão: as mães queriam fortificar logo os bebês, evitando o risco de perdê-los nos primeiros meses.

A passagem da alimentação mista para a semissólida operava-se com infinita precaução. A técnica de pré-digestão de alimentos embebidos na saliva dos adultos significava muito mais um cuidado do que falta de higiene. Na tradição africana, até os três anos, as crianças comiam pirão de leite de manhã, além de farinha seca com açúcar bruto; leite com jerimum ou escaldado de carne ao almoço. O prato de resistência era o feijão cozido, servido com farinha e machucado à mão. Leite de cabra era considerado poderoso fortificante infantil. Faltando leite à mãe, alugava-se uma ama de leite negra (isso no caso das famílias de posses, já no início do século XIX) ou entravam em cena as papinhas mais variadas. De acordo com a economia caseira, o bebê recebia papa de farinha de mandioca, leite de gado e açúcar, papa de goma, araruta, banana machucada, creme de arroz e fubá de milho, tudo empurrado a dedo, o indicador em anzol, na boquinha faminta. Dava-se mesmo leite de coco, destemperado na água com açúcar. A preocupação materna era a de "arredondar" a criança; o critério não era alimentá-la, mas dar-lhe de comer! Contudo, os jovens intestinos, ainda preguiçosos, e o diminuto estômago, despreparados para receber tantos alimentos grosseiros, incentivavam a gastroenterite a cobrar alta porcentagem de pequenas vidas no primeiro ano. É bom não esquecer também que essas pequenas vidas estavam ligadas estreitamente à evolução do sistema econômico. A criança era a vítima privilegiada das crises alimentares, das tensões sociais, das epidemias. As diferenças sociais acentuavam, por sua vez, as chances entre ricos e pobres; os últimos, sem dúvida, mais vulneráveis e adoentados.

Como nasciam os príncipes

A primeira imperatriz do Brasil, Leopoldina da Áustria, primeira mulher de dom Pedro I, deixou comovente relato do que significava ser mãe nas primeiras décadas do século XIX. Casada durante nove anos com o jovem imperador, teve nove gestações, e deixou em cartas impressões sobre os partos e a relação com os filhos.

Seis sobreviveram à mãe. Um último aborto natural de um feto masculino de três meses agravou seu estado de saúde, levando-a à morte aos 29 anos de idade. O marido se gabava: “nove anos estive casado, nove filhos tive”. A fecundidade de uma cabeça coroada assegurava a continuidade do trono.

Ao escrever ao pai, em agosto de 1818, Leopoldina anunciava a primeira gravidez, revelando sua expectativa de que a criança preenchesse o vazio de sua vida no Brasil: seria “o consolo, o apoio, a alegria e a mais valiosa ocupação”, dizia.

Na época, a gravidez era considerada uma enfermidade, e a grávida, uma paciente. Era cercada de pessoas, saturada de conselhos e tratada como doente. A futura mãe tentava compreender seu estado, assim como a forma do ventre, as náuseas, os movimentos da criança, por meio de certas tradições. A espera era dividida entre a preocupação e a ansiedade, consolidando-se no mal-estar da expectativa e no medo do sofrimento. Tabus apartavam as mulheres de todo modo de atividade sexual e assimilavam o intercurso durante a gravidez a um sacrilégio. Leopoldina preparava uma vida; sua pessoa tinha algo de sagrado: “realmente é uma sensação singular e divina, a de ser mãe”, ela escrevia. Queria-o ser “muitas vezes”, anotava.

Como qualquer gestante, tomou cuidados. Durante a gravidez, não montou a cavalo e limitou-se a passear a pé ou “de carro aberto às primeiras horas da manhã”. No palácio de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, edificou-se um quarto para o futuro infante, decorado com móveis europeus. A sogra, rainha Carlota Joaquina, enviou-lhe um enxoval novo.

Na cidade, no início de fevereiro, tiveram início as preces para o “feliz sucesso” da princesa. A população participava da gravidez real. À medida que a “prenhez” avançava, multiplicavam-se orações e missas, que se arrastavam por um dia inteiro. O parto foi longo; demorou seis horas. A filha “tinha a cabeça grande e estava sobre a perna”. A velha cadeira onde dera à luz era desconfortável – na Europa, já se paria sobre a cama. Um cirurgião inábil a dilacerou horripelmente. O leite logo secou.

Forte e grande como uma criança de três meses, a princesa Maria da Glória de Bragança nasceu no dia 4 de abril de 1819, loura e de olhos azuis, como a mãe. Nas cortes europeias, costumava-se cobrir o sexo do nascituro e mostrá-lo ao pai em uma bandeja de prata, antes de entregá-lo à parturiente. Numerosos assistentes acompanhavam o desenrolar dos fatos nos quartos contíguos. Depois da apresentação da criança, festejava-se ruidosamente o final da rude prova, que deixava mãe e médico exaustos. Para Leopoldina, ela seria a “minha Maria”.

Em fevereiro de 1821, dias depois do juramento de dom João VI à Constituição, nascia o príncipe herdeiro João Carlos, “grande e gordo”, segundo a mãe. Em carta, Leopoldina afirmava: “Garanto-lhe que só um milagre pode explicar a força e perfeita saúde de meu filho, que acaba de nascer em um momento em que estive preocupada não só com os intensos desgostos provocados pelos acontecimentos políticos, mas também com o desespero no qual

estive mergulhada por ter sido quase forçada a separar-me de um esposo que adoro.”

Mais uma vez, sofreu um parto difícil. O menino só saiu até a metade do corpo sem ajuda, pois o braço direito estava à frente da cabeça. Três dias depois, Leopoldina teve uma violenta infecção, seguida de convulsões. Era jovem e se curou. Debruçada sobre o menino, cobria-o de cuidados. Mas a linda criança não durou muito. Ela já estava grávida de novo quando perdeu o filho. Vivia-se, então, a tensão que antecedeu e preparou o movimento de independência do Brasil.

Dizendo-se melancólica e consternada, escreveu à tia para dar maiores detalhes:

Tive a infelicidade de perder meu filho muito amado no momento em que ele começava por suas graças infantis a fazer minha alegria. Sendo forçada, cercada pela guerra civil e sentimentos de revolução e insubordinação, a fugir com meus dois filhos para doze léguas daqui, em um dia dos mais quentes e abrasados, e o pobre pequeno, que tinha uma constituição de sistema nervoso frágil, apanhou uma espécie de inflamação no fígado, que foi mal curada, ou antes, desconhecida, e morreu em quinze dias de sofrimentos contínuos em ataques epiléticos de 28 horas. Eu lhe asseguro, querida tia, que não tive em minha vida uma dor mais profunda e que somente a religião e o tempo poderão consolar.

Em março de 1822, nasceu a princesa Januária, que receberia nome escolhido pelo pai em homenagem à cidade em que moravam, o Rio de Janeiro. “Deus tirou-me João e deu-me outra filha”, abriu-se com José Bonifácio. Leopoldina deu à luz de pé, agarrada ao pescoço do marido. E, se o médico não estivesse presente, “o assoalho teria sido o berço”, registrou. Havia se livrado de sua “carga à maneira dos animais selvagens do mato”, confessou.

No final do ano de 1824, a imperatriz chegou a consultar uma parteira francesa antes de engravidar. Sabia que precisava dar um herdeiro ao trono. A mulher lhe teria ensinado um “segredo” para conceber machos. Ela esperava, assim, atenuar a atenção que o marido dava à amante, Domitila, a marquesa de Santos. A 2 de dezembro de 1825, às duas e meia da manhã, nasceu o futuro Pedro II: “Um filho que correspondeu a todos os meus anseios”.

O parto demorou cinco horas, e o sétimo filho da imperatriz nasceu com aparência vigorosa, medindo 47 centímetros. Houve muita celebração na capital. As casas iluminaram-se durante quatro dias. O viador da Casa Imperial, brigadeiro Francisco de Lima e Silva, apresentou o menino à corte. No batizado, em 9 de dezembro, foi executado um te-déum de autoria de Pedro I. Em 2 de janeiro de 1826, pediu-se para o menino a proteção de Nossa Senhora da Glória, na igreja do Outeiro.

Cinco dias depois do nascimento do filho legítimo, via a luz, em Mata-Porcos, Pedro de Alcântara Brasileiro. Dom Pedro revezou-se entre as duas mães, conforme as conveniências. Estava na casa de Domitila quando esta sentiu as primeiras dores. Recebeu um aviso da Quinta e rumou para lá, onde assistiu ao parto de Leopoldina. E, em menos de uma semana, voltou para Domitila, onde encontrou o outro filho nascido.

Da aparadeira à parteira

Nos jornais cariocas de 1834, uma parteira diplomada oferecia seus serviços. Seu nome: Josephina Matilde Durocher, mais conhecida como Madame Durocher. A novidade era absoluta. Vestida com casaca e cartola, cabelos curtos ao estilo masculino, muitos

pelos entre o nariz e a boca, Madame Durocher se tornou figura conhecida pela excentricidade do vestir, mas, sobretudo, pela competência profissional.

Nascida em Paris em 1816, veio para o Brasil em 1818, na leva de imigrantes que fugiam da volta dos Bourbon ao trono, depois da queda de Napoleão. Seguindo o modelo das parteiras do país de origem, Josephina se matriculou, em 1834, no recém-criado Curso de Partos, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Paralelamente ao curso regular, completou sua formação com aulas particulares de importantes médicos da corte. Até então, as únicas exigências legais para exercer o ofício eram comprovar experiência e passar por um exame, o que nem sempre era cumprido.

Não havia maternidades, e dar à luz fora de casa, na enfermaria da Santa Casa, por exemplo, era apavorante. Só em caso de partos complicados, e as mortes eram frequentes. Tal como no Brasil-colônia, ajudar no parto e atender aos recém-nascidos com primeiros socorros unia as mulheres. Tais conhecimentos, considerados femininos, eram transmitidos de mães para filhas; senhoras partejavam amigas e escravas, e vice-versa.

Mas, a partir do início do século XIX, benzedeiros, aparadeiros e boticários começaram a ser perseguidos pelos médicos. No Curso de Partos, anexo à Clínica Obstétrica, os médicos se responsabilizavam pelo ensino e estabeleciam normas de ofício para as parteiras (embora os homens continuassem proibidos de entrar no quarto de mulheres, só sendo chamados em emergências). Para a inscrição, exigia-se que as alunas fossem alfabetizadas e falassem francês. Devido a essas e a outras dificuldades, muitas parteiras continuaram a exercer seu ofício sem diploma.

Madame Durocher atendia a famílias ricas e pobres. Ao recordar, o médico Vieira Souto lembrou-se de que, aos oitenta anos, ela

entrava “em casebres, por estradas tortuosas, arredando os móveis” para atender às gestantes, além de participar de exames para verificar casos de defloramento, estupro, condições do feto e infanticídio. Em suas memórias, contou que um dia foi chamada pela polícia para dar parecer sobre um defloramento. Para o mesmo fim, também foi solicitada uma parteira leiga que trazia um ovo, o “fala a verdade”. Intrigada, Madame Durocher perguntou para o que ele servia. Resposta da comadre: “Olha, cá eu trago o tira-teima”. Se o ovo entrasse na vagina significava que a moça não era mais virgem. Ao que lhe respondeu a parteira francesa: “Vê que foi bom você não se servir do ovo; agora pode aproveitar para a gemada”.

Em sessenta anos, ela realizou mais de 5 mil partos. Angariou reconhecimento e prestígio – foi a única parteira a ser convidada a integrar a Imperial Academia de Medicina. Em seu *Considerações sobre a clínica obstétrica*, reuniu fatos e resultados dos anos de trabalho.

Mudanças na arte de partejar? Nem tantas

Duzentos e setenta dias: desde sempre, hora do parto. Sinais? Pingos de sangue e as primeiras dores – nos livros de médicos do século XVI ao XX, chamadas de “puxos”. No interior, até bem pouco tempo atrás, era a “perrengada”, o “despacho” ou o “rodiadô”, quando as mulheres davam à luz em casa. Era comum a gestante fechar-se no quarto, portas e janelas cerradas, somente avós, tias e vizinhas no recinto. Daí a pouco um choro anunciava a chegada de mais um membro da família. Atualmente, as cesarianas deram lugar aos partos normais. O número aumentou tanto que, no final dos anos 1990, o governo federal destinou a elas apenas 40% das

verbas totais para partos em hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

E em casa? Pesquisas revelam que, até o final da década de 1990, técnicas, posições, rezas e beberagens usadas para facilitar o parto em domicílio não sofreram grandes mudanças. Banquinhos baixos, gamelas, o colo do marido ou de uma mulher forte, cordas passadas por portas e traves em que as gestantes se penduravam, parto de cócoras, de joelhos, de pé com as pernas abertas e fletidas – enfim, desde a noite dos tempos, não houve variações nas posições em que se dá à luz.

Em áreas rurais, no lugar de remédios de farmácia, partes untadas com azeite de mamona ou gordura de animais e beberagens e banhos para diminuir a dor são ministrados tal como no passado. A erva-de-são-joão faz parte da receita analgésica desde tempos imemoriais. Arruda e picão, também. O chá de cordão-de-frade e agripalma, ainda hoje ingeridos, são analgésicos registrados desde o século XVIII. Patuás sob os colchões e orações a santa Margarida e a Nossa Senhora do Bom Parto também existem desde o século XVI: “Minha santa Margarida, não estou prenhe nem parida, bote-me no rol de sua escolhida”! Vestir roupa masculina, para “despachar mais rápido”, é tradição portuguesa que vigora desde o século XVIII: “vestir a ceroula do marido e ao mesmo tempo o chapéu na cabeça da mulher às avessas” – a autoridade masculina se faz presente para atenuar as dores da mulher; do homem depende o bem-estar dela.

Para expulsar a placenta? Ingerir três grãos de feijão. Depois, é preciso juntar a “mãe do corpo”, ou seja, “os ovários, o útero, tudo o que a mulher usa para reproduzir”, explica uma parteira. Parteiras no interior falam com a “mãe do corpo”: “Eu coloco o dedo no umbigo e aperto, quando ela não bate ou bate fraquinho é porque a mulher

está doente”. O remédio é a massagem com óleo de andiroba, cânfora ou azeite.

Retrato fiel dos partos em casa, em pleno século XX, deixou-nos o grande escritor Autran Dourado. Em *Ópera dos mortos*, assim ele descreveu o de Rosalina, seu personagem principal:

Ôi, agora veio forte demais da conta. Morde o pano, minha filha que você corta os beiços, a língua, se machuca. Isto, segura na cama, faz força. É bom já ir fazendo força para ver se ele sai. Passou, ainda não está na vez. Ela agora está fungando que nem um cachorrinho, aprendeu. De todo o jeito sai. Bem que ajuda. A pele esticadinha que nem um tambor. Rataplã. A gente pode ver ele se mexendo lá dentro. Ali, os pés estufados que nem um ovo na barriga, dando cutucão. Ele se vira e revira. Igual um bacorinho num saco [...] oi, agora a coisa vem vindo. Isto, força! Agarra na cama! Força! Lá vem ele apontando só falta um tiquinho, aguenta. Um tiquinho só e pronto. Veio! Amarelo, da mesma cor do barro tabatinga.

Os saberes tradicionais ainda interessam a parturientes e aos médicos, e, hoje, ONGs, entre elas o Cais do Parto, reconhecem a contribuição das parteiras na defesa do parto normal.

Valorização e desvalorização da criança

O sentimento de amor materno sempre houve. Mas a queda da mortalidade infantil em finais do século XIX, graças ao progresso da higiene e da saúde pública, mudou a relação de mães e filhos, tanto no que diz respeito aos cuidados com a alimentação quanto às manifestações de afeto. Antes, o infanticídio (embora não contabilizado), os maus-tratos e a exploração da criança eram comuns. No século XVIII, em Ouro Preto, Minas Gerais, por exemplo,

certa Margarida iniciou um romance com Antônio de Freitas. Da aventura nasceu-lhes um filho. Ao nascer, o pai pediu à parteira que o batizasse logo e, cumprida a obrigação religiosa, “o meteram em um tabuleiro e cobriram com roupa em forma que assim abafado morreu”. O chamado “afogamento” de crianças indesejadas vigorou desde a noite dos tempos, assim como o abandono, em lugares ermos ou em monturos – lixões das cidades coloniais –, ensejando a morte por fome ou frio. Isso quando os pequenos corpos não eram devorados por animais. Na São Paulo setecentista, costumava-se deixar as crianças num lixão ao lado do antigo Convento de Santa Teresa. Porcos e cães faziam o trabalho.

Mais comuns eram o enjeitamento ou o abandono. Antigamente, existia a “roda dos expostos”. O enjeitado era colocado em um funil de madeira cravado no muro da Santa Casa de Misericórdia. A mãe tocava uma sineta e a mão da caridade recolhia a criança do outro lado. Houve as que deixassem um bilhete, uma nota que explicasse as condições do abandono: pobreza extrema, doença dos pais, adultério. Outras deixavam um enxoval, uma medalhinha, um nome escrito em um pedaço de papel. Eram nomes complicados: Napoleão, Heródoto, Caio Graco. A intenção era poder recuperar, um dia, o filho de volta. Com um nome desses, ninguém se enganaria; mãe e filho com nome esquisito se reencontrariam num abraço apertado.

Havia, ainda, os que eram abandonados nas portas de casas de família. Recolhidos “por amor de Deus”, cresciam e se tornavam filhos de criação, ora recebendo o mesmo carinho dos filhos de sangue, ora servindo de escravos disfarçados, ao pagar com serviços a vida que lhes fora poupada. No campo, eram rapidamente integrados à família. Afinal, ganhava-se um braço para o trabalho na lavoura.

Monstro é a mãe que mata o filho. E isso desde sempre. Dizem que nas penitenciárias femininas tais mulheres não podem ficar entre as demais detentas – são maltratadas, quando não mortas. Tal crime é intolerável, mesmo entre as mais bárbaras! O infanticídio é imperdoável. Como pode quem dá à luz ofertar o sono eterno? O fato é que o gesto de tirar a vida de uma criança é tão velho quanto a História. No século XVIII, não foram poucos os manuais de confessores – livrinhos que o padre usava para se orientar na confissão dos fiéis – que recomendavam às mulheres não “afogar suas crias” na cama. O recado era simples: não durmam com os filhos para poder rolar sobre eles à noite, fingindo ser um acidente. Outra sugestão: não deixe a criança pequena perto do fogo ou do fogão, para que se queime. Não a deixe próxima de poços. A lista do padre revela, na verdade, o cotidiano de milhares de mulheres, de suas atribulações, e das condições em que crianças indesejadas desapareciam.

Pouco mudou e, no início do século XX, a jornalista Carmem Dolores, numa crônica em *A Semana*, de abril de 1906, contava estarrecida: “Mas que uma mãe possa admitir e realizar a ideia atroz de assassinar um meigo filhinho, meu Deus! Eis o que excede tudo o que a imaginação conceba de horrível. E, contudo, passam-se na vida real estas incríveis monstruosidades... Em Petrópolis, agora, uma mulher acaba de jogar num brejo um filho de dois meses que já começava a sorrir-lhe”.

O socorro dos médicos

As altas taxas de mortalidade infantil ocuparam doutores como Bernardino Antônio Gomes, no século XVIII, e higienistas como

Sigaud, Paula Cândido e Imbert, inspirando, em 1887, a José Maria Teixeira um estudo notável: “Causas da mortalidade das crianças no Rio de Janeiro”. Na sessão da Academia de Medicina, em junho de 1846, por exemplo, levantaram-se várias hipóteses – as mesmas denunciadas por manuais de medicina do século anterior: comidas fortes, vestuário impróprio, aleitamento mercenário, amas de leite atingidas por sífilis, boubas e escrófulas, falta de tratamento médico, vermes, “umidade das casas”, mau tratamento do cordão umbilical. O horror ao banho e ao “poder da água” de transmitir doenças só foi debelado na segunda metade do século XIX, quando o pernambucano Carolino da Silva Campos começou a discutir a importância do “asseio do corpo das crianças” e a necessidade de banhos para fortificar os tecidos. As relações entre as camadas desfavorecidas e os médicos não eram nada boas. Novos procedimentos terapêuticos, como a vacinação, alimentavam o medo e a desconfiança – até revoltas – de muitos, que preferiam continuar tratando a própria saúde e a dos seus com benzedores e curandeiros.

Sangue de galo, banha à base de flor de laranja, minhocas fritas, cinzas de camaleão, garrafadas com cobras prometiam mais, na mentalidade da época, do que a medicina oficial. Nesse quadro, as crianças eram as vítimas preferidas das crises frumentárias, das tensões sociais e das epidemias. As diferenças sociais acentuavam distinções entre ricos e pobres – os últimos, sem dúvida, mais vulneráveis e adoentados.

No final do século XIX, a criança passou a ser valorizada; tornou-se o “reizinho da casa”, no lugar do pai. A família acompanhava a gravidez, preparava-se o enxoval, e era imprescindível que a mãe costurasse, bordasse ou tricotasse uma peça para o pequeno, símbolo de amor materno. A escolha de nome era determinada pela

tradição familiar. O pai agora acompanhava o parto do lado de fora – ceder lugar ao médico, coisa rara até então. A perda de um filho era considerada um golpe irreparável. Registrava-se em fotografia, que chegou ao Brasil na década de 1860, o retrato da mãe com o defuntinho nos braços. Verdadeiras Pietás. Tornou-se doloroso desfazer o quarto da criança ou continuar morando na mesma casa. Mães corriam para a casa de familiares a fim de ali passar o período de luto. A memória do “anjinho” era reverenciada e seu túmulo, visitado regularmente no cemitério. A morte dos filhos era a oportunidade de manifestação do sentimento da mãe.

Educadas para ser mãe

Na segunda metade do século XIX, de coisa natural – a árvore que dava o fruto –, a maternidade passou a matéria a ser ministrada. Ao final do mesmo século, já tinha se tornado questão de ordem pública. Medidas de proteção à gestação e ao parto começavam a ser tomadas. A mortalidade infantil assustava. Para proteger mães e filhos, lançou-se mão de uma revolução sanitária que buscava abafar o passado “atrasado”. A herança do colonialismo e da escravidão tinha de ser substituída pela “modernidade”. E o que significava isso? A transformação da mulher em máquinas de fazer filhos, mas, sobretudo, cidadãos e soldados, para o bem da pátria.

Nascia a “maternidade científica”: aquela que seria acompanhada por médicos, amparada pela mamadeira com leite artificial – invenção norte-americana dos anos 1890 – e pela promoção da mulher como auxiliar dos médicos na luta por uma sociedade mais saudável. Organizações filantrópicas ajudavam. Mulheres de classe média e alta organizavam programas de assistência às mães pobres.

Palestras sobre higiene infantil e saúde pública promoviam a atuação feminina na “ascensão física e moral” da população brasileira. Multiplicavam-se creches beneficentes para que mães pobres pudessem trabalhar. No II Congresso Internacional Feminista, defendeu-se que “fosse feito um apelo às mulheres brasileiras, visto que era responsabilidade do sexo feminino, por excelência, a proteção e a defesa da criança”.

O papel social preponderante da mulher era ser mãe: “A maternidade, o cuidado e os carinhos com sua prole são os primeiros deveres da mulher”, admoestava o número de junho de 1916 de *Vida Doméstica*. E prevenia: “A mulher que não for boa mãe, deixa por isso mesmo de ser mulher”. Atributos normalmente associados à feminilidade reforçavam o caráter “natural” da maternidade. “Com o nascimento dos filhos, o papel da mulher já nobilitado pelo amor, aumenta bruscamente”, informava a *Revista Feminina* de maio de 1923. “Que virtude brilhante manifesta a mulher como mãe”, martelava a *Vida Doméstica*.

Mas qual mãe? A “nova”. Não bastava gerar filhos. Era preciso ser educadora e dirigente moral da sociedade; era preciso pensar que o Brasil necessitava de exércitos, de braços. A “nova mãe” possuía sentimentos cívicos. Nas revistas, publicavam-se fotografias com o subtítulo “quando eu tiver vinte anos... serei um valente soldado brasileiro”. O pequerrucho da foto contava apenas seis meses!

Ai de quem descumprisse seu “dever maternal”. Com filhos, o divórcio seria impensável, afirmava a *Revista Feminina*. Era preciso um sacrifício, “por ser mãe e viver para os filhos”. Senão, virava “fera”.

Nas páginas das revistas, a maternidade servia aos anúncios de publicidade. Ovomaltine, por exemplo, anunciava-se com a chamada

“Uma mãe feliz”. Ambos, ela e o bebê, sorviam gulosos o alimento à base de leite, ovos e cacau.

A “nova mãe” deveria aprender, pois a maternidade era uma “ciência”. O médico higienista, doutor Fontenelle, explicava: “Já está absolutamente provado que a mais importante causa da mortalidade infantil é a ignorância das mães”. Nada de danças ou futilidades. Apenas a instrução permitia-lhes colaborar para o desenvolvimento do país. Em junho de 1929, foi criada em São Paulo, sob os auspícios da Liga das Senhoras Católicas, a Escola de Economia Doméstica, cujo objetivo era “formar boas mães de família, que por sua vez darão à Pátria filhos valorosos e fortes, inteligentemente educados na moral”. Importou-se mesmo da Suíça uma professora para ministrar os cursos: *mademoiselle* Girodat.

A puericultura entrou na moda. O “ensino vivo da higiene”, também. O livro do pediatra Antonio Wittrock, *Guia das mães*, tornou-se leitura obrigatória. Ele ensinava que era preciso abandonar as “crendices do passado” e confiar no médico. Distribuía-se “conselhos” e “ensinamentos” sobre medicina doméstica e doenças infantis, desmame e alimentos adequados. Anunciavam-se produtos: a Camomilina, a farinha láctea Nestlé, os mingaus Otter. Especialistas condenavam o uso da chupeta e os mimos excessivos – crianças assim criadas resultariam em adultos medíocres. Viva a moderação! Pediatras ocupavam colunas em revistas femininas lembrando mais uma vez que apenas a “alimentação racional dos filhos” os fazia “fortes e sadios”, concorrendo para “elevar bem alto o nome de nossa querida Pátria”. O medo da morte dos pequenos e a alta mortalidade infantil ajudavam a consolidar o papel da “nova mãe”. O I Congresso de Proteção à Infância, realizado no Rio de Janeiro em abril de 1923, elegia dois heróis: os médicos e as mulheres como salvadores do país!

"Mãe e guardiã do lar"

A preocupação com o papel das mulheres percorreu de alto a baixo a sociedade. Nas cidades industrializadas, crescia o número de mulheres operárias. Como cuidariam dos filhos? Patrícia Galvão, a conhecida Pagu, feminista e comunista, foi a primeira a denunciar, em seu romance *Parque industrial*, a situação perversa em que essas viviam. Na voz de uma personagem "revolucionária", fomentadora de greves, ela escreve: "Nós, à noite, nem força temos para acalentar nossas crianças que ficam sozinhas e largadas o dia inteiro ou fechadas em quartos imundos, sem ter quem olhe por elas"!

Os poderes públicos se preocupavam então com o movimento operário e a participação feminina. Quando se tratava de pedir aumento de salários ou protestar contra a elevação dos impostos e do custo de vida, mulheres iam para as ruas. Em outubro de 1902, para ficar em um exemplo, paralisaram fábricas de tecido no Bom Retiro, em um movimento grevista contra os maus-tratos de mestres de teares. As paralisações se sucediam, e o movimento por melhores condições de vida se alastrou entre elas.

Uma das soluções foi criar um discurso normativo que as tirasse das ruas e as fizesse voltar para a vida doméstica. Os médicos colaboravam. Um Concurso de Robustez, que premiava a mãe operária e pobre que amamentasse até o sexto mês, encheu as capas dos jornais. Boletins de "Conselhos às mães" eram gratuitamente distribuídos. A preocupação era convencer a mulher de que o amor materno era inato, puro e sagrado, e que apenas por meio da maternidade e da educação dos filhos ela realizava sua

“vocação natural”. Sanear a sociedade por intermédio das mulheres era a meta. Mas qual mulher? Somente a esposa e mãe.

“A mulher que contrai casamento deve ser convencida das leis naturais e morais que obrigam-na a exercer o círculo completo das funções de mãe. Se a isto se recusar é que há uma falsificação de sentimentos contrariando as manifestações naturais e sacrificando o dever que é sacrificar a si, a prole e a humanidade”, acusava o doutor Moncorvo Filho.

Mas não foi só a medicina que tentou, cientificamente, “moralizar” a mulher. Durante o Estado Novo, Getúlio Vargas concedeu uma série de favores à Igreja, e um “pacto moral” selou novo acordo entre Estado e Igreja. Esta se tornaria uma grande aliada na consolidação de uma ética cristã baseada na valorização da família, do bom comportamento, do trabalho e da obediência ao Estado. Nova colaboração se deu graças ao apoio do cardeal dom Sebastião Leme às preocupações varguistas com as classes trabalhadoras. E o operoso cardeal aproveitou para valorizar o sacramento do matrimônio entre a gente que vivia em ligações consensuais.

Desse esforço, havia que se multiplicar “mães e esposas”. Aquela que não preenchesse os requisitos estipulados pela “natureza” era identificada como “anormal”, pecadora e criminosa. Não amamentar, não ser esposa nem mãe significava desobedecer à ordem natural das coisas. E, como se não bastasse, ainda punha em risco o futuro da nação, por não formar bons cidadãos.

Na representação santificada da mãe-esposa-dona de casa ordeira e higiênica, a sexualidade só aparecia associada à procriação, explica uma historiadora. A ascensão da figura da mãe inibia a sexualidade conjugal. A mulher destinada à maternidade não podia procurar prazer, e a ideia do orgasmo materno se torna

escandalosa, mesmo impensável. E mais: o amor aos filhos deveria ser o principal fator de união dos casais. Dentro do casamento, prevalecia o caráter assimétrico: a mulher, reduzida ao papel de mãe e esposa. O pai, dedicado ao trabalho, à posse da mulher e à fiscalização dos filhos.

De aliadas a inimigas

Para fixar as mães em casa, a guerra contra “amas ignorantes” e *nurses* foi declarada. As segundas, em geral europeias, vestidas de branco, vieram substituir as tradicionais amas de leite que acalentaram e amamentaram brasileiros por centenas de anos. A educadora Ina von Binzer, em carta a uma amiga, lhes fez o retrato, em 1881:

Eu estava à procura de uma ama de leite. Você sabe o que se faz nesse caso: toma-se o *Jornal do Comércio* e procura-se numa das colunas da quarta página. Vi anunciadas negras, mulatas e pardas [...] Perto de minha casa havia uma espécie de maternidade, de uma parteira francesa; recebia como pensionistas escravas, fazia o parto, cuidava delas e se encarregava de alugá-las, de separá-las dos filhos, operações muito desagradáveis para os senhores e pelas quais era fartamente recompensada. Nesse dia, ela anunciara uma ama de leite; fui à casa dela e expliquei a razão de minha visita; era uma matrona refinada, que não se intimidava facilmente.

Gritou para o fundo do jardim: “Rose! Rose! Venha cá!”. Rose apareceu [...]. “Chegue aqui, minha filha”, disse a parteira em tom carinhoso; “Você pode dizer que tem sorte. O senhor aqui precisa de uma ama e veio buscar você. Você vai para uma boa casa, com um belo jardim, todos os vestidos da senhora, alimenta o menino branco, lindo como um anjo e ainda recebe presente, dinheiro! Que beleza!”.

Após um momento de silêncio, a pobre moça, se armando de coragem, respondeu energicamente: "E meu filho, que vai ser dele? Vou abandoná-lo?".

"Vamos! Vamos! Não comece a criar caso agora, com seu filho; você sabe muito bem que o senhor tomará conta dele, que vai enviá-lo para o campo onde nada faltará".

O filho da escrava iria mesmo para o campo ou acabaria nas páginas de jornal: "dá-se uma criança preta para criar de leite" ou "vende-se uma cria preta muito linda, própria para dar de presente". As mães negras, ou "mães de leite", alimentavam as crianças brancas. "Só as estrangeiras alimentam seus filhos", estranhava o viajante francês Louis de Freycinet. Europeus anotavam chocados ou o "luxo insolente" das amas bem remuneradas ou o sofrimento das que eram obrigadas a deixar os filhos. Muitas ganhavam a liberdade como prêmio pela sobrevivência de ioiôs e iaiás. A amamentação sempre foi também um meio de vida para mulheres pobres, na Europa ou no Brasil, enquanto as mulheres de elite se revezavam em torno de fórmulas para conservar a beleza dos seios.

Nos primeiros anos da República, a ama-seca era destinada a cuidar exclusivamente das crianças, vigiando-as e brincando com elas, além de dar banho, vesti-las e alimentá-las. Contratavam-se para esse serviço mulheres muito jovens, como se vê nos anúncios de jornal da então capital, Rio de Janeiro: "Precisa-se de uma menina, de 12 a 15 anos, para ama-seca em casa de pequena família, na Rua Dezenove de Fevereiro, Botafogo".

Ainda hoje, uma das formas de trabalho infantil mais usada é o emprego de meninas pobres em casas de família, para fazer serviços domésticos e cuidar de pequenos. Em lares pobres e na ausência de creches, meninas mais velhas cuidam dos irmãos menores, para que as mães possam trabalhar. Indagada por uma pedagoga, uma delas

respondeu que preferia brincar de boneca. “Elas, pelo menos, não se sujaram”, explicou.

O sangue branco

Desde a Antiguidade, acreditava-se que o leite materno não era mais do que sangue cozido pelo calor do coração. Adquiria cor esbranquiçada para não assustar os bebês. E, desde sempre, amamentar se constituiu em uma forma de poder. Aleitar significava segurança e conservação da prole, presente nas inúmeras representações de Nossa Senhora do Leite. O seio gordo da Virgem, próximo ao rosto redondo do Menino, espelhava a imagem da necessidade satisfeita e a contemplação profunda entre mãe e filho. A intimidade nascida do aleitamento reforçava os laços entre ambos, a mãe modelando a criança à sua imagem. Louvava-se na lactação o prazer de alimentar, mas, também, o de acariciar a criança.

No século XVIII, médicos e confessores viram no aleitamento um “dever”. Pensadores, doutores e moralistas se revezavam para combater a crescente presença de amas de leite e do aleitamento artificial à base de leite de vaca misturado à água. Afinal, sendo “sangue”, o leite transmitiria as características de quem amamentasse a criança.

O bom leite era facilmente reconhecido: branco, inodoro, nem grosso, nem fino. Que “não caísse, nem pegasse muito”, explicavam os médicos. Para conservá-lo, recomendava-se o consumo de alface, espinafre e chicória. “Caldos de farinha, com azeite, ovos e cevada”, sugeria o doutor Antonio Ferreira, ou “cinza de unha-de-vaca bebida”. Emplastros de hortelã e cozimento de malva sobre o seio ajudavam a “desempedrar” o leite. Orações a São Romão, assim

como “untar o bico com água açucarada para a criança pegar”, funcionavam como receita para a boa lactação. Mamilos rachados? Aplicar “gemas de ovos bem batidas com mel e açafreão”, respondia o doutor João Curvo. Untá-los com “fel e coisas amargas” para desmamar os filhos era considerado pecado.

A partir de 1850, a imigração de açorianas substituiu os anúncios de “aluga-se uma escrava parida, da primeira barriga” para “se aluga uma senhora branca, moça, sadia e robusta”. Acreditava-se que o leite transmitia qualidades morais, e o das africanas incentivaria que as crianças ficassem com seus hábitos e costumes, além de “medo, cólera e temor” por elas terem sido afastadas dos filhos. Havia também o risco de transmissão de doenças que acometiam as camadas mais desfavorecidas: febre amarela e cólera, varíola, tuberculose, sífilis, escarlatina, malária, escrófulas, vermes, sarnas, parasitas de cabelo e até mesmo lepra.

As doenças morais, por sua vez, estariam presentes no leite sob a forma de “germes”, que conteriam disposições hereditárias da escrava e se desenvolveriam mais tarde nos pequenos, a exemplo da suposta predisposição das escravas para a promiscuidade. O médico Thomas José Costa, em 1849, sublinhava:

A primeira infância é a idade da imitação, são bebidas com o leite, para assim dizer, as boas e más ideias; e os hábitos que se adquirem então são tanto mais difíceis de destruir-se para o futuro, quanto mais profundas são suas raízes. O que é natural dificilmente se pode reformar, e com muita razão se diz, que, se os homens têm qualidades, ou vícios, é sua ama de leite quem primeiro deve ser louvada, ou censurada, porque ela foi sua primeira instituidora.

O debate sobre amamentação ganhou fôlego na metade do século XIX. Nele, a vilã era a ama mercenária, possível transmissora

de doenças físicas e morais. Na outra ponta, nascia a valorização da mãe higiênica e saudável. Periódicos como *A Mãe de Família* vinham cumprir a missão de influenciar, com suas histórias, as senhoras para que exercitassem seu papel materno, não importando o sacrifício. Culpa e medo foram explorados na tentativa de criar a “nova mãe”, exaltada pelos médicos do período. A ocupação da mãe com a amamentação, entretanto, além de proteger a vida dos filhos, tinha outro papel social: prender a mulher no universo doméstico.

Com a descoberta, em 1838, de que o leite de vaca era mais rico em proteína do que o leite materno, o discurso em favor do leite de vaca passou a prevalecer nas questões sobre nutrição. A partir daí, as descobertas do leite pasteurizado e condensado, da evaporação do leite de cabra e o estudo da composição do leite humano favoreceram a produção do leite artificial. Nas primeiras décadas do século XX, portanto, indústrias norte-americanas já se destacavam na produção do substituto do leite materno. Nesse período, houve desestímulo ao aleitamento materno.

De modo gradativo, ao longo do século XX, a mulher se afastou da função de nutriz, devido à desvalorização da prática de amamentar pelos próprios profissionais de saúde; a práticas hospitalares inadequadas, principalmente no puerpério; a pressões comerciais das indústrias de leite e produtos alimentícios; a mudanças no estilo de vida da mulher; e à falta de orientação e de informações corretas sobre essa questão.

Além disso, as mudanças na família nuclear, a urbanização, o consumo de massa, a mamadeira como sinônimo de artefato moderno, dificultando a transmissão natural dos costumes antigos e modo de alimentação da criança, entre outros fatores, levaram ao decréscimo do aleitamento materno, contribuindo para o aumento da mortalidade infantil. No período de 1961 a 1973, o desmame

precoce, associado a outros fatores, como má nutrição infantil, elevou a taxa de mortalidade infantil em até 45% no país.

Na década de 1970, o tempo de aleitamento caiu a proporções menores que as conhecidas anteriormente, embora o aumento da desnutrição e da mortalidade infantil tenha despertado as autoridades sanitárias. Crianças com menos de um ano alimentavam-se mal, com leite não humano. A resposta veio na forma de políticas e propaganda para fortalecer o hábito da amamentação. No fim dos anos 1980, a duração mediana do aleitamento materno passara de 75 dias para 167 dias. Outra investigação de âmbito nacional foi promovida em 1999, para avaliar os indicadores de amamentação na área urbana. O aumento havia progredido, embora estivesse longe do ideal, diziam especialistas.

O aleitamento artificial só teve sucesso graças à explosão dos meios de comunicação e marketing ou era uma necessidade de longa data? Certamente não foi a inserção da mulher no mercado de trabalho que agilizou a alimentação artificial, mas sim suas condições de trabalho: falta de creches, distância entre a casa e o trabalho, horários rígidos etc. Mas não é só. O leite em pó veio atender outras razões. Descobertas arqueológicas revelam que, desde o século IV antes de Cristo, alimentava-se a criança fora do peito. Antes de ser biologicamente determinado, o aleitamento ao seio é social e culturalmente condicionado. A mulher pode sempre oferecê-lo ou recusá-lo. Ora fardo, ora desejo. Hoje, por exemplo, o aleitamento materno está em alta.

Na tradição cristã, o seio reservatório ajudou a combater o seio erótico. Ele não podia corresponder a nenhuma tentação ou desejo. As Virgens do Leite, representadas com grandes decotes na escultura e na pintura no século XVIII, fecharam-se em golas abotoadas no XIX. De instrumento de sedução por trás de panos

transparentes, os seios se tornaram instrumento de nutrição física e moral, de caridade e doação: aos filhos, ao marido, ao amante. Na puberdade, seios sempre foram o signo de afirmação e de diferença sexual. Nos anos 1960, eles se livraram dos sutiãs. Hoje, preocupam: menos sinônimo da palavra "coração", tornaram-se alvos do câncer que mais ataca as mulheres. Voltaram a se erotizar, recheados de silicone. Mas, entre os homens, ainda há muitos, como o comediante Bussunda, que os preferem cheios do tradicional "leitinho".

Mães e filhos

Os testamentos feitos por jovens mães no século XVII não escondem a preocupação com o destino dos "filhinhos do coração". Ao morrer, pediam às comadres e parentes que os fizessem aprender as primeiras orações e a ler e escrever. Os viajantes estrangeiros não cessaram de descrever o demasiado zelo com que, numa sociedade pobre e escravista, os adultos tratavam as crianças. As cartas desesperadas de mães, mesmo as escravas analfabetas, tentando impedir que os rebentos partissem como grumetes para a Guerra do Paraguai, sublinham a dependência e os sentimentos que se estabeleciam entre umas e outros.

No passado, a mãe era tudo: era ela quem comandava a família na luta contra a instabilidade econômica e social; quem aproximava os filhos da casa, dando-lhes estabilidade para se manter na ausência de maridos e companheiros. As alianças estabelecidas com os filhos sustentavam os domicílios onde estes viviam, e, se não viviam em casa por trabalharem fora, voltavam para comer, tratar doenças e feridas. Mães e filhos viveram juntos o lento processo de

colonização e, depois, de urbanização no século XIX. Sua vivência era marcada pelo ir e vir dos homens que, como se dizia então, tinham de “andar por fora” em busca de trabalho. Essa tradição continua no Nordeste brasileiro.

Nos dias de hoje, educadores e psicólogos perguntam-se, atônitos, de onde vêm o excesso de mimos e a “falta de limites” da criança brasileira, já definida, segundo os resmungos de um europeu de passagem pelo Brasil em 1886, como “pior do que um mosquito hostil”.

Como fazer uma criança obedecer a um adulto, como queria a professora alemã, Ina von Binzer, que vai, na segunda metade do século XIX, às fazendas do vale do Paraíba ensinar os filhos dos fazendeiros de café, quando estes distribuem ordens e gritos entre os escravos? E não eram apenas as crianças brancas que possuíam escravos. Crianças mulatas ou negras forras, uma vez os pais integrados ao movimento de mobilidade social que teve lugar na primeira metade do século XVIII, tinham também seus escravos. Muitas vezes, os próprios parentes ou até meios-irmãos! Na sociedade escravista, ao contrário do que supunha a professora alemã, criança mandava e o adulto escravo obedecia.

Viajantes estrangeiros não percebiam nenhum esforço educativo por parte das mães. Os pequenos davam a impressão de reinar absolutos, e não havia autoridade que se impusesse sobre eles. No entender dos estrangeiros, eram seres não socializáveis. Anjos inocentes na verdade mascaravam pequenos selvagens que sobreviviam graças à tolerância dos adultos. Cresciam malcriados, não importando a condição nem a cor. Para norte-americanos e ingleses, a condição das crianças era o espelho dos males que atingiam o Brasil à época: “indolência, orgulho, sensualidade e egoísmo” eram “as consequências da escravidão que acabaram

escravizando os inventores do cativo e seus filhos”. Mulheres sem educação resultavam em filhos idem, criticavam.

Um estrangeiro, James Wells, em 1866, deixou seu depoimento: “Gritam à menor provocação, mordem, arranham e ainda insultam as pacientes negras que cuidam deles. Às lamúrias da mãe do tipo: Ai! Meu Deus!... Não faça isso meu bem. Não chora benzinho. Ah! Meu Deus!... o pequeno redobrava a gritaria e era levado chutando e mordendo”.

Não foi o único. Em 1852, Carlos Saenz de Tejada Benvenuti escrevia a um amigo, descrevendo a filha do patrão: “Essa senhorita que tem oito ou nove primaveras está sempre chorando e gritando e só silencia quando uma escrava coça-lhe as costas ou quando brinda o irmãozinho com socos e pontapés”.

Mudou?

“Mamãe, eu quero!”, foi o bordão de uma deliciosa marchinha de Carnaval, conhecida de todos nós. Mas a mesma a frase dita na fila do supermercado, entre gritos histéricos e ameaças de choro infantil, dá no que pensar. As crianças vivem cercadas de objetos e mensagens publicitárias que as incitam a não deixar um mundo no qual toda forma de querer é voltada à satisfação imediata. Sim, sabemos que elas são o maior alvo da publicidade na televisão, que insiste em lhes pintar um mundo de consumo. Uma criança, sem interferência dos pais, aprende, através da vitrine que é a “telinha”, uma série de coisas.

Aprende, por exemplo, que a alegria está num produto, que o sonho está no consumo de marcas, que o prazer é um direito fundamental do ser humano e que o querer é a única lei. Percebe

ainda que a abundância de coisas é um dado natural e gratuito do processo técnico e que tudo pode ser imediatamente encontrado no shopping mais próximo. Enfim, ela registra que pode encontrar a felicidade consumindo. Ela subordina o sentido da vida às finalidades da sociedade de consumo; seu desejo se desdobra no querer de múltiplos bens, de imagens a consumir.

Viver assim, como bem diz um sociólogo, é “lamber os beijos diante de uma existência açucarada”. Essa visão de um mundo repleto de prazeres e poderes concorre, contudo, com a experiência da realidade, esta logicamente insatisfatória se comparada às maravilhas da euforia prometida.

Se compararmos o sonho publicitário e o conto de fadas, este último tem pelo menos duas vantagens: comporta realidades cruéis que fazem o princípio de realidade não ser esquecido, e propõe uma história imaginada, sendo que a criança sabe, portanto, se tratar de imaginação. O sonho publicitário, ao contrário, tudo promete pela compra ou pelo consumo; ele abre as portas à inevitável frustração, sobretudo para crianças pobres e espectadoras da televisão.

Idealmente representada no seio do universo publicitário, a criança se pergunta por que deixar esse mundo ou, então, por que crescer, se ela já tem prazer e poder? Os pais, por sua vez, maravilham-se e se calam diante dessa infância protegida em meio a objetos e delícias do consumo. Os gritos diante do carrinho de supermercado meio vazio fazem constatar que criamos crianças frutos de um sistema que as modela à sua imagem – crianças que querem o mundo, em vez de construir a personalidade com base no verdadeiro desejo. Contra a ditadura do querer, é preciso reaprender a desejar, dizem os pedagogos.

Juntos para sobreviver

No passado colonial e durante o Império, os casais com relação estável repartiam ou não um mesmo domicílio. Os filhos naturais dessa população eram numerosos. Desde o início do século XVIII, a prevalência de crianças mestiças pelas ruas ensejou crítica ácida das autoridades, que viam aí o prenúncio de uma população que julgavam ameaçadora. Com o aumento das alforrias ao final do mesmo período, cresceu o número de crianças perambulando pelas ruas, vivendo de pequenos expedientes e esmolas. Somavam-se a tal condição a instabilidade, bem como a rotatividade de grande parte da população paterna. Isso resultava em fogos, ou residências, com chefia marcadamente feminina.

O resultado? Uma estreita ligação, mesmo econômica, entre mães e filhos – uns ajudando o sustento dos outros –, mas também entre senhoras – brancas, mulatas ou negras – e seus pequenos cativos. Em Sabará, Minas Gerais, em 1762, Vitória do Nascimento, preta forra e mãe solteira, além de possuir crianças escravas, criava uma “enjeitada”. Viviam todos de costurar para fora. Nas inúmeras vendas que se espalhavam por pequenas ou grandes aglomerações em todo o Brasil, não era de estranhar encontrar crianças fazendo pequenos serviços – os mesmos, aliás, que se executavam em toda parte. Com o adestramento completo entre nove e doze anos, qualquer menino ou menina participava das tarefas cotidianas de limpar, descascar, cozinhar, lavar, alimentar os animais domésticos, remendar roupas, trabalhar madeira, pastorear, estrumar a plantação, regar a horta, pajear crianças menores da própria casa ou dos vizinhos, levar recados ou carregar mercadoria.

Como bem diz um memorialista, era o dia inteiro: “Joãozinho, vai buscar isto, Joãozinho vai buscar aquilo!”. Alguns, inclusive, já teriam

se iniciado em variados ofícios: podiam ser aprendizes de sapateiros, costureiras, torneiros, carapinas, jornaleiros. Vários deles exerciam atividades domésticas, complementares às realizadas pelas mães. Filhos de doceiras descascavam amendoim, coletavam ovos, colhiam frutas, transportavam feixes de cana na cabeça. Filhos de vendedoras de tabuleiro portavam tripés, oferecendo, aos gritos, biscoitos de goma, sequilhos e broa.

Outras crianças vendiam os produtos feitos em casa por genitoras, avós ou senhoras: velas de carnaúba, canjica, comida de angu, rendas, flores de papel. A tradição musical da região incentivava a participação de crianças como pequenos músicos e cantores – houve mesmo *sopraninos* – em festas religiosas, tão comuns nesses tempos. E a música podia ser um ótimo ganha-pão. Em caso extremo, os pequenos mendigavam. Um exemplo, em Ouro Preto, Minas Gerais, em 1753: “Muitas vezes estão a andar as crianças da dita casa em algumas casas, pedindo alguma coisa para se comer em casa...”, revela um documento.

Ligadas por cuidados e preocupações comuns, mães e filhos eram solidários, ocupando-se com o trabalho de garantir o dia a dia, fosse na produção de gêneros comestíveis ou no pequeno comércio. As gravuras de viajantes europeus captaram cenas das mães com as “crias” agarradas pelas pernas ou amarradas às costas. Com os filhos, as mães lutavam contra a instabilidade doméstica. Aliados na luta contra a volatilidade social e econômica, os filhos devolviam ajuda à casa materna. Em São Paulo, no ano de 1798, a mulata Maria de Oliveira vivia dos proventos de um filho carpinteiro e do soldo de outro, servindo nas milícias. Um tinha vinte e outro, dez anos. A preta Maria Monteiro, por sua vez, mantinha-se “com as quitandas – os ganhos – dos filhos”: um alfaiate e outro sapateiro.

No fim do Império e primeiras décadas da República Velha, o destino de filhos de mães pobres não foi diferente – agora eram absorvidos pelas indústrias que se multiplicavam nas grandes cidades. A de tecelagem ou a de fósforos eram as que mais empregavam crianças, que ali trabalhavam para ajudar em casa: “Meninos e meninas que arruínam a saúde para guardar alguns tostões que os patrões lhes dão como esmola”, acusava o jornal anarquista *Avanti*, em 1907.

Não havia legislação trabalhista que os protegesse, os salários eram infames e as crianças ainda sofriam castigos corporais. “Os pequenos” substituíam “os grandes”. Tal como no passado, a pobreza os empurrava para fora de casa. O empresariado justificava alegando que, no trabalho, as crianças estariam protegidas dos perigos da rua e aprenderiam uma profissão para o futuro. Vozes se elevaram na defesa dos oprimidos e explorados. Em 1909, Lima Barreto, autor de *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, por intermédio de um dos personagens, ameaçava:

Pois o senhor acha justo que esses senhores gordos, que andam por aí, gastem numa hora com as mulheres, com as filhas e com as amantes, o que bastava para fazer viver famílias inteiras? O senhor não vê que a pátria não é mais do que a exploração de uma minoria, ligada entre si, estreitamente ligada, em virtude dessa mesma exploração, e que domina fazendo crer à massa que trabalha para a felicidade dela? O público ainda não entrou nos mistérios da religião da Pátria... Ah! quando ele entrar!

Mas custou a entrar, e os filhos de mães pobres seguiram ajudando-as. Durante décadas, a circulação de crianças na casa de vizinhas, comadres e amigas foi uma solução para que a mulher pobre pudesse ganhar a vida e a de seus filhos.

Ser mãe, segundo as pioneiras feministas

Mãe! Esta, ó mulheres, esta é a um só tempo a vossa mais doce, mais nobre, mais relevante obra a cumprir. Ser mãe no sentido moral, não consiste em se ter filhos, mas em saber educá-los, procurando desenvolver convenientemente seus corações, dirigir as suas boas disposições, pôr todo o cuidado nessa plantinha que o Ser supremo vos confia, e de desembaraçá-las das ervas daninhas que desabrocham ao seu redor. Assim que começar por vós esse nobre ministério, se quereis bem exercitá-lo, deixai todo o frívolo prazer do mundo [pois esse] não poderá jamais oferecer-vos um só daqueles momentos de inefável felicidade que está ao lado do berço de um bebê.

Quem fala é a primeira feminista brasileira, Nísia Floresta, num texto mítico, *Cintilações de uma alma brasileira*, de 1859. Segundo ela, a maior opressão a que se submetia a mulher brasileira era a falta de instrução, numa atitude deliberada dos homens, que as oprimiam por sabê-las superiores! Nísia colocava a educação feminina como instrumento de melhoria moral da sociedade. Tinha razão.

Outra voz:

A maternidade é um instinto, que brota naturalmente de cada mulher, precisando antes ser sufocado nos seus impulsos de exagerada ternura, do que desenvolvido por meio de teorias e discursos eloquentes. É até uma forma de egoísmo observada em criaturas más, que de outra forma não sentiriam o doce palpitar da afeição humana. Mas o filho representa um pedaço delas mesmas, feito com seu sangue, continuação de sua existência – e a mulher ruim, a ladra, a vagabunda até a assassina adoram

o seu pequeno tão ardentemente como qualquer alma transcendental. É uma posse animal, espontânea, muito forte, que vem lá do fundo das entranhas femininas, e não se analisa, não se define, não se discute. É o amor de mãe. Ensiná-lo pareceria até um pleonasma.

O texto é de março de 1905. Escreveu-o para *A Semana* a escritora Carmem Dolores, *nom de plume* de Emília Bandeira de Melo, autora de crônicas para *O País*, importante diário da República Velha, para o *Jornal das Senhoras* e o *Correio da Manhã*. Marcando presença num território exclusivamente masculino, ela fez parte das pioneiras que lutaram pela educação da mulher, sendo a favor do divórcio e do sufrágio feminino. E prosseguia com ideias consideradas escandalosas no início de século, antecipando conquistas que só viriam nos anos 1980: “O casamento representa uma experiência, bem ou malsucedida. A maternidade é uma aliança de doçuras e amarguras e o divórcio, uma necessidade”.

Outra figura notável do nascente feminismo foi Maria Lacerda de Moura. Focada em conscientizar as mulheres de sua condição de servidão à família, de reduzir-lhes o peso das superstições sobre a sexualidade e a tendência de conservarem-se “caladas e sofridas”, publica, em 1932, *Amai... e não vos multipliqueis*. Nele afirmava:

A família verdadeiramente constituída será a que se basear na Maternidade consciente, na livre escolha da mulher escolher o pai para os seus filhos, ou o companheiro do seu amor. Essa é que há de ser a base das relações sexuais do amor no novo ciclo da evolução humana [...] E um e outro pensador (e já são muitos) e algumas mulheres heroicas reivindicam para a mulher o direito e o dever de se ser mãe fora da lei e das convenções sociais.

Não lhe escapava a política de expansão demográfica desejada pelo Estado getulista, a fim de engrossar o exército brasileiro por meio de propaganda sedutora. Vivia-se o período entre as duas Grandes Guerras mundiais. Fazer filhos para a pátria? Não, respondia. As mulheres não deviam se prestar a produzir “buchas de canhão”: “Mas a expressão usada na literatura, no jornalismo, na cátedra, no púlpito para dourar a pílula engolida pela idiota milenar, não será ‘fabricar carne para canhões’”, ela admoestava, “e sim, fala-se na ‘maternidade sagrada’, ‘direitos das mães’, ‘deveres para com as mães’, ‘dia das mães’, ‘rainha do lar’, ‘educadoras dos cidadãos de amanhã’, todas essas chapas convencionais a fim de arrastar a deusa e santa, através dos filhos, para o açougue canibalesco...”.

Neomalthusianismo e pacifismo andavam de mãos dadas em seus textos. Trabalhar pela paz em tempos de fascismo, não fazer filhos para a guerra, exigir melhores condições para criá-los e, sobretudo, tirar dos ombros das mulheres, principalmente das pobres, a responsabilidade da sobrevivência da família eram sua bandeira. De enorme atualidade, aliás...

Claudia e as "funções de mãe"

Nos anos 1960, a imprensa feminina tomou nas mãos o bordão dos médicos. Agora era sua vez de lembrar que a mulher tinha o direito de ser “letrada ou cientista, de saber cozinhar e lavar, mas jamais de ignorar as funções de mãe”. Não era só uma questão de alegria, mas de dever. As páginas da recém-lançada *Claudia*, revista que veio ao encontro das mulheres urbanas de classe média, reforçavam a ideia de que a maternidade era motivo de orgulho e responsabilidade. Até no caso de mães solteiras. Pipocavam, então,

artigos sobre o cuidado e a educação dos filhos, que exigiam das genitoras imensos sacrifícios, mas com uma diferença: se os filhos exigiam cuidados, o cuidado da mulher com ela mesma também passava a ser importante. O nascimento de um filho não era mais solução para um casamento em crise. Embora, por ele, a mãe devesse evitar o desquite, as brigas e as desavenças: "Com os filhos não são permitidas experiências. Os filhos não são um meio, são uma finalidade", advertia a coluna "Claudia responde".

Claudia já admitia a possibilidade de a mulher se realizar em outras funções que não dona de casa e mãe. A principal cronista, a psicanalista Carmen da Silva, pioneira da modernização da imprensa e responsável pela coluna "A arte de ser mulher", chegou a afirmar que mesmo a mulher integrada ao mundo por um trabalho que signifique "uma causa maior" podia ser boa mãe e educadora – mais do que alguém que apenas disciplinasse a criança.

Assim, em maio de 1969, sua coluna publicou o seguinte artigo: "Qual é a imagem que você faz de si mesma?". Nele, Carmen afirmava que a expressão "imagem" vinha sendo utilizada pelos modernos veículos de comunicação e nas técnicas publicitárias da época como mecanismo de manipulação da opinião. Interessada na autoimagem da mulher brasileira de classe média, suas observações levaram à conclusão de que a mulher brasileira tinha de si mesma uma visão binária: de um lado, a desmedida exaltação da feminilidade, com a conseqüente negação de todos os aspectos desfavoráveis da realidade em que ela vivesse; de outro, uma noção amarga e depressiva da condição feminina, tomada como um fardo, quase uma maldição biológico-social.

Ou seja, ser mulher ora era céu, ora inferno. O texto sublinhava a visão idealizada que as mulheres tinham de si mesmas, espécie de imagem pré-fabricada. No caso de mães, por exemplo: "as mulheres

separam o exercício real da maternidade (eu mesma tal como sou, em relação com estas crianças, meus filhos, tais como eles são, a vivência do nosso dia a dia) da ideia da maternidade. O que sublimam é a ideia, é o ser mãe considerado abstrato”.

O artigo de Carmen colocou uma primeira mancha no papel sagrado e límpido do “ser mãe”. Ela ousara criticar o enaltecimento da maternidade, a ideia de que ela era algo precioso e colocado acima de tudo. Afinal, na maior parte das vezes, o cotidiano das mães era feito de problemas a solucionar, tensões e angústias. Sobretudo entre mulheres pobres e trabalhadoras, a maternidade não era um prazer ou um luxo, e sim mais uma tarefa duríssima. A distância entre o ideal da mãe consagrada em tempo integral aos filhos e a vida cotidiana de mães de origem modesta era abissal. Sofrer no paraíso? Não. No chão duro da realidade mesmo. Corajosa essa Carmen!

As transformações no papel da mãe

Nas últimas décadas, o desenvolvimento tecnológico e a globalização econômica contribuíram para a circulação de novos padrões de comportamento e consumo. Entre os produtos consumidos encontram-se as tecnologias contraceptivas e conceptivas, que oferecem às mulheres a possibilidade de escolher como desejam efetuar a maternidade.

Tais opções são marcadas pelas diferenças sociais: ricas, da classe média e pobres, mais ou menos educadas. As mudanças não atingem todas da mesma maneira. A inserção da mulher no mercado de trabalho, a presença fora de casa e os impactos que tais transformações trouxeram à família e à maternidade são objeto

constante de interrogação para profissionais da saúde e para a sociedade. A população brasileira concentrada nas grandes cidades reduziu a taxa de natalidade. Passou-se de 4,5 filhos/filhas por mulher, em 1980, para 2,5 quinze anos depois. Em 1997, segundo dados do PNDS/BENFAMD, 11% das mulheres em união estável, até 25 anos, eram esterilizadas. Dos 25 aos 29, a taxa aumentava para 27%, chegando a mais de 50% dos 35 aos 49 anos. Da prole numerosa do passado, em que muitos filhos ajudavam no trabalho, sobretudo agrícola, passamos aos filhos planejados. E poucos. Com maior acesso à educação e à profissionalização, as mulheres tiveram de se dividir entre os papéis da casa e os da rua. Ora mãe, ora profissional. Nos dois, deveria se sair bem, desdobrando-se como podia entre duplas, quando não triplas jornadas de trabalho. Eis que começaram a escolher...

Os avanços da contracepção, e principalmente os da concepção, apresentam, hoje, uma nova opção: ser ou não ser mãe? Problema novo? Não. No período colonial, abortava-se usando instrumentos perfurantes como agulhas, canivetes, ou ingerindo drogas abortivas. Ao tentar se livrar do fruto indesejado, as mulheres acabavam por se matar. No final do século XIX, houve uma explosão de abortos. Pessários, seringas e diafragmas eram vendidos em farmácias ou de porta em porta. Considerado antipatriótico e "pornográfico", o aborto era visto como "flagelo social". Enquanto isso, mulheres eram empregadas na indústria ou nos serviços urbanos – uma gravidez não planejada contrariava a luta pela sobrevivência ou a mobilidade econômica. A recusa da maternidade era então muito criticada. Recusar uma "função natural" era negar a feminilidade e todos os papéis da mulher. Gravíssimo!

Embora abertamente discutido pela mídia, o aborto ainda é cometido de maneira clandestina no Brasil. Pesquisas recentes

apontam que 6% das brasileiras já o praticaram. A partir dos anos 1990, o remédio Citotec, que chegou a ser livremente comercializado, deu conta do recado. Em 1997, *Veja* publicou na capa o rosto de mulheres conhecidas que haviam abortado: Hebe Camargo, Elba Ramalho e Cássia Kiss, entre outras. Estima-se que, hoje, cerca de 1,4 milhão de abortos são realizados por ano entre nós.

O fato é que a pílula anticoncepcional revolucionou a relação com a maternidade. Independentemente de suas consequências – impacto sobre a demografia, danos à saúde da mulher, convite à esterilização feminina ou à liberdade sexual etc. –, ela mudou os dados da equação sobre o tema.

No início do século XXI, as mulheres já podem retardar a maternidade e escolher o melhor momento para serem mães. Da recusa, passou-se à escolha. A maternidade ainda se explica por razões clássicas: o desejo de continuidade; a busca de um sentido para a vida; a necessidade de valorização e reconhecimento social; o amor pelas crianças; o modelo de família tradicional. Tudo isso depende das condições econômicas e culturais de cada uma. Maiores reflexões sobre a questão e famílias menores adiam a ideia do primeiro filho. Nos estados ricos da União, como São Paulo, pesquisas já verificam o adiamento da idade de ser mãe. Neles, as mulheres têm privilegiado a realização profissional e a independência financeira. Mal se pode acreditar que, até bem pouco tempo atrás, ao chegar ao final da adolescência, elas escolhiam entre cursar a faculdade e casar e ter filhos.

Veja explica: tal dúvida saiu de moda. Primeiro, porque as mulheres entraram em massa no mercado de trabalho. De minguados 14%, há quarenta anos, as mulheres representam hoje 50% da mão de obra brasileira. Segundo, porque a maioria das

mulheres, de acordo com o IBGE, casa-se entre 24 e 29 anos. Ou seja, a decisão crucial – investir na carreira ou na vida pessoal – foi deslocada para depois da faculdade. Tornou-se comum adiar o casamento ou a maternidade para se dedicar ao trabalho e aos cursos de pós-graduação e MBAs. O resultado é um novo momento de decisão na virada dos trinta anos. Ele é um dos períodos mais importantes da vida profissional para as mulheres. Trata-se de uma idade em que se costuma ocupar cargos intermediários de gerência, e a maioria está casada. Para muitas, é hora de a carreira deslanchar. E a dúvida se instala: ter filhos ou não?

Do ponto de vista econômico, esse é um bom momento para a maternidade. As finanças estão estabilizadas e o trabalho ainda não exige a dedicação exclusiva dos escalões mais altos. Mas ter um filho pode significar para a mulher uma redução nas possibilidades de ascensão no emprego. Os empresários não querem que as funcionárias tenham outras prioridades. Perder o foco no trabalho é impensável, consideram. Pesquisadoras garantem que as mulheres também não desejam ser ultrapassadas. A norma é “provar a que vieram”. Por cobrança do empregador, e muitas vezes delas próprias, grande número de mulheres se sente na obrigação de trabalhar em dobro quando estão grávidas. Outras antecipam a volta da licença-maternidade, com medo de perder o espaço conquistado.

Veja consultou cem das quinhentas maiores empresas do Brasil, e praticamente todas (97%) têm mulheres em algum tipo de cargo de chefia. A presença feminina se faz visível na diretoria de metade delas, mas as mulheres são minoritárias entre os melhores salários. Apenas 6% dos cargos de alto comando na iniciativa privada estão nas mãos de mulheres, de acordo com pesquisa feita pelo Instituto Ethos, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. Conta-se nos dedos de uma mão o número de grandes corporações que têm uma

mulher como principal executiva. Nesse aspecto, estamos próximos do padrão internacional. Nos Estados Unidos, que apresentam atualmente o maior número de CEOs de saia, elas são apenas onze entre as quinhentas maiores empresas do *ranking* da revista *Fortune*. Eram nove em 2001.

Vê-se aí um paradoxo. Do ponto de vista da educação, as mulheres estão preparadíssimas para o desafio profissional. Nos últimos 25 anos, comparativamente aos homens, as brasileiras adquiriram mais escolaridade. A vantagem feminina pode ser verificada pela parcela de mulheres entre as pessoas com nove anos ou mais de estudo: 55%, contra 45% de homens. De todos os brasileiros que terminam a universidade, 56% são do sexo feminino. De acordo com a AACSB International, entidade que reúne 405 escolas de administração de todo o mundo, elas representam três em cada dez alunos em cursos de mestrado em negócios, o MBA. Supõe-se que essa média seja válida também para o Brasil. Se é assim, o que explica a menor presença no topo da hierarquia? Há quem diga que as mulheres ainda não ocupam altos cargos porque começaram a fazer carreira apenas duas décadas atrás e não houve tempo para se igualarem em termos de competição. De fato, nas cadeiras de presidente predominam os cabelos grisalhos.

Porém, um estudo recente da Organização Mundial de Trabalho (OMT) em mais de quatro dezenas de países apontou a divisão de tempo entre profissão e família como o principal fator da diferença de cargos entre homens e mulheres. Em pesquisa realizada nas quinhentas maiores companhias dos Estados Unidos, a sexóloga norte-americana Shere Hite descobriu que 95% dos homens em cargos executivos são casados. Aqueles que não têm filhos pretendem ter. Quanta diferença! No levantamento feito por *Veja* em

cem empresas brasileiras, metade das mulheres em cargo de chefia não tem filhos. Tudo indica que a maternidade ainda atrapalha...

A maternidade e o laboratório

Os avanços da medicina fizeram as feministas se perguntar: o poder incrível e único que têm as mulheres, a maternidade, será substituído por técnicas de laboratório? A reprodução estaria escapando das mãos femininas? A “maternidade artificial” ou “parentalidade artificial” já são fórmulas do presente, que se ampliarão no futuro. Indivíduos estéreis buscarão a reprodução *in vitro* com seus desdobramentos: implicações éticas, médicas e políticas. A esterilidade já pode ser resolvida pela medicina, explica conhecida socióloga.

Se as mulheres podem escolher “quando” ter bebês, contudo, atenção. Depois dos quarenta anos, há riscos. O que tarda pode falhar. Médicos advertem que se torna mais difícil engravidar depois dos 35. O estoque de óvulos de uma mulher nessa faixa etária é um décimo menor que o de uma de vinte anos. A chance de gravidez natural é de uma em vinte a cada mês. O coração pode não estar suficientemente forte para aguentar o trabalho extra exigido na gestação. O corpo dificilmente recuperará as formas depois da esticada radical. Mesmo com os espetaculares avanços da ciência na área de reprodução assistida, a frustração é um resultado bem provável. Alguns esforços, no entanto, chegam a bom fim. O IBGE revela que o número de mães com mais de quarenta anos no Brasil cresceu 27% entre 1991 e 2000.

A ajuda da ciência é fundamental nesse caso. Uma das técnicas de reprodução assistida mais simples, utilizada quando a mulher não

ovula com regularidade, consiste em administrar hormônios para superestimular os ovários. Comumente, a mulher produz um óvulo por ciclo menstrual; com o medicamento, pode liberar até cinco. O método funciona em 10% dos casos indicados; situações mais complicadas exigem inseminação artificial. Os espermatozoides do marido ou de um doador são recolhidos, assim como os óvulos, e a fecundação é feita "artificialmente", fora do corpo. A chance de sucesso é de 30%, dependendo da paciente.

Após, no máximo, três tentativas, a probabilidade de gravidez para uma mulher de 35 anos pode aumentar até 50%, embora, além de difícil, seja também arriscado, pois doenças crônicas, como diabetes, obesidade e hipertensão, podem provocar a interrupção da gestação, informam os médicos. Outra preocupação é o aumento do risco de anomalias genéticas. O risco de uma mulher de 35 anos ter, por exemplo, um filho com síndrome de Down é de um em 360, quatro vezes maior do que uma grávida de 25. "Depois dos 30 e poucos anos, a gravidez é um desafio à natureza", afirma o médico Wladimir Taborda, chefe da maternidade do Hospital Albert Einstein. Conclusão: o relógio biológico não para!

"Por isso eu corro demais, corro demais..."

Sexta-feira, entre 18 e 20 horas, aeroportos. Mais e mais mulheres jovens, entre trinta e quarenta anos, acionam os celulares. As frases não variam: *Já botou na cama?*, *Comeu tudo?*, *O papai já vai chegar*. São jovens executivas, coração partido, anunciando que o voo atrasou. Nas longas filas, preocupação e angústia, pois mais e mais mulheres se veem confrontadas à dobradinha maternidade e trabalho. Deixar a gravidez ou os filhotes se sobreporem aos

objetivos profissionais é preocupação constante entre elas. E não sem razão. Nos Estados Unidos, mais da metade de mulheres cinquentonas que fizeram carreira profissional não tiveram filhos, nem os quiseram. Cerca de 40% têm de deixar o emprego, num momento ou em outro, para ocupar-se dos filhos ou dos pais idosos. As restantes optam por trabalhar em tempo parcial. Quando querem retomar a estrada profissional que antes percorriam velozmente, é raro encontrarem uma porta aberta. Pagam um preço altíssimo em termos de perda de salário e de perspectivas ao abandonar o modelo de competição masculino, implantado desde sempre. Pior é a questão que as faz pensar que é urgente achar um marido até os trinta anos e respeitar o relógio biológico: filhos devem vir antes dos 35 anos, da redução da fertilidade.

A partir dos anos 1990, ficou pior. A globalização, as novas tecnologias e a competição desenvolveram certo "radicalismo": trabalha-se brutalmente! Não só o modelo profissional degradou-se por sua intensidade e pela multiplicação de oportunidades que a economia oferece, mas a vida familiar também foi pressionada ao extremo – pais e mães parecem investir, a cem por cento, nos cuidados com os filhos.

O resultado das filas chorosas em aeroportos ainda não é evidente. Mas, em breve, observaremos uma fuga massiva de cérebros, de desperdício de competências e talentos femininos, que trocarão o trabalho pela maternidade. Uma pena, pois na última década assistimos a uma feminização de vários setores profissionais; seja no Direito, no jornalismo, nas universidades ou no meio financeiro, mais e mais mulheres vencem. A um dado momento, porém, se veem confrontadas às escolhas impostas pela vida familiar. Com o envelhecimento da população brasileira, muitas delas, além de pensar nos filhos, terão de se ocupar dos pais.

Teremos, em breve, uma geração de idosos, com expectativa de vida alongada, encostada nos ombros de uma geração de mulheres que cuidam dos filhos que tiveram mais tarde que as próprias mães.

Nos Estados Unidos, a evolução demográfica tornou-se uma grande aliada das profissionais. As taxas reduzidas de natalidade e a aposentadoria de executivos egressos dos *baby boomers* provocaram o ressecamento na fonte de competências, fato que obrigou muitas empresas a pensar como tornar a reinserção das mães mais flexível. Foi preciso considerar que os cargos podem ser preenchidos de maneira mais suave. Por exemplo, discute-se desde a diminuição dos meses de trabalho (de doze para dez) até a promessa de deixar as mães jantarem duas vezes por semana com os filhos. O compromisso dos pais na educação dos filhos também se tornou mais consistente.

Especialistas dizem que as mulheres trabalham cada vez mais porque precisam dar um sentido ao seu trabalho – sentido que, aos próprios olhos, justifique o tempo que passam longe dos filhos. Essas questões vão chegar aqui a qualquer hora. Empresas terão de enfrentá-las, e seria bom que os homens, cuja agenda orbita em torno do salário, do título, do dinheiro e do poder, estivessem prontos a discuti-las. Depois da batalha pelo “direito ao prazer”, as mulheres hoje batalham pelo direito de vivenciar a maternidade plenamente. Resta desejar que essa batalha se ganhe em breve.

Em meio à tormenta

Tenho razão porque sou sua mãe!, dizia, ontem, a mãe a seu filho, sem que este piscasse. *Não enche o saco!*, responde, hoje, o filho à mãe, sem que esta diga uma palavra sequer. Decididamente,

a educação não é mais a mesma. A autoridade de mães e pais tornou-se algo semelhante ao que um sociólogo chamou de “democracia familiar” – o poder compartilhado tomou o lugar da antiga potência materna. Trata-se de uma revolução de atitudes tão importante quanto a da internet nos anos 1990. As principais forças de transformação são os próprios adolescentes, que difundem modelos de comportamento para o resto do corpo social – um modelo liberal, bem entendido. A fórmula se traduz por um tripé: a abertura total aos filhos, a afirmação da imagem da mãe companheira e o recuo do formalismo nas relações. Essa evolução se fez com a cumplicidade dos movimentos de liberação das mulheres e a vulgarização das teorias psicanalíticas do tipo “não proibir nada às crianças que seja fonte de traumatismo afetivo”.

Relação aberta, pacífica, “igualitária” como essa entre mães e filhos é feita de muita flexibilidade e pouca rigidez. A flexibilidade se revela principalmente no domínio das liberdades e da fala. Poucas mães consideram a polidez como qualidade a ser transmitida aos filhos, e outras acham que “pouco importam as palavras, contanto que venham do coração”... A grosseria, apesar de condenável, não serve mais para medir o respeito filial. Inquietude de mães com relação aos resultados escolares? Ah... Há preocupação pior: o medo de assaltos, sequestros, violência nas ruas da cidade. O maior de todos? O medo das drogas.

Apesar dos esforços de modernidade, a nova relação entre mães e filhos parece difícil para elas e desestruturante para eles; a insatisfação percorre muitas famílias. O diálogo é considerado insuficiente de parte a parte. A comunicação esbarra em zonas proibidas – há assuntos sobre os quais ainda se fala muito pouco: sexo, política. Por pudor, da parte deles. Por incerteza, da parte delas, que acabam sempre por se culpar por não ir ao “fundo das

coisas”, por não abordar as questões importantes. Elas se queixam de só conhecer parcialmente a vida dos filhos. E eles reclamam que as trocas com a mãe mais se parecem um diálogo de surdos. A abertura entre mães e filhos parece mais limitada do que se costuma pensar. A igualdade? É obviamente parcial, entre as que detêm o poder econômico e jurídico e os que dependem, em termos materiais, delas. Por último, é bom não esquecer que a ausência de grandes conflitos não dissimula a existência de tensões e desacordos.

Mas, contra tudo ou todos, quase todas as mães são amadas! Em contextos sociais complexos ou difíceis, um colo de mãe – real ou figurado – ainda é um universo de relativa estabilidade, uma proteção contra a brutalidade do mundo exterior. As mães também não escondem: para muitas, o amor dos filhos condiciona a própria felicidade. Se eles são, por vezes, fonte de inquietude, são ainda, sobretudo, razão de todo orgulho. E, para os filhos, é importante uma boa imagem de mãe: calma, confiante, afetuosa. Em tais condições, como se espantar se os filhos não querem mais sair de casa?

Mãe ou bruxa...

O assunto é delicado e dele pouco se fala. Existem mães que odeiam os filhos e vice-versa. Na mitologia grega, Medeia mata os próprios para se vingar de Jasão, que a deixou por outra mulher. Ele a acusa: “Infanticida! Fêmea abominável”. Procne, menos conhecida, mata o filho para vingar o adultério do marido e depois lhe serve a carne da criança cozida. Gea, a Mãe Terra, é o berço do nascimento e a sepultura da morte.

Mitologia e literatura oferecem outra visão da mãe, diferente da que quer passar o modelo social. Em *Mãe em noite de lua cheia*, de Luiz Antônio Aguiar, uma personagem escolhe realizar seus sonhos, mesmo que isso magoe a filha adolescente. Em *Dois irmãos*, Milton Hatoun descreve a personagem Mãe Zana com toques realistas. O cronista Rubem Braga não deixou por menos. Em um conto dedicado ao Dia das Mães, descreve como o excessivo zelo materno, somado às frustrações pessoais, torna-se um peso para o pequeno João, de oito anos. *O dia em que troquei de mãe*, de Jacqueline Mattos, revela uma personagem, Bruna, que foge por não aguentar sua mãe.

Na clássica peça *Álbum de família*, de Nelson Rodrigues, o diálogo entre os irmãos, Glória e Edmundo, é nu e cru: “Eu nunca disse a ninguém, sempre escondi, mas agora vou dizer: não gosto de mamãe. Não está em mim – ela é má, sinto que ela é capaz de matar uma pessoa. Sempre tive medo de ficar sozinha com ela! Medo que ela me matasse”. E a resposta, não menos crua, da mãe: “Isso aqui agora vai ficar pior – Glória vem aí... Ela nunca me tolerou, Edmundo, nunca! Quando nasceu e disseram MENINA, eu tive o pressentimento de que ia ser minha inimiga. Acertei”. E depois, em conversa com a ex-nora: “Estou cansada, farta de não falar, de esconder há tanto tempo as coisas que eu sinto, que eu penso. Podem dizer o que quiserem. Mas eu dei graças a Deus quando minha filha morreu!”.

Em 1944, a peça causou repulsa. Até hoje, em fóruns acadêmicos ou debates públicos, o tema incita reações violentas. Tem gente que não acredita. Mas a verdade, explica a psicanalista Márcia Neder, é que as relações familiares engendram impulsos amorosos e hostis, mesmo que essa hostilidade permaneça escondida e disfarçada. Há tempos, o movimento feminista representado por Betty Friedan

botou o dedo na ferida. Sim, há mães que detestam sê-lo. O nascimento de um bebê não traz só euforia e plenitude; os berros do recém-nascido, a dependência absoluta do adulto, a urgência em mamar estão longe de provocar as mesmas reações. A mulher pode viver essa experiência como fonte de prazer ou... um fardo.

Freud foi dos primeiros a nomear a ambivalência materna. Dentre as histórias clínicas que apresentou, há duas: a da mãe que não conseguia amamentar os filhos e a da que culpava a criança pela morte do pai. Ele revelou que a idealização – a mãe é fonte inesgotável de amor – oculta sentimentos agressivos: violência, irritação, vergonha e culpa.

Até meados do século XX, era comum que mães, no seu momento “bruxa”, imprimisse nos filhos, e sobretudo nas filhas, modelos de autorrestrrição. A obrigação de obedecer, assim como a vigilância sobre regras, eram constantes. As mães podiam punir tudo o que era considerado “indesejável” com “surras e cascudos”. Ou com pressão psicológica. As ameaças de retirada de afeto (“Você age assim e ninguém gosta...”), as ameaças de abandono e solidão (“Moça assim não casa...”), os castigos do Céu (“Nossa Senhora está olhando você e está triste), remorso (“Quando eu morrer, você vai ver a falta que vou fazer...”) ou culpa (“Só quero o seu bem...você está fazendo uma ingratidão”) abatiam-se sobre as costas dos filhos. Antes, a preocupação era que os filhos fossem bem-educados, que respeitassem os idosos, que fossem alvo de elogios. Hoje, preocupa “o que serão” e seu futuro.

Pesquisas publicadas nos Estados Unidos demonstram que o modelo da mãe ideal é tão forte que aquelas que não se identificam com ele sentem-se “desviantes”. Mesmo na psicoterapia, tais mulheres conseguem indignar os terapeutas: a “mãe má” é um tabu! É monstruoso mostrar esse lado sombrio da mulher. A

intolerância contra colegas, amigos ou pessoas do outro sexo pode definir alguém como irracional ou infeliz, mas, a intolerância em relação aos filhos torna uma pessoa a encarnação do mal.

Segundo Márcia Neder, no reino da pedocracia, em que o culto à criança, o “reizinho” da casa, está plenamente instituído, é crime não amá-la e vergonhoso admitir que não se ame o próprio filho. A supervalorização da maternidade leva a analisar a “síndrome do ninho vazio” de maneira errada, ela explica. Longe de sofrer porque os filhos amadureceram, cresceram e saíram de casa, esse momento pode traduzir o alívio e a satisfação ao vê-los partir – aliada à autonomia da prole, vem a alforria da mãe, que pode voltar a pensar em si mesma.

Vale lembrar que ser mãe é uma condição subjetiva; nem toda a mulher fértil está apta a exercer a maternidade. Nem ela é mágica capaz de transformar o caráter da mulher.

O velho e o novo aborto

O tema reapareceu recentemente: aborto. Mas este é um fantasma antigo. Nos séculos XVI e XVIII, os cronistas comentavam o fato. Ingerir ervas, carregar fardos ou dar pulos eram manobras conhecidas para fazer o fruto renunciar. Em caso de desespero, recorria-se a todo tipo de objeto pontudo: de agulhas a canivetes, de colheres a tesouras ou espetos de cozinha. Temia-se mais a gravidez indesejada do que a morte por infecção. Viajantes de passagem pelo Brasil observaram a venda de ervas abortivas, como a arruda, pelas ruas das cidades. Em tabuleiros, as escravas costumavam oferecê-la de porta em porta. Entre mulheres, murmuravam-se, baixinho, fórmulas para dar fim ao problema:

provocar vômitos e diarreias violentos era uma delas. Todas as mulheres conheciam alguma solução.

Até o século XIX, a Igreja tinha certa tolerância em relação ao aborto. Acreditando que a alma só passava a existir no feto masculino após quarenta dias da concepção e, no feminino, depois de oitenta dias, o que acontecesse antes da “entrada da alma” não era considerado crime nem pecado. Tudo se complicava, porém, se pairassem dúvidas sobre o aborto ser resultado de uma ligação extraconjugal.

Perante o Estado, leis discutiam se o aborto fora voluntário ou involuntário. Surgiam leis contra as abortadeiras. A partir de 1830, uma delas condenava a cinco anos de trabalho forçado quem praticasse o aborto, ainda que com o consentimento da gestante – esta escapava impune. A partir de 1890, o Código Penal da República passou a punir a mãe que arrancasse o filho do ventre: cinco anos de reclusão com pena reduzida a um terço em caso de “defesa da honra”. Ficavam isentos os abortos realizados para salvar a vida da gestante.

No início do século XX, o controle da natalidade se converteu em questão de interesse público: o problema “populacional” era importante para se pensar o desenvolvimento nacional. O aborto entrou na mira das autoridades, fato que se tornou importante, pois, até poucas décadas atrás, contraceptivos e abortivos eram anunciados em jornais e revistas, vendidos em farmácias ou em domicílio. Muitos “medicamentos para mulheres”, na verdade, disfarçavam abortivos.

Durante o Estado Novo, valorizou-se a ideia de coesão social para fortalecer a pátria. Esse apelo implicava a definição de um modelo de família que expurgaria todos os problemas: imoralidade, sensualidade e indolência. A população suspeita de incorrer nesses

“delitos” sofria repreensões. O papel da mulher não era na rua, trabalhando, mas em casa, cuidando dos filhos. De todos. Nada de controlar o tamanho das famílias, mas sim de cuidar para que não produzissem casamentos desfeitos, tendo de lidar com suas consequências: alcoolismo, delinquência, marginalidade. Em 1940, o novo Código Penal definia prisão de um a três anos para a gestante que abortasse. Acrescia, contudo, que, em caso de estupro ou de risco de vida, admitia-se a operação – eram os chamados casos “permissivos”. Apesar dos cuidados legais, poucas mulheres foram punidas por aborto voluntário. A maioria tinha de enfrentar a repreensão social: polícia em casa, depoimentos de parentes e vizinhos, fofocas e humilhações. Acusadas de “amantes” de alguém, esse “alguém”, contudo, raramente dava as caras.

Pesquisas sobre quem abortava indicam que eram poucas amantes e muitas as mães de família: mulheres casadas, com vários filhos, tentavam a todo o custo impedir o crescimento da família, já numerosa. Sabiam que mais rebentos representariam maior pobreza. Receitas para “fazer descer as regras” à base de artemijo, cipó-milone, casca de romã foram eficientes fatores de controle familiar durante décadas. Hoje, calcula-se em torno de 750 mil a 1,4 milhão de abortos no Brasil. O clandestino ainda é responsável pela morte de muitas mães.

Menos e mais filhos

Segundo o Perfil das Mães Brasileiras, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas em 2005, entre os anos 1970 e 1980, o número de crianças caiu de 5,8 para 2,0. Em 2012, está em 1,86 filho por mulher. Saímos de taxas iguais às da Somália para nos igualar à

média da Finlândia. No país, quanto maior a pobreza, maior o número de filhos. Segundo autoridades, programas como o Bolsa Família têm transformado mães pobres em "protagonistas sociais". Elas se preocupam em educar os filhos, enviá-los à escola, cuidar da vacinação e da saúde. O governo reconhece o papel central delas na geração de bons resultados sociais. Contudo, apesar dos esforços, a gravidez precoce aumentou. Nos anos 1980, eram 8 filhos para cada 100 mulheres na faixa de jovens entre 15 e 18 anos. Em 2005, a taxa subiu para 9,1. O número de mães solteiras também saltou: de 2,7% antes para 16%.

O assunto não é novo. Historiadores vêm detectando o alto nível de maternidade precoce por meio do estudo de "jovens seduzidas". No passado, eram as chamadas "meninas perdidas" e, em geral, pobres. Sobre elas recaía o dever de zelarem pelas regras e condutas sexuais "higiênicas", de serem honestas, recatadas, bem comportadas como as "mocinhas de elite". Parentes, vizinhos, namorados lhes "faziam mal". "Murchava-lhes a flor". Sem pílula ou outro meio de contracepção, as consequências eram inevitáveis. As jovens tinham sorte quando não eram expulsas de casa.

Moças pobres também valorizavam a honra e a virgindade, mas tinham motivos práticos para entrar com processos contra seus "sedutores": dividir responsabilidades de uma gravidez, driblar uma proibição familiar, ascender socialmente etc. Mais raramente, as "vítimas" pretendiam, com o processo, punir os "ofensores" com a prisão. Conta a historiadora Marta Abreu que "meio viciado, a devassidão de costumes, os instintos perversos, a falta de educação" foram expressões que marcaram o olhar de médicos, juízes e jornalistas no julgamento sobre "ofendidas" pobres, negras e brancas, ao longo dos últimos 150 anos de nossa história. Os

acusados retrucavam: elas tinham mais modos de "mulher da vida do que de moça honesta".

Hoje, a gravidez na adolescência não é mais o caso de "civilizar" ou higienizar o Brasil. Desde os anos 1960, ela é tratada como um problema de saúde pública. A maior parte dos estudiosos diz que por trás dessas jovens existem famílias abandonadas, esquecidas por programas de políticas sociais. Os riscos de saúde a que estão sujeitas as adolescentes têm a ver com a precária situação econômica. Os resultados são o retorno ou o aumento da pobreza, abandono dos estudos e dificuldade em encontrar emprego. Alguns estudiosos explicam que a gravidez precoce se dá num quadro adverso, em que as desvantagens citadas anteriormente já existem. Outros afirmam que, provenientes de lares matrifocais, tais adolescentes sentem-se atraídas pela maternidade. Algumas a veem como um passaporte para a vida adulta, um reforço para ser "alguém na vida", pois muitas fazem do "ser mãe" um projeto existencial.

Já entre as classes média e alta, há quem queira um terceiro filho. São casais com renda alta, entre 7 e 25 mil reais, informa *Veja*, mesmo que para cuidar da prole seja preciso a esposa adiar a carreira ou largar a profissão. Segundo especialistas, as mulheres que sonham em se tornar mães não estão mais dispostas a abrir mão da maternidade para provar que podem competir em pé de igualdade com os homens. Antes, ser dona de casa desqualificava a mulher. Hoje, ela conquistou o direito de escolher o que fazer. O IBGE confirma: na última década, cresceu em 26% o número de brasileiras mais escolarizadas, com renda acima de oito mil reais, que largaram o emprego para ser mães e nada mais. E com muito orgulho!

Com ou sem filhos, o corpo feminino passou também por uma revolução silenciosa nas últimas três décadas. A pílula anticoncepcional permitiu-lhe fazer do sexo não mais uma questão moral, mas de bem-estar e prazer. A mulher tornou-se, assim, mais exigente em relação ao parceiro, vivendo uma sexualidade mais ativa e prolongada. Entre ambos, surgiram normas e práticas mais igualitárias. A corrente de igualdade não banuiu, contudo, a dissimetria profunda entre homens e mulheres na atividade sexual. Quando da realização do ato físico, desejo e excitação continuam percebidos como domínio e espaço de responsabilidade masculina. O casal raramente reconhece a existência e a autonomia do desejo feminino, obrigando-o a se esconder atrás da capa da afetividade. A famosa "pílula azul", o Viagra, só veio reforçar o primado do desejo masculino, explicitando uma visão física e mecanicista do ato sexual, reduzido ao bom funcionamento de um único órgão. Revanche masculina contra o "domínio de si" que a pílula anticoncepcional deu à mulher? É provável...

III

Corpo feminino: paisagens e passagens

"Fazer-se bela, ser mulher"

Sobre a cera dos corpos femininos, o século XXI vai imprimindo suas marcas. Nos últimos anos, a mulher brasileira viveu diversas transformações físicas. Viu ser introduzida a higiene corporal, que, alimentada pela revolução microbiológica, transformou-se em uma radicalização compulsiva e ansiosa. Acompanhou a invenção do batom, em 1925; do desodorante, nos anos 1950. Cortou os "cabelos à la *garçonne*", gesto sacrílego contra as bastas cabeleiras do século passado. O aprofundamento dos decotes levou-a a aderir à depilação. O espartilho, graças ao trabalho feminino nas fábricas, diminuiu e se transformou em sutiã, para possibilitar maior movimentação dos braços. "Manter a linha" tornou-se um culto. A magreza ativa foi a resposta do século à gordura passiva da Belle Époque. O jeans colado e a minissaia sucederam, nos anos 1960, ao erotismo da mão na luva e das saias à altura dos tornozelos, características dos anos 1920. Com o desaparecimento da luva, essa capa sensual que funcionava ao mesmo tempo como freio e estímulo do desejo, surgiu o esmalte de unhas.

No decorrer do século XX, a mulher se despiu. O nu, na mídia, na televisão, em revistas e praias, incentivou o corpo a se desvelar em público, banalizando-se sexualmente. A solução foi cobri-lo de cremes, vitaminas, silicones e colagens. A pele tonificada, alisada e

limpa apresenta-se idealmente como nova forma de vestimenta, que não enruga nem “amassa” jamais. Uma estética esportiva votada ao culto do corpo, fonte inesgotável de ansiedade e frustração, levou a melhor sobre a sensualidade imaginária e simbólica. Diferentemente de nossas avós, não nos preocupamos mais em salvar a alma, mas sim o corpo da desgraça da rejeição social. Nosso tormento não é o fogo do inferno, mas a balança e o espelho. “Liberar-se”, ao contrário do que queriam as feministas, transformou-se em sinônimo de lutar, centímetro por centímetro, contra a decrepitude fatal – decrepitude, agora, culpada, pois o prestígio exagerado da juventude tornou a velhice vergonhosa.

O diagnóstico das revoluções femininas até o século XX é, por assim dizer, ambíguo. Ele aponta para conquistas, mas também para armadilhas. No campo da aparência, da sexualidade, do trabalho e da família, houve conquistas, mas também frustrações. A tirania da perfeição física empurrou a mulher não para a busca de uma identidade, mas de uma identificação. A revolução sexual eclipsou-se diante dos riscos da aids. Se trouxe independência, a profissionalização trouxe também estresse, fadiga e exaustão. A desestruturação familiar onerou, sobretudo, os dependentes mais indefesos: os filhos.

Nossa sociedade – não é a única, é bom que se diga – mira, cada vez mais, os valores de juventude e progresso. Ao mesmo tempo em que se reconhece a importância da saúde como fonte de prazer, e a medicina tem feito inúmeros avanços para nos prover com bem-estar, todos os esforços são investidos para dissolver a velhice; para reduzi-la. O aumento da esperança de vida se tornou um problema, pois as mulheres não querem mais “envelhecer”. Elas se negam a mudar. A se transformar. Como lidar com essas tensões?

Sexo belo ou sexo frágil, tais denominações vinculam-se às imagens que nossa sociedade fez deles, de sua beleza ou de sua saúde. No passado, como já vimos, o corpo da mulher era visto com as marcas da exclusão e da inferioridade. Cristalizada pelas formas de pensar de uma sociedade masculina, a evocação das imagens do corpo e da identidade feminina, na pluma de diferentes autores, refletia apenas subordinação: ele era menor, os ossos pequenos, as carnes moles e esponjosas, e o caráter, débil. A subordinação expressava-se, ainda, na capacidade de reproduzir, quando solicitada pelos homens. Contudo, na outra ponta dessa submissão, a mulher era senhora de beleza e sensualidade – aliás, beleza considerada perigosa, pois capaz de perverter os homens; sensualidade mortal, pois se comparava a vagina a um poço sem fundo, no qual o sexo oposto naufragava. As noções de feminilidade e corporeidade sempre estiveram, portanto, muito ligadas em nossa cultura.

Hoje, depois de séculos de ocultação, a sociedade entregou-se a uma verdadeira sacralização dos corpos. A higiene e o esporte primeiro reabilitaram os corpos masculinos; mas as mulheres, com rapidez, seguiram os homens. Em nossos dias, a identidade do corpo feminino corresponde ao equilíbrio entre a tríade beleza-saúde-juventude. As mulheres, mais e mais, são impelidas a identificar a beleza dos corpos com juventude, a juventude com saúde. O interessante, diz o antropólogo Bruno Remaury, é que essas são basicamente as três condições culturais da fecundidade, portanto, da perpetuação da linhagem. Em todas as culturas, a mulher é objeto de desejo. Em pouquíssimas esse desejo está dissociado da aptidão para a maternidade. Daí a valorização dos quadris femininos, berço e sementeira da raça humana.

Assim sendo, não deixa de ser curioso constatar que, numa sociedade em que as mulheres, graças aos contraceptivos, já têm o

controle da própria sexualidade, o modelo resultante de tantas mudanças não trouxe maiores novidades. E pior: a redução brutal dos quadris, associada ao consumo de pílulas anticoncepcionais, não alterou, sob certos aspectos, sua situação. Mesmo tomando posse do controle do corpo, mesmo regulando o momento de conceber, a mulher não está fazendo mais do que repetir grandes modelos tradicionais; ela continua submissa – não mais às múltiplas gestações, mas a tríade de “perfeição física”. A associação entre juventude, beleza e saúde, modelo das sociedades ocidentais, aliada às práticas de aperfeiçoamento do corpo, intensificou-se brutalmente, consolidando um mercado florescente que comporta indústrias, linhas de produtos, jogadas de marketing e espaços nas mídias.

A intensificação desse modelo corporal é tão grave, que suas consequências na forma de técnicas e práticas vêm sendo bastante discutidas por sociólogos e historiadores. A pergunta que ainda cabe é: que tipo de imagem preside a ligação entre as mulheres e essa tríade? Foi sempre assim? O que mudou? O interesse dessas perguntas é que a imagem corporal da mulher brasileira está longe de se desembaraçar de esquemas tradicionais, ficando distante, portanto, da propalada liberação dos anos 1970. Mais do que nunca, a mulher sofre prescrições. Agora, não mais do marido, do padre ou do médico, mas do discurso jornalístico e dos publicitários que a cercam. No início do século XXI, somos todas obrigadas a nos colocar a serviço do próprio corpo, essa sendo, sem dúvida, outra forma de subordinação – que, diga-se de passagem, é pior da que se sofria antes, pois, diferentemente do passado, na qual quem mandava era o marido, hoje o algoz não tem rosto. O algoz é a mídia. São os cartazes da rua. O bombardeio de imagens na televisão.

"No princípio... éramos morenas"

Ao desembarcar na então chamada Terra de Santa Cruz, os recém-chegados portugueses impressionaram-se com a beleza das índias: pardas, bem-dispostas, com cabelos compridos, andando nuas e "sem vergonha alguma". A Pero Vaz de Caminha não passaram despercebidas as "moças bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos compridos pelas espáduas". Os narizes, segundo o mesmo narrador, eram "bem feitos", assim como tinham "bons rostos". Os corpos, "limpos e tão gordos e tão formosos que não pode mais ser". As tupinambás se pintavam de tinta de jenipapo, "com muitos labores a seu gosto [...] e põem grandes ramais de contas de toda a sorte nos pescoços e nos braços", segundo informa, em 1587, Gabriel Soares de Souza, um dos primeiros cronistas a descrever a gente do Novo Mundo. Já o capuchinho francês Yves D'Évreux acentuava o gosto por banhos e por se pentear "muitas vezes".

É bem verdade que as características de nossas belas estavam um tanto distantes do modelo renascentista europeu. Os grandes pintores do período – por exemplo, Veronese, o veneziano – preferiam mulheres de cabelos claros, ondulados ou anelados, com rosto e colo leitoso como pérola, bochechas largas, fronte alta, sobrancelhas finas e bem separadas. O corpo devia ser "entre o magro e o gordo, carnudo e cheio de suco", segundo um literato francês. Como se dizia então, a "construção" tinha de ser de boa carnadura. A metáfora servia para descrever ombros e peito forte, suporte para seios redondos e costas onde não se visse um sinal de ossos. Até os dedos afunilados eram cantados em prosa e verso,

dedos de unhas rosadas finalizadas em pequenos arcos brancos. Joias e pedrarias, bem diversas dos ramais de contas e da tinta de jenipapo que recobriam as Índias, reafirmavam o esplendor da união entre elementos anatômicos e elegância.

Gilberto Freyre foi pioneiro em captar o interesse dos portugueses, não pelo modelo clássico que acabamos de descrever, mas pela “moura encantada”: segundo ele, tipo delicioso de mulher morena de olhos pretos, envolta em misticismo sexual – sempre de encarnado, sempre penteando os cabelos ou banhando-se nos rios ou nas águas de fontes mal-assombradas –, que os lusos vieram reencontrar nas Índias nuas e de cabelos soltos: “Que estas tinham também os olhos e os cabelos pretos, o corpo pardo pintado de vermelho e, tanto quanto as nereidas mouriscas eram doidas por um banho de rio onde se refrescasse sua ardente nudez e um pente para pentear o cabelo. Além do que, eram gordas como as mouras”.

Ele lembra ainda que, enquanto em terras brasileiras prevalecia o modelo moreno, em Portugal, a moda italiana vingava. Lá, na época de Felipe II, as mulheres “das classes altas tingiam os cabelos de cor loura, e lá na Espanha, várias arrebicavam o rosto de branco e encarnado para tornarem a pele, que é um tanto, ou antes, muito trigueira, mais alva e rosada, persuadidas de que todas as trigueiras são feias”. Segundo Freyre, poderia se afirmar que a mulher morena era a preferida dos portugueses para o amor físico. A moda da mulher loura, limitada às classes altas, teria sido mais repercussão de influências exteriores do que expressão do gosto nacional. Prova disso, segundo o mesmo autor, é que nosso lirismo amoroso não revela outra tendência senão a glorificação da mulata, da cabocla, da morena celebrada pela beleza dos olhos, pela alvura dos dentes, pelos dengues, quindins e embelecós, muito mais do que as “virgens pálidas” e as “louras donzelas”. Estas surgiriam em um ou outro

soneto ou modinha, sem o relevo das outras. A moda da loura, aliás, só desembarcaria no Brasil bem mais tarde.

Affonso Romano de Sant'Anna lembra que não faltaram marcas do apetite masculino em relação à morena ou mulata na literatura dos séculos XVIII e XIX. O riso de pérolas e corais, os olhos de jabuticaba, as negras franjas e a cor do buriti são os signos sedutores dessa fêmea que convida ao paladar, à deglutição, ao tato; são elas as verdadeiras presas do desejo masculino, mulheres-caça, diz ele, que o homem persegue e devora sexualmente.

Morenice e robustez eram, então, padrões de beleza. Não apenas na pluma dos poetas, mas ainda na pena de viajantes estrangeiros de passagem pelo Brasil, sensíveis, eles também, às nossas Vênus. Coube-lhes deixar o registro do que era percebido e apreciado – registro, diga-se, de uma forma de reagir à beleza. As palavras sobre nossas avós as reproduz, ao mesmo tempo em que as modela e esculpe. Registrava, cuidadoso, em 1757, M. de la Flotte:

As portuguesas do Brasil são, em geral, extremamente honradas e têm o corpo bem feito; seus cabelos são de um belo castanho-escuro e os seus olhos, grandes e negros, deixando transparecer uma espécie de languidez que denuncia um pouco de crueldade. Suas maneiras são doces e afáveis, sobretudo em relação aos estrangeiros. Em matéria de amor, entretanto, é muito perigoso despertar o seu ciúme, pois elas são capazes de grandes excessos.

Por sua vez, Juan Francisco Aguirre anotava em 1782:

As mulheres do Rio de Janeiro vestem-se como as de Portugal. Há algumas senhoras que não dispensam o uso de mantilhas e dos penteados adornados com fitas. O que mais lhes interessa, porém, é estarem bem calçadas e empoadas... Os portugueses que as contemplam julgam que

estão diante das mais formosas damas do universo. A moda não tem grande penetração entre as mulheres do Rio de Janeiro e o gosto é bastante flexível, o que faz com que as cores e os padrões das vestimentas variem muito. Uma noite, no teatro, parou ao nosso lado uma senhora que, em razão dos grandes anéis e de outras joias que trazia, era apelidada pelas gentes da terra de Tabuleta ou Vitrine de Ourives. Essa mesma dama usava um penteado copiado de uma inglesa que há pouco passara por esta cidade a caminho do Oriente.

Um dos fundadores da Austrália, de passagem pelo Rio de Janeiro em 1787, legou-nos, também suas impressões:

As mulheres, antes da idade de casar, são magras, pálidas e delicadas. Depois de casadas, tornam-se robustas, sem, contudo, perder a palidez, ou melhor, uma certa cor esverdeada. Elas têm os dentes muito bonitos e melhor tratados do que a maioria das mulheres que habita países quentes, onde o consumo de açúcar é elevado. Seus olhos são negros e vivos e elas sabem como ninguém utilizá-los para cativar os cavalheiros que lhes agradam. Em geral elas são muito atraentes e suas maneiras livres enriquecem suas graças naturais. Estando um dia na casa de um rico particular do país, comentei com ele minha surpresa relativa à grande quantidade de cabelos das damas e acrescentei que me era impossível acreditar que tais cabelos fossem naturais. Esse homem para demonstrar que eu estava errado, chamou sua mulher, desfez seu penteado e, diante de meus olhos, puxou duas longas tranças que iam até o chão. Ofereci-me, em seguida, para rearranjá-los o que foi aceito com simpatia.

No passado ou hoje, os cabelos femininos ainda são altamente valorizados em nossa cultura.

A cultura feminina das aparências

Enquanto poetas e viajantes despiam o que a sociedade cobria, uma rede de objetos, matérias, cores e odores buscava transformar o corpo feminino – dissimular, apagar, substituir as imperfeições graças ao uso de pós, perucas, unguentos, espartilhos e tecidos volumosos era comum. A pele azeitonada, a robustez física, as feições delicadas e a longa cabeleira passavam por processos feitos de bens e serviços, utensílios e técnicas, usos e costumes capazes de traduzir gostos e rejeição, preceitos e interditos – muitos deles, aliás, já bem conhecidos na Europa moderna. Lá, desde o século XVI circulavam livros de receitas – os segredos – de beleza. A cosmética evoluía. A depilação das sobrancelhas, a pintura dos olhos e dos lábios, a coloração das maçãs do rosto, o relevo dado à fronte atestavam uma nova representação da mulher. Preparações variadas desdobravam-se em maquiagens pesadas, muito parecidas a máscaras.

Difíceis de manejar, muitos pós deviam ser diluídos em água de rosas, servindo para cobrir a cara inteira. Elaborado a partir de pau-brasil ou cochinha e, mais raramente, de cinabre, o *rouge* se apresentava na forma líquida ou de unguento, quando se lhe adicionava gordura de porco ou cera. Servia para tingir boca e bochechas e tinha consistência ideal quando aplicado quente. Resistência era um critério recomendado: os bons tinham que durar entre sete e trinta dias. A cor variava do carmim, para passeios ao ar livre, ao vermelhão, usado à luz de velas, passando por um “meio-rouge”, utilizado para dormir.

Complexas ou onerosas, boas e baratas, tais receitas eram feitas com base em ingredientes diversos. A virtude de algumas atravessou os séculos. A ação depilatória do sulfato de arsênico, malgrado sua toxicidade, por exemplo, é uma delas. O leite de cabra e a gordura

de cavalo, pela analogia com os longos pelos do animal, garantiam cabelos soberbos e sedosos. A pele e a gordura de cobra prometiam fazer a pele feminina se renovar. Pérolas esfregadas aos dentes garantiam brilho e brancura. Milagrosa, para o mesmo fim, era a pedra-pomes dormida no vinho branco e transformada em pó. Pomadas e pentes davam forma perfeita aos pelos faciais restantes. Coberto de alvaiade, o rosto era totalmente emaciado com a finalidade de cobrir as marcas deixadas por doenças, então corriqueiras: varíola, catapora, manchas de sol, acne.

Numa época em que o dimorfismo sexual era lei, a figura feminina era marcada, nas partes baixas do corpo, por curvas, e no rosto, pelos signos da feminilidade. A cabeleira em tranças e biotes era alvo de todas as preocupações. Monumento de afetação, extravagância e desmesura, ela se equilibrava graças a camadas de farinha empoadas pelo cabeleireiro. Embranquecer e perfumar os cabelos graças à utilização do amido, de ossos secos e transformados em pó depois de bem pilados, de madeiras raspadas e reduzidas a pó, era ofício desses cúmplices da intimidade feminina. Depois, os cabelos eram frisados, eriçados, encrespados e banhados em pomadas. Os penteados mais conhecidos eram o "tapa-missa" e o "tropa-moleque", este último feito com uma infinidade de pentes sobre os quais se empilhavam perucas, inclusive as feitas com cabelos de moças defuntas.

O resultado final? Nuno Marques Pereira, cronista dos hábitos baianos do início do século XVIII, é quem descreve as mulheres que traziam "enfeites e toucados nas cabeças, e vinha a ser que se usava naqueles tempos uma moda que chamavam patas, feitas também de cabelos, porém presos em arames. Foi crescendo tanto a demasiada moda, [...] e tão disformes, que para entrar uma mulher

com este enfeite nas igrejas, era necessário que estivessem as portas desimpedidas de gente”!

A mania dos cabelos longos vicejou. E como! Cem anos mais tarde, na rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, a loja do cabeleireiro Cabeça de Ouro exibia na vitrina uma formosa trança que media onze palmos e meio: “muito vasta, de cabelos finos e de cor castanha, quase pretos, de formosa nuance, e tão longa se estendia, que se mostrava em três lanços ou voltas na vidraça”. O artefato, transformado em objeto de desejo de centenas de senhoras, fazia também sonhar os homens. É um deles quem nos conta:

Eram cabelos de comprimento extraordinário e de beleza notável; mediam nada menos do que dois metros, fora o que deles ficara ornando ainda a cabeça da senhora que, sem dúvida, a seu pesar se privara de tesouro tão singular; deviam, pois, ter sido na cabeça de sua dona cabelos de doze a treze palmos de comprimento [...] Quando ela os abandonasse soltos, aqueles imensos e formosos cabelos não lhe cairiam até os pés, como os imaginários de uma das mais belas heroínas dos romances de Alexandre Dumas, arrastar-se-iam seis ou sete palmos pelo chão, como estupenda cauda de um manto de madeixas.

Apesar da pobreza material que caracterizava a vida diária no Brasil-colônia, a preocupação feminina com a aparência não era pequena; porém, era controlada pela Igreja. A mulher, perigosa pela beleza, pela sexualidade, pela associação com a natureza, inspirava toda a sorte de preocupações dos pregadores católicos. Não foram poucos os que fustigaram o corpo feminino, associando-o a um instrumento do pecado e das forças obscuras e diabólicas que ele representava na teologia cristã.

Aquela “bem parecida”, sinônimo no século XVII para “formosa”, era a pior! Logo, modificar a aparência ou melhorá-la pelo emprego

de artifícios implicava adensar essa inclinação pecaminosa. Mais: significava, também, alterar a obra do Criador, que modelara os filhos à Sua imagem e semelhança. Interferência impensável, diga-se de passagem. Vários opúsculos circulavam tentando impedir as vaidades femininas. Os padres confessores, por exemplo, ameaçavam com penas infernais:

Estar à janela cheia de bisuntos, levantar os fatos (os vestidos) quando não há lama, levantar a voz entoando falsete, por ostentar melindre; tingir o sobrolho com certo ingrediente e fazer o mesmo à cara com tintas brancas e vermelhas, trazer boas meias e fingir um descuido para mostrá-las, rir de manso para esconder a podridão ou a falta dos dentes e comer mal para vestir bem.

Apesar de tantas advertências, a mulher sempre quis ser ou fazer-se bela. Se a Igreja não lhe permitia tal investimento, a cultura lhe incentivaria a forjar os meios para se transformar. Os dispositivos de embelezamento, assim como o cortejo de sonhos e ilusões que os acompanhavam, eram de conhecimento geral. O antropólogo Bruno Remaury lembra que o investimento maior concentrava-se no rosto, lugar, por excelência, da beleza. Outras partes do corpo eram menos valorizadas. Consequência direta dessa valorização, o embelezamento facial recorria a certa incipiente técnica cosmética. A preocupação maior era, em primeiro lugar, tratar a pele com remédios. Seguia-se a maquiagem com pós, “bisuntos” e “tintas vermelhas e brancas”, como já se viu.

Desabrochava, nessa época, uma visão médica da cosmetologia, fortemente retomada no século XX pelos fabricantes de cosméticos. Assim como hoje, há quatrocentos anos, a ideia fundamental consistia em esconder os males de maneira artificial. Afecções cutâneas e má coloração da tez eram consideradas preocupantes.

Para combatê-las, usou-se, até o aparecimento da química, um tipo de farmacopeia doméstica à base de produtos que ainda hoje vigoram: cera de abelha, mel, amêndoas doces, gordura de carneiro, água de rosas, leite de pepinos, glicerina, benjoim. Não à toa, a expressão *make-up*, que designa “maquiar-se” em inglês, também quer dizer “inventar”, “imaginar”. *To make-up a story*: todas as mulheres têm direito a se inventar, a se projetar na vida, como em uma tela de cinema.

Desvelar-se, revelar-se, descobrir-se

Vejam como tudo começou. A partir do século XVI, o crescimento das trocas econômicas e comerciais incrementou o aparecimento de especiarias que vinham do Oriente ou da América para a Europa no fundo das naus: limão, arroz, açúcar, manteiga de cacau, que foram acrescentados ao receituário tradicional. Havia, contudo, produtos mais prosaicos. O “leite de mulher parida”, por exemplo, era considerado eficiente para a queda de cabelo, sinais e cicatrizes, erisipela, icterícia e “cancro”. Os excrementos de animais, mais conhecidos como “flores brancas”, foram largamente utilizados para clarear e cicatrizar sinais na pele – excrementos, aliás, que podiam ser tanto de sofisticado crocodilo africano quanto de prosaico cachorro doméstico. A urina, poderoso cicatrizante, idem. É óbvio que tais produtos não eram aplicados sobre a pele sem certos cuidados: cozimentos, exposição ao sol, macerações buscavam decompor ou desmaterializar o componente original. A destilação da alquimia alimentava o imaginário de pureza associado aos tratamentos cosméticos – era preciso purificar para embelezar. Matérias puras, límpidas, essenciais são, ainda hoje, associadas à

eficácia de certos produtos. A ideia platônica de aliar beleza e pureza persistiu, malgrado a passagem dos séculos.

O curioso é que o limite entre a cosmética saudável, aquela capaz de sanar males e doenças, e a cosmética para “embelezar” era estreito. As mulheres resvalavam de uma para a outra, sob o olhar sempre condenatório de maridos, padres e médicos. A crítica ao uso excessivo de tintas, cremes e unguentos se acumulava. Perseguiu-se a possibilidade de vê-las se assemelhar a cortesãs ou prostitutas. O critério, portanto, era o “muito” ou “pouco” maquiada, critério esse que variou ao longo dos tempos. Basta pensar no “meio-rouge” que as mulheres usavam, ao deitar-se, no século XVIII!

Aos cuidados com a beleza do rosto somaram-se outros, relativos à roupa. O caráter ambivalente dessa última, desvelando ao cobrir, revestindo as partes mais cobiçadas da anatomia, constituía, ao mesmo tempo, um instrumento decisivo e um obstáculo à sedução. O filósofo francês Montaigne protestava: “por que será que as mulheres cobrem com tantos impedimentos, uns sobre os outros, as partes onde habita nosso desejo? Para que servem tais bastiões com os quais elas armam seus quadris, se não a enganar nosso apetite, e a nos atrair ao mesmo tempo em que nos afastam?”. O pudor aumentava a cobiça, que deveria se atenuar.

Quanto mais afastamos do campo do discurso e do olhar os objetos referidos ao sexo, mais eles invadem e habitam o imaginário. Em todas as latitudes, o jogo entre roupa e corpo foi uma constante. As várias funções condicionam formas que implicam comportamentos, posturas, gestos que, por sua vez, influenciam essas mesmas formas e sua função. Sabemos que uma mulher não caminha com saltos altos da mesma maneira que com chinelos. Da mesma maneira, roupas sempre variaram de acordo com circunstâncias, classes, papéis sociais. A oposição entre o amplo e o

justo, o longo e o curto, que traduziam o desconforto ou a facilidade de movimentos, reproduzia, por exemplo, na Idade Média, as clivagens que separavam nobres e camponeses.

Os primeiros andavam e gesticulavam no ritmo ditado pela lentidão das cerimônias da corte; os segundos mostravam uma negligência sublinhada pela vivacidade do caminhar e pela amplitude dos gestos; uns manifestavam uma ociosidade digna do *status*; outros, um envilecido labor manual. Temos conhecimento de que, com o passar do tempo, a roupa curta caminharia para um ajuste e encurtamento crescentes, até ser considerada, no século XX, funcional. E sua funcionalidade tornou-se um valor de prestígio. A roupa longa, por sua vez, subsistiu como vestimenta de padres, juízes, professores, exigindo, pelo caráter solene, certa postura, certo modo de se locomover. Ela representa, ainda, a ideia simbólica de calma e majestade, reproduzindo o sentimento de gravidade e decoro que estiveram em sua base.

Entre os séculos XVI e XVIII, a roupa, quanto a forma, cor e substância, significou uma condição, uma qualidade, um estado. Não havia dúvidas em relação a isso. Instrumento de regulação política, social e econômica, as “leis suntuárias” existiam para manter visíveis os níveis sociais de quem se vestia. O luxo de tecidos e bordados era apanágio da aristocracia, pois seus membros não podiam ser confundidos com os das camadas emergentes. Semelhante ao que ocorre hoje com o uso de roupas de grife? Não. Algo muito mais rígido.

Nessa época, a roupa tinha um papel político-social; funcionava como signo de hierarquização, fixidez ou mobilidade dos grupos. Um exemplo? Em Portugal, judeus deveriam usar uma carapuça amarela, e mouros, uma lua de pano vermelho de quatro dedos,

“cosida no ombro e na capa”, segundo o código de leis conhecido como Ordenações Filipinas.

Tais leis suntuárias funcionavam? Tem-se notícia de que mais freavam, do que impediam, o porte de determinadas vestimentas ou tecidos por quem não devia portá-las. Um exemplo? Nos finais do século XVII, durante o reinado de Luís XIV, chegou-se a cercear, de acordo com o nível social, a grossura dos galões ou a matéria dos botões. Restritos ao uso masculino, os botões só então passaram a ser usados por mulheres, antes obrigadas a manusear um sem-número de laços e fitas para fechar as vestimentas. Mas não há dúvida de que, com a emergência da burguesia e o declínio do feudalismo, tem início a corrida pelo consumo. Até então, as qualidades de vestimentas femininas eram baseadas na modéstia e na moderação, como pregava a Bíblia.

No século XVIII, tudo se precipitou. A gestão das rivalidades entre cortesãos começou a escapar progressivamente aos soberanos, e a moda, que desde o Renascimento parecia ter tendências seculares, adquiriu sua aceção moderna de tendência passageira, de gosto coletivo e efêmero. É essa, pelo menos, a definição que lhe é dada, em 1690, em um dicionário francês. Viajantes estrangeiros de passagem por Paris ficavam bestificados com o número de butiques e casas de comércio que ofereciam serviços para quem quisesse estar na moda. Cabeleireiros, peruqueiros, sapateiros, tintureiros, perfumistas, bordadeiras, costureiras, lavadeiras, joalheiros, enfim, os mais variados comerciantes eram responsáveis pela multiplicação de conceitos: beleza ou feiura, elegância ou ridículo. Tais prestadores de serviços eram chamados de *petit-mâtres* – pequenos mestres –, pois havia até especialistas capazes de incrustar insetos microscópicos em joias

ou pedras raras em madeiras de cheiro utilizadas na confecção de botões, presilhas e pentes.

E entre nós, como funcionavam tais cuidados com a vestimenta? De acordo com as informações sobre o Brasil colonial, nossas antepassadas foram excelentes rendeiras. Se o trabalho de fiar algodão, reservado às escravas negras e índias, era considerado cansativo, adornar panos caseiros, roupas, xales e redes era tarefa generalizada entre as mulheres das mais variadas condições sociais. Sentadas com as pernas cruzadas ao chão, frente a certa quantidade de bilros e uma almofada, a tarefa funcionava ao mesmo tempo como fonte de lucro e diversão. O crivo, trabalho de agulha feito sobre desenho com fios de linha e cerzido em determinado padrão, complementava os adornos em qualquer vestimenta.

Sabe-se, também, que uma quantidade enorme de rendas era importada de Espanha e Portugal. Aqui, assim como lá, nenhuma mulher andava sem véus ou uma profusão de rendas nas roupas. A seda prestava-se bem para realçar tais trabalhos. De seda negra eram as mantilhas guarnecidas com rendas largas que serviam para tapar a cabeça, como um capuz, talvez para “embuçar” a dama nas ruas, na caminhada para a igreja. Há informações de que algumas eram tão grandes que só deixavam expostos os olhos, cobrindo a pessoa inteira até os pés. Mulheres negras, de origem muçulmana ou não, cobriam-se com finos véus de algodão branco, tido por “das mulheres do oriente”, além de longos mantos, que lhes caíam até os pés, envolvendo todo o corpo. Usavam-se também capas ou mantas em cores vivas.

O anil e o pau-brasil eram costumeiramente utilizados para tornar os tecidos mais atraentes, e a urina era o produto mais utilizado na fixação das cores. Tal como na Europa moderna, onde tecidos caros serviam para a realização de modelos da moda, entre nós as

mulheres não pareciam ter dificuldade para escolher. Os percalços, contudo, chegavam na hora do pagamento, pois, mesmo sendo o ambiente da terra de grande precariedade e pobreza, vestir-se com apuro fazia parte das mentalidades, e não se mediam esforços para aparecer bem.

O conteúdo dos baús

Emblemas exteriores de riqueza contavam, e muito, numa terra onde as aparências, na maior parte das vezes, enganavam. Não faltaram críticos ao hábito de “parecer, sem ser”. Já em 1587, Gabriel Soares de Souza queixava-se dos colonos que tratavam as mulheres “com vestidos demasiados, porque não vestem se não sedas, mormente entre a gente de menor condição”. Pavonear-se, em “sedas, veludos e panos finos de Portugal”, era muito comum, mas o outro lado dessa exibição eram as dívidas. O exibicionismo – e o conseqüente endividamento – levaram o padre Antônio Vieira a vituperar do púlpito contra o gasto excessivo dos fiéis com tecidos, na cidade de São Luís: “Vem um mestre de navio de Portugal com quatro varreduras das lojas, com quatro panos e quatro sedas [...] o que faz? Isca com aqueles trapos aos moradores da nossa terra; [...] No triste farrapo com que saem à rua, para isso se matam todo o ano”.

A maior parte das naus que aportava no litoral trazia fazendas finas ou grosseiras para vender. A busca pelo raro e caro traduzia-se em uma cultura de aparências exibida em praça pública – cenário ideal para aquelas que buscavam fazer parte do espetáculo dos privilegiados – e multiplicada na concorrência. Era o efeito vitrina que contava, embora não escapasse aos mais observadores o ponto

fraco da questão. “O luxo dos vestidos”, escrevia em 1768 o governador de São Paulo, “é desigual à possibilidade desta gente; se as fazendas fossem do Reino tudo ficava em casa, porém sendo estrangeiras não há ouro que as pague... Tudo isso se compra fiado, e depois se estuda para pagar”.

Por vezes, a descrição das roupas, mesmo as de festa, não indicava a ênfase em tais gastos. A descrição de uma denunciada à Inquisição, no século XVII, demonstra que suas melhores roupas (“e vestiu de festa”, diz o documento) constavam de “uma saia de tafetá azul e jubão de holanda e toucado na cabeça”. A dupla saia e o gibão dominavam também entre os burgueses e camponeses europeus, cujo guarda-roupa básico era de cinco peças – o que variava era o contraste com a qualidade e a quantidade de tecido. As cores, como no caso o mencionado azul, podiam identificar o uso da roupa: “festa”. Para atividades diárias, escolhiam-se as escuras. A lã era escolhida pela durabilidade.

Vestidos eram coisa de aristocracia, cujos membros vestiam uma média de dez peças de roupa, fora a roupa branca e íntima. O século XVIII introduziu na Europa tecidos novos: sedas, algodões, linho; os coloridos se diversificavam. Os ricos se adaptavam com mais rapidez a essa mudança de gosto, mas os pobres também aderiam. O que se ganhava em diversidade, perdia-se em solidez. Esse foi o momento em que as classes menos abastadas começaram, elas também, a acelerar o ritmo das compras.

Confirmando a hegemonia da aparência, a maior parte das mulheres só se vestia para ir às ruas – era a confirmação do velho ditado: *Por fora, bela viola; por dentro, pão bolorento!* Em casa, cobertas com um “timão”, espécie de confortável camisolão branco em tecido leve, ocupavam-se das atividades domésticas. Os cabelos, mal penteados ou *en papilottes*, segundo a inglesa Maria Graham,

davam uma péssima impressão de desmazelo. Pior: a tal camisola expunha os seios. E a estrangeira fulminava: “Não vi hoje uma só mulher toleravelmente bela. Mas quem poderá resistir à deformação como a que a sujeira e o desleixo exercem sobre uma mulher”? Ao visitar, em 1821, residências baianas, anotou consternada sobre as moradoras:

Quando apareciam, dificilmente poder-se-ia acreditar que a metade delas eram senhoras de sociedade. Como não usam nem coletes, nem espartilhos, o corpo torna-se indecentemente desalinhado logo após a primeira juventude; isto é tão mais repugnante quanto elas se vestem de modo muito ligeiro, não usam lenços ao pescoço e raramente os vestidos têm qualquer manga. Depois, nesse clima quente, é desagradável ver escuros algodões e outros tecidos sem roupa branca, diretamente sobre a pele, o cabelo preto mal desgrenhado, amarrado inconvenientemente, ou, ainda pior, em papelotes, e a pessoa toda com a aparência de não ter tomado banho.

A saída dominical para a missa levava as mulheres a usar uma mantilha negra de seda que ocultava as roupas mais transparentes e decotadas usadas por baixo delas. Outro inglês, Thomas Lindley, que esteve na Bahia no início do século XIX, observou que o vestuário feminino mais comum era uma saia usada por cima de uma camisa: “esta é feita de musselina mais fina, sendo geralmente muito trabalhada e enfeitada. É tão larga no busto que resvala pelos ombros ao menor movimento, deixando o busto inteiramente à mostra. Além disso, é tão transparente que se vê toda a pele”.

A simplicidade ou pobreza da indumentária contrastava com as joias. Sem elas, as mulheres não saíam às ruas. As negras portavam figas, crucifixos e pencas de ouro. As brancas, anéis, colares, brincos e braceletes ricamente trabalhados, tesouro que tanto podia ser

presente do marido quanto parte do dote de casamento. Além de saírem aos domingos para ir à igreja, as mulheres apareciam em público nas reuniões da corte, se fossem aristocratas e morassem no Rio de Janeiro, ou nos espetáculos teatrais, que só se realizavam nas grandes cidades, momentos em que tiravam as joias do cofre. Pedras preciosas como esmeraldas, crisólitas, topázios brancos ou amarelos, diamantes rosa, águas-marinhas, pérolas, além de vestidos bordados a ouro e prata, ousadamente decotados à moda francesa da segunda década dos Oitocentos, enchiam a plateia. Na cabeça, colocavam quatro ou cinco plumas importadas da França, inclinadas para a frente, e, na frente, diademas incrustados de diamantes e pérolas.

Para dançar nos bailes, o cerimonial exigia "vestidos redondos, luvas e enfeites de cabeça mais ligeiros, próprios para aquele fim". O espetáculo teatral exigia menos luxo do que as cerimônias da corte, e, nesse ambiente, as mulheres usavam flores no cabelo, brincos compridos e vistosos, um xale pelos ombros e um leque que podia ser mais ou menos valioso. Para atender a essa demanda de consumo, armarinhos de luxo lotavam as ruas cariocas. Capelistas vendiam fitas largas ou estreitas, lisas ou lavradas, na maior parte de seda, mas também de veludo; galões de ouro e de prata, guarnições bordadas, franjas e rendas de várias qualidades (linho, linha, filó, seda), inclusive de fio de ouro para "véus de ombros", tiras bordadas para "coleiras", entremeios, cordões de seda, bordaduras de ouro e tudo o mais que servisse para enfeitar as mulheres.

Entre o mundo rural e o urbano, estabeleciam-se clivagens. No primeiro, os valores de estabilidade, identificados ao clima, à duração das peças e ao uso reiterado do vestuário, permaneciam regra. No sul do Brasil, John Luccock observou mulheres usando

capotes de casimira com ornamentos de pele e escravas enroladas em pedaços de baeta enfeitados com franjas. Em Minas Gerais, elas se vestiam de branco ou com cores vistosas, e guarda-sóis coloridos abrigavam-nas do sol causticante. Na falta deles, usavam um chapéu em lã negra. O gosto pelas telas rústicas e tecidos resistentes como a baeta, o baetão, a estamenha, o lemiste e a sarja mostra que os hábitos não eram exclusivamente os ditados pelos ricos.

"Nem nuas, nem rotas"

Sendo a roupa o envelope do corpo, como seria andar nu? Com a pele em contato com o vento e o sol, as partes vergonhosas expostas, os índios inspiraram ao padre Anchieta tiradas de muito humor: "de ordinário andam nus [...] porque um dia saem com gorro, carapuça ou chapéu na cabeça e o mais nu; e lhes parece que vão assim mui galantes".

Sabemos que escravas e índias vestiam-se com camisa e saia de algodão grosso. A preocupação era de que não se vissem "nuas nem rotas", como se queixava Anchieta. Mas que significado teria o nu feminino na Idade Moderna? Havia, então, uma grande diferença entre nudez e nu. A primeira se referia àquelas que fossem despojadas das vestes. A segunda remetia não à imagem de um corpo sem defesa, mas ao corpo equilibrado e seguro de si mesmo. O vocábulo foi incorporado, no século XVIII, às academias de ciências artísticas, nas quais a pintura e a escultura faziam do nu o motivo essencial das obras. No mesmo ano do achamento do Brasil, Bellini pintou uma mulher fazendo a toailete, obra em que já se observam as formas amplas que iriam caracterizar a arte veneziana. Giorgione criara uma Vênus, deitada e adormecida numa paisagem

cor de mel, totalmente oferecida ao olhar do espectador, embora o corpo branco exalasse castidade.

Para os pintores do Renascimento, a mulher desnuda era símbolo de vida criadora e geração. Nessa época, os nus começaram a se revirar na tela, abandonando a posição frontal. A ideia de sedução do corpo feminino fez-se presente; carnes ou pele ganham luz, cor, enfim, parecem vivas. Os movimentos de torção colocam em evidência seios, ancas e quadris. A entrada do açúcar nos mercados europeus vai ajudar a criar um modelo de corpo repleto de curvas, e por que não dizer gorduras, cuidadosamente reproduzidas por mestres como Rubens e Rembrandt. No século XVIII, outro padrão invade as telas. São corpos dóceis e pequenos, como os que pintou Boucher, que – grande surpresa – mostram-se de costas. Estendidas sobre a barriga, apoiando-se nos cotovelos, ninfas e heroínas exibem, com ar de sedução, as nádegas.

Na mesma época no Brasil, índias e negras andavam seminuas. Ambas tinham, porém, condições de transformar a nudez em objeto estético. Todo um código artístico era inscrito na substância corporal através de técnicas arcaicas: pinturas faciais, tatuagens, escarificações, que as transformavam em obras de arte ambulantes, em “quadros vivos”. Não escaparam a Gilberto Freyre os sinais de nação, as tatuagens africanas ao longo do nariz, os talhos que imitavam pés de galinha na testa e nas faces, “talhinhos ou recortes, verdadeiras rendas, pelo rosto todo”. As orelhas furadas, para argolas ou brincos, também eram uma constante. As iaôs, em rituais religiosos, tinham direito a pinturas corporais.

No corpo, valorizavam-se as nádegas arrebitadas para trás, empinadas e salientes: a “bunda grande”. Os peitos, pequenos e duros, a ponto de haver uma lenda recolhida por Nina Rodrigues sobre o assunto: uma mulher muito grande e valente tinha peitos

tão grandes que caíam pelo chão. Depois de um embate com guerreiros inimigos, na floresta onde morava, foi morta, despedaçada e cozida pelas mulheres da mesma tribo. “Então”, diz o conto, “cada qual tratou de apoderar-se de um pedaço do peito; as que puderam apanhar um pedaço grande tiveram os peitos muito grandes, as que só alcançaram um pedacinho, ficaram de peito pequeno, e é por isso que as mulheres não têm peitos do mesmo tamanho”. A gigante de peitos grandes e caídos, entidade maléfica, era também critério de feiura na cultura africana.

Os anúncios de jornal, que notificavam a fuga de escravos, informavam sobre as características físicas de nossas avós negras: a cor “preta”, “alva ou fula da pele”; os cabelos encarapinhados, crespos, lisos, anelados, cacheados, acabocados, russos, assas, avermelhados e até louros – cabelos que eram arranjados com cuidado em birotos, tranças, coques; cabelos “agaforinhados com pentes de marrafa dos lados” ou alisados com óleo de coco. Os dentes quase sempre inteiros e alvos podiam ser “limados” ou “aparados”. As deformações profissionais deixavam marcas em mãos, pés e pernas, e os vestígios de chicote pelo corpo não eram escamoteados: “nas nádegas marcas de castigo recente” ou “relho nas costas”. Os olhos podiam ser “na flor do rosto”, grandes, castanhos ou “tristonhos”. Podiam ainda piscar “por faceirice” enquanto a negra falava. De muitas se dizia “ter boa figura”, ser “uma flor do pecado”, ser “alta e seca”, “bem-feita de corpo” ou apenas robusta. “Ter peitos em pé”, “peitos escorridos e pequenos”, “nariz afilado e pequeno”, “peitos em pé e grandes”, “pés e mãos pequenas” eram sinais de formosura que podiam impressionar o comprador.

Os vistosos panos da costa, turbantes e rodilhas, xales amarrados à cabeça, saias rendadas, camisas abertas de renda e bico e

chinelinhas vestiam muitas delas. Uma poesia de Melo Moraes Filho veste e enfeita a mulata ou a negra com muitos dos adereços utilizados pelas brancas: camisa bordada, fina tão alva arrendada, torso de cassa à cabeça, corais engrazados nos pulsos, saias de rendas finas, brincos de pedrarias, correntinha de prata. E as palavras exprimem o ciúme das últimas: "Eu sou mulata vaidosa, linda faceira, mimosa, quais muitas brancas não são!". Para arrematar: "minhas iaiás da janela, me atiram cada olhadela. Ai dá-se! Mortas assim... E eu sigo mais orgulhosa, como se a cara raivosa, não fosse feita pra mim".

No século XIX, o país começava a sair de profunda sonolência. Sobretudo nas áreas urbanas. A vinda da família real, em 1808, introduzira hábitos sociais que foram se multiplicando nas várias camadas sociais. Recepções, casamentos, batizados, cortejos, jogos, óperas, enfim, o luzir de fidalgos dava modelos e incitava imitações. Construía-se casas nobres, e palácios eram rapidamente recheados de "imensas cousas". Móveis eram importados da Inglaterra, assim como o piano, para ser mansamente batucado pelas mãos das sinhazinhas. Importavam-se, também, professores de dança e canto, capazes de ensiná-las a animar bailes e saraus da cidade. Viajantes observavam o crescimento da influência francesa na importação de modas, artigos de fantasia e decoração. Em 1821, havia 54 modistas francesas instaladas no Rio de Janeiro. Não eram poucas as negras livres que, graças a "seu talento", não apenas trabalhavam com tais profissionais, mas conseguiam "imitar muito bem as maneiras francesas, trajando-se com rebuscamento e decência". Jornais dirigidos às mulheres exibiam figurinos, receitas culinárias, moldes de trabalhos manuais. Era o caso do *Correio das Modas*, de 1839, o *Espelho Fluminense*, de 1843, o *Recreio do Bello Sexo*, de 1856, ou o *Jornal das Famílias*, de 1863.

Ouçamos a descrição que Álvares de Azevedo fez, em 1849, dessas belezas que enfeitavam um baile acadêmico:

A Condessa de Iguazu e a Belisária eram as rainhas do baile, com a diferença que a Belisária com a simplicidade de seu traje estava mais bonita do que a Bela com a sua riqueza de joias e sedas. A Bela tinha um vestido cinzento que lhe fazia uma cinturinha de sílfide – No colo numa volta só lhe corria o colar de finíssimas, digo grossíssimas pérolas. Na cabeça prendendo as tranças tinha um pequenino boné à grega, cujo fundo era de rede de prata e em franja também de prata. No colo, na cintura, no *bouquet* exalavam-lhe perfumosos ramos de violetas.

A Bela era ninguém menos do que a filha da marquesa de Santos com o imperador dom Pedro I. Na época em que a jovem condessa de Iguazu rodopiava pelos salões, os vestidos, armados e em forma de sino, inflados pelo uso da crinolina, estavam na moda. As flores – outra moda – acentuavam o erotismo dos contornos, a cintura fina, um decote ligeiramente mais ousado. Flores deveriam coroar a beleza da mulher-flor.

Os imperativos da moda

Importada da França, que sempre ditara a última tendência, ao final do século XVIII, a moda eram as saias corola, usadas por Maria Antonieta. Desfolhada durante a Revolução Francesa, essa encolheu a ponto de se assemelhar à espiral de uma íris; dessa mesma maneira, foi largamente utilizada durante o Diretório e o Império. As mangas haviam se enchido, tal cálice de imensa papoula. A Restauração voltara a encher as corolas das saias.

Tanta inflorescência alimentou a fabricação de flores de penas, escamas e asas entre nós. Entremos em uma dessas lojas para conhecer, de perto, o acessório mais importante da moda oitocentista no Brasil:

"[...] seguindo pela Rua do Ouvidor, chega-se ao estabelecimento de Madame Dubois, a principal fabricante de flores de pena no Rio. Ela sucedeu Madame Finot [...] Ao entrar em sua loja, encontra-se a parte da frente destinada à venda de flores, e a de trás à sua fabricação. As caixas nas paredes e nas janelas estavam cheias de flores das mais belas, grinaldas de flor de laranjeira, festões de cravos brancos pintados de azul e rosa, e camélias alvas [...] Na parte de trás da loja havia uma longa separação, atrás da qual muitas moças trabalhavam, armando as flores, torcendo, cortando e colando com afinco. Diante delas havia montes de penas, um monte de cada cor. De fato, é surpreendente como um material tão delicado pode ser manejado com tanta perícia, principalmente porque as flores não são tingidas, como as da Madeira, mas formadas por penas isoladas, coladas para produzir todos os efeitos. Ao manter em público o processo de fabricação, Madame Dubois oferece uma garantia material da ausência de tinturas, demonstrando que as flores são feitas, honestamente, de penas de muitas cores. As *dames de comptoir* são geralmente mulatas e, embora mais escuras até que as moças espanholas, são geralmente mais belas. Uma *demoiselle* inglesa é mantida para atender visitantes ingleses e seu emprego não parece uma sinecura.

Os preços das flores variam. Como são mais comuns, os cravos são vendidos por um mil-réis cada; dos outros tipos de flor, Madame Dubois em geral cobra demais para o bolso do pessoal da Marinha. Os pássaros custam comumente dez xelins a dúzia; existem alguns "extrassuper" beija-flores, vendidos a três mil-réis cada, e as aves-do-paraíso custam vinte mil-réis".

Além das flores e dos chapéus, luvas e sapatos eram outro acessório capaz de decretar um dos lugares do desejo no corpo feminino. Mãos e pés atraíam olhares e atenções masculinas. Grandes romances do século XIX, como *A pata da gazela* ou *A mão e a luva*, revelam, em metáforas, o caráter erótico dessas partes do corpo. Mãos tinham de ser longas e possuidoras de dedos finos que acabavam em unhas arredondadas e transparentes.

Ouçamos José de Alencar descrevendo uma de suas personagens, Emília, em *Diva*: “Na contradança as pontas de seus dedos afilados, sempre calçados nas luvas, apenas roçavam a palma do cavalheiro: o mesmo era quando aceitava o braço de alguém”. Não apenas os dedos eram alvo de interesse, mas seu toque ou os gestos daí derivados eram reveladores da pudicícia de uma mulher. O ideal é que estivessem sempre no limite do nojo ou da repugnância por qualquer contato físico.

Pequenos, os pés tinham de ser finos, terminando em ponta; a ponta era a linha de mais alta tensão sensual. *Faire petit pied* era uma exigência nos salões franceses; as carnes e os ossos dobrados e amoldados às dimensões do sapato deviam revelar a pertença a determinado grupo social, no interior do qual as mulheres pouco saíam, pouco caminhavam e, portanto, pouco tinham em comum com escravas ou trabalhadoras do campo ou da cidade, donas de pés grandes e largos. O pé pequeno, fino e de boa curvatura era modelado pela vida de ócio; era emblema de “uma raça”, expressão anatômica do sangue puro, sem mancha de raça infecta, como se dizia no século XVIII.

Circunscrita, cautelosamente embrulhada no tecido do sapato, essa região significou, muitas vezes, o primeiro passo na conquista amorosa. Enquanto o príncipe do conto de fadas europeu curvava-se ao sapatinho de cristal da Borralheira, entre nós, os namoros

começavam por uma “pisadela”, forma de pressionar ou de deixar marcas em lugar tão ambicionado pelos homens. Tirar com gentileza o chinelo ou descalçar a *mule* era o início de um ritual no qual o sedutor podia ter uma vista do longo percurso a conquistar.

No nordeste e no sul do país, os sapatos eram muito coloridos, e algumas damas se esmeravam em exibi-los – vistosos, bordados e de seda – erguendo uma ponta de saia ou movendo com habilidade a capa. As esposas de ricos comerciantes do litoral, além de sempre usarem meia de seda e sapatos, mostravam-se, segundo o viajante Walsh, “particularmente hábeis e cuidadosas na decoração de suas pernas e pés, que são geralmente pequenos e de bonita forma”. As moças usavam botinhas de salto e chapeuzinhos franceses. Dos vapores vindos do Havre desembarcavam “borzeguins de Meliés todos de bezerro e cordovão”, última novidade! Alguns insistiam, diz a historiadora, no pouco que viam as senhoras bem calçadas. Essas portavam o que parece ser o antepassado da sandália: “o que é chamado sapatra: uma sola de madeira com os calcanhares altos, seda ou cetim costurado cobrindo a parte dos dedos. Com meias ou sem meias, elas metem seus dedos sob o cetim e a cada passo a parte posterior da sola cai com estrondo”, informava Wheeler, outro viajante.

E o “talhe”, palavra hoje ausente, mas presente em toda descrição de mulher bonita no século passado? A mesma Emília, por exemplo, era possuidora de um invejável talhe, desses “flexíveis e lançados, que são hastes de lírio para o rosto gentil”, conta-nos Alencar. Ora, o talhe, quando não atributo natural, era conseguido graças ao uso do espartilho. O artefato, nascido com a Idade Moderna, correspondia a uma nova sensibilidade voltada para a ausência de sinuosidades, a linha plana e reta. A estranha couraça,

segundo o autor, encerrava o tronco, ajustando formas convencionais a uma inflexível.

A postura, tal qual a haste do lírio, impunha posição teatral, imponente, altaneira, manifestando igualmente as qualidades da alma e as virtudes de certo caráter feminino. Inicia-se, assim, toda uma severa estética da compostura, uma ética da contração. A vida nas cortes europeias, ou na nossa, iria controlar todas as possíveis turbulências do corpo, sua expansão ou vacilações. O envelope em couro ou pano duro, que cobria dos joelhos aos ombros, servia também para conter a moleza do corpo feminino, corrigindo sua fragilidade natural e constitutiva. Vitória da razão sobre a natureza, da fixidez contra os movimentos intempestivos, da impassibilidade sobre a emoção, o espartilho, a luva, as plumas do chapéu e o salto alto no sapato, remetia aos signos nobres da improdutividade.

O uso do corpete deve ter se generalizado no Brasil durante o Segundo Império. Não há uma descrição de heroína de romance nem fotografia da aristocracia do café em que as mulheres não apareçam com o enrijecimento dorsal, típico do uso do espartilho. Ficavam para trás as damas meio desnudas, de cabelos desgrenhados, prostradas pelo calor, displicentemente sentadas no chão ou abandonadas em uma rede. A vida urbana e os serviços as haviam retirado das camarinhas escuras, onde, rodeadas de parentes, crianças e escravas, passavam os dias levando-as para passeios, jardins, praças.

Ato de diferenciação, vestir-se era, em essência, um ato de significação. Manifestava, em termos simbólicos ou por convenção, ao mesmo tempo ou separadamente, uma essência, uma tradição, um apanágio, uma herança, uma casta, uma linhagem, uma proveniência social e geográfica, um papel econômico. Em resumo, a roupa tornava visíveis as hierarquias, segundo um código garantido

e perenizado pela sociedade. Na elaboração da aparência, as classes dominantes procuravam, desde sempre, distanciar-se das camadas populares. Não só pelo uso de tecidos e materiais prestigiosos, mas pela falta de conforto que levaria a um comportamento menos hierático. O importante para uma mulher de elite era ficar o mais longe possível da imagem da mulher descomposta, em chambre ou timão, que se confundia com a simplicidade de escravas e mulheres do povo, e cuja amarfanhada intimidade tanto chocara Maria Graham.

Não é por acaso que, alguns anos mais tarde, José de Alencar vai emprestar a um dos personagens o olhar para definir o que fosse a beleza feminina. E essa definição acaba contaminando-se com a ideia de classe ou riqueza. Bela era quem fosse igualmente chique. Em *Senhora*, seu romance de 1875, Alencar empresta a voz a Seixas, para falar desse critério duplo: "Seixas era uma natureza aristocrática, embora acerca de política tivesse a balda de alardear uns europeus de liberalismo. Admitia a beleza rústica, como uma convenção artística; mas a verdadeira formosura, a suprema graça feminina, a emanção do amor, essa, ele só compreendia na mulher a quem cingia a auréola da elegância".

Belezas rústicas e plebeias eram, para o escritor romântico, uma convenção estética. A beleza como realidade, só aquela sustentada pelo luxo dos salões nos quais circulavam as mulheres da aristocracia cabocla. A beleza popular, inculta, plebeia, poderia até ser bela, mas não seria nunca aceita como tal. O autor deixava entrever, em suas linhas, o preconceito social implícito nos valores. As perfeições físicas que descreve só aparecem enredadas em tafetás, babados, rufos e sedas. Beleza e elegância, no século XIX, eram uma coisa só. Ouçamos novamente o escritor: "A lua vinha assomando pelo cimo das montanhas fronteiras; descobri nessa

ocasião, a alguns passos de mim, uma linda moça que parara um instante para contemplar no horizonte as nuvens brancas esgarçadas sobre o céu azul e estrelado. Admirei-lhe do primeiro olhar um talhe esbelto e de suprema elegância”.

Num país escravista, a noção de beleza associada à roupa se estendeu às mulheres negras. Em 1849, o pintor Edouard Manet atribuiu o conceito de feias às que viu “nuas da cintura para cima”, trazendo no máximo “um pano de seda preso ao pescoço e caindo sobre o peito”. As “bastante bonitas” eram aquelas que, segundo ele, “traziam turbantes” ou “carapinhas artisticamente arranjadas”, usavam turbantes e saíotes enfeitados com imensos babados. Era como se a nudez excluísse as primeiras da estima social, pois não havia, então, separação entre a roupa e a condição do indivíduo. A moda já era um princípio de leitura do mundo. Vestidas, as negras se apropriavam, à sua maneira, da economia de luxo de outros grupos, suscitando e, ao mesmo tempo, prolongando o desejo de consumo que aqui já existia.

Belas, lindas... como seriam, dentre nossas avós, aquelas que inspiravam os suspiros do poeta? No século XIX, eram majoritariamente morenas. Manet extasiara-se: “as brasileiras são geralmente lindas; têm olhos e cabelos magnificamente negros”!

Os padrões de beleza

Manet não foi o único. Em 1875, John Bigg-Wither também não podia esquecer a harmonia das formas de mulheres negras, sua elegância e nobreza na postura e na altura, sua graça e alegria, a perfeição do desenvolvimento físico, a compleição perfeitamente

adaptada ao clima, a pele como “ébano polido”. E exclamava, maravilhado:

Eu nunca vi em qualquer raça europeia tão perfeito desenvolvimento e maravilhosa simetria na forma como a que quase universalmente essas mulheres exibem. Altas e eretas, com peitos nus e braços que literalmente reluzem quando elas se movem com uma textura de seda lustrosa e belamente tecida, existe um ar de graça e dignidade natural perfeitas em cada movimento que é absolutamente indescritível, mas que uma senhora muito bem-nascida em nosso próprio país poderia ter invejado. A típica feiura (do semblante) é esquecida numa rara perfeição das formas.

A obesidade, fantasma do final do século XX, já provocava, no XIX, interjeições negativas. Sobre as baianas, “os maiores espécimes da raça humana”, dizia um estarecido viajante, essas pesavam mais de duzentas libras e andavam “sacudindo suas carnes na rua, e a grossa circunferência de seus braços”. As mulheres brancas eram descritas como detentoras de um corpo negligenciado, corpulento e pesado, emoldurado por um rosto precocemente envelhecido. As causas, explica Tânia Quintaneiro, eram várias: a indolência, os banhos quentes, o amor à comodidade, o ócio excessivo desfrutado numa sociedade escravista ou recém-saída desse sistema, o matrimônio e a maternidade precoces, as formas de lazer e de sociabilidade que não estimulavam o exercício físico, o confinamento ao lar impregnado de apatia, onde prevalecia o hábito de “desfrutar de uma sesta, ou cochilo depois do jantar”, como explicava James Henderson em 1821.

Apesar do declarado horror à obesidade, os viajantes reconheciam que o modelo “cheio”, arredondado, correspondia ao ideal de beleza dos brasileiros, o que explicavam pela decorrência do gosto dos ancestrais. Gordas e belas eram qualidades sinônimas para

a raça latina meridional, incluídos aí os brasileiros, e para explicar essa queda pela exuberância era invocada a influência do sangue mourisco. Dizia-se que o maior elogio que se podia fazer a uma dama no país era estar a cada dia "mais gorda e mais bonita", "coisa", segundo o inglês Richard Burton, em 1893, "que cedo acontece à maioria delas". Gordas quando mocinhas, ao chegarem aos trinta anos já eram corpulentas, incapazes de seduzir o olhar dos estrangeiros. A que em jovem possuía formas longilíneas, breve seria volumosa e pesada senhora. "O leitor pode notar, nessas moças vestidas de preto da cintura para cima, um contraste com a gorda matrona que a segue", queixava-se Daniel Kidder.

Alguns viajantes atribuíam a palidez e o desmazelo das moças à severidade com que eram tratadas pelos pais e maridos, sendo mantidas muito segregadas da vida social – situação ainda mais grave no interior, em que passavam às vezes meses encerradas entre quatro paredes, sem aparecer às janelas. A sujeira e o desleixo que diziam testemunhar provocavam, segundo eles, violentas deformações físicas. As mulheres brancas, ainda que em geral bem tratadas, levavam "uma vida estúpida, fechadas para o mundo em seus quartos escuros", e, por esse motivo, pareciam também descoradas e doentes, queixava-se Herbert Smith em 1879.

Mesmo mulheres mais jovens não deixavam de exibir no rosto uma tonalidade amarelada, desagradável e enfermiça. Um certo Gastón, em 1867, lamentava-se de que "existia uma marcada deficiência de beleza" por parte daquelas que estiveram sob sua observação. Seu diagnóstico, depois de assistir a uma missa em Paranapanema, era de que a "grande maioria era absolutamente feia"! A pá de cal veio, na mesma época, de Ulick Burke. Para ele, beleza física feminina era coisa inexistente no Brasil.

Se houve aqueles que enxergavam pouca beleza em nossas avós, não faltaram os que preferiam elogiar. Os cabelos brilhantes e densos, os olhos escuros, fogosos, curiosos e expressivos chamaram a atenção de muitos estrangeiros. O inglês John Mawe achava as mineiras “decididamente lindas”! O missionário Kidder exultava com a beleza das paulistas, sem igual no Império e “motivo de orgulho e nobreza de sua linhagem”. Percorrendo, em 1865, o vale do Paraíba, Alfredo Taunay registraria, em cartas à família, “os rostos de belas cores”, “moças agradáveis e bonitas”.

Uma olhada no álbum de fotografias que acompanha o livro *Salões e damas do Segundo Reinado* confirma a tese de que os conceitos de beleza, como quaisquer outros, são construções culturais que obedecem aos critérios de uma época. As figuras da senhora Taupin, da baronesa de Canindé, de sinhazinha Barros Barreto ou da viscondessa de Guaí revelam fisionomias fechadas, arredondadas pelo queixo duplo, escurecidas por um indisfarçável buço, encerradas em imensos vestidos balão incapazes de sequer sugerir o que escondiam. O talhe fino tantas vezes descrito por José de Alencar? Nem pensar.

Gilberto Freyre chega a dizer com graça que as “vastas e ostensivas ancas” das matronas brasileiras eram verdadeiras “insígnias aristocráticas”, a “descadeirada” sendo olhada como deficiente de corpo! A mulher de formas mais salientes tendia a ser considerada a mais ortodoxamente feminina, e assim o foi por muito tempo. Manuel Bandeira, em sua *Evocação do Recife*, cantou as “caderudas” recifenses que se banhavam nuas no então limpo Capiberibe. Ancas eram o símbolo da mulher sexuada, desejável e fecunda. Feliz prisioneira dessas formas, ela sublinhava a relação entre a conformação anatômica e a função biológica, ao mesmo tempo sagrada: reproduzir, procriar, perpetuar.

As ancas ganharam grande aliada com a moda das “anquinhas”. Essa espécie de enchimento artificial, capaz de valorizar o baixo corporal feminino, deu ao posterior da mulher uma silhueta ainda mais luxuriante. Se fosse preciso, usavam-se suplementos de variados tipos, feitos de barbatanas, lâminas de ferro, *pufs* de jornal e até “pneumáticos” para preencher e valorizar as virtudes calipíguas das que não as tinham. Houve quem se prestasse ao riso dos amigos por usá-las tão exageradas – eram ridicularizadas no momento da missa, pois quem estivesse atrás de um desses monumentos nele escorava o livro de orações. Quem conta é Wanderley Pinho:

Devia ser graças à ajuda de um desses postiços cheio de ar que certa Baronesa exibía, apesar dos tributos que já havia pago à idade, e continuava a pagar, umas parábolas de forte arrojo. O *dandy* ousado, arriscando-se muito, quis tirar a limpo aquela burla ou inacreditável realidade. Muniu-se de um grampo de chapéu, e observado de longe por um grupo a quem comunicara a aventura em que ia meter-se, foi sentar-se num sofá junto à titular, por sinal, excelente palestradora. E, tendo feito seus cálculos e medidas, à medida que a conversa se desdobrava cheia de verve, mantendo o interesse da prosa, talvez com algum nervosismo mas com grande presença de espírito, ia enfiando no flanco, através de renas e tufos de seda e saias de baixo, o estilete audaz, milímetro por milímetro, Tateando, receoso de, ao invés de uma ampola de ar, encontrá-la de carne sensível. A Baronesa nada acusava [...] e o grampo foi menos suavemente recolhido ao bolso do analista minudente. Quando vaidosa, se ergueu a Baronesa notou, admirada que as saias lhe desciam em cauda meio palmo abaixo; e os conspiradores daquela audácia riam à socapa, contemplando o desapontamento murcho da fidalga, despojada dos efeitos remoçantes de sua câmara de ar.

No século XIX, belas eram, portanto, as elegantes, possuidoras de um corpo-ampulheta, verdadeiras construções trabalhadas por espartilhos e anquinhas capazes de comprimir ventres e costas, projetando seios e nádegas. A couraça servia para protegê-las simbolicamente do desejo masculino, alimentado pela voluptuosidade da espera, do mistério, do jogo de esconde-esconde que as mulheres traduziam com o corpo.

A mão cobria-se com luvas; os cabelos, com véus e chapéus; os pés, com sapatos finos; o corpo, submerso por toneladas de tecidos, só se despia por ocasião de bailes. Nessas ocasiões, os decotes revelavam o verdadeiro desenho de pescoços e ombros. O ideal do charme feminino correspondia a um mosaico de cheios e vazios, curvas e retas: ombros arredondados e inclinados em suave queda, pescoço flexível e bem lançado, seios “obviamente” opulentos, bacia larga e *evasé*, talhe esbelto e fino, braços carnudos, pulsos delicados e magros, mãos longas, mas recheadas, dedos afilados, pernas sólidas, pés pequenos e de artelhos bem graduados. Curvas, ondas, acidentes compunham a cartografia física, feita de escrupulosa distribuição de superfícies e volumes – corpo em formato de violão que, ainda no século XX, fazia homens como Nelson Rodrigues suspirarem com nostalgia: “grande época! Grande época”, a das ancas “imensas e intransponíveis”, que obrigavam “as meninas a atravessar as portas de perfil”!

Quanto ao rosto, a moda da fisiognomonia, ou seja, a arte de conhecer o caráter das pessoas pelos traços do rosto, ditava regras. Trocas fisiológicas entre interior e exterior, relações entre físico e moral compunham um abecedário de normas para fazer o rosto “falar”: a fronte alta e lisa era denotativa de temperamento dócil e serenidade de alma; sobrancelhas naturalmente arqueadas diziam da franqueza de sua possuidora; olhos negros anunciavam calor e

vontade; os azuis, ternura e paixões tranquilas; o nariz não podia ser nem muito pontudo nem muito largo, e as aletas, suficientemente bem recortadas para exprimir “impressões fugitivas”; a boca jamais poderia ter lábios finos, pois os associavam à mesquinharia.

Tratava-se de uma beleza feita de convenções, que deveria inspirar pânico às nossas avós, temerosas, coitadas, de que se descobrissem seus vícios e defeitos, no menor dos movimentos, no mais inocente dos gestos, na menos feliz das características físicas e hereditárias. E o que fazer para arrancar essa máscara ao modelo?

O corpo em movimento

A segunda metade do século XIX foi marcada pela presença do romantismo na literatura e, por conseguinte, de imagens românticas associadas às mulheres. Movimento que atingiu, sobretudo, as camadas letradas no Brasil, o romantismo propunha como atitude certa prostração exibicionista, a exaltação fervorosa do eu, a excitação sentimental. Tais sentimentos desdobravam-se na valorização da tez espectral, marmórea, de reflexos verdes ou azuis, a propalada “fronte ebúrnea”, cantada por poetas como Alberto de Oliveira. Essa face de esfinge era percebida como reflexo do fogo interior, do destino vencido pelas doenças que grassavam: tísica, anemia ou tuberculose. O ar lânguido era também o da fatalidade.

O interessante é que não faltaram receitas de beleza para dar realidade a tais representações. Uma cosmética à base de óleos de cacau, máscaras à base de sangue de galinha, urina de criança de peito ou excrementos agilizavam a obtenção da palidez elegíaca, cantada em prosa e verso. Para ajudar a expressão dos sentidos, a maquiagem ganhava relevo.

Um doce olhar de bondade deveria se diferenciar daquele inflamado de paixão. A pergunta que as mulheres se faziam diante do espelho era: “Como dar um ar mais sedutor a esse rosto apagado?!”. Um produto ceroso, feito à base de amêndoas doces e aromatizado com essência de rosas, garantia lábios pouco coloridos, porém apetitosos. Pós e lápis pretos, feitos com carvão, terras escuras ou outros colorantes escuros, delineavam, sem exagero, os olhos.

Ao lado dos esforços para aproximá-las de uma heroína romântica havia, contudo, outro movimento a impelir as mulheres. Desde o início do século, na Europa, multiplicavam-se os ginásios, os professores de ginástica, os manuais de medicina que chamavam atenção para as vantagens físicas e morais dos exercícios. As ideias de teóricos importantes como Sabbathier, Amoros, Tissot ou Pestalozzi corriam o mundo. Uma nova atenção voltada à análise dos músculos e das articulações graduava os exercícios, racionalizando e programando o aprendizado. Não se desperdiçava mais força na desordem de gesticulações livres. Os novos métodos de ginástica investiam em potencializar a força física, distanciando-se do maneirismo aristocrático da equitação ou da esgrima, ou da brutalidade dos jogos populares.

Nos finais do século, mulheres começaram a pedalar ou a jogar tênis na Europa. Não faltou quem achasse a novidade imoral, uma degenerescência e até mesmo pecado. Perseguiu-se tudo o que pudesse macular o papel de mãe dedicada exclusivamente ao lar. Era como se as mulheres se apropriassem de exercícios musculares próprios à atividade masculina. Algumas vozes, todavia, levantaram-se contra a satanização da mulher esportiva. Médicos e higienistas faziam a ligação entre histeria e melancolia – as grandes vilãs do final do século – e a falta de exercícios físicos. Confinadas em casa,

diziam, as mulheres só podiam fenecer, estiolar, murchar. Era preciso oxigenar as carnes e se alegrar, para dar equilíbrio saudável ao organismo. O esporte seria mesmo uma maneira de combater os adultérios incentivados pelo romantismo. Afinal, encerradas ou aprisionadas, só restava às mulheres a sonhar com amores impossíveis ou tentar seduzir o melhor amigo do marido.

A elegância feminina começou então a rimar com saúde. Se a mudança ainda se revelava hesitante, não demorou muito a se instalar e a se tornar inexorável. O leitor, contudo, deve estar se perguntando como se passaram tais transformações entre nós.

As mulheres da elite sempre montaram a cavalo. A equitação, como esporte, foi praticada por uma parcela importante da aristocracia, sobretudo durante o reinado de dom Pedro II. Ao ser recebido em Petrópolis em abril de 1872, o monarca teve à sua espera "as amazonas da Corte!". "Elegantes enchiam as estradas com suas plumas rogaçantes, em fogosos corcéis, deixando voar nas lufadas de vento indiscreto as fímbrias do vestido revolucionário", conta um memorialista. A própria condessa de Barral, paixão de dom Pedro II, era conhecida como amazona intrépida, capaz de se precipitar a galope sobre vacas fugidas. Gilberto Freyre acrescenta que, desde os finais do século XIX, a ginástica sueca concorria para dar maior vigor aos brasileiros crescidos nas cidades, sem a vantagem dos banhos de rio, dos passeios a cavalo e da vida ao ar livre em fazendas e engenhos.

Mas o Brasil onde o corpo feminino começa a se movimentar em direção aos esportes já não é mais o do fim do Segundo Reinado. É o do início da República, no qual as cidades trocavam a aparência paroquial por ares cosmopolitas; nelas, misturavam-se imigrantes, remanescentes da escravidão e representantes da elite. Nesse cenário, nascia uma nova mulher.

“Hoje em dia, preocupada com mil frivolidades mundanas, passeios, chás, tangos e visitas, a mulher deserta do lar. É como se a um templo se evadisse um ídolo. É como se a um frasco se evolasse um perfume. A vida exterior, desperdiçada em banalidades é um criminoso esbanjamento de energia. A família se dissolve e perde a urdidura firme e ancestral dos seus liames”, recriminava um editorial da *Revista Feminina* em agosto de 1890.

Ela abandonara os penteados ornamentais com ondas conseguidas graças aos ferros de frisar para cortar os cabelos à *garçonne*. O esporte, antes condenado, tornara-se indicativo de mudanças: “Nosso fim é a beleza. A beleza só pode coexistir com a saúde, com a robustez e com a força”, alardeava o autor de *A beleza feminina e a cultura física* em 1918. A revolução dos costumes começou a subir as saias, e essas brigavam com as botinhas de cano alto que, por sua vez, procuravam cobrir o pedaço da canela exposta.

A cintura de vespa, herdada do século anterior, continuava aprisionada em espartilhos. Esses, contudo, haviam melhorado. O dissimulado instrumento de tortura, feito de pano forte e varetas de barbatana de baleia, tão rígidas a ponto de sacrificar o fígado e os rins, mudou. Era, agora, feito de varetas flexíveis de aço. A partir de 1918, ao final da Primeira Guerra, as chamadas “exuberâncias adiposas” passaram a ser contidas não mais pelo terrível espartilho, causador de danos irreparáveis, mas pelo “corpinho” ou pela cinta elástica. Se os primeiros salientavam os seios como pomos redondos, o corpinho os deixava mais livres e achatados.

“Artigos sanitários”, antes desconhecidos e que atendiam pelos insólitos nomes de Kotex, Kez e Modess, anunciavam o fim do tabu da menstruação nas revistas femininas. Vendidos à dúzia, eram complicadas “toalhas higiênicas com franjas”, *serviettes* esterilizadas,

“calças sanitárias em borracha e *marquissete*, rematada com debruns de borracha”, “cintos para *serviettes*”. Catálogos de roupas brancas, feitas por sofisticadas bordadeiras, revelavam que a vida no quarto de vestir e de dormir ganhava novos contornos. Contrariamente às antepassadas, capazes de passar os dias em roupão branco e desgrenhadas, a mulher dos anos 1920 parecia querer seguir à risca os conselhos da *Revista Feminina*, em que a articulista Henriette admoestava:

Como então, há algumas leitoras que andem em casa sem meias? Há pelo menos 60% de senhoras casadas que pelo menos até a hora do almoço, ficam com o chinelo com que se levantam, o cabelo amarrado com uma fitinha e um roupão “saco” à vontade do corpo! [...] Devemos lembrar-nos que nós, mulheres, fomos criadas para a fantasia. Todas as vezes que nos mostrarmos muito materiais perdemos o encanto que nos acham os homens.

Para além do “corpinho” e de cintas, o corpo começava a se soltar. O famoso costureiro francês Paul Poiret rompia com o modelo de ancas majestosas e seios pesados para substituí-lo por outro. No início do século XX, teve início a moda da mulher magra. Não foi apenas uma moda, mas também o desabrochar de uma mística da magreza, uma mitologia da linha, uma obsessão pelo emagrecimento; tudo isso temperado pelo uso de roupas fusiformes. O “tamanho”, ou seja, rubrica que passa a determinar a largura e a conformação do corpo em relação à roupa, torna-se uma espécie de forma anatômica. Além de constrangimento moral e não apenas corporal, o tamanho traduzia, num martírio mental e não mais físico, a linha de demarcação que passara a reprovar e estigmatizar toda mulher que o extrapolasse. “Dê-me um menor, esse não é o meu tamanho!”, passava a ser triste confissão.

Na Europa, de onde vinham todas as modas, a entrada da mulher no mundo do exercício físico, do exercício sobre bicicletas, nas quadras de tênis, em piscinas e praias trouxe também a aprovação de corpos esbeltos, leves e delicados. Tinha início a perseguição ao chamado *enbompoint* – os quilinhos a mais –, mesmo que discreta. O estilo “tubo” valorizava curvas graciosas e bem lançadas.

Alguns médicos se rebelavam contra a moda de tendência masculina, que associavam a ideias feministas e ao desprezo pela maternidade. Os cabelos curtos, as pernas finas, os seios pequenos eram percebidos por muitos homens como negação da feminilidade. O movimento, contudo, estava lançado. Regime e musculação começavam a modelar as compleições longilíneas e móveis que passavam a caracterizar a mulher moderna, desembaraçada do espartilho e, ao mesmo tempo, da gordura decorativa. As pesadas matronas de Renoir foram substituídas pelas sílfides de Degas. Insidiosamente, a norma estética afinava, emagrecia, endurecia, masculinizava o corpo feminino, deixando a “ampulheta” para trás.

Corpos esculpidos

Entre nós, o esporte, responsável indireto por tantas mudanças, foi introduzido pelos imigrantes e por alguns representantes das oligarquias em contato com as modas europeias. Segundo Mônica Schpun, a prática desportiva era destinada a combater o ócio e os hábitos mundanos da juventude, tendo, portanto, uma função profilática. Num número da revista *Sports*, o educador Fernando de Azevedo definia:

A educação física da mulher deve constar de: a) jogos infantis, especialmente os nacionais b) ginástica sueca, principalmente apropriada à função respiratória e à bacia e aos membros inferiores c) esportes, tais como dança clássica, ao ar livre, pedestrianismo (pequenos passeios, corridas e marchas de pouca duração e extensão) d) e, finalmente, a natação que é esporte utilitário de maior capacidade higiênica e morfogênica. Referindo-me às danças, sob o ponto de vista higiênico, claro está que nesta categoria de indiscutível valor fisiológico não podem entrar as danças modernas (danças de salão), à noite, em salas mal arejadas, tão repelidas pela higiene moderna como por ela são aconselhadas as danças antigas – essas admiráveis variações do salto e da marcha. Os exercícios, pois, que mais convêm à mulher são aqueles que aumentam a flexibilidade e a destreza da coluna vertebral, isto é, os movimentos que, sujeitos às leis da cadência e do ritmo, se tornam, por assim dizer, a poesia da locomoção. É que na flexibilidade do tronco e da harmonia dos movimentos depende um dos maiores encantos da mulher: a GRAÇA. A educação física para moças deve ser, pois, higiênica e estética, e nunca “atlética”, visar sobretudo o desenvolvimento da parte inferior do corpo, dar a graça e a destreza dos movimentos, procurando antes a ligeireza do que a força.

A despeito da presença de mulheres nas raias das piscinas ou nas quadras de tênis dos clubes privados, o mundo onde, de fato, estava presente era o da casa. Sua vida doméstica ganhava, contudo, valores de consumo nunca antes vistos no Brasil. Certos produtos de beleza começavam a ser industrializados. Quem podia, cedia aos encantos do produto importado. Guerlain e Coty eram as marcas mais procuradas. Pequenas oficinas domésticas produziam cremes e pós para o rosto, perfumes, produtos para os olhos e maquiagem em geral, vendidos de porta em porta para consumidoras de camadas médias. A moda também se desenvolvia. As lojas de luxo importavam vestidos e moldes; algumas chegavam mesmo a

oferecer os serviços dos ateliês de costura para consertos e ajustes, ou ainda para fazer roupas íntimas. Costureiras e chapeleiras de origem estrangeira se instalavam com suas lojas.

Vitrinas e manequins enfeitavam grandes lojas como o Mappin Stores de São Paulo, cujos produtos eram também vendidos por meio de catálogos, de encomendas por telefone e correio e de serviço de entregas. Anúncios em francês visavam atrair a clientela mais sofisticada, apregoando *robes d'après midi et de soirées* – vestidos sociais e de gala. A inovação de saldos e liquidações permitia às camadas urbanas médias adotarem roupa de gente rica. Mais do que consumir, com os olhos ou a bolsa, os milhares de novos produtos expostos em vitrinas, anúncios públicos e revistas femininas, as mulheres imbuíam-se, lentamente, de uma nova preocupação: a apresentação física, que as introduzia na vida urbana de maneira conveniente. A palavra de ordem, portanto, tornou-se beleza! A feiura devia ser banida.

A preocupação de ser bela não era novidade. Mas, aqui, a percepção da beleza feminina transformava-se em algo mais palpável. Os concursos de beleza, recém-inventados, chancelavam essa preocupação, ao lado de centenas de imagens femininas que invadiam a imprensa, como “conselheiras de beleza”. Todo tipo de melhora devia ser estimulado. O misto de beleza e elegância, antes apanágio do romantismo, começava a ceder às formas de exibição do corpo feminino. O discurso higienista, tão ativo entre os anos 1920 e 1930, estimulava a vida das mulheres, menos cobertas e mais fortificadas, ao ar livre. O hábito dos esportes, a fundação de clubes, a ênfase na dança, estimulada pela recém-inventada indústria fonográfica, instigavam a exposição dos corpos. Instalou-se a busca da aparência sã. A medicina passava a sublinhar a importância de exercícios e vida saudável para preservar, não

somente a saúde, mas a frescura da tez, a pele sadia, o corpo firme e jovem. Acreditava-se que os defeitos físicos poderiam ser corrigidos, não à custa de toneladas de maquiagem ou qualquer outro artifício, mas por outros meios salutareos, como a vida higiênica, disciplinada e moderada. Vejamos o conselho da *Revista Feminina* de outubro de 1920:

As feias [...] não devem fingir-se belas. Contentem-se em ser feias, tratem de educar seu espírito, de viver higienicamente para adquirir saúde, de nutrir-se convenientemente, de ser simples, bem-educadas e meigas. A vida higiênica, a boa nutrição, os esportes garantir-lhes-ão a saúde, a boa pele, os bons dentes, a harmonia das formas, o desembaraço dos gestos e a graça das atitudes; a leitura sã, o cultivo do espírito, dar-lhe-ão inteligência e à frente; a bondade, a simplicidade, a meiguice torná-la-ão perturbadoramente simpáticas. Deixarão, pois de ser feias; ou, se continuam feias, valerão mais do que as belas, terão mais prestígio pessoal, impor-se-ão às simpatias gerais.

Mas ser feia, nas primeiras décadas do século XX, tinha seus pontos negativos. Todas as mulheres sabiam que a fotografia, o cinema e a imprensa divulgavam padrões que deviam ser seguidos, excluindo as que deles não se aproximassem. Tipos femininos criados por Clara Bow, Alice White, Colleen Moore incentivavam imagens sobre “garotas modernas”, misto de alegria, mocidade, jazz e coquetéis! Um controle mais rígido sobre a apresentação pessoal era exigido, até em empregos ocupados por mulheres. A chamada “boa aparência” impunha-se; os bons casamentos, sobretudo, dependiam dela. Olhos e boca, agora, graças ao batom industrial, passavam a ser o centro das atenções. Theda Bara e Greta Garbo arrasavam com sua malícia singular; eram o símbolo da mulher-mistério. O aparato colocado a serviço da beleza corporal, feito de

receitas de fabrico doméstico, de produtos farmacêuticos ou de artifícios de maquiagem, parecia prometer à mulher a possibilidade de, em não sendo bela, tornar-se assim. Havia salvação! A propalada *coquetterie*, desdobrada em cursos de maquiagem, cuidados de pele e cabelo, massagens e tratamentos dos mais variados, cursos para aprender a caminhar e a gesticular, constituía um investimento – as feias teriam uma chance.

Feia? Só quem quisesse. Explicava o número quinzenal de *A Cigarra*, em julho de 1920:

A coquetterie é a qualidade mais admirável na mulher. Graças a ela muitas mulheres feias parecem bonitas, e as bonitas – encantadoras. É a *coquetterie* que acentua a graça aos cabelos que beijam a nuca ou sombreiam a fronte; é a *coquetterie* que imprime sorrisos de glória à linda curva do seio; por ela os olhos expressam languidez ou triunfo, os corpos, com trajes artísticos, fazem ressaltar a harmonia das formas. A *coquetterie* rodeia a mulher como uma *allure* graciosa ou grave segundo correspondia o seu tipo; ela rege as modulações da voz e a harmonia do rosto.

As palavras francesas como *coquetterie*, literalmente “a preocupação de se valorizar para agradar”, e *allure*, distinção de porte, somavam-se outras em inglês, influência do cinema: *sex appeal* e *it*. A primeira dispensa tradução; a segunda referia-se ao “quê” de sedutora que havia em cada mulher. “*It* é um dom de atração [...] uma qualidade passiva, que atrai a atenção e desperta o desejo. A mulher deve possuir o *it* para atrair o homem”, explicava o articulista de *Cinearte* em 1928. Já o *sex appeal*, segundo o mesmo cronista, definia-se pelo físico “atraente e perfeito, pelas atitudes provocantes, o olhar liquefeito e perigoso, no andar lento e sensual, nos lábios contornados e convidativos. As que têm (isso) os homens seus escravos são”. A “malícia”, outro ingrediente indispensável ao

sucesso feminino, era sugerida tacitamente na estética cinematográfica.

Graças ao cinema norte-americano, novas imagens femininas se multiplicavam. A moda, diz a historiadora Fernanda Bicalho, foi uma das principais articuladoras do novo ideal estético imposto pela indústria cinematográfica norte-americana. Não era mais Paris quem a ditava, mas os estúdios de Hollywood. Nas páginas de revistas como *Cinearte*, podiam se encontrar, às dezenas, artigos com títulos sugestivos como: "O que as estrelas vestem?", "Cabelos curtos ou compridos?", "A volta das saias compridas", "A mulher e a moda, segundo a opinião de Esther Ralston", "As moças devem ou não usar meias? Falam algumas estrelas de Hollywood", "Por que as estrelas fumam?" etc.

Na matéria "Não se vistam como nós", o articulista constata com certa ironia que, após a exibição de um filme com "uma mulher perigosa, toda vestida de cetim [...] voluptuosa e tentadora", é inevitável que, "dias depois, nos escritórios das cidades [...] as datilógrafas entrem, perfeitamente vestidas de cetim, com imensos brincos, com o penteado daquela artista. E, quando possível, imitando-a, terrivelmente". O que estava em jogo era a transformação do corpo feminino em objeto de desejo fetichista. Se por um lado a estética cinematográfica representava a mentalidade moderna e um domínio em meio ao qual a mulher podia tomar iniciativas, por outro, a sensualidade que emanava de sua representação a transformava em objeto passivo de consumo. Mais um adendo: a indumentária usada pelas atrizes, e copiada no mundo inteiro, não fazia mais do que traduzir metaforicamente a personalidade feminina. Ora, o poder de sedução de estrelas do cinema marcou toda uma geração de mulheres, servindo de modelo para a imagem que elas queriam delas mesmas.

Ao aparecimento desses rostos na tela – rostos jovens, maliciosos e sensuais –, somaram-se outros fatores cruciais para a construção de um modelo de beleza. Data dessa época o banimento de cena da mulher velha. Se até o século XIX matronas pesadas e vestidas de negro enfeitavam álbuns de família e retratos a óleo, nas salas de jantar das casas patricias, no século XX, elas tendiam a desaparecer da vida pública.

Envelhecer começava a ser associado à perda de prestígio e ao afastamento do convívio social. Identificava-se gordura à velhice; era a emergência da lipofobia. Não se associava mais o redondo das formas – as “cheinhas” – à saúde, ao prazer, à pacífica prosperidade burguesa que lhes permitia comer muito, do bom e do melhor. A obesidade tornou-se critério determinante de feiura, representando o universo do vulgar, em oposição ao elegante, fino e raro. Esbelteza e juventude se sobrepujam: “É feio, é triste mesmo ver-se uma pessoa obesa, principalmente se se tratar de uma senhora; toca às vezes as raias da repugnância”, advertia a *Revista Feminina* em 1923. A gordura opunha-se aos novos tempos, que exigiam corpos ágeis e rápidos. A magreza tinha mesmo algo de libertário: leves, as mulheres moviam-se mais e mais rapidamente, cobriam-se menos, com vestidos cada vez mais curtos e estreitos, estavam nas ruas. O rosto rosado pelo ar livre, pela atividade, não se coadunava com o semblante amarelado das mulheres confinadas em casa.

Vitória da silhueta reta? Não! Ilustrações e charges dão pistas para o gosto masculino em relação às formas femininas. Elas seguiam arredondadas, valorizando quadris e nádegas, seios pequenos e pouco salientes. Resumindo: quatrocentos anos de morenas e mulatas sinuosas, da consagrada “morenidade” descrita por Gilberto Freyre, resistiam com bravura aos modelos importados

e aos avanços das beldades escandinavas, ditados pelo higienismo ou por influência hollywoodiana, imposta pelo cinema.

Sol e sal...

Os banhos de mar, mesmo com muitas restrições, tiveram importante significado para as mulheres. Encarados inicialmente como remédio, acabaram por proporcionar uma nova oportunidade de convívio social. A princípio, as “mulheres de respeito” tomavam banhos de madrugada, quando o dia ainda clareava, usando uma indumentária rigorosa feita de “calças muito largas de baeta, tão áspera que mesmo molhada não lhe pode cingir o corpo”. Do mesmo tecido, um blusão com gola larguíssima, à marinheira, abrigada a um laço amplo que servia de enfeite, mas também de tapume a uma possível manifestação de qualquer coisa que sugerisse um seio. Calças até os tornozelos caíam em babados, cobrindo os pés. Estes eram calçados com sapatos de lona e corda, amarradas, à romana, na perna. Na cabeça, uma touca de oleado ou chapelões de aba larga. Mesmo com tantas precauções, a presença de mulheres na praia significava tal revolução, capaz até mesmo de mexer com a imaginação dos homens. Não eram, por consequência, poucas as admoestações que estes encontravam afixadas nas casas de banho, que se multiplicavam nas praias: “É expressamente proibido fazer furos nestas cabines; os encontrados nesta prática serão entregues à ação da polícia”. Apesar dos avanços, Hermínia Adelaide, conhecida artista, ainda escandalizava a população ao banhar-se na praia do Flamengo com roupas que desenhavam-lhe a forma física. Todos paravam para olhar; as moças de família, encabuladas, viravam o rosto.

Em maio de 1923, a gaúcha Cecília de Assis Brasil, em férias na avenida Atlântica, número 686, Rio de Janeiro, registrava no diário: “Às sete horas da manhã, toda a família está de roupa de banho, em volta da mesa, tomando café. Do outro lado da rua, está a praia. Agora que aprendemos a nos defender das grandes ondas, nadamos bastante todos os dias e até somos as moças mais ousadas deste bairro. Depois do banho, ficamos em casa até a hora do almoço, costurando, remendando, tricotando”.

Mas as mudanças caminhavam a passos largos. Para ficar num exemplo, no dia 8 de fevereiro de 1920, na piscina do Fluminense Futebol Clube, ocorreu a primeira competição em piscina com três provas femininas. Nadaram: Edith Julien, Maria Augusta Lopes, Mirian Antunes e Adélia Caldas Brito. Tudo indica que, desde 1919, quando a piscina do Fluminense foi inaugurada (a primeira no Rio), mulheres, sócias do clube, já participavam de aulas de natação. Em 1949, a ligação pelo então túnel Carioca, hoje Túnel Novo, ganhou uma segunda galeria. O fácil acesso às praias de Copacabana e Ipanema chegou com uma nova invenção: a do biquíni. Os cinejornais de César Nunes revelam as cariocas em pesados duas-peças, muitas delas esquivando-se das câmaras para não serem reconhecidas pelos familiares. A voz do locutor anunciava que a praia era patrulhada por uma “polícia marítima” encarregada de impedir “os malandros de tirar casquinhas no rebuliço das ondas da arrebentação”.

Esses foram os anos dourados da natação feminina. Na piscina do Flamengo, por exemplo, a arquibancada vinha abaixo com gritos de “Boa”, “Boa”, cada vez que a escultural Neusa Cordovil subia à raia para disputar uma prova. Em São Paulo, treinando no Tietê, destacou-se a grande nadadora Maria Lenk, autora de *Natação, coroa dos exercícios físicos*, livro no qual explicava que nadar “não

prejudicava as virtudes femininas de graciosa fragilidade impostas pelo machismo dominador”. Revistas como a *Tricolor*, de 1929, louvavam a natação, esporte que transformava mulheres em sereias:

Devemos destacar a prova em que Vera Oiticica, qual sereia encantadora, olhando o teto da piscina com o sorriso da vitória nos meigos lábios entreabertos, venceu a já famosa Veroneze. [...] venceu admiravelmente bem. Como a nadadora excelente que é e empolgou ainda mais pela elegância do estilo que possui [...]. O seu triunfo foi saudado por estrepitosa salva de palmas [...] que sirvam de incentivo [...] para que ela, jovem como é, chegue a ser mais tarde a embaixatriz brasileira em contendas mundiais [...] Que Vera ofereça ao mundo um exemplo da pujança da nossa raça.

Entre sereias e rainhas, Daisy Correa de Oliveira, nadadora do Fluminense, foi a rainha dos Jogos da Primavera de 1955.

“Nasce a louraça Belzebu”

Foi Gilberto Freyre quem chamou atenção para o surgimento da moda das louras entre nós. No final do Império, o Brasil foi invadido por uma série de inovações técnicas adaptáveis à busca de melhoria da situação industrial em que estávamos. Importavam-se desde descascadores, despoldadores e ventiladores para produtos agrícolas, até o gosto pela cerveja – Franziskaner Brau e Pilsener, ou Ypiranga –, já fabricada entre nós. Os sapatos Clark, feitos por escoceses, “expressamente adaptados ao clima do Brasil”, prometiam dar aos pés “a maior elegância”. Armazéns e lojas importavam “as novidades das estações”, o “*chic parisien*”, enquanto nos leilões de arte disputavam-se artigos com nomes antes

desconhecidos: *bibelot, cristofle, fayance, maple*. A máquina Singer, introduzida no final do século, permitia copiar todos os francesismos. Uma representante de Au Printemps, no Rio de Janeiro de mil oitocentos e tanto, incentivava o consumo de roupa de baixo e enxovais de noivas ou de colégios, cuja brancura doméstica era mantida graças aos excrementos de cabra, alvejante sem par.

Na voga das coisas que vêm de fora, explica-nos Freyre, chegaram as louras. Não as de carne e osso, mas as de porcelana com olhos azuis. Eram as bonecas francesas, substitutas das de pano, companheiras de brinquedo de tantas meninas e iaiás. Eram bonecas de meninas ricas, as mais prestigiosas. Coradas e vestidas de seda, “resultado de mãos hábeis no modelamento, possuíam feições simpáticas”. Segundo Freyre, o culto da boneca loura e de olhos azuis entre as meninas da gente mais rica do Império deve ter concorrido para contaminar algumas delas de certo arianismo; para desenvolver no espírito a idealização das crianças que nascessem louras e crescessem parecidas às bonecas francesas; e também para tornar a francesa o tipo ideal de mulher bela e elegante aos olhos das moças nas quais depressa se transformavam no trópico aquelas meninas.

O desprezo pela pele trigueira foi agravado pela contemplação de anjos, madonas e santos nórdicos nas capelas de colégios, ou pela leitura das aventuras de Chiquinho, herói louro da revista *O Tico-Tico*. Depois das bonecas de louça do final do Império, chegaram outras louras, muitas delas falsas. Eram as Mimis, prostitutas estrangeiras de cabelo “cor de fogo”, carnes brancas e, na maioria, com sotaque carregado: “Menino, vem cá prá dentro *sinó vam* te fazer mal”!, gritou certa vez uma delas para o jovem artista Di Cavalcanti, fugitivo de uma briga na rua do Núncio, Rio de Janeiro. Foram tais “mundanas” ou “hetairas” europeias que desenvolveram

entre nossos homens certa “consciência sanitária”, participando a seu modo da onda de higienização que varria as grandes capitais da jovem República.

A moda da loura ganharia força logo depois da proclamação da República, por diferentes razões: a princípio, pelo ideal de branqueamento das elites, incomodadas com o mulatismo da população; a seguir, graças à chegada massiva de imigrantes estrangeiros, os alemães sobretudo, considerados exemplares modelos de eugenia; por fim, pelas teorias arianas que conquistaram parte dos intelectuais brasileiros. Era crença comum que o “clareamento da pele” aproximaria o Brasil de certa “melhoria da raça”, responsável, em última instância, pela construção do progresso nacional. Em tal cenário, fica fácil entender a valorização social das mulheres claras.

Quem não era branca tratava de parecê-lo com o auxílio de pós, pomadas brancas e cabelos tingidos. Revistas femininas recomendavam às mulheres protegerem-se do sol antes de sair de casa, evitando a todo o custo o “aspecto grosseiro” e a “cor feia” resultante do bronzeamento. A beleza natural não estava associada à pele dourada, mas às faces rosadas. Gustavo Barroso, no romance *Mississipi*, retrata os efeitos da moda da loura na literatura: “Para mal de seus pecados, seu coração se inclinou por Dona Almerinda. Tudo sedução daquela beleza física até certo ponto estranha numa terra de morenas: o ouro dos cabelos e a safira dos olhos, a pele de pêssego que dava vontade de morder”.

A sequência encabeçada pela *platinum blonde* Jean Harlow, seguida de Marlene Dietrich, Marilyn Monroe, Anita Ekberg, Jane Mansfield, Doris Day, entre outras, constituíram uma linhagem de grande influência entre nós, até a chegada das Barbies nos anos 1990.

Abaixo as Barbies!

A feiura não tem história. Tampouco se escreveu a história da solidão e da dor, e de suas consequências mais imediatas. Há séculos, os feios servem de bode expiatório a sociedades muito seguras da própria verdade e do discurso das elites, que, tal como as nossas nos anos 1920 e 1930, determinavam que a beleza era o modelo "sueco". Hoje, embora o discurso higienista tenha desaparecido, continuamos falando em coisas como "patricinhas e mauricinhos", em "peruas e marombeiros". Nessa perspectiva, as transformações do corpo da mulher brasileira foram brutais. Uma radicalização compulsiva e ansiosa a impeliu nos últimos dez anos, e continua a impeli-la, para a tríade abençoada pela mídia: ser bela, ser jovem, ser saudável! Graças à supremacia das imagens, instaurou-se a tirania da perfeição física. Hoje, todas querem ser magras, leves, turbinadas. Em um mundo onde se morre de fome, grassa uma verdadeira lipofobia – todas as mulheres parecem querer participar da sinfonia do corpo magnífico, quase atualizando as intolerantes teses estéticas dos nazistas.

Na outra ponta, criaturas como Madre Teresa de Calcutá conheceram de perto os horrores do sofrimento físico. Numa entrevista, ela dizia que o trágico da "feiura" de um leproso era a solidão, o fato de ser indesejável, não amado, rejeitado; que tudo se podia fazer por um corpo em sofrimento, mas nada por esse "outro" sofrimento feito de negação. Anônimas, as que não são belas apenas recusam o próprio corpo, tanto mais quanto vivemos hoje a supremacia da aparência. A fotografia, o filme, a televisão e o espelho das academias dão à mulher moderna o conhecimento

objetivo da própria imagem, mas também a forma subjetiva que ela deve ter aos olhos dos semelhantes. Numa sociedade de consumo, a estética aparece como motor do bom desenvolvimento da existência. O hábito não faz o monge, mas quase...

A feiura é vivida como um drama. Daí a multiplicação de fábricas de "beleza", cujo pior fruto é a clínica de cirurgia plástica milagrosa. Os pagamentos a perder de vista, com "pequenos juro de mercado", parecem garantir, graças às próteses, a constituição de um novo corpo: formal, mecânico, teatral – corpo que é a efígie do desejo moderno, desejo derrisório de uma perpétua troca das peças que envelhecem, desde nádegas até coxas e panturrilhas.

Essa relação com o corpo implica opiniões contraditórias. Os adversários da cirurgia estética recusam-se em acordar ao corpo uma importância que valha a pena modificar; o que conta é a alma ou o espírito. O desejo de modificação torna-se para alguns até mesmo suspeito. Os partidários, por sua vez, acreditam que a forma corporal é uma realidade cujo papel na vida cotidiana está longe de ser pequeno. A cirurgia, nesse caso, é um elemento importante para o equilíbrio psicológico e seus desdobramentos: o casamento feliz, o sucesso profissional! As pessoas pouco percebem que a chave de um bom relacionamento com a vida passa por certa dose de aceitação, inteligência, carinho e alegria – pelo menos, é o que afirmam os especialistas!

O tal equilíbrio passa, também, por uma constatação à qual é dada pouca atenção: o culto à beleza, e exclusivamente a ela, é perigoso. Estando intimamente ligado àquele da juventude e do efêmero, torna-se um desafio ao tempo, e, mais dramático, ao homem por si mesmo. Pior é quando um modelo de beleza nosso, mestiço, passa a ser ameaçado pelo que vem de fora. Entre nós, aumenta assustadoramente o número de mulheres que opta pela

imagem da "Barbie" norte-americana, dona de volumosos seios de plástico, cabeleiras loiras falsas e lábios de Pato Donald. No outro extremo encontramos a androginia mais absoluta, onde cada um quer ter as formas do outro, com todas as consequências. Inclusive aquela terrível, de que, quando as preocupações físicas tomam a frente, significam o medo e a recusa dos que não são como nós. Mal se percebe que nossa sociedade valoriza não a identidade, mas a identificação. Os pequenos defeitos, que outrora davam charme a uma mulher, o tal de *it*, estão em baixa.

Ora, o Brasil é um país mestiço. Nossos corpos são o resultado de uma longa história biológica em que se misturam índios, negros, brancos de várias procedências, além de amarelos. Os resultados foram ancas, cabelos crespos, a maneira ondulante de andar e o que Gilberto Freyre chamava de "morenidade". É preciso proteger e libertar a sociedade do que ela pode fazer consigo mesma. É preciso proteger nela sua integridade, identidade, a dignidade de suas formas e de suas cores originais, contra o dismantelamento do corpo. Resumindo: cada uma de nós deve ser "mestiça" a seu jeito.

Xô Barbies, próteses, anabolizantes, anoréxicas e oxigenadas! Abaixo a insistência em fabricar mulheres sem marcas nem diferenças capazes de individualizá-las. Num país onde são tantas as variáveis corporais, onde graças e desgraças são distribuídas de acordo com as diversas heranças biológicas e sociais, a imposição de um modelo "perua" importada só é bom quando se trata de veículo de passeio sobre quatro rodas!

A academia, o médico e o monstro

Mas como é que médicos, especialistas e jornalistas vêm tratando das transformações do corpo feminino em nossa sociedade? Realizada em setembro de 1996, uma pesquisa Datafolha, cujo título era "Beleza a Qualquer Custo", revelava que 50% das mulheres não estavam satisfeitas com seu peso e 55% gostariam de fazer uma cirurgia plástica. O dado contrastante é que 61% delas não praticava exercícios físicos, preferindo cuidar da beleza na base da compra de cosméticos. Barrigas perfeitas, pernas rijas, seios altos, enfim, se possível, "tudo no lugar"... graças a produtos milagrosos! A jornalista Alessandra Blanco informa, ainda, que, de todas as entrevistadas, apenas 2% disseram não se importar e não comprar produtos de beleza. As demais, segundo ela, compram, e muito: 44% das mulheres gastavam mais de 20% do salário com esse tipo de produto. E esse número não fica apenas nas camadas sociais mais elevadas, informa-nos a jornalista. Ao contrário, entre mulheres cujos rendimentos iam até dez salários-mínimos, 54% diziam gastar mais de 20% do salário com cosméticos.

As partes menos apreciadas do corpo feminino, e, portanto, sujeitas à mudança graças ao bisturi seriam barriga (16%), seios (12%) e rosto (9%). Por que isso tudo? "Medo de envelhecer", confessa uma entrevistada. "A hora que cair tudo, eu subo. Não tenho o menor pudor", afirma conhecida atriz. Segundo a jornalista, a eterna reclamação masculina de que as mulheres nunca estão satisfeitas com a própria aparência também parece ser verdade. Segundo a Datafolha, 64% gostariam de mudar alguma coisa no cabelo, 50% não estão satisfeitas com o peso atual e 20% gostariam de perder mais de dez quilos. Emagrecer, sim. Fazer ginástica, como propunham os higienistas dos anos 1920, não! A preocupação com a beleza suplanta a com a saúde.

Microcâmaras que entram no corpo, cânulas que sugam gentilmente camadas de gordura entre peles e músculos, transferência de gordura de uma região do corpo para outra, substâncias sintéticas que funcionam como massa de modelar – tudo isso permite à mulher “fazer-se mais bela”. Na ânsia de escapar às transformações que chegam com a idade, ou à fantasia de ter o nariz da Cindy Crawford, ela é capaz de tudo. Demi Moore fez onze operações para obter um corpo escultural e Jane Fonda, apesar de propalar as receitas de um corpo feliz por seu método de ginástica, retirou costelas inferiores para afinar a cintura.

A maior rede nacional de televisão apresentou em horário nobre uma moça de vinte anos que havia começado, ainda adolescente, a se submeter à “prática estética” de cirurgias, já contando com duas dezenas delas. Se ao público o corpo e o rosto não pareciam ter sofrido grandes mudanças, ela, por outro lado, afirmava sentir-se muito mais feliz!

Segundo pesquisa realizada pela *Globo Ciência* em 1996, 6 mil profissionais brasileiros que atuavam na área realizaram nada menos de 150 mil operações estéticas (o maior índice mundial em relação à população) e o dobro de reparadoras, conforme as estimativas. Em 2010, passamos a ser o segundo país em cirurgias, perdendo apenas para os Estados Unidos: 629 mil. Em 2013, foram 905.124. O caso parece sinalizar a existência de uma “epidemia nacional de vaidade”, dizem os jornalistas responsáveis pela matéria. Ivo Pitanguy negou o fato: “Não há um culto em relação à cirurgia estética. O que existe é a valorização do corpo, da boa forma física. Nos últimos anos, houve uma maior tendência em se cultivar a imagem. As pessoas procuram fazer ginástica, preferem uma alimentação sadia, com o objetivo de ficarem bem consigo mesmas. E também procuram os caminhos da cirurgia plástica para isso”.

Alimentação sadia? Tudo indica que esse é um erro da avaliação de Pitanguy. A revista *Época* publicou avassaladora matéria cujo título é "O triunfo do hambúrguer". O que deveria ser uma preferência juvenil, ou seja, cachorro-quente, batata frita, sorvetes e chocolates, é hoje o cardápio de 30% de integrantes das classes A e B. A obesidade ameaça, adverte a Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição. As transformações na alimentação são certamente responsáveis por mudanças na saúde e na forma física. Consumimos, cada vez mais, uma alimentação calórica, responsável por terríveis quadros de hipertensão, diabetes e colesterol alto, segundo adverte o diretor da Sociedade Brasileira de Cardiologia, Marcos Vinícius Malaquias.

No campo da beleza, a alimentação também faz suas vítimas. Em 2012, realizaram-se cerca de 1.788 cirurgias plásticas por dia, das quais quase 30% são lipoaspirações, segundo o Ibope. Encontros como as Jornadas Cariocas de Cirurgia Plástica colocam em cena prós e contras dos diferentes tipos de cirurgia estética. Há polêmicas sobre a eficácia dos implantes de silicone nas nádegas, por exemplo, que, segundo alguns cirurgiões, não funciona nos glúteos volumosos da mulher brasileira: "A cirurgia só é indicada para mulheres totalmente sem nádegas ou de nádegas caídas ou flácidas, mas os resultados não têm sido satisfatórios. Ainda há riscos de compressão dos nervos que vão para as pernas", adverte o cirurgião plástico Paulo Roberto Leal. Já seu colega José Aurino Cavalcanti Saraiva afirma ser essa uma "cirurgia campeã". "Do ano passado para cá", comenta, "aumentou bastante a procura. Hoje se equipara à procura por implantes de mama". Sua cliente Isabel, empresária, garante: "Fiz e foi ótimo. Nos 15 primeiros dias senti um pouco de incômodo e o bumbum pesado e, durante dias precisei dormir de bruços. Mas já no sexto dia viajei de carro durante três horas, sem problemas!".

Outra questão: a lipoaspiração, que faz vinte anos. A intervenção aumentou 129% nos últimos quatro anos. Um dos temas mais debatidos é a quantidade de gordura que deve ser retirada de cada paciente. Alguns médicos criticam colegas que fazem megalipoaspirações, retirando de dez a quinze litros de gordura do paciente. A clínica Santé, em São Paulo, faz rotina dessas cirurgias e está sendo intimada pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica a dar explicações. Não à toa, multiplicam-se os casos como o de Roberta Woo, leitora da revista *Plástica e Você*, que pergunta à coluna do doutor Ewaldo Bolívar: "Eu fiz lipoaspiração na barriga há um ano e ficou cheia de ondas. Dá para consertar isso?".

O cirurgião plástico Farid Hakme aponta os hábitos alimentares das brasileiras como responsáveis pelo aumento da demanda de cirurgias e lipoaspirações ou lipoesculturas. Some-se a isso, explica o médico, a miscigenação, característica de nossa cultura, capaz de somar um nariz levantino com um posterior africano. "A combinação nem sempre harmoniosa dos traços promove desproporcionalidades", que podem ser eliminadas graças à "multiplástica", ou seja, uma cirurgia que corrige, ao mesmo tempo, diversas imperfeições anatômicas, paga em suaves prestações. Hakme é dos poucos a dizer com todas as letras que beleza não pode ser um "apanágio dos endinheirados". De fato. As revistas femininas e a mídia em geral, ao referirem-se às benesses da plástica, fazem-no sempre tendo como interlocutoras as mulheres que pertencem às camadas altas da população. É como se, na outra ponta, feiura e pobreza se misturassem num rótulo único. O efeito não pode ser mais perverso. Além de todas as clivagens econômicas e sociais que existem no Brasil, haveria essa outra: a da estética.

Entrevistada, a fotógrafa Isabel Pedrosa deu sua versão das dificuldades encontradas pelos bons profissionais ao ter de clicar

uma siliconada para revistas tipo *Playboy* ou outras do gênero:

Será que o leitor percebe que o que está vendo, admirando em fotos de mulher nua em revistas como a *Playboy*, não é o que o fotógrafo vê quando está diante daquela modelo? Será que dá para perceber que tudo é uma grande ilusão? Que não há mulher perfeita no mundo? Alguns fotógrafos contam que muitas vezes, quando olham a mulher nua a ser fotografada, pensam: "Ih! Agora dancei mesmo!". Tentam compensar todos os "defeitos" daquele corpo com truques de iluminação, focos e desfoques de lentes, filtros e toda a tecnologia ao alcance. Mas o milagre efetivamente ocorre no computador. Onde todas as "falhas" são minuciosamente corrigidas. Não há uma foto sequer, publicada nesse tipo de revista, que não tenha sido retocada, aliás, brilhantemente na maioria das vezes. Não importa se a mulher é uma garota, uma balzaquiana ou uma cinquentona: sempre há alguma "imperfeição" que é apagada. Me pergunto como essas mulheres (e seus maridos/namorados/amantes), depois de se verem transformadas pelos programas do computador, se sentem? Ficaré a frustração de não serem daquele jeito [...] A pergunta é: até que ponto as revistas vendem a fotografia de mulher nua como algo real, verídico. Até que ponto os leitores compram a revista pensando que aquilo que estão vendo não tem nenhuma interferência humana (outra que não a dos médicos, bem entendido!). E até que ponto essas imagens de perfeição impossível não interfere nos relacionamentos homem/mulher. E não minam a autoestima feminina?

Alimentação equivocada, falta de exercício e mestiçagens biológicas somam-se a outro dado da pós-modernidade para consagrar a obsessão pelo corpo perfeito: a magreza. As carnudas estrelas dos anos 1950, como Marilyn Monroe, Sophia Loren ou Anita Ekberg, foram substituídas, nos 1960, por criaturas esqueléticas. O modelo? Certa Twiggy, uma inglesa sardenta e seus epígonos: Kate Moss, Claudia Schiffer, entre outras. Nossa época lipofóbica

deixou para trás o padrão de estética burguês que associava riqueza e gordura. A estigmatização de gordas é produto do fosso cada vez mais profundo entre identidade social e identidade virtual.

A alimentação em quantidade foi substituída pela de qualidade, esta promessa de saúde e beleza. Nessa lógica, o corpo precisa refletir o controle narcísico dos apetites, das pulsões, das fraquezas. Ai daquelas que não se controlam frente ao prato de batatas fritas! Vencidas pela gula, as gordas são consideradas fracassadas, inspirando, segundo pesquisadores, imagens ligadas a “piedade” e “pena”. Tornar-se um saco de ossos parece o ideal da mulher contemporânea, que habita um mundo onde milhares morrem de fome. Regimes obsessivos associados à estética do corpo multiplicam-se em revistas femininas, que lhes consagram números inteiros com terríveis títulos do tipo: “Última chance antes do verão!”. O espelho retruca: “nunca magra o bastante!”.

A retórica sobre a magreza não pode ser mais repressiva. O resultado dessa onda é que os casos de bulimia e anorexia nervosa não param de se multiplicar entre jovens europeias. As chamadas desordens alimentares vêm mobilizando médicos de toda parte. Eles não hesitam em afirmar que a magreza é, hoje, uma questão sociocultural. A pressão de se tornar fisicamente perfeita caminha, lado a lado, com o ideal de conseguir chegar ao corpo ideal, em forma, saudável. Mesmo que à custa de atropelar calorias necessárias para uma vida equilibrada. “Jantares? Só quando convidada e mesmo assim deixou de ser um dos meus programas prediletos, pois vivo numa dieta rigorosa [...] como já disse, comer há muito deixou de ser um prazer e sim a satisfação pura e simples de uma necessidade vital. Alimento-me muito mais dos elogios que recebo”, explica uma mulher.

"Sofrer para ser bela"

Nos anos 1970, desembarcaram no Brasil, com as bonecas Barbie, numerosas máquinas e técnicas do corpo, instrumentos de um verdadeiro marketing de vivências corporais: o *body business*. Passava-se de uma estética para uma ética feminina, que obrigaria a mulher a se responsabilizar pelo próprio envelhecimento. O corpo numa sociedade de abundância industrial tinha uma nova tarefa: ser um corpo consumidor e, pior, consumidor em cada uma das partes individualizadas e cuidadas. Para as unhas, esmaltes e lixas. Para os cabelos, xampus, tinturas, secadores. Para o corpo, bronzeadores, hidratantes, sabonetes cremosos e desodorizantes.

Difundindo padrões de beleza, as imagens publicitárias de produtos nunca dantes vistos refletem-se no público feminino. De modo irônico, diz a psicóloga Joana Novaes, trata-se de um corpo que, ao buscar incessantemente sua originalidade, apaga-se no coletivo dessa busca, pois esta se transforma em regra. De maneira dramática, a busca sempre se referirá a um ideal inatingível, uma vez que as imagens veiculadas nada têm de humano, e a promessa de felicidade absoluta, plenitude e intemporalidade aí contidas empurram as mulheres para a impossibilidade de se adequar aos novos padrões estéticos. A publicidade embute, em relação a essas que não se encaixam aos padrões, uma ideologia de fracasso, de impotência perante o próprio corpo.

A indústria cultural ensina às mulheres que cuidar do binômio saúde-beleza é o caminho seguro para a felicidade individual. É o culto ao corpo na religião do indivíduo, em que cada um é simultaneamente adorador e adorado. Mas o culto não é para todos – o tal corpo adorado é um corpo de "classe". Ele pertence a quem

possui capital para frequentar determinadas academias, tem *personal trainers*, investe em *body fitness*, sendo trabalhado e valorizado até adquirir as condições ideais de competitividade que lhe garantam assento na lógica capitalista. Quem não o modela está fora; é excluída.

O artifício é inteligente em termos econômicos, uma vez que insere em outro tipo de mercado consumidor toda uma camada da população feminina privada dos serviços de academias de ginástica e de práticas dispendiosas, explica Joana Novaes. O canal de TV Shoptime e os catálogos em domicílio, com todas as ofertas a preços populares, desde aparelhos para “tirar a barriga”, cremes para celulite, pastas emagrecedoras até *steps* e esteiras domésticas, são exemplares para ilustrar a lógica de mercado. O modelo visa a gratificação imediata, prometendo à consumidora que nada lhe será negado. A beleza é vendida como uma promessa para todas!

Ter um corpo trabalhado, explica Novaes, está na ordem do dia, e não é à toa que o verbo mais empregado é “malhar”. Malhar como se malha o ferro, malhar significando o intenso esforço embutido nesse significante – trabalhar diferentes partes do corpo que precisam ser modificadas. Do joelho ao culote, do braço à panturrilha, o corpo é visto como fragmento, cada parte passível de ser reesculpida, consertada, desconectada do todo.

Questionadas sobre por que malham, as mulheres respondem:

- “Na moda atual conjugamos roupas ínfimas e corpos secos destituídos de qualquer gordura. Para meu desespero, gordinhas não são apreciadas!”
- “Para lutar contra a lei da gravidade, meu bem...”
- “Vivo em função disso. Igual a criança quando vicia nas coisas.”
- “Gostaria de ser do tipo de mulher que acredita que idade é um estado de espírito...”
- “Porque a competição hoje é foda.”

- “Isso aqui é a minha dose diária de injeção no ego.”
- “Sabe que eu me acho o máximo? Quando eu vou à praia e olho aquelas garotas de 20 anos cheias de estrias, flácidas e a bunda coalhada de celulite, e eu não tenho nada disso...”
- “Para ficar gostosa”.

A beleza moderna, longe de prometer compensação à mulher, aprofunda sua frustração e impotência em face da imagem ideal. Ela passa a ser mais algoz de si mesma, desenvolvendo uma relação persecutória contra o próprio corpo. Cada ruga, cada grama levam-na ao desespero. Aprisionada às máquinas, ao *personal trainer*, às drogas anabolizantes, essa mulher se vê como escrava da imagem de Barbies, Xuxas, Galisteus e quejandos. É cada vez mais aquilo que o outro quer, precisa ou permite que ela seja. Pior: transformada em miragem, não é o que se vê, mas o que se quer ver. A modelo carioca Marinara exemplifica, em uma entrevista, tal projeção: “Levei menos de dois anos para esculpir meus músculos e, além de musculação, gosto de dançar e pedalar. Depois dos 30 anos a mulher precisa se cuidar. A tendência é ela ter um corpo cada vez mais definido, mas é preciso saber dosar para não ganhar uma silhueta masculina. A Madonna é um exemplo de corpo ideal”.

O fim do século XX inventou um narcisismo coletivo. A beleza instituiu-se como prática corrente; pior: ela consagrou-se como condição fundamental para as relações sociais. Banalizada, estereotipada, ela invade o cotidiano através da televisão, do cinema, da mídia, explodindo num todo – o corpo nu, na maioria das vezes –, ou em pedaços – pernas, costas, seios e nádegas. Nas praias, nas ruas, em estádios ou salas de ginástica, ela exerce uma ditadura permanente, humilhando e afetando os que não se dobram a seu império.

Em resposta às questões de Joana Novaes, muitas mulheres mostram-se participantes desse modelo:

Já tomei de tudo: bomba, aminoácido, *fat burner* e, além disso, me trato com ortomolecular, onde comecei a tomar minerais, antioxidantes e vitaminas. Mas antigamente era pior, quando malhava na Radar (academia, segundo a psicóloga, situada na zona sul do Rio de Janeiro e frequentada por malhadores compulsivos). Para mim é assim: acho que a gente não tem de conviver com aquilo que a gente não gosta. Eu, por exemplo, não gostava do meu nariz; fiz plástica. Achava que tinha uma bola nos quadris, lipoaspirei o culote. Achava que tinha seios pequenos demais, virei Barbie, taquei silicone. Não queria esperar o meu cabelo crescer, coloquei um *Mega hair*. Mas hoje só consumo o que é realmente necessário, pois não dá para bancar tudo.

Outra comenta: "O meu corpo é diferente do padrão brasileiro. Pouco busto, no máximo 40; pouca cintura e pouco quadril. Um corpo sem excessos. Pernas longas, braços longos, pescoço muito longo. Se você perguntasse para um homem, ele diria preferir uma Tiazinha, ou uma Carla Perez, muita coxa, cinturinha e bundão. Eu prefiro assim...". E também: "O que não suporto é gente se lamuriando insatisfeita com o próprio corpo, mas que não faz nada a respeito. No meu caso, quando começar a sentir que tem algum excesso, vou me cortar". Outra mulher afirma: "Minha autoestima melhorou muito com esse lance de preocupação com o corpo. Mas não é só isso. É toda uma postura, uma forma de encarar a vida sempre *light*, contra o baixo-astal. Isso tudo acredito que tenha ajudado a atrair mais homens, sobretudo, os gatinhos mais jovens".

E há ainda outros relatos: "Quando venho malhar e mantenho o meu peso ideal, tá tudo azul, saio, me divirto, levo uma vida normal. Quando não, é depressão na certa, não me relaciono nem com meus filhos"; "Ah! Mas isso tudo não é para agradar os outros... é para eu

me sentir melhor comigo mesma, mais feliz. É felicidade irrestrita, entende?"; "Jamais vou alcançar Luana Piovani e Adriane Galisteu!".

Segundo Novaes, para as entrevistadas (mulheres na faixa etária entre 16 e 48 anos), "malhar" está associado à saúde, porém o conceito de saúde refere-se, ele mesmo, às melhorias estéticas. Implícita nessa associação existe a construção social de uma identidade feminina calcada quase exclusivamente na montagem e escultura desse novo corpo. Ou seja, um corpo cirúrgico, esculpido, fabricado e produzido, corpo que é centro das atenções e objeto-fetichismo de consumo.

A beleza, nesse contexto, explica-nos ela, deixa de ter como função mostrar as características essenciais das mulheres e passa, cada vez mais, a seguir modelos menos diferenciados entre homens e mulheres – o modelo andrógino. É na "bundinha definida", ou seja, no bumbum arrebitado e bem trabalhado, que se cruzam dois ideais: o de valorização masculina de beleza de uma parte do corpo e a construção social da feminilidade como corpo. Por consequência, a mulher fica diante de dois modelos inatingíveis: o primeiro referido ao modelo masculino do corpo, anatomicamente impossível de ser alcançado; o segundo, referido às modelos fotográficas.

Ora, tais corpos, como explica a psicóloga, colocam distância entre real e imaginário. Sim, pois o que as fotografias propõem são corpos idealizados, abstratos, inatingíveis e mesmo eternos – corpos que não são submetidos à dor, ao envelhecimento e muito menos à morte. O que muitas vezes poderia ser encarado como uma das maiores possibilidades do feminino, qual seja, a vivência da dor, do corpo em sua interioridade, em função da anatomia, foi sempre ocultado, não valorizado e, muitas vezes, tido como vergonhoso. Dessa maneira, em vez de se apropriar do que, até por essência, seria da ordem do feminino, a mulher contemporânea investe na

exterioridade do corpo, deixando-se aprisionar pelo mito imposto da juventude eterna – é prisioneira no próprio corpo.

Professora do Departamento de Psicologia da PUC-RJ e psicanalista, Dirce de Sá Freire Costa, ao refletir sobre as relações homem e mulher nessas circunstâncias, acrescenta:

Não é dessa mulher plastificada que ouvimos falar em nossos consultórios. Os clientes adultos masculinos nos falam de companheiras de carne e osso, ao contrário do que querem os meios de comunicação, e muito provavelmente o círculo de amigas e conhecidas que legitimam esse (falso) desejo de manterem um corpo esculpido de acordo com o modelo Barbie de consumo. As mães desses homens adultos, que exercem uma grande influência sobre suas escolhas amorosas, não partilhavam dessa estética perversa que veste com uma grande camisa de força o imaginário de suas mulheres e companheiras. Percebo uma tentativa, na maioria desses clientes, de provar para suas companheiras que estão satisfeitos com seus corpos, que chegam mesmo a achá-los belos. Mas eles não são sequer ouvidos, pois suas afirmações soam ao ouvido delas como um reles afago numa ferida narcísica, não podendo tais afirmações serem consideradas como verdadeiras.

Convertida em discurso, a beleza inunda a imprensa, confiando às imagens a representação incessante e exorbitante de suas graças. Manequins, atrizes e modelos fotográficos ditam o padrão a ser seguido diariamente. Vidas e corpos passam a fazer parte do imaginário feminino por meio de entrevistas na imprensa, biografias e sites. Não há beleza sem saúde – eis de onde vem o primado da forma, do *shape*, do *fitness*, primado chancelado por especialistas:

“O treinamento muscular”, garante um professor de musculação, “diminui o percentual de gordura. E isto faz parte de um padrão estético determinado pela sociedade moderna. Até modelos

famosas, como Naomi Campbell, estão com o corpo mais musculoso. Mas é preciso ter um mínimo de percentual de gordura para manter as curvas que agradam a maioria dos homens e evitar problemas de saúde”.

Especialista no estudo de revistas femininas, Selma Garrini diz que elas têm papel fundamental na vigilância e reconstrução do corpo feminino. Títulos imperativos repetem palavras nas capas; em todas uma promessa de milagre: “Reduza seu manequim”, “Pílulas vão deixar cabelo e corpo perfeitos”, “Emagreça andando com seu cachorro”.

“Estar em forma” é fetiche que mudou a maneira de viver e pensar, inaugurando condutas que se estendem, inexoravelmente, às camadas subalternas da população. As academias, em bairros chiques, convivem com incipientes sucedâneos em favelas, segundo Joana Novaes. A visão de classe do corpo da bela rica será, em pouco tempo, a visão de um corpo padronizado. Para concluir: o terrível é que, de maneira geral, pobres e ricas, bonitas ou feias, as mulheres parecem se condenar a ser apenas um corpo, seu corpo.

Patinhos feios

Nos anos 1980, Carmen da Silva escreveu um artigo para *Claudia*, “A arte de não ser bela”. Nele, dizia: “Há pessoas que nascem bonitas: já aos dois ou três anos de idade, seus traços encerram uma inequívoca promessa de beleza. Outras nada têm de especialmente distintivo: podem vir a ser bonitas, medíocres ou feias”. Invocando as que, ao se olhar no espelho, reconheciam que “não eram lá essas coisas”, pergunta: “Não sou bonita e daí”? A preocupação com a feiura é antiga entre as mulheres. Produtos

variados, ênfase na *coquetterie*, no charme e nos esportes foram tentativas de ultrapassar o problema.

No século XIX, só contava a beleza natural, livre de artifícios. No conto *Diana*, Machado de Assis revela o desencanto do homem que se vê cara a cara com a amada sem maquiagem: "Luís soltou um grito e recuou [...] Era que o sonho que durante dias criara e idealizara desfizera-se ali todo e de uma vez. Diana, a jovem, a bela, a sedutora mulher que tanto impressionara o advogado, era amarela, sem beleza, sem mocidade, sem encanto algum. Todos os encantos eram artifícios comprados e aplicados diariamente com uma paciência de feia pretensiosa".

Pobres feias! Não tinham sequer o direito de se retocar. O diagnóstico consolador, dizia Carmen, é que "quem vê cara não vê coração". E listava as belas infelizes: Marilyn Monroe, Brigitte Bardot e Elizabeth Taylor, cujas vidas, apesar do rosto perfeito, foram desperdiçadas. A insatisfação, insistia a jornalista, era o pior defeito. Tomar como referência padrões inatingíveis, depreciar os próprios valores, atribuir a solidão ao desgracioso nariz ou às pernas tortas só reforçavam o círculo vicioso de frustrações. Tudo bem se cuidar, tratar de melhorar o aspecto, ser faceira, mas sempre no limite do natural, admoestava. Importante mesmo era "a beleza da alma"; sim, adquirir confiança em si e "amar": amar o mundo, as pessoas, estar aberta ao outro. "Dotada da capacidade de amar, a pessoa irradia calor vital, um clima estimulante e acolhedor que chama a simpatia, a amizade, o carinho, a dedicação alheia".

Válido, o conselho de Carmen não dobrou as exigências de que as mulheres se aproximem de determinados ideais, que, apesar de mundializados, são variáveis no tempo e no espaço; porém, que seguem existindo e são ditatoriais. Com eles, revistas, telas e *outdoors* bombardeiam as mulheres; são rostos "maxfactorizados",

diz o filósofo Edgard Morin. O excesso de cirurgias plásticas os despersonalizam para superpersonalizá-los, até que encontrem a fixidez de máscaras.

A feiura é uma certeza: “Fui bela por um dia, com dezessete anos. Só o pai de uma amiga reconheceu e me disse. Fora disso, fui feia toda a vida”, diz uma personagem de romance. Por outro lado, por uma dessas artimanhas do destino biológico, a beleza tende a se extinguir com o tempo, caminhando ela também para a feiura. Consolo? A feia é amada por ela mesma, e não por seus belos olhos.

A palavra feiura, em português, vem do latim *foeditas*, que quer dizer, ao mesmo tempo, sujeira e vergonha. No francês, feiura é *laideur*, que vem de *laedere*, que significa ferir. Já no alemão usa-se *hässlichkeit*, derivado de *hass*, ou ódio. E, em japonês, feio, ou *minikui*, significa “difícil de ver”. Em uma sociedade na qual a imagem tem muito peso e a maior parte das mulheres considera que o corpo é uma mercadoria e a vitrina de suas qualidades, a televisão faz estragos definitivos. Quem desabafa é a grande atriz e diretora de arte Cristina Mutarelli:

A primeira imagem que me vem à cabeça quando pensamos no tema “a mulher na TV” é a da mulher loira, alta, bonita e magra. Essa imagem é muito forte, e aí está a Xuxa que não podemos desvincular dessa imagem. Mas antes da Xuxa, já havia a imagem americana de mulher, protagonista da televisão, das novelas e dos programas. Eu fico pensando não só na imagem dessa mulher, mas no seu comportamento. No programa matinal da Xuxa, ela falava para as pessoas tomarem café da manhã. Ela dizia: “Ah! Você é criança, você precisa crescer”! Vinha então um garçom e trazia um café maravilhoso, com sucos, geleias, queijos. Ela ia comendo e as pessoas iam ficando cada vez mais “verdes”. E ela dizia: “Isso você precisa ter na sua geladeira, você tem de pedir para a mamãe”. Era horrível.

Mas esta imagem é tão forte que, quando eu quis ser atriz, logo desisti porque pensei: uma atriz tem de ser loura, alta, bonita e magra. Aí eu olhei para mim e falei: eu não sou nada disso. Desisti então de ser atriz.

Cristina entrou em cena com o grupo Pod Minoga, que, com o Asdrúbal Trouxe o Trombone, de Regina Casé, fazia a crítica dessa imagem: "Eu fazia uma *miss*. A nossa proposta era criticar tudo o que era veiculado como imagem dominante". E prossegue:

A mulher, na televisão, ou é bonita ou é cômica. É como a televisão absorve a imagem da mulher. E, às vezes, essa comicidade serve até para criticar a própria condição da mulher que não é bonita. A comicidade está na mulher não ser bonita, não ter o padrão de beleza. Quando o Sílvio de Abreu me convidou para fazer a novela *Deus nos acuda*, ele me perguntou se eu estava gorda e eu respondi que sim, um pouco. Então ele me disse: "Emagrece porque você vai fazer novela e assim não dá".

Alvo de comentários de mau gosto de colegas, do tipo "Sai gorda, eu não gosto de mulher gorda", Cristina sublinha que as mulheres na telinha são esqueléticas, pois há uma teoria de que as linhas horizontais da TV engordam. A beleza é tão importante para o sucesso da novela que "muitas modelos são atrizes, não importa se têm talento ou não. Tem uma escolinha na Globo que ensina a falar meia hora e pronto. E já aparecem, já são lindas e pronto: já botam biquíni". Quanto às atrizes negras, Cristina lembra que seu papel, ao final dos anos 1990, era sempre de escrava ou empregada doméstica.

A realidade bate de frente com a imagem da TV. As brasileiras são gordas. Os números alarmam os departamentos de saúde pública: 51% da população nacional tem sobrepeso, sendo mais da metade desse universo constituído por mulheres. Destas, em 2009,

48% acima dos vinte anos estavam acima do peso e 16% foram consideradas obesas; mais de 4% – o dobro dos homens – como “obesa mórbida”. Além de gordas, são mestiças, morenas, de cabelos crespos e negros. Nada têm a ver com a Barbie da telinha. O impacto de apresentadoras de programas infantis, todas loiras, altas e magras, na massa de meninas mulatas e negras é perverso. Elas são vítimas do que a psicanalista Maria Rita Kehl chamou de “o Grande Outro: a mídia sem rosto”.

Os gordos, explica o psicanalista Charles Feitosa, são os “novos feios”. São tratados como desviantes, fruto de “maus costumes”. Disse-lhe uma paciente: “Meus amigos não dizem na minha cara, mas já deixaram escapar diversas vezes a repulsa que sentem ao verem pessoas gordas na praia”. O riso, modo de agressividade expresso na forma de escárnio, destitui a gorda de qualquer valor; dessexualiza o corpo: “Quando uma gordinha se aventura a entrar numa boate ou andar pela rua com uma roupa sensual, tem de fingir que não percebe os risinhos, os cochichos, ser alvo das pessoas apontando na rua como se estivessem numa apresentação de circo, onde são apresentadas coisas exóticas... Se não estivesse acostumada a fingir que não percebo a reação das pessoas, viveria trancafiada dentro de casa e não sairia à rua para nada”, confessou-lhe outra paciente.

De fato, muitas sentem vergonha de celulites e estrias, inclusive as mais jovens e magras, e, por isso, não usam shorts nem biquínis. Muitas só fazem sexo de luz apagada, e outras, ainda, passam a vida reféns de regimes malucos. Se no passado gordura era formosura e magreza, sinônimo de doença, tudo mudou. Antítese do belo, a feiura parece ser algo a ser melhorado ou eliminado em nossa sociedade. Que o diga o professor de ginástica, quando interpela a aluna: “Vai, gordinha, que você chega lá”. O que diria se ele ouvisse

a bela cantora Gaby Amarantos: “Meu peso não me incomoda. Isso só incomoda aos outros”?

E Feitosa conclui:

Beleza e feiura não é questão de gosto de cada um. Está na época, no momento em que se vive. Essa superpreocupação com as transformações do corpo para se adequar a certos padrões refletem um contexto, um momento, em que a técnica da medicina está dando condições para a gente conseguir produzir esse corpo idealizado, perfeito, e isso não é questão de uma pessoa específica, e sim de um momento cultural. Eu acredito que isso tem a ver com certa dificuldade do ser humano de aceitar a sua própria finitude e que tem um corpo transitório, que envelhece, se modifica e morre. Já passamos por alguns momentos da história em que as pessoas conviviam melhor com essa fase da vida.

Nos Estados Unidos, uma estudante obesa foi expulsa de uma escola de enfermagem por “dar mau exemplo aos pacientes”. Empregadas no comércio são despedidas por ganhar peso ou não se maquiar. Estudos revelam que pessoas mestiças ou não brancas são percebidas como “feias” e, por consequência, consideradas “menos competentes, menos inteligentes e menos dignas de confiança”. Esse tipo de discriminação encobre outras, de ordem racista, e o estereótipo anglo-europeu pesa fortemente na construção dos ideais de beleza. Estados como o de Michigan e seis cidades norte-americanas, entre as quais San Francisco, já têm leis antidiscriminatórias. Suas vítimas recorrem cada vez mais aos tribunais.

Pesquisas revelam também que investimentos na melhora do aspecto físico superam os que se direcionam a um diploma universitário. Os belos ganham quase 10% a mais do que os feios, contrariando a premissa de que as aparências não importam. O mais

surpreendente é que opiniões, em diferentes partes do mundo, coincidem sobre quem é ou não atraente. Mulheres menos atraentes ganham 6% menos nos Estados Unidos; 11% menos no Reino Unido; e 31% menos em Xangai. Estatura maior acompanha aumento de renda e quem tem dentes melhores ganha mais!

E pensar que, nos anos 1960, o grito de liberdade das mulheres era: "Nosso corpo nos pertence"!

Magra como um palito!

Os desfiles de moda não deixam dúvidas: a sociedade brasileira ficou "lipofóbica": odeia a gordura. Por um lado, a cultura de massas, produtora de milhares de imagens, estimula-nos a admirar e invejar corpos jovens e magros. Por outro, a medicina vê na obesidade um problema de saúde pública, procurando, em resposta, impor um "peso teórico" ideal. Quantas revistas femininas não ajudam a calculá-lo? "Multiplique a altura pelo peso e raiz quadrada de X...". Enfim, o resultado é só frustração! Os corpos verdadeiros, os reais, correm, por sua vez, desesperados atrás dos modelos sonhados. Longe estamos dos tempos nos quais as formas cheias eram benquistas e bem-vindas. Não faltaram poetas como Manuel Bandeira, a cantar o sonho de sereias redondas a nadar nas águas translúcidas do Capiberibe, em Recife. A gordura já esteve associada a saúde, prosperidade e respeitabilidade.

A magreza, por sua vez, remetia à doença, à consumição, à tísica, anemia e clorose: doenças que enfeavam e matavam homens e mulheres. Pior: a magreza tinha uma conotação psicológica – remetia a mesquinharia, avareza ou ambição desenfreada. Não faltam exemplos na pintura e na literatura nos quais os maus são

sempre magros, esqueléticos, as mãos em garra, a fisionomia enrugada. Havia algo pior do que ser chamado de “seco de tão ruim”? Informações como essas apenas confirmam que esculpimos o corpo de acordo com a cultura na qual estamos inscritos; que a definição social do corpo ideal mudou ao longo dos tempos.

Mas será que o desejo de ser magro e a reprovação da gordura são fenômenos exclusivamente modernos?

Dois especialistas, Cibelle Weinberg e Táki Cordas, demonstram que não. Afirmam que, pelo contrário, há uma longa tradição de abstinência alimentar no mundo ocidental cristão – abstinência que pode ser parcial, total, episódica ou permanente. A origem? A mística religiosa, que previa que, se o corpo fosse o único obstáculo à salvação eterna – pois é ruim e sujo –, melhor fazê-lo desaparecer. Daí um número infinito de martírios aos quais os fiéis se impunham na perspectiva de ganhar os céus, para que o corpo se tornasse alma; para desencarnar. O caminho mais rápido? Parar de comer.

Desde a Idade Média, a privação alimentar era a punição mais imediata. Havia gente que jejuava à base de pão e água. Outros misturavam pão velho a cinzas, molhando-o nas águas sujas que escoavam das bacias dos conventos. Ingerir líquidos fétidos era outra forma de privação. Engolir só hóstias consagradas, outra. Vivo, o místico preparava a própria morte. A abstinência lhe dava a sensação de ser mestre, e não escravo, do corpo – era o espírito dominando a carne. Essa era uma maneira anoréxica de se estar no mundo, com o simples objetivo de escapar dele. A anorexia mística era uma maneira de se aproximar de Deus, afastando-se dos homens. E via-se, nessa domesticação das necessidades físicas, uma manifestação de santidade.

No século XIX, as razões psicológicas da anorexia começaram a ser mapeadas. Nasceu nessa época, e com o auxílio da fotografia,

uma medicina das deformidades, a anorexia sendo uma delas. Certo olhar eugenista e racista obrigava as anoréxicas a comer; impunha que as doentes ingurgitassem enormes quantidades de comida, enquanto a moda ditava formas firmes e ágeis, resultantes da introdução do esporte na vida feminina. Hoje, a anorexia continua a se transformar. Místicas, cloróticas e anoréxicas são apenas uma parte de uma imensa constelação ainda não totalmente conhecida. Longe das beldades arredondadas que foram nossas avós, a magreza que antecede a anorexia está em todas as imagens que nos cercam: magnificada, onipresente, um verdadeiro suporte para todas as mercadorias. Nua, lisa, sem dobras, bela, corrigida, maquiada, quase deificada, ela reina. É suporte natural para a sedução, o desejo e a sensualidade. Os corpos magros são jovens, belos e... vazios! Diferentes do corpo das místicas, plenos de fé, sua evidência está ligada apenas ao consumo. Mas até quando?

Contra a submissão

Nos países desenvolvidos, a vaga feminista dos anos 1970 foi realizada por mulheres brancas, de classe média e de nível superior. A agenda do movimento foi constituída com base em necessidades e experiências das próprias mulheres. Nela, a palavra "submissão" aparecia repetidas vezes. A luta era "contra" – contra a submissão imposta por maridos, patrões, amantes, pais e irmãos.

Referido a obediência e sujeição, o vocábulo se popularizou no século XVII. Antes, contudo, o tema já havia sido pensado. Entre 1530 e 1563, o francês Etienne de La Boetie escreveu uma obra, *Discurso da servidão voluntária*, em que analisava uma questão muito avançada para a época: por que se obedece a um mestre, que

por vezes é um tirano? Muitas respostas: o hábito, que fazia as pessoas acreditarem que obedecer é natural; a admiração pelo poder, a esperteza do mestre em distribuir favores, sossegando os descontentes. A obra foi fundamental para demonstrar que as pessoas se submetem porque querem, e, muitas vezes, ainda tiram vantagens da submissão. O tema foi retomado ao longo dos séculos. Até Freud o analisou em livro publicado em 1921: *A psicologia das massas*.

Os estudos sobre a submissão datam de uma época em que a palavra "autoridade" tinha algum sentido. O poder de pais, maridos e instituições era forte e sua autoridade, legítima. Quem contestava o da Igreja ou o das Forças Armadas? Mas e quanto a hoje? Há décadas, sociólogos e psicólogos concordam que assistimos ao declínio da autoridade – na família, na empresa ou na escola, a democratização roeu as bases das antigas hierarquias.

E se tudo isso fosse uma ilusão? E se, por trás das aparências de liberdades conquistadas, muitas delas graças às feministas, novas formas de servidão tenham se imposto? Não vemos mulheres "liberadas" se submeterem a regimes drásticos para se conformar a um único modelo físico, o de tamanho 38? Não as vemos se infligir sessões de musculação nas academias, empanturrando-se de todo o tipo de anabolizantes? Não as vemos se desfigurar com as sucessivas cirurgias plásticas, negando-se a envelhecer com serenidade?

Se as mulheres orientais ficam trancadas num espaço determinado, o harém, as ocidentais têm outra prisão: a imagem. E são açoitadas para caber nela: eternamente jovens, leves e saudáveis – uma armadura que em tempos de globalização irradiava-se por todo o planeta. Tamanho grande? Só no fundo da loja. A energia que as mulheres consagram ao corpo para não deixá-lo

enrugar nem engordar é impressionante. E tudo para entrar em outro cárcere: o do olhar masculino. “Os homens olham as mulheres. E as mulheres se olham ser olhadas”, diagnosticou o sociólogo John Berger. E a feminista Naomi Wolf cravou sem dó: “A fixação sobre a magreza feminina não é expressão de beleza da mulher, mas de obediência feminina”. Se ainda existem mulheres engajadas em lutas, vale lembrar esta, contra as novas formas de submissão – *contra* o servilismo moldado pela mídia, pela televisão, pelos *outdoors*. Quem sabe isso ajude a pensar esse trágico erro: o de que só o corpo pode falar a linguagem da sedução.

“Mutante: ai de mim que sou assim...”

Más notícias na entrada do século XXI: as mulheres continuam submissas! De quase nada adiantou a propalada revolução sexual, a queima de sutiãs em praça pública, a difusão da pílula. É como se quiséssemos continuar como as eternas representantes do “sexo frágil”, a quem tudo se impõe.

E como envelhecer, quando tudo que nos cerca – o *outdoor*, a televisão, as fotos na revista – é construído de forma a negar o envelhecimento, definido, em nosso tempo, como sinônimo de perda? Os sociólogos têm denunciado o fato de que vivemos um terrível paradoxo: a possibilidade oferecida de, enfim, prolongar os dias é vivenciada como algo negativo. Moldada em torno de valores como progresso e juventude, nossa sociedade lida mal com o número crescente daqueles que, envelhecendo, beneficiam-se de um alongamento sem precedentes da esperança de vida.

Os efeitos dessa constatação entre as mulheres são perversos. Na maioria, elas investem tudo o que podem na aparência exterior.

O modelo de Giseles e Xuxas parece não deixar opção: não há limites para continuar magra, turbinada e vitaminada. As cirurgias plásticas, no entender de uma conhecida atriz, tornaram-se uma questão de "higiene". Ora, a identidade corporal feminina está sendo condicionada não pelas conquistas da mulher no mundo privado ou público, mas por mecanismos de ajuste obrigatório à tríade beleza-juventude-saúde.

Pode não parecer evidente, mas as relações com o corpo revelam o tipo de identidade que estamos construindo. As revistas femininas nos ensinam que vivemos um momento ideal de "otimismo". "Que idade? Jovem!" O anúncio acompanha o produto antirrugas com o rosto sorridente da mulher de idade indefinida. A foto resume bem essa disposição para fazer com que a idade madura pareça o fim da história – nada existiria depois dela, nem mesmo aquele país cinza, da cor da cabeça de nossas avós. A mídia, por sua vez, cauciona essas teses sem nenhum pudor. Argumentos publicitários, produtos de beleza e medicina vulgarizada nas revistas são os mecanismos sutis, mas extremamente repressivos, que agem sobre o corpo feminino. Bom seria começar a ter uma posição crítica em relação a esses discursos, tão mais perigosos quanto se moldam ao cotidiano, fazendo-nos confundir normalidade com banalidade.

Mulheres no país das cabeças brancas

Para muitas, a velhice é um tema que provoca arrepios. Palavra carregada de inquietação e angústia, também representa uma realidade difícil de capturar. Quando é que se fica velha? Aos 60, 65 ou 70 anos? Nada mais flutuante do que os contornos da velhice, vista como um conjunto complexo fisiológico-psicológico e social.

Temos a idade das artérias, do coração, do comportamento? Ou enxergamos a idade no olhar dos outros? Enfim, a única certeza é que desde que nascemos começamos a envelhecer, embora o façamos em velocidades diferentes. O modo de vida, o ambiente, a situação social aceleram ou retardam a evolução biopsicológica, e entramos na terceira idade em idades muito diferentes. Sobre o envelhecimento feminino, poucos tiveram a graça de Nelson Rodrigues, que dizia: “na intimidade da alcova, ninguém se lembraria de pedir à rainha de Sabá, à Cleópatra, uma certidão de nascimento”!

O Brasil está envelhecendo, e as mulheres, junto. Já se observam mudanças. Antes marginais, hoje elas são a espécie mais comum de cidadãos. A idosa em boa forma, sábia e experiente cada vez mais faz parte da publicidade: oferece máquinas de lavar, passeios turísticos, seguros de vida e outros produtos. A medicina se debruça sobre os problemas específicos dessa clientela; economistas se inquietam diante do aumento de aposentadorias; e os demógrafos se desolam com uma pirâmide de idade invertida – mais velhos, menos jovens –, que aponta, a médio prazo, um país cheio de rugas. O Estado também vai tomando consciência da amplitude da situação e, com a lentidão habitual, começa a pensar nela.

Segundo o IBGE, em 2009, elas representavam 55,8% das pessoas com mais de 60 anos e 56,7% das com mais de 65 anos. A população de brasileiras na terceira idade não cessa de crescer. Mas desde quando mulheres são consideradas “velhas”? Muitos autores reconheceram, na virada do século XIX para o XX, o momento em que, em vez de imaginar que o acúmulo dos anos traria experiência, a última etapa da vida passou a ser associada à ideia de decadência. O que era novo passou a ser glorificado, e o velho, recriminado. Um exemplo? De um lado, o Império, dom Pedro II com as barbas

brancas e a esposa, Teresa Cristina, enrugada e manca. E, do outro lado, a República, constituída por jovens jornalistas e políticos, usineiros e industriais. Era a modernidade contra a tradição. Até aquela época, a velhice não passava de uma condição de algumas poucas pessoas, uma vez que a mortalidade era muita alta e a esperança de vida, baixa: menos de quarenta anos em 1930, e cinquenta anos em 1950.

Como eram as velhas? Memorialistas como Júlio Bello viam na chegada dos quarenta anos os sinais da tristeza mais profunda, da velhice mais doída. Dos engenhos nordestinos onde cresceu, o escritor guardava a lembrança de tias metidas na “disciplina dos conventos”, “senhoras sem alegrias, que nunca foram moças com as ilusões e os prazeres da juventude”. Se casadas, murchavam logo por conta dos partos sucessivos. Aos vinte anos eram “matronas veneráveis”, conta. Se solteironas, viravam “maracujá de gaveta”; secas. Assim como a “tia Cândida: [...] severa, rígida, autoritária, intolerante, cheia de excessivos melindres e implicâncias quanto à decência e à moralidade de sua casa, de sua família, de seus escravos e dependentes”.

Graciliano Ramos, em relato sobre sua infância, também dá notícia de uma avó: “grave, ossuda, tinha protuberâncias na testa e bugalhos severos. Anos depois contou-me desgostos íntimos: o marido, ciumento, afligira-a demais. Só aí me inteirei de que ela havia sofrido e era boa, mas na época do ciúme e da tortura não lhe notei a bondade”.

E de uma negra, egressa da senzala, imagem de uma velhice sem paz. Geniosa e temida pelo temperamento forte, “andava cambaleando”, mas fazia “trabalhos duros de homem”. No dia a dia, “zangava-se facilmente e endireitando o busto franzino de virgem murcha, uma coragem feroz, a sacudi-la, despia a subserviência

hereditária. E rugia: a escravidão era coisa do passado. Morreu como viveu: trabalhando”, relata o escritor, “[...] de supetão, vomitando sangue debaixo do jirau onde se acumulavam frigideiras, mochilas de sal, réstias de alho.”

O retrato da velhice feminina varia segundo diferentes camadas sociais. Quem pode pagar o *home care*, a acompanhante, o massagista, remédios e ter um seguro saúde eficiente tem velhice mais cuidada. Bem diversa é a velhice da mulher dependente e sem recursos.

Mudou também a maneira de falar em envelhecimento. Nos anos 1970, Carmen da Silva perguntava-se sobre como enfrentar a nova fase da vida, então chamada “idade madura”, a “antessala da velhice”: “E quando a gente menos espera, completou 40 anos. Pensando bem, ninguém teria de surpreender-se com isso: já se sabe que o tempo passa. O tempo *passa*? [...] E quando chega a idade madura, a gente se recusa a crer: ah, esses anos traiçoeiros, sorrateiros, que foram se empilhando sem que a gente se quer percebesse: quarenta, eu não tinha me dado conta que eram tantos assim!”.

E recomendava um “exame sereno, livre de preconceitos”. Recomendava pensar, não no que a vida tirou, mas naquilo que ela ofereceu. Positiva, aconselhava: “sempre existe a possibilidade de compensar falhas e déficits daqui para frente”. O importante era acomodar-se à meia-idade sem angústias artificiais. Era preciso reconhecer alguns limites. Ninguém acordava mais “fresca como uma alface”. As “extravagâncias amarfanhavam o rosto e amorteciam o olhar”. Mas uma mulher saudável podia realizar muitas proezas, mesmo sabendo que a “fonte não era inesgotável”. O importante era não valorizar excessivamente as perdas da beleza física: “A *cútis* já não pode enfrentar sem cosméticos a crua luz do

dia, o contorno do rosto vai perdendo a nitidez, as pálpebras começam a se empapucar, o busto a cair, a cintura a espessar-se; o que era suave arredondamento torna-se compacto, o que era esguio vai se tornando anguloso. A modificação é tão lenta que a própria interessada nem nota”.

É preciso o comentário maldoso de uma amiga ou a franqueza de alguém simplório, como uma doméstica, para encarar a realidade, conta-nos Carmen: “A senhora deve ter sido muito bonita no seu tempo”! Mas a jornalista não desistia. Animava as leitoras. O importante era ter segurança, amor no coração, buscar o equilíbrio:

É no terreno psíquico e mental que se manifestam os saldos positivos da idade. Aos quarenta anos bem vividos já não têm lugar os passos em falso, a desorientação sobre a própria personalidade, a confusão sobre o papel que nos cabe desempenhar no mundo. A mulher quarentona que não tenha permanecido imatura já superou inibições, receios e constrangimentos, sente o solo firme sob os pés e a tranquila certeza de haver no universo um lugar que ela conquistou e que só a ela pertence [...] sabe que não foi amada como uma linda boneca, mas como uma pessoa singular, condição que os anos, em vez de roubar, reafirmam e acentuam. Mereceu seus quarenta anos e saberá vivê-los como prêmios e não como maldição.

Sábina Carmen da Silva!

“Segredo indecente do qual se fala com vergonha”, definiu a escritora Simone de Beauvoir, a velhice representa ao mesmo tempo o sucesso da medicina, capaz de prolongar vidas, mas também seu fracasso, pois não consegue deter o quinhão de dependência e sofrimento que chega com ela.

Sem "coitadismo"

A expressão do título é da cantora Gaby Amarantos, e critica aquelas que morrem de pena de si mesmas. Na contramão do coitadismo, há milhares de brasileiras na terceira ou quarta idade. A idosa é sobretudo uma lutadora. Há muitas que não se resignam a reduzir a atividade física ou o trabalho físico e intelectual: "Posso desejar desejos bastante bons de viagens e ajudar minhas filhas quando elas precisam", diz uma professora aposentada. Outra, pintora, dá aulas numa escola particular e no ateliê, complementando a renda da aposentadoria. A maior participação de mulheres com mais de sessenta anos no mercado de trabalho indica que elas estão com saúde.

Outras encontram na dança de salão, no teatro, na filantropia, no jogo de cartas, no artesanato, nas palavras cruzadas seu desafio. As atividades escolhidas, direta ou indiretamente, são o símbolo da juventude, dizem gerontologistas. Muitas optam pela ginástica, pelo Pilates ou Tai Chi Chuan. Nas cidades, onde há espaços públicos para práticas de exercícios, elas são visíveis. Os grupos se movimentam com extrema delicadeza; os corpos se dobram aos movimentos impostos pela professora. Na coleira, cães atentos observam as donas. Seguem com os olhos aflitos o balé possível dos corpos. Nas mesas de cimento, o jogo corre solto. Uma cesta pousada no chão garante o lanche, que será repartido. Algumas preferem caminhar – não importa como – juntas. Outras o fazem também, mão na mão do companheiro.

Nessa fotografia, o tempo é outro. Lento, ele perturba os ritmos da cidade, mergulhada em velocidade. Fora dessa tela macia, a rapidez triunfou como forma de conquista do espírito e da civilização. Onde os pássaros outrora voavam, hoje domina o jato.

Sob monstruosos abismos marinhos, pairam engenhocas flutuantes. Na terra, tudo foi criado para anular o passo cadenciado e firme do homem. No terreno metafísico, a velocidade poderia ser pensada como fator auxiliar da vitalidade. Ser rápido significa estar vivo “mais tempo”. A rapidez, assim como o primeiro passo na Lua, marcou a chegada a um novo mundo. Uma fratura separa o mundo lento do acelerado.

Na outra ponta, idosas criam frequentemente os netos. Guardam a casa, para filhas ou noras trabalharem. São chefes de família, fardo da mulher pobre desde sempre. Outras, mais domésticas, contentam-se em receber para o almoço de domingo, em cozinhar guloseimas, costurar e fazer tricô. Organizam a aposentadoria de modo a tentar não deixar faltar nada. Lembram a agenda de aniversários, festas religiosas e datas como o Natal e a Páscoa. São elas a memória do tempo que passa e daqueles que vêm e vão: nascimentos, casamentos e enterros.

Todas correspondem a uma parcela da população brasileira, à qual é negada a visibilidade social. Não rebolam nas revistas nem nas telas; não precisam de bisturis nem de silicone. Têm outra beleza, imune à velocidade excessiva, lúdica e trágica. Cada ruga conta uma bela história de vida. São nossas velhas. Somos nós, amanhã, herdeiras, infelizmente, de uma sociedade cujos valores mais importantes são a juventude e o progresso.

Inventado nos anos 1960, o conceito de “aposentadoria” permitiu empurrar para bem longe as verdadeiras marcas da idade. O futuro renasceria cor-de-rosa. Atividade, dinamismo e vitalidade seriam a tônica de segundas carreiras escolhidas para participar, outra vez, da corrida da vida. Há, contudo, um momento em que se chega ao país das cabeças brancas. Embora sua população aumente nas estatísticas, não temos para ela serviços nem projetos. Pior. Na terra

dos “mais turbinados”, eles significam “menos”: menos capacidade física, menos vivacidade intelectual, menos tudo.

Muitas dessas mulheres não estão em parques, jardins ou praias, mas dependentes e condenadas a receber, de outrem, o que lhes falta. Ler, contudo, esse momento da vida como um acúmulo de perdas é um equívoco. A velhice, ao contrário, é uma rica e longa história de singularidades. Em nossa louca corrida, o valor simbólico da idade só pode ajudar a aprender a envelhecer. Chega de eufemismos tipo “quarta idade”, que só revelam nossa angústia diante de um processo ao qual podemos e devemos dar um sentido. Caminhemos, sem medo, para a lentidão – lentidão que, como diz o filósofo, esposa a eternidade.

Histórias sobre a velhice

O historiador francês George Minois fez um estudo sobre os idosos na sociedade inca do Peru. Ele descobriu informações interessantes sobre o envelhecimento em outra sociedade. O Estado inca, que funcionava como uma espécie de grande família do chefe inca, procurou atribuir um papel especial aos idosos. Sociedade extremamente organizada, cada um tinha ali seu papel, como as formigas em um formigueiro. Embora antes do século XII os indígenas matassem e comessem os velhos, a partir da conquista do chefe Manco Capac, nesse século, uma nova organização foi estabelecida, oferecendo aos idosos toda a segurança. Recenseados a cada cinco anos, eles eram repartidos por idade: dos cinquenta aos setenta, dos setenta aos oitenta ou mais, demonstrando que a longevidade era normal. Havia a classe dos que “andavam com facilidade”, dos “desdentados” e dos que só queriam comer e dormir.

Registros da Igreja católica em certos vilarejos, a partir de 1840, comprovam que existia uma forte proporção de centenários que fumavam, bebiam e tinham uma surpreendente atividade sexual.

Numa sociedade sem escrita, os idosos possuíam o papel de arquivos vivos. Eram conselheiros de soberanos, e cada tribo enviava ao chefe inca um conselho informal, a fim de guiá-lo em suas decisões. As mulheres idosas tinham o papel de médicas, enfermeiras e parteiras. Eram também sacerdotisas no templo do Sol, em Cuzco. Os idosos do povo eram cuidados pela comunidade. Os lavradores trabalhavam suas terras gratuitamente e lhes levavam alimentos. Recebiam também grãos dos armazéns do chefe inca. Um tributo especial, na forma de corveia, ou seja, de trabalho obrigatório, consistia em fabricar roupas e sapatos para os idosos, que estavam também livres de pagar impostos a partir dos cinquenta anos. Uma sociedade assim foi apresentada como utópica aos europeus, tendo efeito importante na imaginação de homens e mulheres entre os séculos XVI e XVIII. Segundo essa sociedade, cada um tinha um papel que era exercido em benefício da comunidade. Não é à toa que os europeus acreditavam ter se escondido a flor da juventude, aquela que Deus teria plantado no paraíso terrestre, nas montanhas andinas: exatamente entre o Peru e o Equador.

Amores de outono

Em nossa história, houve um famoso amor de outono. Quem o encarnou foram dois personagens: dom Pedro II e a condessa de Barral. Ela tinha nove anos a mais que ele. Dedicaram-se um ao outro durante 34 anos. Ao final da vida de ambos, o imperador, já no

exílio, hospedou-se no castelo dela, em Voyron. Diariamente, depositava à porta do quarto da dona da casa um ramalhete de flores do jardim. Dom Pedro II mesmo as colhia. À noite, liam juntos e dialogavam na frente da lareira. As “conversinhas”, dizia ele com encantamento, eram intermináveis. Luisa de Barral, por sua vez, tomava as mãos dele entre as suas e, com delicadeza, as massageava. Eram tempos em que as pessoas “não davam”, mas “se davam”. E o amor era feito de outra gramática: um nó na garganta, um suspiro, um rubor. E tudo estava dito.

Uma das conquistas do último decênio foi a valorização da “melhor idade”. Com a chegada do Viagra, em 1998, casais de cabeça branca puderam prolongar, com carinho, as outras conversinhas. Foi o fim dos retratos em que os mais velhos pareciam tão sisudos. Sem vergonha das imperfeições, despiram-se na vida privada, pois a possibilidade oferecida pela medicina de prolongar os dias com qualidade não era mais vivida como um problema, mas como um desafio. E muitas aproveitaram. Sua sexualidade não era mais resumida ao ato sexual, e sim a algo mais amplo: “é o impulso de vida, é a energia que te leva para frente”, dizia a psicanalista Maria Elvira de Gotter. A maioria não quer casar, só beijar na boca, explicava a socióloga Miriam Goldenberg.

O tempo, como canta o poeta, transforma as formas do viver. Por vezes, com voz inaudível e deformada pela passagem dos anos, os amantes de outono falam desse tempo em que, com olhar distanciado, podem deixar vir a si todas as coisas, até mesmo as do coração. A partir deste limite, seu tíquete não é mais válido? Puro engano. Aceitar as perdas, substituindo-as por alegrias; tentar se libertar do passado para viver o presente ou preservar uma maneira de amar e de criar dão nova dimensão a essa fase da vida – fase, aliás, que tende a se prolongar. Os resultados da pesquisa com

genoma estão aí para nos deixar mais longevos; para nos dar mais gás e incentivar a organizar um outro momento.

Diante dessas possibilidades, é preciso redesenhar essa estação da vida com novas cores. Erigir outra bandeira que não seja a da renúncia. Descobrir os valores da terceira idade: a importância das pequenas coisas, aparentemente insignificantes. Os momentos de contemplação e de companheirismo. A partilha de responsabilidades parentais ou outras. O prazer de estar junto e compartilhar parcerias. E, por que não, o amor. Um amor como o do casal Pedro e Luisa, feito de delicadeza. Afinal, os corações não envelhecem nunca.

Solidão

Mulheres e solidão têm andado de mãos juntas. As razões são múltiplas. Elas são, segundo os censos demográficos, maioria nas grandes cidades. A entrada de um enorme contingente da população feminina no mercado de trabalho afastou-as do ideal de nossas avós: casar, viver ao lado do “maridinho” e ter muitos filhos. Muitas ficaram viúvas, divorciaram-se, são mulheres sós. Outras, mesmo ao lado de alguém, sentem-se solitárias. Esmagadas pela teoria do *happy end*, exportada com a cultura norte-americana, buscam com insistência um final feliz para si próprias.

Passar o tempo, enganar a tristeza ou o tédio são subterfúgios corriqueiros para evitar a todo preço a experiência banal e violenta que tantas temem. A solidão, contudo, sempre foi um grande tema literário. Está nos romances, nas novelas, na letra da música popular. “Ah... Mas eu preciso aprender a ser só”, choraminga a voz da bossa nova. Incrível é que as mulheres raramente se dão conta de que a solidão é sinônimo de liberdade, aquela a que tanto aspiramos, mas

que nos torna responsáveis frente ao tempo de que dispomos para estar sós. Mas o que fazer dessa perigosa liberdade para que a tristeza aí também não se instale?

Se consideramos a solidão como o maior dos males, expressão de um vazio interior que é preciso preencher, é possível, como sugerem os filósofos, fazer de um inimigo um aliado, e refletir sobre um sentimento familiar, mas sem glória; acordar-lhe um lugar menos negativo. Tratar, enfim, da solidão sem destilá-la.

Não se fala aqui da solidão na qual não se sabe o que fazer de si própria; na qual se erra, sem destino, e sim de um desses momentos saboreados, que podem ser exultantes mesmo sendo dolorosos, nos quais, depois de ter se concentrado por longo tempo, o espírito se abandona e vagabundeia, pulando de ideia em ideia, percorrendo preguiçosamente várias opções sem saber qual a melhor para escolher. Ganhar ou perder tempo, nessas horas, dá no mesmo. Muitas mulheres, depois de décadas de dedicação ao marido, aos filhos e à família, descobrem-se sós. E felizes. Podem se dedicar aos projetos pessoais. Passam então a investir no próprio prazer. Vão estudar, viajar, caminhar. Tornam-se mais seguras, confiantes, autênticas. Perdem o medo de ser livres.

Nas grandes capitais do mundo, mais e mais pessoas vivem sós. Em Nova York já são 50% da população. Alemanha, Reino Unido, Japão e França têm proporções ainda maiores de lares habitados por um só morador. Estar só não significa estar celibatário.

A jornalista Ana Cristina Reis é praticante de casas separadas: “Minha geração é a do seriado *Friends*; casa-se porque se apaixonou ou se casa porque não sabe ficar sozinho ou não se casa *at all*. Amigo costuma ser mais divertido que marido – a gente não precisa ficar sete dias colado no amigo”, explica. Na outra ponta, segundo o

IBGE, em 2011 já são mais de 3 milhões de maiores de sessenta anos morando sós por escolha ou condição.

É importante lembrar que a solidão pode ser extremamente fecunda. Einsten gostava de se isolar num veleiro, *Heisenberg*, e caminhava sozinho pelas montanhas. Sem cair no exagero, vale dizer que a solidão pode ser extremamente criativa. Para aquelas que evitam tomar a medida da própria fragilidade, o vazio, num momento de solidão, pode aparecer como algo detestável. Pode mesmo ser confundido com doença, depressão, e ser mascarado por remédios. Inversamente, para quem costuma desconfiar das próprias certezas, das verdades estabelecidas e mesmo das próprias dúvidas, o monstro torna-se familiar, costumeiro e como que aprisionado. E aí, por que não dizer, sem medo: “Bom dia, solidão”!

Ontem, a melancolia...

“Estou desde há algum tempo numa melancolia realmente negra”. E na confissão a uma amiga: “Eis que não se passa um só momento sem que eu não lamente vivamente ter-me privado de vossa companhia, verdadeiro consolo nas horas de melancolia, à qual infelizmente tenho demasiados motivos para estar sujeita”. As palavras são de nossa primeira imperatriz, Maria Leopoldina da Áustria, a primeira mulher de dom Pedro I. Mãe de sete filhos, dos quais apenas três sobreviveram, foi esposa infeliz, traída pelo marido em tempo integral.

Leopoldina sofria de melancolia – indisposição da alma à qual inúmeros homens e mulheres foram e são confrontados. Seu pai sofria do mesmo mal. Artistas e escritores dela deixaram descrição. Reis, rainhas ou súditos não estavam imunes ao sentimento

associado à presença da bile negra no corpo. Acreditava-se que ela se originava de ilusões e paixões tristes.

O remédio? Divertimentos, jogos e ingestão de pós extraídos da pedra bezoar, um raro produto achado no estômago das baleias. Sintomas? Corpo lânguido, sentimento de solidão, tristeza, angústia. Na época em que as queixas de dona Leopoldina se acumulavam, o romantismo fazia sua aparição. Nele, uma linha de pensadores associava a paisagem e a natureza aos estados d' alma. Rousseau ou Edmund Burke, cada qual à sua maneira, faziam referências aos sentimentos que, comparados a marés, avalanches e tempestades, a alma deveria superar. A contemplação de cascatas, florestas e rios era incentivada. Tais formas da natureza eram consideradas exemplos sublimes, capazes de criar um sentimento melancólico muito poderoso. Por exemplo, a beleza triste de uma noite de luar, anunciando o repouso e a morte, deveria ser também momento de meditação e isolamento. Quem diria que tais momentos de melancolia doce ou furiosa – existiam os dois tipos – não atacavam a imperatriz quando ela se via, ao entardecer, ouvindo piar a coruja, nos solitários arredores do palácio de São Cristóvão?

Segundo os médicos, a jovem imperatriz revelava um temperamento flutuante, doloroso, sonhador e nostálgico. O rosto trazia as marcas do cansaço do mundo, do tédio da vida. Na família, ninguém viu que Leopoldina se entregava. Dez anos depois de casada, aos 29 anos, não queria mais viver. A cada esperança renovada, encontrava uma decepção.

A dona de olhos azuis, obesa e cor de creme que chegou ao Brasil em 1817 fechou os olhos em 1826. Mas, antes de morrer, em carta à irmã, acusou: "Há quase quatro anos, minha adorada mana, como vos tenho escrito, por amor de um monstro sedutor me vejo reduzida ao estado da maior escravidão e totalmente esquecida do

meu adorado Pedro". Pela última vez, confessou sua solidão e abandono. Aos quais foi relegada pelo marido, mas também pela própria família. O lamento de Leopoldina registrou, pela última vez, sua luta – luta por um amor unilateral, em que tudo virou armadilha.

Nas últimas correspondências, dizia-se arrependida de ter se casado. Passadas as "semanas de manteiga", sobravam "desgostos, aborrecimentos e o sacrifício da própria individualidade". Depois de tanto cansaço, pôde, enfim, dormir um sono de criança. A história é triste, mas atual, pois a melancolia é o nome que se dá hoje à depressão. E casos como os da imperatriz ainda são comuns: quantas mulheres comem o pão que Asmodeu amassou, e não veem a luz ao final?

Hoje, a descida ao inferno ou a depressão

Algumas não querem mais se levantar pela manhã. Sob os lençóis, faça sol ou chuva, sentem-se afogar. Asfixiam. Sofrem por nada. Nada é causa específica de suas dores, quando desfilam imagens na sonolência das primeiras horas. Mas são tomadas por um sofrimento lancinante, não físico; sofrimento sem natureza ou causa conhecida. São as mulheres que sofrem de depressão, essa estrada noturna e sem fim; sem ponto de chegada e solitária. Descida aos infernos, dizem elas.

A sociedade moderna vem agravando a solidão individual, mais isolando do que agregando os indivíduos. Embora Deus tenha criado Eva para não deixar Adão abandonado à própria sorte, desde os anos 1970, pesquisas na área de psiquiatria revelam que a depressão é a doença mental mais difundida no mundo. Enquanto

isso, os consultórios psicanalíticos veem aumentar a clientela de deprimidas.

Segundo especialistas, a manifestação mais severa de perturbação depressiva é a melancolia. Ela rói o espírito e alquebra o corpo. Descoberta por Hipócrates, a melancolia atravessou incólume os séculos, sendo muitas vezes mencionada na poesia e na literatura, até a medicina conferir-lhe o estatuto de patologia. A palavra depressão apareceu recentemente e, tudo indica, foi utilizada pela primeira vez em 1854, pelo alienista J. P. Fairet. Uma forma atenuada de melancolia foi descrita ao longo do século XIX com os nomes de neurastenia, *taedium vitae* e *spleen*, sendo cantada em prosa e verso por Baudelaire.

Cobertas de manchas azuis que lhes marcam os braços – as chamadas manchas de melancolia –, as depressivas estão cansadas de ser elas mesmas. São alvo de uma desvalorização narcísica feita, não de culpa, como queria o escritor Marcel Proust, mas de frustrações: “minha vida é um horror, não estou à altura...”. Ontem, o escritor francês queixava-se deste “não sei o quê que ninguém ousa nomear ou definir”. Hoje, como ele, muitas bebem a vida sem sede.

As depressivas recorrem a inúmeros remédios. Qualquer médico pode recomendar antidepressivos, pois, desde os anos 1980, eles se multiplicaram e estão em toda a parte. A tristeza mais passageira, sem maiores danos físicos, incentiva o diagnóstico de depressão. Lutos, dores de amor, fracassos profissionais ou as provas da existência são, hoje, apenas medicalizados. Nessa ótica, muitas mulheres passam de tristes a doentes. Se o inconsciente não tem história, o sofrimento, da melancolia à tristeza, e desta à depressão, já tem a sua.

A carreira solo

– *Solteira?*

– *Sim, e com muito prazer.*

O olhar de piedade que se lança sobre solteiras está completamente ultrapassado. A urbanização, a emancipação das mulheres, as novas tecnologias, o culto ao individualismo e o alongamento da esperança de vida conduziram ao desabrochar das carreiras solo – são elas o inevitável resultado de valores progressistas.

Além dos fatos que hoje incentivam mulheres a serem sós, há aqueles históricos: elas sempre o foram. No passado, como visto, elas eram maioria em muitas cidades e vilarejos. O solteirismo se explicava por dificuldades econômicas, pelo alto custo dos casamentos, pela falta de pretendentes e pela morosidade dos papéis. No período colonial, eram conhecidas como “solteiras do mundo”. Assim aparecem na documentação, cheirando ao ranço preconceituoso da Igreja, que dividia o mundo em casadas e castas. As “solteiras do mundo” não eram nem uma coisa nem outra, sendo livres e, portanto, vistas como “prostitutas”.

No século XIX, mudanças. Com a consolidação da vida burguesa e a valorização do casamento entre as elites, consideravam-se as jovens que não se casavam até 22 anos como “solteironas”. O grupo foi engrossado por milhares de mulheres saídas das classes médias empobrecidas, que tinham de ganhar a vida. Sobreviver era mais vital do que casar. A figura da “solteirona”, da “titia”, daquela “que ficou no Caritó” nasceu nesse momento. A literatura ajudou a consagrar a imagem. Entre elas, havia as “beatas” ou moças velhas: haviam levado uma vida bem-comportada e eram, por isso,

merecedoras de respeito. “Cair no barricão” era a expressão pejorativa para designar as com mais de trinta anos, sem atrativos nem vida social. Só adquiriam utilidade quando ajudavam à família. E, na Europa, as duas Grandes Guerras multiplicaram solteiras, uma vez que os homens tombaram nos campos de batalha.

Gilberto Freyre lembra que entre nós elas foram vítimas do patriarcalismo em declínio e das casadas, que abusavam de sua subserviência. Segundo ele: “eram pouco mais do que escravas na economia dos sobrados”. Dependentes economicamente, restringiam-se a atividades domésticas que pudessem ajudar no dia a dia. Sempre nas sombras. A quebra da cafeicultura com a Abolição e, depois, nos anos 1930, levou muitos fazendeiros à falência, impedindo as filhas de “casar-se como se deve”.

Em *O amanuense Belmiro*, Ciro dos Anjos pinta duas solteironas, irmãs do protagonista: “Pobres manas. Emília é apenas uma esquisita. Mas Francisquinha, perturbada de nascença, vai de mal a pior [...] Tiveram de viver sempre na fazenda como bicho do mato, entre o pessoal de serviços”.

Cornélio Pena não fez por menos e, no clássico *A menina morta*, apresenta outro par de manas, Sinhá Rôla e Dona Inacinha:

Quando estavam já sentadas em suas camas e desfaziam pacientemente os penteados tão difíceis de serem desatados, pois as tranças vinham de trás para frente e eram presas com pequenos laços de fitas pretas que deviam também prender a rede caída sobre os ombros, Sinhá Rôla pôs-se a falar, e precipitava as sílabas umas sobre as outras como costumava fazer quando estava nervosa [...] Ao verificar que a irmã chorava, sem cuidar sequer de enxugar o rosto todo banhado de lágrimas, levantou-se e veio até ela e ao compreender a imensa mágoa que se refletia no seu rosto enrugado, ajoelhou-se aos seus pés, esquecida de suas dores e do reumatismo que a atormentava e segurou-a pela cintura. Reproduzia o

mesmo gesto que tivera anos antes quando Sinhá Rôla lhe confessara seu primeiro desgosto, desgosto esse que tirara toda a sua vida de abandono;

– Que tem você mana? Diga-me o que a faz sofrer tanto... estou até com medo, meu Deus!

Na vida rural, tais mulheres tinham de engolir seu sofrimento. Eram velhos corações repletos de novas feridas. Mas o crescimento da vida urbana, durante a Belle Époque, aumentou a visibilidade das mulheres sós. Elas passaram a estudar, a sair para compras e passeios e se divertir. A industrialização no Sudeste atraiu sua mão de obra, boa e barata. Em 1872, elas perfaziam 76% das classes operárias. Novos postos de trabalho foram criados na prestação de serviços, no serviço público, na burocracia. O aumento da população feminina fez com que a sociedade a mirasse com mais rigor. Na imprensa, nas conversas, culpava-se a mulher que abandonava o lar para ganhar a vida. Até os periódicos comunistas e anarquistas acusavam-nas de frequentar não fábricas, mas “lupanares” – bordéis. A maior liberdade da mulher foi compensada com maior vigilância e preconceito. O desafio era trabalhar, mantendo a reputação impecável!

Não à toa, as revistas batiam na tecla: “O casamento é, para a mulher, como o ar para os pulmões. Uma mulher celibatária é, sempre, uma mulher mais ou menos asfixiada. Nunca se infringe impunemente um preceito de Fisiologia!”, admoestava em 1937 a *Revista da Semana*, num artigo intitulado “A tragédia das solteironas”.

Nas primeiras décadas da República, o celibato associava-se ao feminismo. E este, à feiura e masculinização. No entender da imprensa da época, quem não era agraciada com beleza física suficiente para se casar vingava-se aderindo aos movimentos de emancipação. Num artigo intitulado “Leilão de moças”, em que se

apregoavam os leilões matrimoniais como solução para as feias, a revista *Fon-Fon* dava um exemplo: “Talvez fosse o único, excelente, maravilhoso meio de acabar de uma vez com as sufragistas, as literatas, as neurastênicas, as cochichadeiras, as beatas, horríveis espécies femininas da classe imensa, descontente, vingativa e audaz das *vieilles filles*” – moças-velhas, nome que se dava para solteironas.

O medo da mulher inteligente, preparada, da que lia ou escrevia era visível. A emancipação era percebida nos mais diversos setores políticos e sociais como ameaça à ordem estabelecida e ao domínio masculino.

E foi dessas mulheres, por meio da literatura e das bandeiras feministas, que veio a resposta. Em *O Quinze*, clássico sobre a grande seca no sertão do Ceará, em 1915, Raquel de Queiroz pinta Conceição, a protagonista, como alguém que “dizia alegremente que nascera solteirona”. Na contramão das dependentes, pintadas por escritores, essa é bonita, segura, inteligente e culta. E, na contramão de juristas que valorizavam a proteção oferecida às mulheres pelo casamento, feministas como Maria Lacerda de Moura mostraram que, sob a aparente proteção, havia, sim, prisão, subserviência e obediência. O celibato, defendiam Ercília Nogueira Cobra, Bertha Lutz e outras, era a melhor opção.

“Mulher indivíduo”, como a definia Maria Lacerda de Moura, seria aquela capaz de viver honestamente e longe dos caprichos masculinos. Numa crônica de 1946, Lúcia Miguel Pereira cravava: “Sempre houve solteironas, até por vocação; e ainda das que não o foram por vontade própria, muitas viveram satisfeitas, souberam ser úteis, desenvolveram plenamente sua personalidade”.

Hoje, menos obrigadas a se consagrar exclusivamente ao marido e aos filhos, ou à vida doméstica, as mulheres podem investir numa

carreira, casar-se, fazer filhos quando querem e, se não estão felizes, divorciar-se. A revolução das comunicações que começou com o telefone, e prossegue no Facebook, contribui a diluir as fronteiras entre o isolamento e a vida social. A cultura urbana adaptou-se aos indivíduos autônomos. Serviços foram criados para o seu bem-estar: lavanderias, salas de ginástica, bares, *deliveries* de todo o tipo. A longevidade, também, transformou em viúvas aquelas que viveram a vida em casal.

O que faz dessa realidade demográfica um problema social é a busca da felicidade. E a pergunta: mulheres vivem sozinhas porque querem ou porque não têm escolha? Muitas não querem mais ser protegidas, assistidas ou se apoiar em alguém. A ver...

"Falando sério..."

O fim do século XX parece marcar uma ruptura na história da invisibilidade das mulheres. Caminhamos para um pós-feminismo no qual a ideia de cuidar, combinar, associar, de mixagem tornou-se um valor fundamental, ético e universal, pois homens e mulheres não podem viver uns sem os outros. Ora, cuidar implica aplicar atenções, tratar, ter cuidados, afeiçoar-se, dedicar-se, enfim, amar. Podemos imaginar um mundo melhor, para o século XXI, do que esse em que "nos cuidássemos uns aos outros"?

Além de cuidar dos outros, seria importante o cuidar de si. Da própria cabeça e coração. Nos últimos vinte anos, um nó de contradições marcou o papel das mulheres na sociedade brasileira. Assim como as desigualdades sociais, as disparidades entre os sexos se acumulam, multiplicando os benefícios deles, em detrimento das carências delas. Em casa, as tarefas continuam desigualmente

compartilhadas: mais de 90% delas asseguram a “ordem e o progresso”, embora já surjam algumas zonas de negociação, como o fogão ou as compras. Se o casamento se desfaz, elas sofrem imediata desvalorização no mercado matrimonial. Em tempos de crise, será mais fácil ver as mulheres ameaçadas pelo desemprego ou aceitando ocupação em tempo parcial. A superioridade feminina é apenas numérica: mais mulheres chefiam famílias monoparentais, aceitam situações de subordinação e correm atrás do modelo de perfeição estética imposto pela mídia.

Por que será? Tudo indica que o problema não é na rua, mas em casa. É lá que elas escondem os sentimentos masculinizados. Muitas protegem filhos que agridem outras mulheres. Não os deixam arrumar o quarto: “Homem não nasceu para isso”! A ideia é tornar marido e filhos dependentes delas em assuntos domésticos, pois muitas são dependentes financeiras deles. Outras calam sobre comentários machistas dos companheiros, incentivam piadas e estereótipos sobre a “burrice” feminina, cultivam cuidadosamente o mito da virilidade. Gostam de se mostrar frágeis, pois acreditam que eles, assim, sentem-se mais potentes. E de ser chamadas de xuxuzinho e tudo o mais que seja convite a comer. O título de cachorra é um elogio. Acreditam que a feminilidade é um estado natural, a ser conservado, e que todas as despesas aí investidas, até cirurgias que acabem por desfigurá-las, são um bom negócio. São coniventes com a propaganda sexista e com a vulgaridade da mídia. Na TV, aceitam temas apelativos e não se incomodam que estes encham a cabeça das filhas.

Conclusão: há uma desvalorização grosseira das conquistas das mulheres por elas mesmas. Esse comportamento ajuda, certamente, a que se continue a cavar um grande fosso entre homens e mulheres, perceptível na questão salarial. É compreensível. Afinal, o

chefe teve uma mãe machista! Ora, vivemos um tempo de transformações: na família, no trabalho, nas instituições. Nele, importa eliminar as pendências entre homens e mulheres, mas, sobretudo, aquelas enraizadas dentro de nós.

Embora maioria na fotografia da população, as mulheres brasileiras estão adormecidas. Falta-lhes um projeto, uma agenda que as tire da mesmice, que as arranque da apatia, que as engaje numa causa qualquer. O problema é que a vida está cada vez mais difícil. Trabalha-se muito, ganha-se pouco, peleja-se contra os cabelos brancos e as rugas, enfrentam-se problemas com filhos, pequenos, médios e grandes, ou com netos. Esgrime-se ainda contra a solidão, a depressão, as dores físicas e espirituais que fustigam os corpos em todas as idades. A guerreira de outrora luta, hoje, um embate miúdo e cansativo: o da sobrevivência.

Mas a luta pode ter um sentido. Há palavras cuja grafia parecem misteriosamente encarnar um. Assim, "independência", menos do que lembrar o feriado de Sete de Setembro, significa para muitas de nós autonomia, liberdade em relação a alguém ou alguma coisa, ausência de subordinação e imparcialidade diante de críticas. Lendo a lista de sinônimos, fica-se com a impressão de que ela é quase como o grito do Ipiranga: é independência ou morte! Mas, mesmo que um sentimento vital nos empurre nessa direção, ser independente é bem mais complexo do que apenas respirar. Podemos, por exemplo, nos enganar sobre o grau de independência que desejamos ter. Sabemos, também, que mesmo os imbecis querem ser independentes, ou que há milhares de maneiras de se sentir independentes. Conclusão? É mais importante defender um valor e um significado para sua independência do que simplesmente decretar "independência ou morte".

Dessa perspectiva, ser independente significa bem mais do que ser livre para viver como se quer: significa, basicamente, viver com valores que façam a vida ser digna de ser vivida. Não basta um estado de espírito. Não basta, como diz o samba, "vestir a camisa amarela e sair por aí". Tampouco basta sentir-se autônomo, fazendo parte do bando. É preciso algo mais. Ora, um dos valores que vêm sendo retomados pelos filósofos e que cabem como uma luva nessa questão é o da resistência. Na raiz da palavra *resistere* se encontra um sentido: "ficar de pé". E ficar de pé implica manter vivas, intactas dentro de si, as forças da lucidez. Essa é uma exigência que se impõe tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz. Sobretudo nesses últimos, quando costumamos achar que está tudo bem, que está tudo "numa boa"; quando recebemos informações de todos os lados, sem tentar, nem ao menos, analisá-las, e terminamos por engolir qualquer coisa.

Resistir como forma de ser independente é, talvez, uma maneira de encontrar um significado no mundo. Daí que, para celebrar a independência, vale mesmo é desconstruir o mundo, desnudar suas estruturas, investigar a informação. Fazer isso sem cansaço para depois termos vontade de, novamente, desejá-lo, inventá-lo e construí-lo; de reencontrar o caminho da sensibilidade diante de uma paisagem, ao abrir um livro ou a porta de um museu. Independência, sim, para defendermos a vida, para defendermos valores para ela, para que ela tenha um sentido. Independência de pé, com lucidez e prioridades. Clareza, sim, para não continuarmos a assistir, impotentes, ao espetáculo da própria impotência.

Bibliografia

- A HORA sexual/descrita pelos mais celebres autores nacionais e estrangeiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Moderna, [19--].
- A MULHER de verdade. *Veja*, São Paulo, ed. 629, p. 64-8, 24 set. 1980.
- ABREU, Marta Esteves. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- AGRA DO Ó, Alarcon. *Velhices imaginadas, memórias e envelhecimento no Brasil*. Campina Grande: EDFCG, 2010.
- ALBUQUERQUE, José de. *Introdução ao estudo da pathologia sexual*. Rio de Janeiro: Typ/Coelho, 1928.
- ALBUQUERQUE, Samuel de Barros de. *Memórias de Dona Sinhá*. Aracaju: Typografia, 2005.
- ALENCAR, José. *Diva*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- _____. *Lucíola*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- _____. *Senhora*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de (Org.); NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil: Império*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALMEIDA, Alberto. *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ALTMAN, Fabio. *A revista censurada*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/mulher/revista-censurada-p-012.html>>. Acesso em: 9 maio 2013.
- ALVES, Manuel. *A esposa feliz no lar*. Rio de Janeiro: Tip. Gloria, 1912.

- ANDRADE, Maria Cristina Castilho de. *Mulheres prostituídas*. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/seminario>>. Acesso em: 9 maio 2013.
- ANTUNES, Madalena. *Oiteiro: memórias de uma sinhá moça*. Natal: A. S. Editores, 2003.
- ARAÚJO, Renata Pedroso. *Ser mãe na Colônia: a condição da mulher sob aspecto da maternidade irregular (séculos XVII e XVIII)*. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra10/mulheres.html>>. Acesso em: 9 maio 2013.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- AUSTREGESILLO, Antonio. *A neurasthenia sexual e seu tratamento*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1928.
- AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985.
- AZEVEDO, Thales de. *As regras do namoro à antiga*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____ et all. *O cotidiano e seus ritos – praia, namoro e ciclos da vida*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2004.
- BADINTER, Elizabeth, *L'un est l'autre. Des relations entre hommes et femmes*. Paris: Odile Jacob, 2002.
- _____. *Le conflit, la femme et la mere*. Paris: Odile Jacob, 2009.

- BARANDIER, Mario. *O sexo e o adolescente*. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.
- BARNES, Harry Elmer. *O sexo na educação; o sexo e a luta social*. Rio de Janeiro, 1941.
- BARREIRA, Solange; MODERNELL, Renato Ventura; OLIVEIRA, Wagner. A arte de reconstruir o corpo. *Globo Ciência*, São Paulo, n. 75, ano 7, p. 38-47, 2002.
- BARROS, André; SANCHES, Neuza; SANTA CRUZ, Angélica. Nós fizemos aborto. *Veja*, São Paulo, ed. 1513, p. 26-33, 17 set. 1997.
- BARROSO, Sebastião Mascarenhas. *Educação sexual, guia para os pais e professores, o que precisam saber, como devem ensinar*. São Paulo: Comp. Melhoramentos, 1935.
- BASSANEZZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BENTES, Helder. *A literatura remodeladora das funções maternas*. Disponível em: <<http://www.orm.com.br/helderbentes/capa/default.asp?codigo=590596>>. Acesso em: 9 maio 2013.
- BERNARDES, Maria Teresa Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.
- BERQUÓ, Elza; OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. de. *Casamento em tempos de crise*. Trabalho apresentado no Seminar on the Demographic Consequences of Structural Adjustente in Latin America, Ouro Preto, Minas Gerais, 29 set. a 29 out. 1992.
- BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

- BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira do século XX. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, v. 16, n. 3, set.-dez. 2000.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. A arte da sedução: a representação da mulher no cinema mudo brasileiro. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Entre a virtude e o pecado*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Rosa dos Tempos, 1992.
- BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória. De Senectude e outros escritos autobiográficos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- BOLOGNE, Jean-Claude. *Pudeurs féminines. Voilées, dévoilées, révélées*. Paris: Seuil, 2010.
- BOURDON, J. R. *Perversões sexuais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- BRETAS, Elder. *A literatura remodeladora das funções*. Blog ElderBretas, 13 maio 2012.
- BRITO, José Gabriel de Lemos. *A questão sexual nas prisões*. Rio de Janeiro: L. Jacintho, 1943.
- _____. *Do pudor e da educação sexual*. Tese apresentada ao Quarto Congresso Americano da Criança, reunido em Santiago do Chile. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1924.
- BRITO, Leila Maria Torraca de (Org.). *Famílias e separações – perspectivas da psicologia jurídica*. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.
- BRUM, Angélica. *É duro ficar bonita*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/mulher2/p_040.html>. Acesso em: 9 maio 2013.
- BRUSCHINI, Maria Cristina; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Horizontes plurais – novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 1998.

- BRUSCHINI, Maria Christina; ROSEMBERG, Fúlvia. *Entre a virtude e o pecado*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Rosa dos Tempos, 1992.
- CAMACHO, Marcelo. *A busca continua – sempre*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/mulher_2003/p_052.html>. Acesso em: 9 maio 2013.
- CAMPOS, Alzira Arruda. *O casamento e a família em São Paulo colonial*. Tese (Doutorado) – USP, 1986.
- CANDIDO, Antônio. The Brazilian Family. In: SMITH, Lynn; MERCHANT, A. (Eds.). *Brazil, Portrait of Half a Continent*. Nova York: The Driden Press, 1951.
- CANTO Tafne do. Um olhar sobre o século XIX: a família patriarcal em *Iaiá Garcia* de Machado de Assis. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v. 2, n. 3, jul. 2010.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.
- CAPRIO, Frank Samuel. *Ajustamento sexual*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Difusão Cultural, 1966.
- CARELLI, Gabriela. Com filhos no currículo. *Veja*, São Paulo, ed. 1.789, p. 58-65, 12 fev. 2003.
- CARMO, Paulo Sérgio do. *Entre a luxúria e o pudor, a história do sexo no Brasil*. São Paulo: Octavo, 2011.
- CARNEIRO, Henrique. *A Igreja, a medicina e o amor*. São Paulo: Xamã, 2002.
- _____. *Amores e sonhos de flora: afrodisíacos e alucinógenos na botânica e na farmácia*. São Paulo: Xamã, 2002.
- CASTRO, Maria Werneck de. No tempo dos barões: histórias do apogeu e decadência de uma família no ciclo do café. In: MOACYR, W. de Castro (Org.). Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2004.

- CASTRO, Dinorah d'Araújo Berbet de. *Cartas sobre a educação de Cora do Dr. José Lino Coutinho*. Salvador, Universidade Católica de Salvador, 1977.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks, 2001.
- CAULDWELL, David O. *Costumes sexuais estranhos*. Rio de Janeiro: Gertum Carneiro, 1951.
- CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Edunicamp, 2000.
- CHAGAS, Débora. *É bom que eles paguem*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/mulher2/p_074.html>. Acesso em: 9 maio 2013.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim – o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso (Org.). *A história contada. Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHAVES, Débora. *Mamãezinhas nada queridas*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/mulher/mamaezinha-nada-queridas-p-050.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- CIVITA, Laura T. (Org.). *O melhor de Carmen da Silva*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.
- COLLAÇO, Vera. *Do corpo vestido ao corpo nu: o corpo feminino no teatro de revista*. Centro de Artes UDESC. Anais do V Congresso Abrace. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- COMFORT, Alexander. *ABC do amor e do sexo: orientação sexual para adolescentes*. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.

- CONSONI, Paula; SANT'ANA Mara Rúbia. *Mulheres tropicais, consumos europeus*. Universidade do Estado de Santa Catarina, mimeo, 2012.
- CORBIN, Alain. *La appetite Bible des jeunes époux. L'Amour et La Sexualité – les collections de L'Histoire*, n. 5, jun. 1999.
- CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Dir.). *História do corpo: as mutações do olhar. O século XX*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CORRÊA, Mariza. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *Crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *Morte em família*. São Paulo: Graal, 1983
- COSTA, Dora Isabel Paiva da. *As mulheres chefes de domicílio e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX*. Tese (Doutorado). Departamento de História, UFF, 1997.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Sem fraude nem favor. Estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e luta pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 2, p. 301-23, 2002.
- COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- CUNHA, Hugo Pedro da. *Dois casos de grande sadismo*. Rio de Janeiro: Grap. Guanabara, 1927.
- CZECHOWSKI, Nicole; NAHOUM-GRAPPE, Véronique. *Fatale Beauté: une evidence, une enigme*. Paris: Autrement, 1987.

- CUVILLIER, Dominique. *Les femmes sont-elles solubles dans la mode?* Paris: Editions des Écrivains, 2002.
- DIAS, Maria Odila. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.
- DEBRET, J. B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816)*. São Paulo: Martins, 1954.
- DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo – condição feminina, maternidades e mentalidades na Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- _____. *Condessa de Barral: a paixão do imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- _____. *Corpo a corpo com a mulher*. São Paulo: Senac, 2000.
- _____. *Histórias íntimas – sexualidade e erotismo na História do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.
- _____. *Histórias do cotidiano*. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. Ritos da vida privada. In: SOUZA, Laura Mello e (Org.); NOVAIS, Fernando (Dir.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.
- _____; AMANTINO, Márcia (Orgs.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo, Unesp, 2011.
- _____; MELLO, Victor (Orgs.). *História do esporte no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2010.
- _____; VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2010.
- DENIPOTI, Cláudio. A gloriosa asneira de casar-se: amor e casamento no início do século. *Revista Regional de História*, v. I,

inverno de 1996.

DEVIDE, Fabiano Pires. *Gênero e mulheres no esporte – história das mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos*. Ijuí: Unijuí, 2005.

DIÁRIO DE Cecília Assis Brasil, 1916-1928. Introdução, seleção e notas de Carlos Reverbel. Porto Alegre: L&PM, 1983.

DIAS, Astor Guimarães. *A questão sexual nas prisões*. São Paulo: Saraiva, 1955.

DIAZ-BENITEZ, Maria Elvira. *Nas redes do sexo: os bastidores do pornô brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DIFERENTES, mas não inferiores. *Veja*, São Paulo, ed. 475, p. 84-96, 12 out. 1977.

DOCTEUR JAF. O casamento : amor e hygiene. ("Le Mariage et son hygiene). Rio de Janeiro : Edições Modernas, [19--]. (Collecção de psychologia popular).

DOLORES, Carmem, Crônicas 1905-1910, Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

DOUGLAS, Susan; MICHAELS, Meredith. *The Mommy Mith. The Idealization of Motherhood and how it has undermined all women*, New York: Free Press, 2004.

DOURADO, Autran. *Ópera dos mortos*,

DRAUGER, William. *Os prazeres viciosos*. São Paulo: A. de Carvalho, 1954.

DUARTE, Ana Rita. F. *Carmem da Silva: o feminismo na imprensa brasileira*. Fortaleza: Expressão, 2005.

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta – a primeira feminista do Brasil*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2005.

DUERR, Hans Peter. *Nudité & pudeur: lê mythe du processus de civilization*. Paris: Maison dês sciences de l'Homme, 1998.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo:

- Companhia das Letras, 2004.
- ELEIAN, Mohamed Hussen. *Como ser feliz no matrimônio*. Rio de Janeiro: Studio Mamed, 1952.
- ELIAS, Norbert. *La civilization des moeurs*. Paris: Calman-Lévy, 1973.
- EL-KAREH, Almir Chaiban. *Famílias adotivas, mas de leite e amassecas e o comércio de leite materno e de carinho na Corte do Rio de Janeiro*. Texto de pesquisa para o projeto História Social da Alimentação no Brasil, desenvolvido pelo GRT História Social do Corpo e dos Saberes e Práticas Médicas Assistenciais, UFF.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Vidas de romance – as mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- ELLIS, Havelock. *O pudor, periodicidade sexual, o autoerotismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.
- EM 50 ANOS, percentual de idosos mais que dobra no Brasil*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/em-50-anos-percentual-de-idosos-mais-que-dobra-no-brasil.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FAOUR, Rodrigo. *História do amor e do sexo na canção brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento, fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FEBVRE, Lucien. *Amour sacré, amour profane*. Paris: Gallimard, 1944.
- FEITOSA, Charles. Alteridade na estética: reflexões sobre a feiúra. In: KATZ, Chaim (Org.). *Beleza, feiura e psicanálise*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

FÉRES-CARNEIRO, Teresinha. Casais em terapia: um estudo sobre a manutenção e a ruptura do casamento. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 44(2), p. 67-70, fev. 1995.

_____. (Org.). *Casamento e família: do social à clínica*. Rio de Janeiro: NAU, 2001.

FERIANI, Daniela M. Entre pais e filhos: práticas judiciais nos crimes de família. Dissertação (mestrado) – IFCH, Unicamp, 2009.

FERREIRA SENA, Maria Cristina; PEREIRA, Maurício Gomes; SILVA, Eduardo Freitas da. Tendência do aleitamento materno no Brasil no último quarto do século XX. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 10, n. 4, dez. 2007.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FISCHLER, Claude. La symbolique du gros. In: BURGELIN, Olivier; PERROT, Philippe. *Parure, pudeur, étiquette*. Paris: Seuil, 1987. Communications, École des Hautes Études en Sciences Sociales, n. 46.

FLANDRIN, Jean-Louis. *Lê sexe et l'Occident*. Paris: Seuil, 1981.

FLORENTINO, Manolo; GOÉS, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORESTA, Nísia. *Cintilações de uma alma brasileira*. Florianópolis: Editora das Mulheres, Santa Cruz do Sul, Edusnic, 1997.

_____. *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. *Opúsculo humanitário*. São Paulo: Cortez, 1989.

FONSECA, Ana Claudia; RODRIGUES, Bruna. *Ser mãe não é profissão*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/mulher/ser-mae-nao-profissao-p-024.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.

- FONTANEL, Béatrice. *Sutiãs e espartilhos: uma história de sedução*. Rio de Janeiro: GMT, 1998.
- FRANÇA, Jean-Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro colonial (1531-1800)*. Rio de Janeiro: UERJ/José Olympio, 1999.
- FRANÇA, Valéria. *O que tarda pode falhar*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/mulher_2006/p_044.html>. Acesso em: 10 maio 2013.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos – discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/Edur/ANPUH, 2009.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro/Brasília: IML/MEC, 1980.
- _____. *Modos de homem e modas de mulher*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- _____. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- _____. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- _____. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1979.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Mulher Brasileira – bibliografia anotada*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- GALVÃO, Patrícia (Pagu). *Parque Industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- GAMA LIMA, Lana. *A confissão pelo avesso: o crime de solitação no Brasil colonial, 1990*. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 1990.
- _____. *Mulheres, adúlteros e padres: história e moral na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
- GARRINI, Selma Peleias Felerico. *Corpos em revista: uma releitura do corpo ultramedido nas revistas femininas do século XXI*. In: NOAVES, Joana de Vilhena; VILHENA, Junia de (Orgs.). *Corpo*

- para que te quero: usos, abusos e desusos.* Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Apris, 2012.
- GIDDENS, Anthony. *La transformation de l'intimité – sexualité, amour et erotisme des lês sociétés modernes.* Rouergue: Centre National du Livre, Riuerge/Chambon, 2004.
- GIET, Sylvette. *Soyez libre! C'est un ordre: le corps dans la presse féminine et masculine.* Paris: Autrement, 2005.
- GLIGLIOTI, Marcelo; VARGAS, Samuel. O triunfo do hambúrguer. *Época*, São Paulo, p. 54-60, 24 abr. 2000,.
- GÓES, Marta. *Gritos que fizeram história.* Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/mulher/gritos-que-fizeram-historia-p-018.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- GOLDANI, Ana Maria. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 91, p. 7-22, nov. 1994.
- GOLDENBERG, Miriam. *A outra.* Rio de Janeiro: Best Bolso, 2009.
- _____. *Coroas: corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade.* Rio de Janeiro: Record, 2008.
- _____. (Org.). *Os novos desejos.* Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. *Por que homens e mulheres traem?* Rio de Janeiro: Best Bolso, 2010.
- GOMES COSTA, Suely. Proteção social, maternidade transferida e luta pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, 301, 2/2002.
- GONTIJO, Daniela Tavares; MEDEIROS, Marcelo. Gravidez e maternidade de adolescentes em situação de risco e pessoal: algumas considerações. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 6, n. 3, 2004.
- GONZÁLES, Alexandra. *A vida sexual das mulheres.* Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/mulher2/p_052.html>. Acesso em: 10 maio 2013.

- GOODY, Jack. *Family and Marriage: the Development of Marriage and Family in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- GRANGEIA, Mario. *Adoro ser solteira*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/mulher2/p_056.html>. Acesso em: 10 maio 2013.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: mulheres e relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- _____. Limites da sexualidade: violência, gênero e erotismo. *Revista de Antropologia da USP*, v. 1, p. 56, 2008.
- GUDIN, Claude. *Une histoire naturelle de la seduction*. Points: Seuil, 2008.
- GUIMARÃES, Albertina. *Aprenda a ser esposa e mãe: um guia prático e seguro para as donas de casa, conselhos e informações sobre a vida doméstica social, receitas econômicas, higiene e saúde*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1948.
- GUNN, Dwyer; STEVENSON, Betsey; WOLFERS, Justin. *O paradoxo da tristeza*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/mulher/paradoxo-tristeza-feminina-p-044.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- GUSMÃO, Crysólito de. *Dos crimes sexuais, estupro, atentado ao pudor, defloramento e corrupção de menores*. Rio de Janeiro: Freitas Basto, 1934.
- HAHNER, June E. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____. *Emancipação do sexo feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850-1940*. Florianópolis: Editora das Mulheres/Edunisc, 2003.
- HANQUEZ-MAINCENT, Marie-Françoise. *Barbie, poupée totem entre mère et fille, lien ou rupture*. Paris: Autrement, 1998.

- HARAZIM, Dorrit. A face do silêncio. *Veja*, São Paulo, ed. 1553, p. 80-7, 1º jul. 1998.
- HELLER, Nathan. L'irresistible montée du "solo". *Books*, dossier *Les nouvelles solitudes*, out. 2013.
- HISTÓRIA. *Homme et femme, amour, sexe et traditions depuis 2000 ans*, Paris, n. 663, p. 46-72, mar. 2002.
- HOUSTON, Nancy. *Reflets dans un oeil d'homme*. Paris: Actes Sud, 2012.
- IRAJÁ, Hernani de. *Sexo e beleza*. Rio de Janeiro: Getúlio Costa, 1947.
- JABLONSKI, Bernardo. *A crise do casamento contemporâneo: um estudo psicossocial*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- _____. Até que a vida nos separe: um enfoque psicossocial. *Temas em Psicologia, SBP*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 65-73, 1995.
- _____. Papéis conjugais: conflito e transição. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). *Coletâneas da ANPEPP*. Rio de Janeiro: ANPEPP, 1996, v. 1, p. 113-23.
- JARDIM, Gabriel de Sena. *Mulheres postadas – representações do feminino em cartões-postais publicitários 1900-1950 e 2000-2008*. Dissertação (Mestrado), Instituto de Psicologia, UFRJ, 2009.
- CEZIMBRA, Márcia. Jornal da família. *O Globo*, 30 jul. 2000.
- KATZ, Chaim; KUPERMANNH, Samuel Daniel; MOSÉ, Viviane. *Beleza, feiura e psicanálise*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2004.
- KIDDER, D. P.; FLETCHER, J. C. O Brasil e os brasileiros; esboço histórico e descritivo. *Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5ª*, v. 205-A. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, v. 2.
- LARA, Silvia Hunold (Org.). *Ordenações Filipinas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

- LEIRNER, Carla. *Abuso sexual, pornografia; a infância é a última fronteira da violência*. São Paulo: Albatroz, 2007.
- LEITE, Míriam Moreira (Org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro século XIX*. São Paulo, Brasília: Hucitec/Pró-Memória, 1984.
- _____. *A mulher no Rio de Janeiro no século XIX: um índice de referências em livros de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1982.
- _____. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- _____. *Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica*. Florianópolis/Santa Cruz do Sul: Editora das Mulheres/Edunisc, 2005.
- LEMEL, Alix. *Les 200 clitoris de Marie Bonaparte*. Paris, Mille et une nuits, 2010.
- LEWINSOHN, Richard. *História da vida sexual*. Rio de Janeiro: Casa Vecchi, 1960.
- LONDOÑO, Fernando Torres. *A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia*. Petrópolis: Loyola, 1999.
- LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado – os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 1998.
- MACEDO, Joaquim Manuel. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: UNB, 1988.
- MACFARLANE, Alan. *Marriage and Love in England*. Oxford: Blackwell, 1987.
- MAIA, Cláudia. *A invenção da solteirona – conjugalidade moderna e terror moral*. Ilha de Santa Catarina: Editora das Mulheres, 2011.
- MAIA, Tom. No mundo das sinhás. *Documenta Histórica*, 2005.
- MALISSE, Sylvie. A la recherche du corps idéal: culte féminin du corps dans la zone balnéaire de Rio de Janeiro. *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, n. 31, p. 157-74, 1997.

- MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor*. Inglaterra, 1300-1840. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia, Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*: República. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MAMÃE sabe tudo. *Veja*, São Paulo, ed. 1413, p. 62-9, 10 out. 1995.
- MANTEGAZZA, Paolo. *O problema do casamento: arte de escolher esposa e arte de escolher marido*. Lisboa: Tavares Cardoso, 1898.
- MARNEFFE, Daphne de. *Maternal Desire: On Children, Love and the Inner Life*. Boston: Little, Brown and Company, 2004.
- MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu: Trajetórias do Gênero, Masculinidades...* Campinas, (11), 1998.
- _____. *Por uma história da mulher*. São Paulo: EDUSC, 2000.
- MATOS, Maria Izilda; SOIHET, Rachel (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003.
- MAXIMILIANO, Adriana; PINHEIRO, Daniela. *O feminismo na crise dos 40*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/mulher_2006/p_048.html>. Acesso em: 10 maio 2013.
- MEIRA, Guianezza M. de Góis; PEDROSA, Cleide E. F. Carmem da Silva: a consolidação da imprensa feminina na revista "Cláudia". *Cadernos do CNLF*, v. XIV, n. 2, t. 2, 2010.
- MELO, dom Francisco Manuel de. *Guia de casados*, 1747.
- MELO SILVA, Gian Carlo de. *Um só corpo, uma carne: casamento, cotidiano e mestiçagem no Recife colonial (1790-1800)*. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2010.

- MENDES, Algemira de Macêdo. *A imagem da mulher na obra de Amélia Beviláqua*. Rio de Janeiro: Caetés, 2004.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- MERNISSI, Fatema. *Le harem et l'Occident*. Paris: Albin Michel, 2001.
- MILAN, Betty. *O amor tem um pavio apagador*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/mulher/amor-tem-pavio-apagador-p-038.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- MODERNELL, Renato Ventura; BARREIRA, Solange; OLIVEIRA, Wagner de. A arte de reconstruir o corpo. *Globo Ciência*, n. 75, ano 7, p. 38-47.
- MONTENEGRO, Tito. *Quando o assunto é mandar, as diferenças entre os sexos acabam*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/mulher_2006/p_030.html>. Acesso em: 10 maio 2013.
- MOTT, Luís. *O lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- MORAES, Vera Lúcia Albuquerque. *Entre Narciso e Eros – a construção do discurso amoroso em José de Alencar*. Fortaleza: Editora UFC, 2005.
- _____. *Sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. Campinas: Papirus, 1988.
- MOTT, Maria Lúcia. *O romance de Ana Durocher*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- _____. *Partos, parteiras e parturientes no século XIX: Mme. Durocher e sua época*. Tese (Doutorado), Departamento de História, FFCH/USP, 1998.

- MULHER NO MERCADO de trabalho: perguntas e respostas.* IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf>.
- MULLER, Laura. *De onde vem o desejo.* Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/mulher_2007/p_031.html>. Acesso em: 10 maio 2013.
- MURARO, Rose Marie. *A mulher na construção do mundo futuro.* Petrópolis: Vozes, 1967.
- MUTARELLI, Cristina. Exposição no Cebrap. In: THOMAZ, Omar Ribeiro (Coord.). Visibilidade em questão: mulheres, negros e nordestinos na mídia. *Cadernos de Pesquisa*, n. 4, jun. 1996.
- NAIM, Moisés. A lógica dos seios grandes. *Folha de S.Paulo*, 27 jul. 2012, A16.
- NEDER, Márcia. Mãe má: as sombras da maternidade. *Inteligência*, ano XV, n. 58, jul./ago./set. 2012.
- _____. *Psicanálise e educação: laços refeitos.* São Paulo/Campo Grande: Casa do Psicólogo/UFMS, 2002.
- NEVES, Maria Agripina. *Segredos e mistérios da arte de partejar: um estudo do trabalho das parteiras em Ouro Preto, (1935-1990).* Belo Horizonte: Cuatiara, 2006.
- NISKIER, Arnaldo. *Manchete, memórias de um sobrevivente.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- NOVAES, Joana de Vilhena. *Corpo e prazer: o corpo do consumo e o consumo do corpo.* Mimeo, PUC/RJ, 1997.
- _____. *O intolerável peso da feiura: sobre mulheres e seus corpos.* Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Garamond Universitária, 2006.
- O ESPELHO.* Revista semanal de literatura, modas, indústria e artes – edição fac-similar. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional,

2008.

- OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. *Crime invisível: a mudança de significados da violência de gênero no juizado especial criminal*, 2006. Dissertação (Mestrado) – IFCH, Unicamp, Campinas, 2006.
- OLIEVENSTEIN, Claude. *O nascimento da velhice*. Bauru (SP): Edusc, 2001.
- OSTETTO, Luciana Esmeralda. *Da rua à fábrica: a condição infantil na República*. Monografia para conclusão de curso de pós-graduação de Educação da Universidade Federal de São Carlos, 1989. *Espelho* – Revista semanal de literatura, modas, indústria e artes, edição fac-similar (1859-1860), Fundação Biblioteca Nacional, 2008.
- PACKARD, Vance Oakley. *A revolução sexual: a tumultuada transformação a que estamos assistindo nas relações entre os dois sexos*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1968.
- PARANHOS, Adalberto. Além das Amélias: música popular e relações de gênero sob o Estado Novo. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, v. 77, p. 1-16, 2007.
- PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, n. 45, jul. 2003.
- _____ (Org.). *Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.
- _____; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998.
- PEDROSO, Renata Araujo. Ser mãe na Colônia: a condição da mulher sob aspecto da maternidade irregular. *WWW. Klepsidra. Mulheres.rtf*.
- PERROT, Michele. *Mulheres públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.

- PERROT, Philippe. *Le travail des apparences ou les transformations du corps féminin XVIII-XIX siècle*. Paris: Seuil, 1984.
- _____. *Les dessus e les dessous de la bourgeoisie*. Paris: Fayard, 1981.
- PESQUISA: o que a brasileira pensa do casamento. *Marie-Claire*, n. 1, abr. 1991.
- PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs.). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- PINHEIRO, Daniela. Direito já adquirido. *Veja*, São Paulo, ed. 1.513, p. 26-33, 17 set. 1997.
- _____. *Nova mulher, velhas questões*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/mulher2/apresentacao.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, s/d.
- PIRES DE ALMEIDA. *Homossexualismo (A libertinagem no Rio de Janeiro)*: estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital. Rio de Janeiro: Laemmert e C., 1906.
- PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.
- PORTO, Maria de Fátima Silva. *De batom e salto alto: experiências de mulheres empresárias. Pão de Minas 1989-1990*. São Paulo: Annablume, 2005.
- QUINLAN, Susan C.; SHARPE, Peggy. *Visões do passado, previsões do futuro: duas modernistas esquecidas*. Rio de Janeiro/Goiânia: Tempo Brasileiro/Ed. da UFG, 1996.
- QUINTANEIRO, Tânia. *Retratos de mulher: o cotidiano no olhar dos viajeros do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- RAINHO. *A cidade e a moda*. Brasília: Editora da UNB, 2002.

- RAGO, Magareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RANGEL, Maria Lúcia S. A solteirona na literatura brasileira. *Leitura*, 1994, p. 10.
- REMAURY, Bruno. *Le beau sexe faible: les images du corps féminin entre cosmétique et santé*. Paris: Grasset, 2000.
- REUBEN, Daniel R. Como aumentar a satisfação sexual. Rio de Janeiro: Record, 1975.
- _____. *Toda mulher pode! Como as mulheres solteiras, viúvas, divorciadas e casadas podem encontrar o amor e a completa satisfação sexual*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- REVISTA FOLHA. *Folha de S.Paulo*, 22 set. 1996, ano 5, n. 231, p. 12-20.
- REVISTA PLÁSTICA E VOCÊ, São Paulo, ano 1, n. 2.
- RIBEIRO, Luís Felipe. *Mulheres de papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*. Rio de Janeiro: EDUFF, 1996.
- RICHARD, Guy; LE GUILLOU, Annie Richard. *Histoire de l'amour*. Paris: Privat, 2002.
- RODRIGUES, Maria Cristina de Faria Tavares; *Mancebos e mocinhas – moda na literatura brasileira do século XIX*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.
- RODRIGUES. Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer. *Revista Katalisis*, Florianópolis, v. 12, n. 12, p. 68-76, jan.-jun. 2009.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- RODRIGUES, Sérgio. *Bom-mocismo nas letras*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/mulher/bom-mocinho-nas-letras-p-068.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.

- ROHDEN, Fabíola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: FioCruz, 2003.
- ROIPHE, Katie. *Meu bebê é como um vício*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/mulher/meu-bebe-como-vicio-p-032.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- ROSSI, Valéria. *Filhos X carreira*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/mulher2/p_082.html>. Acesso em: 10 maio 2013.
- _____. *Já fez o dever de casa?* Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/mulher2/p_070.html>. Acesso em: 10 maio 2013.
- ROUGEMONT, Denis de. *L'amour et l'Occident*. Paris: Gallimard, 1939.
- RUBIN, Débora. *50 anos de liberdade*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/mulher/50-anos-liberdade-p-054.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (Org.). *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
- SAFFIOTH, Heleith. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *As mulheres, o poder e a família em São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- SANT'ANNA, Afonso Romano de. *O canibalismo amoroso: o desejo e a interdição em nossa cultura através da poesia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SARTI, Cynthia; MORAES, Maria Quartim de. *Aí a porca torce o rabo*. In: BRUSCHINI, Cristina; ROSEMBERG, Fúvia (Org.). *Vivência*,

história, sexualidade e imagens femininas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Brasiliense, 1980.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface, Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, n. 8, fev. 2001.

SCHUMAHAR, Schumar. *Dicionário Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Boitempo/Senac, 1997.

SCHRAIBER, Lilia; PIRES D'OLIVEIRA, Ana Flávia. Violência contra mulheres – interfaces com a saúde. *Interface, Comunicação, Saúde, Educação*, v. 3, n. 5, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

____ (Org.); NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

SEKEFF, Gisela. *Com diploma e sem marido*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/mulher_2006/p_034.html>. Acesso em: 10 maio 2013.

SELIGMAN, Flávia. *O Brasil é feito de pornô: o ciclo da pornochanchada no país dos governos militares*, 2000. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes de São Paulo, São Paulo.

- SEVCENKO, Nicolau (Org.); NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil: República*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SHEEVA, Sarah. Entrevista por Arnaldo Bloch para Perfil de *O Globo*, 11 dez. 2012.
- SHORTER, Edward. *The Making of the Modern Family*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- SILVA, Antonio Augusto Moura da. *Amamentação, fardo ou desejo? Estudo histórico-social dos saberes e práticas sobre o aleitamento na sociedade brasileira*. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 1990.
- SILVA, Caroline Santos. *Com um fórceps na mão há de se parir uma nação: ensino e prática da obstetrícia e ginecologia em Salvador (1876-1894)*. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento História, Universidade Federal da Bahia, 2011.
- SILVA, Isilia Aparecida. *Amamentar: uma questão de assumir riscos ou garantir benefícios*. São Paulo: Robe, 1997.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1984.
- _____. *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria e de D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1993.
- SIMONETT, Eliana Gianella Simonetti. Elas venceram. *Veja*, São Paulo, ed. 1674, p. 124-32, 8 nov. 2000.
- SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: a família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- SOARES, Angelina. *A paixão emancipatória: vozes femininas da liberação do erotismo na poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1999.

- SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Receitas de felicidade e espectros da infelicidade: o Código civil de 1916 e as lições de comportamento na Revista Feminina no início do século XX*. Tese de mestrado, Centro de Ciências Sociais Instituto de Filosofia e Ciências Humanas /UERJ, 2007.
- SOHN, Anne-Marie. O corpo sexuado. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Dir.). *História do corpo: as mutações do olhar. O século XX*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- SOIHET, Rachel. A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares do Rio de Janeiro da virada dos séculos XIX a XX. *Diálogos Latinoamericanos*, Universidade de Aarhus, n. 2, p. 92-114, 2000.
- _____. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SOLÉ, Jacques. *L'amour en Occident à l'époque moderne*. Paris: Albin Michel, 1976.
- SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. *Populares na cidade, vivências de trabalho e de lazer*. João Pessoa: Ideia, 2011.
- SOUZA, Eline Pereira de. *Cuidados de si: higiene e estética em tempos republicanos (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado), FFLCH/USP, 2011.
- SPOCK, Benjamin Maclane. *Vida, amor e sexo (guia para a geração 70)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.
- STROZEMBERG, Ilana. *De corpo e alma*. Rio de Janeiro: Contemporânea, 1986.
- SWAIN, Tânia Navarro. *Entre a vida, a morte e o sexo*. Disponível em: <www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br>. Acesso em: 10 maio 2013.
- _____. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

- TELES, Maria Amélia; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- TEOPHILO, Jan. *Levanta e vem me ajudar*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/mulher2/p_078.html>. Acesso em: 10 maio 2013.
- VAINFAS, Ronaldo (Org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- _____. *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- VALINIEFF, Pierre. *As carícias do casal*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1975.
- VANALI, Clara. *O matriarcado digit@l*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/mulher/matriarcado-digital-xtra.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- VARGAS, Samuel; GIGLIOTI, Marcelo. *Época*, p. 54-60, 24 abr. 2000.
- VEJA. Edição especial – Mulher. Agosto de 2002. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/mulher2/index.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- VEJA. Edição especial – Mulher. Agosto de 2003. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/mulher_2003>. Acesso em: 10 maio 2013.
- VEJA. Edição especial – Mulher. Maio de 2006. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/mulher_2006/index.html>. Acesso em: 10 maio 2013.
- VEJA. Edição especial – Mulher. Maio de 2007. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/mulher_2007/index.html>. Acesso em: 10 maio 2013.
- VEJA. Edição especial – Mulher. Maio de 2008. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/mulher_2007/index.html>. Acesso em: 10 maio 2013.

- VEJA. Edição especial – Mulher. Maio de 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/mulher/index.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- VEJA. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/multimidia/infograficos/obesidade-no-brasil>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- VELDE, Theodor Hendrik van de. *Matrimônio perfeito*: estudo de sua filosofia e sua técnica. Rio de Janeiro: Record, 1970.
- VENEZIANO, Neyde. *De pernas para o ar*: teatro de revista em São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- VENTUROLI, Thereza. *A nova mulher da nova classe C*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/mulher/nova-mulher-nova-classe-c-p-076.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- VEYSSET-PUIJALON, Bernardette (Org.). *Être vieux, de la négation à l'échange*. Paris: Autrement, 1991.
- VOKS, Douglas Josiel. As representações sociais sobre as mulheres na revista Careta (1910-1920). *Temporalidades*, v. 7, p. 175-88, 2012.
- WOLF, Naomi. *The Beauty Mith; How Images of Beauty Are Used against Women*. Londres: Vintage Book, 1991.
- WEINBERG, C.; CORDÁS, T. A. *Do altar às passarelas. Da anorexia santa à anorexia nervosa*. São Paulo: Annablume, 2006
- WOLFENSTEIN, Martha. *Childhood in Contemporary Culture*. Chigago: University of Chigago Press, 1955.
- YARAK. Aretha; ROSA, Guilherme. *Cirurgias plásticas: começou a temporada de busca pela perfeição*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/saude/comecou-a-temporada-de-cirurgias-plasticas>>. Acesso em: 10 maio 2013.

Agradecimentos

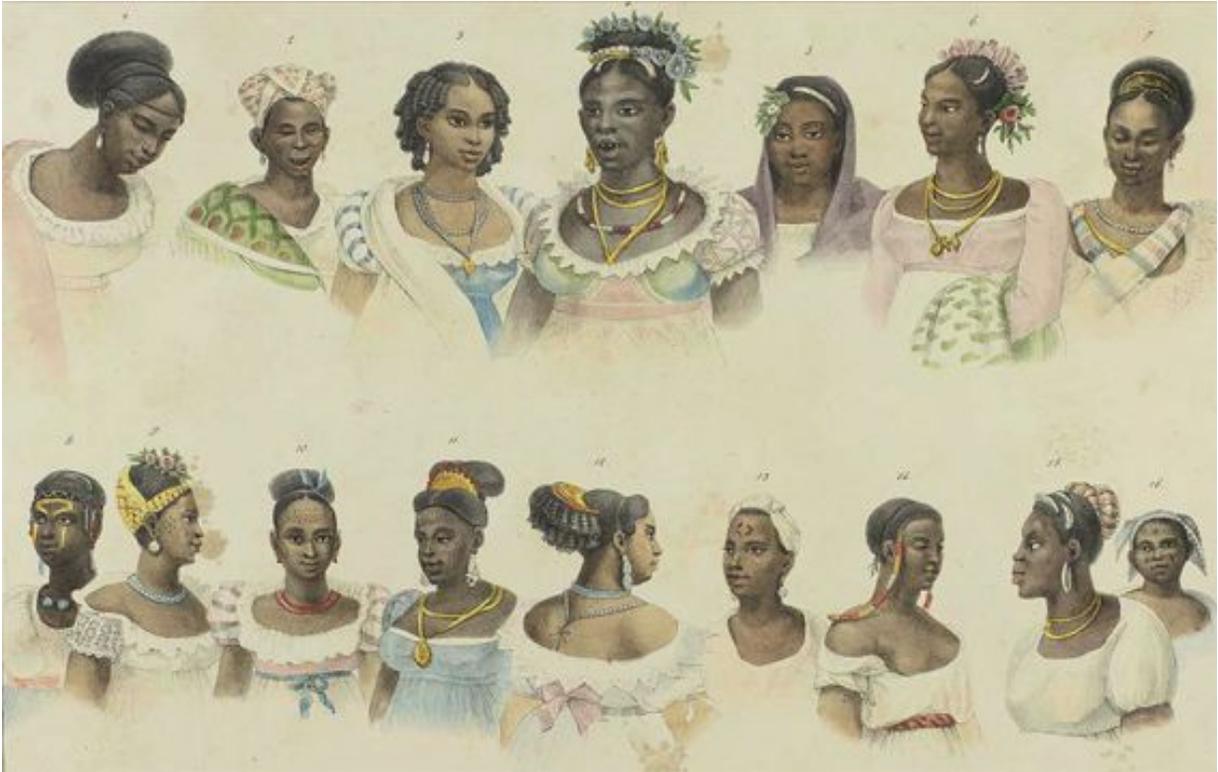
Para a pesquisa deste livro contei com a ajuda de Carlos Milhono e Lizir Arcanjo: a ambos, muito obrigada. Vali-me também de vários trabalhos acadêmicos publicados quando lecionava no Departamento de História da USP e de dezenas de artigos publicados no Caderno Feminino de *O Estado de S. Paulo*, ao qual sou imensamente grata. Foi ali que aprendi a escrever.



Debret, Jean Baptiste. *Aldea de cabocles a canta-gallo.*

Em Voyage pittoresque et historique au Brésil, 1839. Biblioteca Nacional.

Em nossa terra, diferentes tipos de família se constituíram, entre os séculos XVI e meados do século XIX. Apesar das diferentes condições que modelaram nossos antepassados, conservamos deles permanências que hoje consideraríamos como extremamente modernas. A mais curiosa delas sendo o fato de que as pessoas viviam em grupos estáveis. Mas, em grupos onde se admitia, também, a chegada de um novo companheiro, ou companheira. E junto com eles, em muitos casos, de filhos de outras uniões.



Debret, Jean Baptiste. *Esclaves nègres, de différentes nations.*

Em Voyage pittoresque et historique au Brésil, 1839. Biblioteca Nacional.

Os anúncios de jornal, notificando a fuga de escravos, informavam sobre as características físicas de nossas avós negras: a cor “preta”, “alva ou fula da pele”; os cabelos encarapinhados, crespos, lisos, anelados, cacheados, acabocados, ressos, assa, avermelhado e até louro. Cabelos que eram cuidadosamente arranjados em birotos, tranças, coques. Cabelos “agaforinhados com pentes de marrafa dos lados” ou alisados com óleo de coco. Os dentes quase sempre inteiros e alvos podiam ser “limados” ou “aparados”. Os olhos podiam ser “na flor do rosto”, grandes, castanhos ou “tristonhos”. Podiam ainda, piscar “por faceirice”, enquanto a negra falava, De muitas se dizia “ter boa figura”, ser “uma flor do pecado”, ser “alta e seca”, “bem feita de corpo” ou simplesmente robusta.



Debret, Jean Baptiste. *Famille D'Un Chef Camacan se Preparant pour une Fête.*

Em Voyage pittoresque et historique au Brésil, 1939.

Desde a Antiguidade, acreditava-se que o leite materno não era mais do que sangue cozido pelo calor do coração. Adquiria cor esbranquiçada para não assustar os bebês. E, desde sempre, amamentar se constituiu numa forma de poder. Aleitar significava segurança e conservação da prole, presente nas inúmeras representações de Nossa Senhora do Leite. O seio gordo da Virgem, próximo ao rosto redondo do Menino, espelhava a imagem da necessidade satisfeita e a contemplação profunda entre mãe e filho. A intimidade nascida do aleitamento reforçava os laços entre ambos; a primeira modelando a criança à sua imagem. Louvava-se na lactação, o prazer de alimentar, mas, também, o de acariciar a criança. Nossas avós indígenas amamentavam seus filhos até os seis anos.



Rugendas, Johann Moritz. *Costumes de Rio Janeiro.*

Viagem pitoresca através do Brasil. [gravura 46]. Biblioteca Nacional.

O amor entre homem e mulher, claro, seguia os costumes da época. O amor feminino deveria ser respeitoso e recatado; e o masculino, certo tipo de ternura inspirado pela "fragilidade" do sexo feminino. Tal ordem podia ser quebrada: bastava o marido morrer ou ser obrigado a trabalhar fora da região onde vivia sua família, para a mulher assumir o papel de "chefe do lar". Muitas mulheres se insurgiram contra a ditadura do fogão e do berço resistindo às vontades do marido quotidianamente: salgavam a comida, deixavam de lavar a roupa ou passavam os dias na igreja - um dos poucos lugares de encontro social - a conversar com as amigas.



Rugendas, Johann Moritz. *Costumes de Rio Janeiro*. Viagem pitoresca através do Brasil. [gravura 46].
Biblioteca Nacional.

A Igreja temia pela perda da honra das mulheres casadas, como revela o livro *Armas da Castidade*, escrito pelo padre Manuel Bernardes. No capítulo intitulado "Como se portará uma mulher casada para não cair em adultério ou já caída nele", o padre recomendava a essas mulheres que treinassem a abstinência sexual para enfrentar a solidão nas viagens de seus maridos. As visitas masculinas deviam ser recebidas pelas mulheres da família - mãe e filhas casadas ou solteiras - "com decoro e sob os estribos da sisudez"!



Debret, Jean Baptiste. *Mariage de S. M. I. D. Pedro 1er. avec la Presse. Amélie de Leuchtenberg, 2e. Impératrice du Brésil.*

Em Voyage pittoresque et historique au Brésil, 1939. Biblioteca Nacional.

A moda do branco foi introduzida por Amélia de Leuchtenberg, segunda esposa de D. Pedro I. Ela adotou o costume que vinha da época do Consulado napoleônico: o “vestido de casamento” longo, branco e acompanhado de véu de renda, como o que usou Carolina Bonaparte para esposar o general Murat. A seguir, D. Francisca, irmã de D. Pedro II, casou-se com o príncipe de Joinville, também vestida de branco, em meio às damas de amarelo e verde. A princesa Isabel quando trocou alianças com o Conde d’Eu, vestiria filó branco, véu de rendas de Bruxelas, grinalda de flores de laranjeiras e ramos das mesmas apanhando o vestido do lado esquerdo. Ao fundo, música de Haendel.



Debret, Jean Baptiste. *Mariage de nègres d'une maison riche.*
Em Voyage pittoresque et historique au Brésil, 1939. Biblioteca Nacional.

Graças ao trabalho de inúmeros historiadores, sabe-se, hoje que, tal como outros grupos formadores da sociedade brasileira, os afro-descendentes e africanos também souberam organizar suas famílias, zelar por suas proles, honrar seus velhos, zelar por seus lares e linhagens. Os casamentos e uniões dentro das mesmas etnias acotovelavam-se com os que reuniam africanos de origem diferente. Nem sempre era possível se casar com alguém da mesma procedência, pois os senhores se encarregavam de misturar, nas suas propriedades, escravos de origem diversa. Temiam revoltas. Mas, de todo o jeito, o casamento proposto pela Igreja católica era conveniente aos cativos, pois evitava a separação dos casais.



Debret, Jean Baptiste. *Une dame brésilienne dans son intérieur.*

Voyage pittoresque et historique au Brésil. Tome deuxième. [Gravura 5]. Biblioteca Nacional.

Durante o Segundo Império, não há uma descrição de heroína de romance, nem fotografia da aristocracia do café em que as mulheres não apareçam com o enrijecimento dorsal, típico do uso do espartilho. Ficavam para trás as damas meio desnudas, de cabelos desgrenhados, prostradas pelo calor, displicentemente sentadas no chão ou abandonadas numa rede. A vida urbana e os serviços as tinham retirado das camarinhas escuras, onde, rodeadas de parentes, crianças e escravas passavam seus dias, levando-as para os passeios, os jardins, as praças.



Julião, Carlos. [Trajes femininos - 01].

Notícia summaria do gentilismo da Asia : com dez riscos illuminados. [Desenho 30]. Biblioteca Nacional.

Vários opúsculos circulavam tentando impedir as vaidades femininas. Os padres confesores, por exemplo, ameaçavam com penas infernais: “Estar à janela cheia de bisuntos, levantar os fatos (os vestidos) quando não há lama, levantar a voz entoando falsete, por ostentar melindre; tingir o sobrolho com certo ingrediente e fazer o mesmo á cara com tintas brancas e vermelhas, trazer boas meias e fingir um descuido para mostrá-las, rir de manso para esconder a podridão ou a falta dos dentes e comer mal para vestir bem.”.



Briggs, Frederico Guilherme. A nurse (Ama de leite).

Brasilian souvenir: a Selection of the most peculiar costumes of the Brazils. 1845. [Gravura 06]. Biblioteca Nacional.

“Eu estava à procura de uma ama de leite. Você sabe o que se faz nesse caso: toma-se o *Jornal do Comércio* e procura-se numa das colunas da quarta página. Vi anunciadas negras, mulatas e pardas [...] Perto de minha casa havia uma espécie de maternidade, de uma parteira francesa; recebia como pensionistas escravas, fazia o parto, cuidava delas e se encarregava de alugá-las, de separá-las dos filhos, operações muito desagradáveis para os senhores e pelas quais era fartamente recompensada. Nesse dia, ela anunciara uma ama de leite; fui a casa dela e expliquei a razão de minha visita; era uma matrona refinada, que não se intimidava facilmente. Gritou para o fundo do jardim: “Rose! Rose! Venha cá!”. Rose apareceu [...] “Chegue aqui, minha filha”, disse a parteira em tom carinhoso; “Você pode dizer que tem sorte. O senhor aqui precisa de uma ama e veio buscar você. Você vai para uma boa casa, com um belo jardim, todos os vestidos da senhora, alimenta o menino branco, lindo como um anjo e ainda recebe presente,

dinheiro! Que beleza!". Após um momento de silêncio, a pobre moça, se armando de coragem, respondeu energicamente: "E meu filho, que vai ser dele? Vou abandoná-lo?".